

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**Cooperação Transfronteiriça no Noroeste
Peninsular:
A Eurocidade Chaves - Verín**

Nídia Ferreira da Cunha

Relatório de Estágio orientado pela Prof.^a Doutora Maria Alexandre Lousada e pelo Prof. Doutor Carlos Cardoso Ferreira, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade na Europa.

Relatório de Estágio

2016

Resumo

As ligações históricas, linguísticas e culturais entre o Norte de Portugal e a Galiza criaram uma conexão e uma posição cultural estratégica peculiar. No quadro das regiões europeias, a Cooperação Transfronteiriça entre o Norte de Portugal e a Galiza é por isso diferente das demais experiências fronteiriças. O conhecimento mútuo entre ambas as regiões remete para um passado de colaboração (tribos existentes na Romanização, rotas de contrabando) tornando a fronteira mental mais ténue, surgindo a Cooperação como grande impulsionador do desenvolvimento local e regional. Tendo em conta a visão europeia, a Cooperação Transfronteiriça é vista como um instrumento que permite minimizar as disparidades existentes entre regiões, fomentando a coesão e a integração. Este relatório de estágio desponha da enorme vontade de investigar e aprofundar a Cooperação Transfronteiriça na Euro Região Norte de Portugal – Galiza (a nível regional) e das suas concretizações como a Eurocidade Chaves – Verín (a nível local) tendo em conta as suas aplicações e realizações no território e junto das populações.

Palavras-chave: Cooperação Transfronteiriça, Galiza, Norte de Portugal, Associativismo, Eurocidade.

Abstract

Historical, linguistic and cultural links between northern Portugal and Galicia have created a connection and a cultural position that is strategic and peculiar. Within the framework of European regions, cross-border cooperation between northern Portugal and Galicia is different from the other frontier experiences. The mutual understanding between the two regions refers to a past of collaboration (tribes in Romanization, smuggling routes) making the mental border more tenuous and cooperation emerges as a major driver of local and regional development. Taking into account the European vision, cross-border cooperation is seen as an instrument to reduce disparities between regions, fostering cohesion and integration. This internship report emerges from a great will of investigate deeply the cross-border cooperation in the Euro North of Portugal - Galicia (regional) and its achievements as the Eurocity Chaves - Verin (locally) taking into account their applications and efforts in the territory and with people.

Key words: *Cross-Border Cooperation, Galicia, Northern Portugal, Associations, Eurocity.*

Aos meus Pais

Agradecimentos

Ao concluir esta etapa na minha vida não posso esquecer as pessoas e as entidades que me apoiaram ao longo deste trabalho. Caminhando sozinha o trilho teria sido mais árduo e íngreme.

Agradeço de forma conjunta aos meus orientadores, Professora Doutora Maria Alexandre Lousada (FLUL), Professor Doutor Carlos Cardoso Ferreira (IGOT) e ao Arquiteto Agostinho Pizarro (Município de Chaves).

À Professora Doutora Maria Alexandre Lousada agradeço a disponibilidade com que se prontificou a orientar-me desde o primeiro momento e pela grande ligação e interesse que estabelecemos ao longo do Seminário de Associativismo e Cultura Cívica. Por todo o profissionalismo e apoio, o meu mais sincero obrigado.

Ao Professor Carlos Cardoso Ferreira por ter acedido tão prontamente a coorientar-me e por toda a orientação científica ao longo do trabalho. Agradeço inteiramente todo o esforço que realizou no apoio a esta investigação e também a sua simpatia e disponibilidade.

Ao Arquiteto Agostinho Pizarro quero dedicar um agradecimento sincero e genuíno pela receção que obtive desde o início e por todos os esforços realizados para que pudesse levar a minha investigação mais longe. Obrigada por todas as conversas honestas e profundas e pelo estímulo sobre os temas do trabalho. Sem um parecer profissional de alguém que trabalha com estes assuntos diariamente, não seria possível realizar esta investigação.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Arq. António Cabeleira. Sem o seu interesse e sem o seu aval, esta investigação não teria sido possível. Agradeço a importância que foi dada há minha proposta de investigação, toda a ajuda disponibilizada, a hospitalidade com que fui acolhida e a prontificação de esforços sobre o objeto de estudo.

Aos Municípios da Eurocidade por todas as ajudas facultadas e por serem um interessante objeto de estudo. Sem a ajuda que encontrei localmente, não teria sido possível chegar aos pontos fulcrais sobre o tema escolhido.

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) por todos os recursos postos à disposição ao longo das minhas visitas. Agradeço encarecidamente ao Coordenador da Unidade para a Cooperação Estratégica da CCDR-N, Dr. Nuno Almeida e também à Dra. Gisela Ferreira, pela grande conversa que tivemos sobre a Cooperação Transfronteiriça e por todos os conselhos tão úteis e prestáveis. Muito obrigada pelo enorme contributo que me facultou uma abertura na visão sobre o mundo da Cooperação Transfronteiriça. Agradeço ainda ao Coordenador da Biblioteca da CCDR-N, Dr. José Nogueira pelos recursos bibliográficos cedidos e revelados sobre o tema.

Agradeço às associações contactadas a disponibilidade e a receptividade demonstrada em relação ao meu trabalho. Um agradecimento especial à Dra. Ana Coelho e ao Eng.º Marco Fachada.

A todos os meus Professores dos seminários do Mestrado em Cultura e Sociedade na Europa pela aprendizagem que me facultaram e pela forma profissional e competente com que sempre me habituaram a lidar com os trabalhos de investigação. À Professora Doutora Luísa Soares do Seminário de Cultura Visual e Transculturalidade pelo estímulo de pensar sobre Cultura, à Professora Doutora Alina Esteves e à Professora Doutora Jennifer McGarrigle do Seminário de Migrações e Identidade. À Professora Doutora Margarita Correia do Seminário de Diversidade Linguística e Identidade pelo incentivo ao estudo da Península Ibérica e à Professora Teresa Alves do Seminário A Europa na Era da Globalização, por todas as luzes sobre a globalização e os seus efeitos. Ao Professor Doutor José Gomes André do Seminário de Tópicos de Filosofia do Espaço Público: Republicanismo e Federalismo, por todas as luzes filosóficas sobre o Iberismo e pelos conselhos dados para alcançar as melhorias necessárias na forma de fazer investigação.

Aos meus pais: as pessoas mais importantes da minha vida. Por todo o apoio incondicional prestado nos momentos mais difíceis e pela educação que me deram desde criança. Obrigada por me incutirem a responsabilidade necessária à formação de uma pessoa digna e íntegra; são os grandes pilares da minha vida. São o exemplo que pretendo seguir. Este mérito também é vosso. A vós vos agradeço tudo o que sou: até a minha essência.

À Maria João e ao Luís que sempre estiveram comigo; nos bons e nos maus momentos. Porque quando as pessoas gostam de nós genuinamente, apoiam-nos e nunca nos deixam cair ao chão. Sem eles não seria possível ter chegado até aqui. Por vós nutro um agradecimento eterno.

À princesa Sara. Pelo teu sorriso, pela tua inocência e pelo teu carinho; jamais duvides que te adoro.

À Joana e à Andreia pela amizade partilhada ao longo de anos; pelas risadas conjuntas, pelos conselhos e pelas opiniões genuínas. Por todos os momentos partilhados, por todas as conversas sobre a realidade da vida e pelo apoio mútuo. À Joana tenho que agradecer ainda o facto de nunca me ter deixado sozinha nesta caminhada e por todo o auxílio prestado nas horas mais difíceis; nunca duvidou de mim. Amigas, convosco vou até ao fim do mundo.

Agradeço à Teresa que sempre foi mais que uma amiga; sinto uma ligação maternal na forma como lidas comigo. Obrigada por me ensinares a olhar o mundo e a vida com outros olhos e a aprender que o mistério é uma constância da Vida. Obrigada ainda por acreditares em mim e no meu espírito, apesar de conturbado e rebelde.

A todos os meus amigos da minha terra natal, agradeço os momentos autênticos e únicos que passamos ao longo deste tempo maravilhoso. À Joana, à Sara, ao Filipe, à Catarina e ao Pedro, à Sónia e ao João, à Patrícia e ao Cédric. Todas as conversas genuínas estão-me gravadas na alma. Guardo cada aventura vivida e cada trabalho partilhado como relíquias, cada passeio e cada viagem; porque para ser família não é preciso ser de sangue. Alguém me disse que uma das melhores coisas da vida são os Amigos (no verdadeiro sentido da palavra) e os momentos especiais e partilhados, que um dia serão memórias. Para além das outras "melhores coisas da vida" que considero fundamentais, a amizade é imprescindível. É que mesmo que a Vida modifique os nossos caminhos, as memórias permanecem. E os sorrisos também.

A todos o meu muito obrigado!

*“ Minha Galiza de perfil bonito,
Órfã de pátria num asilo austero:
Só por seres portuguesa é que te quero,
E por seres castelhana te acredito.”*

Miguel Torga, 1999, *Diário vol. V a VIII*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Objetivos, Estrutura e Metodologia	4
 PRIMEIRA PARTE	 7
1. A política da União Europeia em matéria de Cooperação Transfronteiriça	7
1.1. Política Regional Comunitária	7
1.2. A Cooperação Transfronteiriça na União Europeia	10
1.3. Instrumentos Financeiros e Cooperação Transfronteiriça entre 1990 e 2020... 14	
1.4. O futuro da Cooperação Transfronteiriça.....	20
 SEGUNDA PARTE.....	 23
2. A Cooperação Transfronteiriça no Noroeste Peninsular	23
2.1. A criação da Euro Região.....	23
2.2. A Região Norte e a Galiza: características, atributos e Cooperação	26
2.3. Governança: uma nova visão	34
2.4. O conceito de Fronteira e a Raia Ibérica	37
2.5. A Política Regional e a Programação INTERREG	42
2.6. A criação dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça (AECT's), o Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha (POCTEP) 2007-2013 e o INTERREG V-A 2014-2020	48
2.7. Associativismo na Euro Região	58
2.8. Entrevista com o, Coordenador da Unidade para a Cooperação Estratégica (CCDR-N), Dr. Nuno Almeida	71
 TERCEIRA PARTE	 75
3. Dinâmicas e desafios do eixo Chaves-Verin	75
3.1. A Eurocidade da Água: características e peculiaridades.....	75
3.2.A Cultura de Fronteira e a Cooperação	83
3.3. Projetos da Eurocidade.....	90
3.4. Agenda Estratégica: eixos e objectivos	97
3.5. Ações e dinâmicas futuras: reflexão sobre o projeto Eurocidade	110

3.6. O Associativismo e a Eurocidade.....	112
CONCLUSÕES.....	157
BIBLIOGRAFIA	170
ANEXOS.....	179

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Regiões do Espaço Atlântico	18
Figura 2: Regiões abrangidas pelo SUDOE	19
Figura 3: Países que fazem parte do Programa Bacia Mar Mediterrâneo	20
Figura 4: As regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha	40
Figura 5: Sub-regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha	48
Figura 6: Cidades do Eixo Atlântico.....	68
Figura 7: Localização de Chaves e de Verín.....	76
Figura 8: Identidade Gráfica da Eurocidade Chaves – Verín.....	79
Figura 9: Eixos de Desenvolvimento	80
Figura 10: Posicionamento da Plataforma logística de Chaves	81
Figura 11: Castelo de Monterrei, Verín	85
Figura 12: Castelo de Monforte de Rio Livre, em Chaves.....	86
Figura 13: RIET	95
Figura 14: Cartão de Identidade da Eurocidade.....	99
Figura 15: Parque Empresarial de Chaves.....	108
Figura 16: Território do Alto Tâmega e Barroso.....	119
Figura 17: Esquema síntese sobre a atuação da ADRAT.....	124
Figura 18: Diagrama de parceiros do Projeto Coopera +.....	129
Figura 19: Território da D.O. Monterrei.....	146
Figura 20: Municípios da Comarca de Monterrei e áreas de atuação da Associação Monteval.....	151

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Território e População da Euro Região Norte de Portugal – Galiza 2011 ..	24
Quadro 2: Grupos etários na Euro Região em 2011	24
Quadro 3: Municípios da Região Norte: distribuição e número.....	27
Quadro 4: Número e distribuição de poderes locais na Galiza	28
Quadro 4: Financiamento público no INTERREG III A	46
Quadro 5: Indicadores demográficos das regiões fronteiriças.....	42

Quadro 6: INTERREG I (Contribuição dos Fundos Estruturais).....	43
Quadro 7: Financiamento público no INTERREG III A	46
Quadro 8: Entidades gestoras, projetos e investimento em Portugal	46
Quadro 9: Entidades gestoras, projetos e investimento em Espanha.....	47
Quadro 10: Financiamento e projetos do POCTEP 2007 e 2013 para Portugal e Espanha.....	49
Quadro 11: Financiamento através do POCTEP para a Euro Região Galiza-Norte de Portugal entre 2007 e 2013.....	50
Quadro 12: Divisão do POCTEP 2007-2013 no Norte de Portugal e na Galiza por entidades.....	51
Quadro 13:Previsão do financiamento no período 2014-2020 para Espanha e Portugal.....	57
Quadro 14: Associações e Gabinetes Transfronteiriços Minho/Galiza em 2006	59
Quadro 15: Associações e Gabinetes Transfronteiriços Nordeste Transmontano/Zamora em 2006	59
Quadro 16: Distribuição das Associações por distrito na Região Norte no ano 2004....	60
Quadro 17: Distribuição das Associações na Galiza no ano 2004.....	60
Quadro 18: Tipologias das Associações da Região Norte em 2004.....	61
Quadro 19: Distribuição das Associações na Galiza em 2004.....	62
Quadro 20: Características gerais do movimento associativo na Euro Região	63
Quadro 21: Características das Políticas Municipais face ao Associativismo na Euro Região.....	65
Quadro 22 : Membros do Eixo Atlântico.....	69
Quadro 23: Território e População da Eurocidade em 2011.....	82
Quadro 24: Grupos Etários na Eurocidade em 2011.....	83
Quadro 25: Projetos referentes à Eurocidade.....	91
Quadro 26: Descrição financeira do projeto Eurocidade I.....	92
Quadro 27: Tipologia das associações no Município de Chaves.....	113
Quadro 28: Tipologia das associações na Comarca de Verín.....	114
Quadro 29: Síntese das características das Associações contactadas.....	118
Quadro 30: Número de Associados da ADRAT por Municípios.....	120

Quadro 31: Redes internacionais e nacionais em que a ADRAT está envolvida até 2015.....	123
Quadro 32: Financiamento dos Projetos âncora do PROVERE disponibilizado à ADRAT e à CMC.....	126
Quadro 33: Financiamento no âmbito PRODER em 2014.....	128
Quadro 34: Financiamento de Programas e Projetos captado pela ADRAT no ano de 2015.....	130
Quadro 35: Funções e Objetivos dos Departamentos da ACISAT.....	133
Quadro 36: Áreas de Trabalho de Ações da AEVER	142
Quadro 37: Beneficiários do projeto, regiões e financiamento.....	147

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da População na Eurocidade	82
--	----

INTRODUÇÃO

Ao longo do Mestrado em Cultura e Sociedade na Europa, a minha tendência pessoal foi sempre interessar-me por temas cujo principal objeto de estudo incluíam as relações entre Portugal e Espanha. Sendo transmontana e natural de Chaves, a proximidade com a vizinha Galiza sempre me deslumbrou; o facto de ter estudado em Lisboa e ter sido afastada da realidade a que sempre estivera habituada originou em mim; uma curiosidade patente sobre a minha própria identidade e sobre o meio que me rodeava. Esta investigação terá marcas e perspetivas da minha própria identidade, sendo esta uma das grandes motivações para este trabalho.

Atendendo ao mundo globalizado em que vivemos hoje e no contexto europeu, este Relatório de Estágio Curricular nasce da vontade de estudar a Cooperação Transfronteiriça entre duas regiões vizinhas: o Norte de Portugal e Galiza. Pensando no projeto da Eurocidade Chaves-Verín e na sua investigação, o Município de Chaves acolheu-me como estagiária e orientou-me no terreno contando com o apoio do Coordenador do Secretariado Técnico Conjunto e Chefe de Divisão de Desenvolvimento Sustentável, Turismo e Cooperação, o Arq. Agostinho Pizarro. Este estágio foi essencial para a perceção da realidade transfronteiriça a nível local.

As relações entre Portugal e Espanha foram marcadas ao longo dos séculos por dicotomias e rejeições mútuas que insistem em desvanecer as similitudes existentes entre ambos países. São estas similitudes e estas divergências que marcam de forma notória, a História, a Cultura e a Política da Península Ibérica.

Olhando para a situação entre o Norte de Portugal e a Galiza, podemos encontrar algumas peculiaridades e especificidades que mostram que as relações entre ambas as regiões diferem do panorama de alguma desconfiança e hostilidade entre Portugal e Espanha. Desde muito cedo, existiu uma conexão cultural, económica e linguística; tendo constituído até ao ano de 1128 o Reino da Galiza (Juncal Sampedro, 2012: 5). Ao longo dos tempos, as regiões foram sido moldadas por tradições sociais, culturais e até económicas comuns. Historicamente podem existir vestígios de solidariedade entre povos que acabavam por “cooperar” (colaboração) entre eles na *Gallaecia Romana*. Mesmo no período de Romanização e mais tardiamente com a divisão dos reinos na

Idade Média e até aos dias de hoje, as duas regiões nunca perderam o elo de ligação e a tensão adjacente.

Permanecemos unidos linguisticamente e uma língua é antes de tudo um fator identitário de uma região e de um povo. Relativamente ao Galego e ao Português a consonância de opiniões acaba por não existir; há quem afirme que são duas línguas distintas e há quem afirme que são a mesma língua. Relativamente ao facto de serem a mesma língua, diz-se que o Galego é o Português da Galiza ou ainda que a questão passa pela variação dentro da mesma língua. Devido a estas dúvidas e discrepâncias linguísticas sobre o assunto, muitas opiniões remetem-se para uma questão de dialetos (Carballo Calero *apud* Freixeiro Mato, 1998: 11.).

Culturalmente existe um extenso património material e imaterial que aproxima ambas as regiões. A geografia, a economia e a paisagem possuem características em comum. O seu relacionamento peculiar expressa-se nas atividades agrícolas e marítimas, nos saberes artesanais, na literatura e na tradição oral. Muitos dos pontos em comum têm a sua origem na época castreja, o que corrobora mais uma vez a colaboração entre os povos do Norte de Portugal e da Galiza.

Em meados do século XIX a questão da união entre Portugal e Espanha esteve no centro dos debates políticos e intelectuais sob a forma de duas propostas, uma unitária e outra federalista (Matos, 1998: 278-313). O Iberismo foi defendido por diversos intelectuais e políticos, como Henriques Nogueira, Latino Coelho, Sinibaldo de Mas, Teófilo Braga, Antero de Quental ou Miguel de Unamuno entre outros e, com outros contornos políticos particulares pelos anarquistas, no início do século XX. A “questão ibérica” não é atualmente um tópico da vida política, o que não obsta a que alguns intelectuais defendam as vantagens de uma união ibérica (Matos, 1998: 278-313). Entre eles, pode destacar-se o poeta e escritor Miguel Torga. Natural de Trás-os-Montes, Torga vivia a proximidade com a vizinha Galiza de forma acentuada chegando a escrever sobre o sentimento que nutria em relação à região cercana. Para além das semelhanças linguísticas entre o Galego e o Português, Torga entende realmente a Galiza como uma nação muito próxima de Portugal. A Galiza está num “asilo austero”, por questões nacionalistas e de “pertença” política a Espanha. O escritor era também um Iberista assumido e convicto e essa sua crença denotava-se na sua escrita e no seu pensamento. Realço a tenacidade da sua defesa nas similitudes entre a região Norte de Portugal e a Galiza para além da sua justificação de uma união Iberista. “ O meu iberismo é um

sonho platónico de harmonia peninsular de nações. Todas irmãs e todas independentes. Mas é também uma paixão escabreada, que arrefece mal se desenha no horizonte qualquer sinal de hegemonia política, económica ou cultural. Que exige reciprocidade na sua boa-fé e nos seus arroubos. Que quer apenas comungar fraternamente num mais largo espaço de espiritualidade.” (Miguel Torga *apud* Pires de Carvalho, 1997: 12). Estas nações que ele considera irmãs, seriam independentes para que nenhuma se sobrepusesse às outras. Não falamos apenas de dois países; falamos de regiões e nações presentes em território ibérico. Torga entende ainda que o seu próprio iberismo passa pelo campo espiritual, ou seja, por uma fraternidade de pensamento. Reconhece ainda que o seu iberismo nasce de uma “paixão escabreada” e que essa mesma paixão esmorece ao pousar o olhar na verdadeira situação ibérica: hegemonias políticas e culturais entre nações. Este Iberismo utópico de Torga, para além das questões politico-filosóficas, passa pela necessidade de compreensão mútua e de cooperação. Seria no aniquilamento de tais hegemonias que o autor veria a verdadeira deliberação da convivência entre ambas as regiões, de uma forma plena e existencial.

É no encaço desta perspetiva sobre cooperação entre fronteiras que a presente investigação é realizada. Para além de perceber a necessidade e o fomento que é dado a esta temática a nível europeu, é importante perceber territorialmente o que leva a duas regiões a unirem esforços para atingirem certos objetivos.

No domínio da Cooperação Transfronteiriça importa realçar a importância do Terceiro Sector no mundo da Cooperação. Se por um lado existem fatores que nos levam a assinalar o movimento associativo como um fator dinamizador na Euro Região, existem outros que nos demonstram a dificuldade das Associações relativamente à Cooperação Transfronteiriça. É também objetivo desta investigação reconhecer o papel importante do Terceiro Sector e consequentemente da sociedade civil, em todo o processo de Cooperação entre fronteiras.

Objetivos, Estrutura e Metodologia

Este Relatório de Estágio Curricular começa por explicitar qual o objeto de estudo principal ao longo de toda a investigação (a Cooperação Transfronteiriça) especificando o território que será abordado (Noroeste Peninsular).

Um dos principais objetivos deste trabalho passa pela demonstração da importância da Cooperação Transfronteiriça para os territórios e populações com problemas de desenvolvimento em diversas áreas. Para além da demonstração da relevância da Cooperação a nível regional, outro propósito desta investigação prende-se especificamente com o território a estudar; a Galiza e o Norte de Portugal e mais concretamente, Chaves e Verín. É de extrema relevância perceber o enfoque territorial que é dado à presente investigação para que se possa demonstrar as especificidades da Cooperação Transfronteiriça no Noroeste Peninsular. Os frutos da cooperação transfronteiriça e as suas dificuldades de realização serão também analisados.

Tendo em conta as especificidades e características que marcam a Euro Região, é também um dos objetivos deste trabalho demonstrar a importância dos recursos endógenos na implementação de projetos de cooperação transfronteiriça como as características culturais, históricas e os atributos dos territórios fronteiriços. Importa ainda relacionar a questão da fronteira com todo o processo de cooperação, analisando as particularidades presentes ao longo da raia do Norte e da Galiza. Outro objetivo deste relatório é que posso considerar o impulsionador deste trabalho é a Eurocidade Chaves-Verín e a escolha de dar a conhecer este projeto e os seus atributos. Ao longo do trabalho será feita uma reflexão da Agenda Estratégica da Eurocidade e dos projetos propostos, assim como verificar quais as principais dificuldades que projetos como estes necessitam ultrapassar.

A importância do associativismo na dinamização e na modelação da cooperação transfronteiriça, localmente e regionalmente, é outra das finalidades do trabalho desenvolvido. Perceber as dinâmicas entre as associações e a cooperação transfronteiriça, bem como entender o panorama associativo (local e regional), é um dos objetivos do trabalho.

Por último, importa demonstrar a pertinência da Cultura na sua relação com o território em estudo e a indissociabilidade mútua entre os dois elementos.

A estrutura desta investigação articula-se de forma a apresentar na Primeira Parte um enquadramento europeu sobre a cooperação transfronteiriça; importa refletir sobre a Política Regional Comunitária e os instrumentos financeiros criados para esta atividade assim como nas suas características e resultados. Seguindo uma estrutura piramidal em que o enquadramento europeu se encontra no topo e a Eurocidade Chaves – Verín na base, no meio da pirâmide encontramos a temática da Euro Região Norte de Portugal – Galiza no centro do trabalho realizado.

Na Segunda Parte será apresentada uma caracterização do território e falaremos da criação da Euro Região. Neste capítulo será possível observar a relação da Euro Região com os financiamentos europeus tendo como finalidade a cooperação transfronteiriça. A questão da Fronteira e o efeito da Globalização também serão expostos nesta fase do trabalho. Será realizada uma análise sobre o associativismo na Euro Região para compreensão das dinâmicas deste movimento e da sua relação com a cooperação.

Na Terceira Parte do trabalho é apresentada a Eurocidade Chaves-Verín. É analisada a Agenda Estratégica, a criação da Eurocidade e os principais atores deste projeto. A cultura raiana será relacionada com a Cooperação Transfronteiriça e serão apresentados os recursos endógenos e as características de cada cidade. A perspetiva associativa na Eurocidade também será apresentada de forma a perceber o envolvimento da sociedade civil em todo este processo. No fim do trabalho é apresentada uma conclusão onde será feito uma observação crítica aos conteúdos de forma a conjugar a perspetiva dos autores, bem como os resultados da investigação.

A metodologia utilizada para elaboração deste relatório tem por base um enquadramento e uma investigação teórica assim como recolha de informação na imprensa e encontros/entrevistas com responsáveis pela cooperação transfronteiriça a nível regional e a dirigentes associativos de Chaves e Verin (a fim de averiguar a relação do associativismo local com a Eurocidade). Destaco ainda a índole descritiva que representa toda a investigação. O levantamento bibliográfico e literário foi sujeito a uma seleção apropriada em função dos objetivos da investigação. A recolha de artigos de imprensa foi imprescindível: na imprensa encontramos as opiniões sobre os projetos e as suas concretizações; as componentes que correm de forma positiva e as dificuldades que surgem ao longo do caminho da cooperação transfronteiriça. As deslocações à CCDR-N foram essenciais pelo contacto com profissionais especializados no tema e também pela bibliografia presente na sua biblioteca. Destaco ainda a conversa

facilitada pelo Dr. Nuno Almeida, que respondeu de forma benévola a todas as minhas questões sobre a cooperação transfronteiriça no Norte de Portugal e na Galiza.

Importa referir ainda a participação nas “Jornadas Técnicas das Eurocidades” realizadas em Chaves. Nestas Jornadas foi possível recolher os discursos dos Presidentes de Câmara de Chaves e de Verín relativamente ao projeto da Eurocidade bem como o parecer académico do Professor Doutor Luis Dominguez Castro: figura fulcral na Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha. Destaco ainda, as entrevistas realizadas aos dirigentes associativos como ferramenta fundamental para a perceção da massa associativa local e a sua relação com a Eurocidade.

A realização deste Estágio no Município de Chaves permitiu aproximar-me da realidade fronteiriça e acompanhar com mais rigor as problemáticas da Eurocidade Chaves – Verín. Para além do interesse na temática da cooperação transfronteiriça, foi possível ao longo deste estágio, perceber as dinâmicas e os objetivos que motivaram os municípios neste projeto. Esta investigação promove o projeto e os esforços realizados; observa e analisa as ações concretizadas. A reflexão sobre este tema torna-se importante para um melhor conhecimento das facilidades e das dificuldades ao longo do trajeto da Eurocidade. A aproximação ao mundo associativo e a sua análise local também se torna relevante para o Município. Desta forma é possível perceber a relação da Eurocidade com as associações e as particularidades que caracterizam as suas interações. Sem a realização deste estágio, não seria possível perceber as dinâmicas locais e o projeto da Eurocidade Chaves-Verín em todos os parâmetros.

PRIMEIRA PARTE

1. A política da União Europeia em matéria de Cooperação Transfronteiriça

1.1. Política Regional Comunitária

Para a União Europeia, Cooperação sempre foi uma palavra-chave desde os princípios da sua criação. A necessidade de evitar conflitos, aliada à integração, relaciona-se de imediato com o termo Cooperação em diversas áreas de ação na União Europeia.

Os conflitos bélicos que marcaram a Europa impuseram a necessidade de cooperar, para se atingir o objetivo da coesão. A cooperação foi muitas vezes a única maneira de resolver problemas de forma a atenuar as questões fronteiriças. A existência de objetivos comuns e benefícios partilhados atuam como um imperativo de concordância entre as partes interessadas. É com base nestas características e necessidades que a União Europeia promove a Cooperação como um instrumento imprescindível na sua própria construção (Comissão Europeia, 2011: 8).

A política regional assumiu um papel preponderante no fomento da cooperação e, consequentemente, da Coesão. Em 1988, ocorreu uma reforma das atividades refletida nos fundos estruturais. Medeiros refere que esta “essa reforma introduziu várias novidades, com particular realce para a programação plurianual baseada em planos estratégicos nacionais e em relatórios de avaliação, para a concentração num número limitado de objetivos (em particular nas regiões menos desenvolvidas) e para o princípios da adicionalidade (que assegure a não substituição dos investimentos nacionais pelos comunitários) e da parceria “ (Medeiros, 2009: 15). Isto permitiu às regiões mais carenciadas fixarem os seus objetivos nos domínios mais necessitados tendo acesso a fundos comunitários e conseguindo realizar ações participadas pela UE. A primeira fase da Política de Coesão teve lugar entre 1989 e 1993 e utilizou 25% do orçamento comunitário (Medeiros, 2009: 15). Em 1994 foi criado fundo de coesão para países como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, financiando diretamente projetos específicos por serem países mais carenciados face a outros da CEE. No período entre 2000-2006 surgiu um novo desafio: o alargamento da UE ao Leste Europeu.

Introdutoriamente, estes foram os grandes pontos na política regional; mais à frente, estas fases serão aprofundadas.

A Política Regional Comunitária tem como princípio fundamental a promoção, no interior da União Europeia, do desenvolvimento económico de forma equilibrada. Para alcançar esse objetivo, as políticas e ações passam pelo alcance da coesão económica e social e pela redução das disparidades económicas regionais através de fundos estruturais. Aquando da entrada conjunta dos países Ibéricos na CEE em 1986, o Norte de Portugal e a Galiza eram consideradas regiões de objetivo prioritário da política regional devido ao seu baixo nível de desenvolvimento e à sua situação periférica: “Eram países pobres, com um produto nacional modesto, salários baixos, inflação alta, moedas fracas, que seria indispensável ajudar com recursos financeiros acrescidos” (Martins da Silva, 2010: 162).

É desta forma que a União Europeia passa a visualizar nas regiões fronteiriças uma possível chave de desenvolvimento da integração e coesão europeia; os programas transfronteiriços e transnacionais são um instrumento das reduções dos inconvenientes da existência das fronteiras. Foi através dos Fundos Estruturais acima mencionados que ambas as regiões sofreram alterações económicas importantes como o fomento do desenvolvimento económico e social.

Nos anos 90, importa destacar o programa INTERREG destinado ao financiamento de estruturas, equipamentos e ações específicas para as regiões fronteiriças. Maioritariamente a cooperação acabou por ter um carácter institucional. Apesar do mérito que o programa teve na institucionalização da Cooperação, os seus resultados não se revelaram imediatos tendo em conta a inovação do financiamento e por ter sido implementado pela primeira vez (Dominguez Castro, 2006: 174). Segundo Eduardo Medeiros, o INTERREG veio conceber a “geração de uma dinâmica de cooperação tangível, para além de reforçar a cooperação institucional e cultural” (2009:29). Os atores locais e regionais perceberam a necessidade de direcionar as suas políticas de forma a colaborarem e cooperarem com comunidades vizinhas, tendo como principal objetivo alcançar as ajudas financeiras que o programa lhes facultava. No entanto e para tornar a cooperação entre regiões uma realidade cada vez mais observável e integrada fomentou-se uma gestão conjunta dos fundos por ambas as regiões. É necessário ter em conta que a questão das fronteiras políticas pode ser um obstáculo no momento de tornar a cooperação uma ação autêntica e próxima das populações.

Atentando no principal núcleo deste trabalho que é a Euro Região Norte de Portugal – Galiza, importa dizer que, a nível europeu, ambas as regiões não foram as primeiras a utilizar a cooperação como meio de atingir os objetivos de coesão e desenvolvimento. A nível europeu, a expansão da cooperação relaciona-se o financiamento comunitário e com as autoridades locais como os concelhos e as regiões. Estes elementos são os responsáveis no fomento da cooperação efetiva (Dominguez Castro, 2006:1-3) com base no desenvolvimento regional que a UE tem como prioridade.

Quando falamos em regiões e nos poderes que lhes são outorgados no contexto europeu, entendemos que foi necessária uma descentralização de poderes. Esta descentralização teve o seu início a partir de 1970 fazendo parte do grande movimento de integração europeia que tornou possível alcançar a consciencialização das regiões e da própria Comunidade Europeia face às disparidades a nível de desenvolvimento, de forma a atenuar as diferenças dos territórios europeus.

É necessário relacionar a questão da integração e da globalização (Rojo Salgado *apud* Dominguez Castro, 2006:3). Rojo Salgado entende que uma refundação europeia advém do processo de globalização; acaba por afirmar que a Cooperação Transfronteiriça tem um papel fundamental nestas mudanças. É possível afirmar que a Cooperação transfronteiriça permite harmonizar as diferenças históricas que tanto marcam o velho continente. A construção europeia precisa alicerçar-se na existência das fronteiras; é necessário superar o subdesenvolvimento e o afastamento face aos polos de poder inseparáveis ao conceito de fronteira. É imperativo a aceitação das fronteiras e da valorização das mesmas; não devem ser eliminadas, devem ser transpostas para fomentar o entendimento com base no desenvolvimento coeso das regiões.

Assim não é possível escrever sobre Cooperação sem atentarmos no conceito de Fronteira e nos seus possíveis efeitos. Devido a toda a carga histórica que a Europa aporta em si mesma, recorda-se a lembrança dos inúmeros confrontos bélicos que assolaram os seus territórios. Importa referir que apesar da antiguidade que caracteriza a Europa, as questões fronteiriças sempre marcaram a sua História. Os conflitos bélicos e as culturas políticas tão diferenciadas umas das outras permitiram uma constante reformulação e modificação das fronteiras. Em muitos casos a fronteira é vista como o “imaginário do medo” (Dominguez Castro, 2006: 151). Não é possível, por isso, destrinçar a Fronteira do contexto relacional na Europa; os estados-nação

contemporâneos procuram criar espaços de confraternização com objetivo de evitar novos possíveis conflitos com outros estados.

Com os constantes alargamentos da União Europeia, a fronteira e o seu significado voltam a estar na ordem do dia. No caso europeu existem locais fronteiriços com características muito díspares uns dos outros. É possível retirar o duplo significado do conceito; fronteira significa expectativa e ao mesmo tempo altercação e dificuldades. Apesar de tudo isto, importa esclarecer que a União Europeia conseguiu suplantar a questão das fronteiras internas e estabelecer uma relação de cordialidade entre vizinhos (Dominguez Castro, 2006: 152). Apesar destes avanços estabelecidos pela necessidade de cooperação e de um benefício socioeconómico, as fronteiras são barreiras impostas com consequências para ambos os lados da raia. A idealização do “outro” e da possível diferença transformaram-se numa robusta fronteira mental. Neste caso, estas são as raiais mais difíceis de se ultrapassar; felizmente, a cooperação transfronteiriça atenuou algumas destas dificuldades apelando à união e ao aproveitamento de potencialidades. É desta forma entende-se que “cooperar” é abolir fronteiras. É certo e sabido que as fronteiras são reais e existem; mas para além das fronteiras políticas e administrativas, as mais difíceis de serem transpostas são as fronteiras psicológicas. Este é o tipo de fronteira que necessita ser ultrapassado para uma melhor vivência da experiência europeia: a fronteira torna-se uma oportunidade para mudar a realidade das regiões pouco desenvolvidas ou pelo menos, atenuá-la. Importa destacar o papel do Conselho da Europa no fomento e no estímulo das aproximações e consequentes Tratados assinados entre Estados. A criação de associações de cooperação em áreas com problemas raianos advém de uma consciencialização das entidades locais e regionais para a necessidade de criarem laços além-fronteiras.

1.2. A Cooperação Transfronteiriça na União Europeia

A Cooperação Transfronteiriça a nível europeu conheceu quatro grandes etapas (Medeiros, 2009: 17). Entre 1950 e 1970 teve origem a primeira fase; o espaço fronteiriço dos países da Escandinávia, da Alemanha e da Holanda tiveram as atenções viradas para os seus processos, devido à sua capacidade organizativa e ao protagonismo que as autoridades locais conseguiram assumir de forma a dirigirem as suas ações de cooperação, para um possível modelo de Euro-Região. A segunda ocorreu entre 1971 e

1980 e teve como principal impulsionador a criação da Associação Europeia de Regiões Fronteiriças dando ênfase às autoridades regionais de forma a solidificarem o seu papel a nível europeu. É nesta altura que surgem as Comunidades de Trabalho dando mais coerência à cooperação. A terceira fase, entre 1981 e 1990, foi marcada pela Convenção de Madrid que abriu novas portas no mundo da Cooperação. Esta convenção teve como principal objetivo confirmar a necessidade de cooperação bem como a importância que as autoridades locais e regionais têm neste processo. As Regiões são assim importantes neste novo panorama e em 1985 foi criada a Assembleia de Regiões da Europa. A quarta e última fase decorreu entre 1991 e 2000 e teve no seu cerne os programas de financiamento comunitário (como o INTERREG) dando grandes possibilidades de criação de novas organizações ao longo das fronteiras e de novos projetos de cooperação (Dominguez Castro, 2006: 152- 155).

Expostas sumariamente as fases a que o processo de Cooperação Transfronteiriça se submeteu, importa analisar alguns objetos relacionados com as questões práticas da cooperação. A convenção de Madrid foi sem dúvida alguma dos marcos mais importantes sobre estas questões. A entrada em vigor desta convenção deu-se a 22 de dezembro de 1981 tendo sido celebrada em Maio de 1980. Inicialmente foi ratificada pela Republica Federal da Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega por serem países com alguma experiência na área da Cooperação Transfronteiriça. Um das questões mais discutidas ao longo deste encontro relacionou-se com a soberania. Cada estado conservou as suas soberanias e autonomias relativas às questões de Cooperação devido aos diferentes marcos judiciais e institucionais. Apesar desta reserva de soberania, a Convenção de Madrid abriu as portas necessárias para a criação de um sistema jurídico e consequentemente permitiu que se assinassem diversos Tratados bilaterais (Dominguez Castro, 2006: 167).

As funções transfronteiriças requerem ser desempenhadas de ambos os lados da fronteira tendo sempre em conta os Estados, as Regiões, as instituições locais e a própria União Europeia e os seus requisitos. É neste sentido que se torna pertinente assinalar a subsidiariedade e a parceria entre todas as partes, tendo as instituições locais e regionais a necessidade de fortificar funções a nível de administração e torná-las aptas para o processo de Cooperação.

A nível europeu importa referir que diversos alargamentos foram feitos. Aquando da entrada conjunta de Portugal e Espanha em 1986 assinou-se também o Tratado Único

Europeu que trouxe em si uma nova visão política a nível regional. Partiu-se do princípio que a política de coesão económica e social seria um bem indispensável a todo o processo de construção europeia, dando importância aos financiamentos e à política regional. Estas medidas foram elaboradas não só porque era uma necessidade crescente no seio do processo de integração, mas também porque os alargamentos assim o exigiam. A nível social e de desenvolvimento, os países que iam sendo integrados na CEE não estavam no mesmo ponto de partida que os restantes países (como sucedia no caso de Portugal e de Espanha). Eram países com dificuldades estruturais mas com outras características que beneficiariam a Comunidade como o caso da Espanha: a dimensão agrícola da CEE aumentaria um terço abarcando em si produções de vinho e azeite. Pelas proximidades geográficas e culturais e pelas dependências económicas e políticas, a CEE entendeu que a entrada deveria ser feita em conjunto (Martins da Silva, 2010: 164). Do ponto de vista europeu nem tudo foram facilidades; a Espanha implicava o aumento da dimensão agrícola da CEE para mais um terço o que acarretaria problemas de concorrência para os outros Estados-Membros. No caso de Portugal, o país precisaria de um período de adaptação a nível agrícola e industrial de forma a obter uma certa convergência internamente. A CEE depois deste alargamento tornou-se uma comunidade dissemelhante no seu interior devido à entrada de países com desigualdades económicas e com grandes défices de desenvolvimento (Martins da Silva, 2010: 172).

No ano de 1985, antes da entrada em vigor do Tratado Único Europeu em 1987, estabeleceram-se uma série de requisitos (a Grécia colocou condições) aos países ibéricos para a sua entrada na comunidade. Deveria ser feito um planeamento real e multisectorial e adaptado a cada espaço geográfico concreto de forma a estabelecer parcerias com as autoridades locais e regionais (Dominguez Castro, 2006: 168). É possível introduzir o tema da descentralização; ganha-se consciência da importância que as instituições locais e regionais têm para a resolução de certos problemas. Os dinheiros comunitários realizariam a função de complemento das despesas que as autoridades nacionais e locais teriam de assumir. Para uma concretização das políticas de convergência, torna-se imperativo reforçar a Cooperação; é necessária a ajuda às regiões mais carenciadas e aos territórios raianos tendo em conta que serão os primeiros a receber os efeitos do Mercado Único. Será nesta etapa que virão a existir experiências das primeiras estruturas de cooperação transfronteiriça que culminarão com o Tratado de Maastricht (assinado em fevereiro de 1992). Em 1994 e na sequência de Maastricht,

surge o Comité das Regiões para que seja dado ênfase às entidades regionais e às suas capacidades de atuação. Apesar de todos os esforços, as estruturas são consideradas insuficientes para responder aos processos de Cooperação. Em si, o próprio processamento da Cooperação avança de forma frágil e com baixa intensidade institucional e administrativa (Dominguez Castro, 2006: 176). Apesar das contrariedades e das complexidades, as primeiras Comunidades de Trabalho surgiram e acabaram por responder aos estímulos da Cooperação. As primeiras organizações de Cooperação Transfronteiriça remontam a 1982; criou-se a Comunidade de Trabalho dos Alpes Ocidentais (COTRAO) e a Comunidade de Trabalho dos Pirenéus. No primeiro caso temos esforços reunidos pela França, Itália e Suíça e a região alpina como principal fator de união. No segundo caso, reconhecemos a primeira presença efetiva ibérica em questões de cooperação inspirada no modelo anterior. Apesar disto, reconhece-se que esta Comunidade teve uma vida um pouco apagada até aos anos 90; ganhou alguma robustez com a entrada em vigor do Tratado de Bayonne em 1997. Este Tratado foi assinado pela República Francesa e pelo Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça e entidades territoriais¹.

Importa refletir que os anos 80 foram o tempo para a incubação dos ideais e da consciencialização sobre a Cooperação; foram tempos de preparação da base jurídica necessária a todos os processos de relacionamentos além-fronteiras. É neste período que se traça o futuro dos fundos estruturais que virão apoiar o processo de Cooperação e as regiões mais carenciadas provocando um alargamento nas ações transfronteiriças e proliferando comunidades de trabalho e protótipos de futuras Euro Regiões. É na década de oitenta que a Convenção de Madrid (tendo entrado em vigor em 1981) tem uma aplicação real e acaba por manifestar-se na criação de Tratados e Acordos como a Convenção Benelux assinada em 1986, o Acordo de Viena assinado em 1993 ou o Tratado de Bayonne assinado em 1995, entre outros.

Se os anos 80 simbolizaram o passo necessário para a conceção da Cooperação Transfronteiriça, a década seguinte foi sinónimo de uma solidariedade nas ajudas comunitárias sendo ainda uma década marcada por acontecimentos históricos que teriam uma repercussão em toda a estabilidade europeia e da Comunidade; falamos de acontecimentos como a Queda do Muro de Berlim e da conseqüente reunificação Alemã bem como do próprio desmantelamento Soviético (Dominguez Castro, 2006: 172).

¹ [Http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-1997-5148](http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-1997-5148) (consultado a 5-01-2015)

Apesar de todas as alterações ao estatuto europeu, a nível de Cooperação reconhece-se um grande avanço nesta área. É na década de oitenta que a Convenção de Madrid (tendo entrado em vigor em 1981) tem uma aplicação real e acaba por manifestar-se na criação de Tratados e Acordos como a Convenção Benelux assinada em 1986, o Acordo de Viena assinado em 1993 ou o Tratado de Bayonne assinado em 1995, entre outros. Importa ainda referir que os países que mais se destacaram a nível de Cooperação Transfronteiriça foram precisamente aqueles onde já existia uma ideia de cooperação enraizada; falamos de países como a Alemanha, França, Suíça, entre outros. Apesar da imensa importância da Convenção de Madrid entendeu-se que não era suficiente e que tinha algumas limitações; por isso mesmo o Conselho da Europa aprovou em 1995 um protocolo adicional. Este protocolo visou dar autonomia às entidades locais e regionais para o estabelecimento de acordos com instituições de outros estados. Destaca-se a importância da ação conjunta da base jurídica juntamente com os instrumentos financeiros nestes processos de Cooperação Transfronteiriça (Dominguez Castro, 2006: 174).

1.3. Instrumentos Financeiros e Cooperação Transfronteiriça entre 1990 e 2020

Ao falar em instrumentos financeiros e em Cooperação Transfronteiriça tem que se destacar o Programa INTERREG; a primeira fase deste programa ocorreu entre 1990 e 1993 teve como principal alvo de ação a Cooperação a nível transfronteiriço. Os fundos destinavam-se a custear diversos projetos em diferentes áreas cujos objetivos passavam por preparar as regiões fronteiriças face à integração europeia e por criar emprego em zonas pouco desenvolvidas (Medeiros, 2009: 27-28) (o programa será visto com mais pormenor no capítulo seguinte). A segunda fase do INTERREG ocorreu entre 1994 e 1999 e dividiu-se noutras áreas de atuação: o INTERREG II A centrou-se especificamente na Cooperação Transfronteiriça, o II B relacionou-se com redes de energia e por fim o programa II C foi criado para financiar as Cooperação Transnacional. Entre o ano 2000 e 2006, surgiu o INTERREG III que se centrou essencialmente na continuação de programas de desenvolvimento local e na criação de um mercado de trabalho estável (Medeiros, 2009: 34).

Relativamente ao INTERREG A, nas suas duas primeiras etapas (INTERREG I e INTERREG II) modificou a visão que existia sobre os polos de poder e as entidades regionais e locais. Na primeira etapa do programa, os Estados proporcionaram autonomia às suas organizações deixando que regiões com experiência assumissem o comando no estabelecimento de metas e projetos. Na segunda etapa existiu uma modificação na administração da iniciativa; os Estados assumiram a responsabilidade de estabelecimento e realização de metas nas suas fronteiras em grande parte da sua extensão. Durante as diferentes edições, o INTERREG conseguiu incitar as autoridades nacionais, regionais e locais a agirem em conjunto de forma a direcionarem as suas políticas para a existência de realidades e organismos além-fronteiras possibilitando a criação de parcerias e projetos comuns. O mérito da iniciativa não está apenas nos financiamentos nem nos projetos aprovados e realizados; o mérito do INTERREG está na capacidade de mobilizar diferentes entidades a diversos níveis para a realização e implementação de estratégias comuns (Medeiros, 2009: 29-35).

Importa referir que na década de 90 ocorreu o expoente da criação de organizações de Cooperação Transfronteiriça apesar da diminuição do poder regional e da crescente responsabilização dos Estados; foram criadas 70 organizações para cooperação transfronteiriça, algumas de carácter local e outras de carácter regional (Dominguez Castro, 2006: 179). Atentando na Euro Região, a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal foi criada em 1991 e o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular em 1992. Estes dois exemplos que serão explicitados no próximo capítulo mostram o movimento de atores transfronteiriços apesar das diferenças administrativas entre Portugal e Espanha. O que é de interesse realçar é a prontidão com que ambas as partes se unem para a obtenção de uma condição mais positiva face às diferentes capacidades financeiras para um desenvolvimento local e regional.

Durante o período de programação entre 2000 e 2006 (Dominguez Castro, 2008: 41-42), a cooperação continua a promover o equilíbrio territorial e regional. Em Portugal e Espanha, a continuação dos projetos é bastante limitada devido aos financiamentos. Durante estes anos, a colaboração e cooperação entre universidades e empresas é diminuta; as associações empresariais não conseguem assumir um papel ativo. No entanto, as estruturas locais atingem grande visibilidade na participação e na liderança, aproximando-se das instituições regionais.

Mais próximo da atualidade, reparemos no período que vai do ano 2007 até 2013; a política de coesão da União Europeia visou atingir 347,4 mil milhões de euros (Comissão Europeia, 2008:2) a serem empregados no desenvolvimento regional e na coesão. Segundo Danuta Hübner membro da Comissão Europeia e responsável pela Política Regional, estas medidas e políticas são sinónimo da “concretização da solidariedade entre os povos da Europa” (Comissão Europeia, 2008:1) e o principal objetivo da UE passa por atenuar as disparidades entre diversos territórios através do reforço da coesão social e económica. Da citação de Hübner gostaria de salientar a utilização da expressão “solidariedade entre os povos da Europa”; é clara a preocupação na aceitação e não negação da diversidade presente no continente. As marcas históricas realçam-se por elas mesmas fazendo lembrar que a Europa e a própria União Europeia é muito mais que os Estados-Membros e os países; as regiões, as diversas nações presentes num único país, e a cidadania são temas que a União não pretende passar por alto. Estas são as palavras adequadas quando se fala em Europa e em solidariedade; a Europa tão marcada pela História precisa da consciência a avivar-lhe a realidade; a existência da diversidade de povos e costumes. A coesão e a integração precisam da Cooperação para lhes facilitar os caminhos; para além das necessidades económicas, socialmente e culturalmente é necessário estimular o entendimento entre povos e regiões vizinhas.

Retomando a programação que decorreu entre 2007-2013, o valor financeiro significou mais de um terço do orçamento comunitário para ser gasto com a Política de Coesão que pretende arranjar soluções junto dos Estados, das Regiões e das localidades. Por outras palavras, podemos afirmar que se trata de uma tentativa por parte da União para se unir os diferentes povos através de parcerias públicas e privadas e atenuar problemas como a globalização, imigração ou questões ambientais. A coesão é imprescindível à contínua construção europeia; existem desafios que precisam ser transpostos e que ultrapassam fronteiras nacionais e administrativas.

Durante estes anos, o financiamento foi custeado por três fundos estruturais: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC) e o Fundo Social Europeu (FSE) (Comissão Europeia, 2008: 2). O FEDER financiou projetos regionais a fim de apoiar o desenvolvimento económico e social; o Fundo de Coesão concentrou-se no apoio a infraestruturas ambientais, energéticas e de transporte. Por

fim, o Fundo Social Europeu apoiou questões laborais e de emprego facilitando a entrada no mercado de trabalho.

Relativamente aos países da Euro Região Galiza-Norte de Portugal, a Espanha arrecadou um financiamento total de 35,2 mil milhões de euros sendo que para a Convergência (manutenção de uma taxa de crescimento anual do PIB, aumento da taxa de emprego) foram dados 26,2 mil milhões de euros; para Competitividade Regional e Emprego: 8,5 mil milhões de euros e por fim, para Cooperação Territorial Europeia foram gastos 559 milhões de euros (Comissão Europeia, 2008: 10). Este financiamento visou ajudar as Pequenas e Médias Empresas (PME), auxiliar a criação e manutenção de emprego e atrair investimento estrangeiro. No que toca a Portugal o financiamento total foi de 21,5 mil milhões de euros com objetivos de manter e melhorar a coesão social, promover a eficácia governativa e desenvolver o território. Para a Convergência foram gastos 20,47 mil milhões de euros, na Competitividade Regional e Emprego o investimento foi de 938 milhões de euros e por fim, gastaram-se 99 milhões de euros na Cooperação Territorial Europeia (Comissão Europeia, 2008: 12).

Relativamente à Cooperação Territorial entre 2014 e 2020, os programas operacionais inseridos neste novo período de ajudas financeiras já existiam; foram retomados novamente neste período. A nível Transnacional podemos falar em Programas como Programa Operacional Espaço Atlântico, Programa Operacional Madeira-Açores-Canárias (MAC), Programa Operacional para o Mediterrâneo (MED) e Programa Operacional Sudoeste Europeu (SUDOE)².

Dos programas acima mencionados, o Espaço Atlântico e o SUDOE abrangem Portugal e Espanha. O Espaço Atlântico compreende países como a França, Irlanda e Reino Unido, para além dos países Ibéricos, e abrange 37 regiões dos cinco países, entre as quais a Região Norte e a Galiza. Este programa operacional tem a sua génese em 1989 visando o crescimento europeu e continuar o incentivo do desenvolvimento territorial. Assim sendo, importa referir que o Espaço Atlântico insere-se na Política de Coesão e pretende responder a desafios regionais dentro dos países acima citados³.

² [Http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8349](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8349) (consultado a 5-01-2015)

³ [Http://atlanticarea.ccd-r-n.pt/espacio-atlantico-2020/sobre-el-ea-2020](http://atlanticarea.ccd-r-n.pt/espacio-atlantico-2020/sobre-el-ea-2020) (consultado a 7-01-2015)



Figura 1: Regiões do Espaço Atlântico⁴

Este programa tem como principais objetivos as redes transnacionais de empreendedorismo, valorizar a área costeira de acordo com um desenvolvimento regional sustentável e melhorar as acessibilidades e as ligações internas⁵.

Quanto ao programa SUDOE, os países visados são Portugal, Espanha e França e também o Reino Unido (devido a Gibraltar) tendo como principal objetivo a sustentabilidade do Sudoeste europeu. O ambiente, as novas tecnologias, e o desenvolvimento sustentável, são os principais pontos de ação. A Galiza e o Norte de Portugal são regiões elegíveis por este programa⁶.

⁴ [Http://atlanticarea.ccdr-n.pt/apresentacao](http://atlanticarea.ccdr-n.pt/apresentacao) (consultado a 27-10-2015)

⁵ [Http://atlanticarea.ccdr-n.pt/](http://atlanticarea.ccdr-n.pt/) (consultado a 7-01-2015)

⁶ [Http://www.interreg-sudoe.eu/PRT/d/112/Le-Programme-SUDOE/Quelles-sont-les-priorites-du-programme](http://www.interreg-sudoe.eu/PRT/d/112/Le-Programme-SUDOE/Quelles-sont-les-priorites-du-programme) (consultado a 8-01-2015)



Figura 2: Regiões abrangidas pelo SUDOE⁷

As estratégias do SUDOE relacionam-se com a criação de redes estáveis de cooperação, fomentar o desenvolvimento regional sustentado através da cooperação transnacional, proteger o meio ambiente e melhorar o acesso às redes de informação⁸.

Atentando na Cooperação Transfronteiriça, objeto deste estudo, é necessário destacar os dois programas operacionais: o POCTEP e o Programa Bacia Mar Mediterrâneo. O POCTEP, de todos os programas, é o que mais financia Portugal. Este programa autentica as redes de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal com a função de financiar e aprovar projetos em diversas áreas como infraestruturas, turismo e cultura (este programa operacional será explicitado noutro capítulo do trabalho, tendo em conta a sua importância no contexto da cooperação transfronteiriça)⁹.

O Programa Bacia Mar Mediterrâneo relaciona-se com a cooperação da UE com outros parceiros do Mar Mediterrâneo¹⁰.

⁷ [Http://www.interreg-sudoe.eu/](http://www.interreg-sudoe.eu/) (consultado a 27-10-2015)

⁸ [Http://4.interreg-sudoe.eu/](http://4.interreg-sudoe.eu/) (consultado a 8-01-2015)

⁹ [Http://www.poctep.eu/index.php?modulo=presentacion&id_area=8](http://www.poctep.eu/index.php?modulo=presentacion&id_area=8) (consultado a 9-01-2015)

¹⁰ [Http://www.enpicbmed.eu/programme/about-the-programme](http://www.enpicbmed.eu/programme/about-the-programme) (consultado a 9-01-2015)



Figura 3: Países que fazem parte do Programa Bacia Mar Mediterrâneo¹¹

O programa acima referido tem como objetivos promover e valorizar os territórios bem como promover a sustentabilidade ambiental da bacia mediterrânica. A promoção do diálogo cultural e a mobilidade de pessoas e bens, também fazem parte das suas prioridades.

1.4. O futuro da Cooperação Transfronteiriça

A Cooperação Transfronteiriça criou ao longo do seu trajeto um novo formato de território político; a interação além-fronteiras pretende ultrapassar conceitos e dogmas estabelecidos como as fronteiras psicológicas. Poderá existir a dúvida se todo este processo de construção europeu e consequentemente a Cooperação Transfronteiriça, não serão uma ameaça ao Estado-nação. Para além do espaço fronteiriço corresponder a uma oportunidade mercantil, também é um espaço de confirmação de identidades e particularidades. O processo transfronteiriço tem que ser consentido pelos Estados e consequentemente é necessária a sua disponibilidade regional e local para Acordos e Tratados (Dupeyron *apud* Dominguez Castro, 2006: 181). A Cooperação acaba por ser também um ótimo exercício identitário; torna-se imprescindível às regiões controlarem a questão da identidade apesar de quererem, e deverem, manter as suas raízes. É desta forma que as entidades regionais se conseguem fazer ouvir junto da União de forma a demonstrarem as suas dificuldades. No entanto, a União Europeia pretende ajudar a equalizar as situações divergentes e não aniquilar identidades ou culturas; apenas pretende um consenso através da entreaajuda e uma consciencialização por parte dos Estados.

¹¹ [Http://www.enpicbmed.eu/](http://www.enpicbmed.eu/) (consultado a 27-10-2015)

Tudo o que envolve a Cooperação Transfronteiriça a nível europeu e regional, soa como algo proveitoso mas na realidade, as dificuldades são enormes em relação à sua implementação e na concretização de certos projetos. As decisões administrativas são diferentes de país para país e de região para região; talvez por isso a concretização destes ideais seja por vezes lenta e delicada. As dificuldades são em muitos casos provas de fogo e que obrigam a esforços por parte das regiões e dos Estados; se por um lado podem representar a importância do esforço da construção Europeia, por outro, podem revelar formas de transformar as reivindicações regionais e locais, transpondo estes assuntos para um âmbito nacional e consequentemente, europeu.

Por muito que se fale ou se escreva sobre a Cooperação Transfronteiriça na União Europeia e se realcem os esforços em alargar a cooperação em diversos setores da sociedade, devido às dificuldades institucionais e administrativas, a Cooperação acaba por ser em grande parte, económica. Um dos objetivos desta pesquisa, para além de investigar a Cooperação Transfronteiriça entre a Galiza e o Norte de Portugal, é também indagar até que ponto o processo atravessa as características culturais das regiões. A nível europeu, a cooperação ocorre essencialmente do ponto de vista económico e do desenvolvimento territorial, tendo a componente cultural, uma pequena percentagem de realização efetiva (Taulelle and Vayssière *apud* Dominguez Castro, 2006: 182). Para a construção europeia necessitamos, para além de uma economia forte e pujante e uma sociedade estável e desenvolvida, de um sentimento de pertença que nos una a um “todo”. As questões identitárias precisam ser tidas em conta e a diversidade do Velho Continente necessita ser respeitada. Se o trabalho caminhasse no sentido de criar uma pertença coletiva e europeia que respeitasse as demais pertenças nacionais, teríamos uma aproximação intercultural harmoniosa. Assim a Cooperação Transfronteiriça seria não só um objetivo a ser melhorado, mas também um meio de construir e alcançar o tal sentimento comum de pertença. A abertura ao que é diferente, a partilha de conhecimentos e por fim a realização de projetos em comum (Pateau *apud* Dominguez Castro, 2006: 182) seria o caminho a seguir. Até certo ponto, este é o grande esforço da União Europeia mas os estigmas e os problemas não se erradicam tão rapidamente. A Cooperação caminha lentamente é certo, mas caminha.

Apesar do Estado-Nação não se encontrar ameaçado, é certo que a globalização foi alterando a forma de olhar o Estado. Palmeira cita Defarges (Defarges *apud* Palmeira, 2005:34) para explicitar que inadvertidamente os Estados podem estancar os processos

de desenvolvimento de algumas regiões mais empreendedoras sendo o Estado visto como algo que lhe impõe a absoluta necessidade de serem interdependentes de outras regiões; de certa forma isto acaba por traduzir-se em dependência e submissão. No entanto, a Globalização trouxe questões positivas para a União Europeia; de certa forma obrigou a uma evolução crescente no processo de Integração. Devido às circunstâncias políticas e às necessidades acrescidas, passamos de uma Europa de Estados, para uma Europa de Regiões. Esta é a apreciação que Palmeira faz do processo de Integração. Porém, na realidade os Estados continuam a assumir o seu papel na pirâmide, não estando assim a situação tão próxima de uma Europa de regiões. Talvez isso venha a ser possível se os esforços de coesão e integração continuarem a ser trabalhados. Desta forma, a União Europeia conseguirá chegar a uma Europa de cidadãos e não a uma União (apenas) de Estados. Para isso é preciso ir intensificando sentimentos de pertença a uma cidadania europeia e coesa com uma base económica estável e igualitária e um carácter político e social harmonioso e equitativo. A variabilidade europeia é real; a identidade europeia é plural devido às inúmeras e diversas identidades presentes no Velho Continente. Existem países com grandes aproximações culturais e com vínculos mais fortes que outros, a Galiza e o Norte de Portugal são o exemplo regional de aproximações culturais.

No processo de construção de uma Europa coesa e desenvolvida com regiões prósperas, as associações desempenham um papel relevante. Estas são a forma mais emblemática de fazer ouvir a voz da sociedade civil, transformam-se cada vez mais em polos estratégicos demonstrando outra maneira de governação, sendo organizações que cada vez mais se assumem num cenário internacional e de Cooperação Transfronteiriça.

SEGUNDA PARTE

2. A Cooperação Transfronteiriça no Noroeste Peninsular

2.1. A criação da Euro Região

O Norte de Portugal e a Galiza são regiões periféricas que se encontram distantes dos centros de poder. Esta periferia a nível geográfico implica muitas vezes uma “marginalização” que desemboca em problemas de desenvolvimento económico e social sustentável (Dominguez Castro, 2008: 129). No caso galego e no Norte de Portugal comprova-se a existência de grandes disparidades e assimetrias; desta forma ambas as regiões tornaram-se um dos objetivos principais da Cooperação devido aos seus valores *per capita* muito baixos e taxas de desemprego muito elevadas, tendo em conta outras regiões europeias. Esta zona tornou-se assim uma zona prioritária de ação da Política Regional Europeia. A Euro Região Norte de Portugal-Galiza foi constituída em 2008 no seguimento da composição do Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça (AECT) cuja principal função passa pela execução de programas ou projetos de cooperação territorial cofinanciados pela UE, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu (FSE) e/ou do Fundo de Coesão. A formação desta Euro região prende-se com o processo de regionalização em que a iniciativa se baseia na política regional e de desenvolvimento da União Europeia. Na atualidade podemos afirmar que os AECT executam os programas de cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional e a sua ação passa pelo fortalecimento da política regional, pelo desenvolvimento de atividades económicas entre outras, e passa ainda pelo desenvolvimento da cooperação bilateral, sendo um fruto da constante globalização e evolução da Cooperação Transfronteiriça. Pela sua importância, falaremos nestes Agrupamentos, mais adiante na investigação.

A Euro Região formada pela Galiza e pela Região Norte possui uma superfície de 50.863 km² que corresponde a 8,5% do território Ibérico. É necessário destacar que é a Galiza que possui uma maior superfície territorial com cerca de 29.574 km² (Rio Fernandes *et al.* 2006:131). A nível populacional falamos em cerca de 6,4 milhões de habitantes em todo o território da Euro Região, sendo que a maior percentagem de

população se encontra no Norte de Portugal: 3.689 milhões de habitantes que representam 35,4% da população portuguesa (www.eurocidadechavesverin.eu e INE). O território Galego, apesar de possuir uma maior extensão, possui apenas 2,7 milhões de pessoas. É necessário destacar que os principais atores da Euro Região são a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal (Xunta de Galicia e CCDR-N) e o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular que assumem os papéis de administração e organização do território e consequentemente, o planeamento e execução de muitos dos projetos para o desenvolvimento da Euro Região.

Quadro 1: Território e População da Euro Região Norte de Portugal – Galiza em 2011¹²

	Superfície Km2	População residente	Densidade populacional
Espanha	505.988,0	46.815.916	92,5
Portugal	92.151,8	10.562.178	114,6
Euro Região	50.863,0	6.462.610	127,1
Norte de Portugal	21.289,0	3.689.682	173,3
Galiza	29.574,0	2.772.928	93,8

Quadro 2: Grupos etários na Euro Região em 2011¹³

	0-15 anos	16-64 anos	65 + anos
Espanha	16,0%	66,7%	17,3%
Portugal	15,9%	65,0 %	19,0%
Euro Região	14,6%	65,8 %	19,6%
Norte de Portugal	16,2%	66,7%	17,1%
Galiza	12,6%	64,6%	22,8%

Como é possível reparar nas tabelas acima, constata-se o envelhecimento da população espanhola e portuguesa e consequentemente no território da Euro Região. O facto do território espanhol e da sua população residente serem superiores a Portugal agrava a situação nacional. Temos menos população residente e menos território, no entanto,

¹² www.eurocidade.eu e INE (consultado a 5-11-2015)

¹³ www.eurocidade.eu e INE (consultado a 5-11-2015)

possuímos percentagens de população idosa muito próximos da realidade espanhola. Destaque-se ainda a percentagem da população idosa na Euro Região: 17,1% no Norte de Portugal e 22,8% na Galiza.

De facto, as Euro Regiões são o resultado da organização Europeia e do aproveitamento de características sociais e culturais que as aproximam. A história das relações entre a Região Norte e a Galiza remontam ao período anterior ao dos Estados-nação. Existe uma proximidade que assenta numa tradição cultural, linguística e económica que se tornou indispensável para a criação da Euro Região (Ribeiro e Silva, 2012: 189). É certo que no tempo da *Gallaecia* Romana, da Idade Média e até na Contemporaneidade, não é possível falarmos em Cooperação; o mais correto é falarmos em entreajudas e permutas. Ao longo dos tempos foram-se sacralizando certas práticas que se revelaram frutíferas para ambas as partes. No entanto nunca se esqueceram as rivalidades específicas de uma vizinhança partilhada. É certo que não falamos apenas em cooperação entre a Região Norte e a Galiza; falamos num estímulo à cooperação local, entre municípios e empresas locais. A Cooperação Transfronteiriça é uma das grandes razões para a existência de Euro Regiões em que a política regional da União Europeia é o principal estímulo (Ribeiro e Silva, 2012: 191).

É possível observar a Europa e verificar que as regiões assumem cada vez mais um papel preponderante na diminuição das assimetrias económicas e sociais. A Associação de Regiões Transfronteiriças Europeias e o Comité das Regiões desempenham funções como seja o apoio ao desenvolvimento regional e local ajudando na captação de fundos que estimulam a coesão nesses territórios. Importa destacar que são organismos ligados ao associativismo e que revelam a importância dos movimentos associativos em questões de Cooperação entre regiões. É importante destacar que não só as associações e os atores locais e regionais possuem a génese da iniciativa das Euro Regiões; estas não seriam possíveis se não existisse o incentivo dos programas europeus de financiamento como a Iniciativa Comunitária Interreg-A (Medeiros, 2009: 85). O que acontece no seio da Euro Região cujas regiões são objeto de estudo neste trabalho é que a cooperação Transfronteiriça é mais intensa entre o eixo Minho-Galiza mas que para usufruir do verdadeiro sentido do termo Euro Região, precisa de retificar certos factores como a partilha de infraestruturas e recursos (Medeiros, 2009: 87).

2.2. A Região Norte e a Galiza: características, atributos e Cooperação

A região Norte possui a nível internacional uma posição geográfica estratégica mesmo quando as suas aptidões não sejam usufruídas e exploradas até ao limite das suas competências. No entanto é possível dizer que o Norte do país possui uma forte presença atlântica nas trocas mundiais (Dominguez Castro, 2008: 105). Os portos de Leixões e de Viana do Castelo e o aeroporto Sá Carneiro assumem um papel preponderante na competitividade com outras regiões. Verifica-se uma cultura marítima e atlântica bem saliente que se liga de imediato aos espaços naturais altamente valoráveis. A nível de emprego ligado à indústria, existe uma faixa litoral que prossegue até aos territórios galegos. Apesar de todas estas qualidades na área atlântica, não se pode dissimular a necessidade crescente da conexão continental e com os demais territórios europeus, onde se encontra o mercado comum.

O Norte de Portugal possui uma faixa interior que não desfruta do posicionamento atlântico: Trás-os-Montes e Alto Douro. É certo que o rio Douro possui uma relação cultural e histórica com a componente atlântica da cidade do Porto. Deve ser encarado como um sistema natural com grande intervenção humana (Douro vinhateiro) e tem que ser obrigatoriamente visto como fator de conexão entre a visão atlântica e a visão continental da região. Pensando ainda nos territórios transmontanos, é preciso destacar o Alto Tâmega e a Terra Fria. Aqui a continentalidade é o único recurso possível a ser organizado. Denota-se esta carência de aproveitamento da faixa continental; uma tentativa de minimizar esta realidade foi a criação da plataforma logística de Chaves.

A Galiza possui quatro províncias (administrações): A Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra (Dominguez Castro, 2008: 130). A Corunha e Pontevedra pertencem à faixa litoral e atlântica enquanto Lugo e Ourense encontram-se na faixa interior da Região autónoma. Das quatro administrações provinciais, A Corunha possuiu no período compreendido entre 1995 e 2004, a maior evolução do PIB *per capita* (evolução de 75%). Destaque-se a província de Ourense (província que pertence Verín) como a menos competitiva e com a menor evolução das quatro (Dominguez Castro, 2008: 130-133).

A região autónoma galega possui grandes assimetrias no seu interior e, a nível fronteiriço, as zonas raianas pertencentes à faixa litoral (província de Pontevedra) estão mais desenvolvidas que as zonas pertencentes à província de Ourense. A província de Pontevedra é rica em indústrias ligadas à característica atlântica. A raia circunscrita ao

território provincial de Ourense também possui mais-valias e atividades que estimulam a economia: grandes culturas agrícolas e pecuária. No entanto, e apesar da importância destas atividades, estas não são suficientes para criarem um desenvolvimento económico notável ou um bem-estar social melhorado. É de importância destacar ainda, a existência do Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés (Serra do Gerês) e a aptidão que esta província tem para as atividades relacionadas com a natureza, agricultura e meio ambiente. A área de fronteira galega compreende 68 municípios (Dominguez Castro, 2008: 134-135) e possui uma baixa densidade populacional, uma industrialização dispersa e pouco desenvolvida (pelo menos na faixa interior) e uma população demasiado envelhecida. A nível da faixa litoral e atlântica, realce-se a Eurocidade Valença-Tuy, e a rede de acessibilidades e infraestruturas e as ações de desenvolvimento das indústrias conservação e utilização dos recursos hídricos.

A cooperação entre a região portuguesa e a vizinha Galiza tem progredido e consequentemente, a cooperação entre os Governos nacionais. É certo que apesar da evolução do processo, existem sempre questões de compatibilização devido à dualidade política e sectorial. Até aqui, no processo de cooperação com a vizinha Galiza tem primado a faceta atlântica em detrimento da continental. Mesmo assim, podemos afirmar que a cooperação interior com a Galiza assume um papel emergente de forma a conseguir alargar as potencialidades de ambas as regiões.

Quadro 3 : Municípios da Região Norte: distribuição e número (Ribeiro e Silva, 2012: 185)

Quadro 14: Número e distribuição dos municípios da Região Norte de Portugal

NUTS III	MUNICIPIOS	FREGUESIAS
Minho-lima	10	290
Cavado	6	265
Ave	8	240
Grande Porto	9	130
Tâmega	15	323
Entre Douro e Vouga	5	80
Douro	19	301
Alto Trás-os-Montes	14	395
Total	86	2.024

Fonte: Domínguez (2004)

A região Norte de Portugal representa 23,1% do território nacional onde se encontram 28% dos municípios e 48% das freguesias.

No caso Galego as divisões administrativas são diferentes; o poder local é mais acentuado devido à própria divisão provincial. Na prática, estas diferenças administrativas entre regiões acabam por causar dificuldades; a Galiza acaba por ser mais autónoma que a Região Norte devido à maior independência dos poderes locais face ao Governo espanhol.

Quadro 4: Número e distribuição de poderes locais na Galiza (Ribeiro e Silva, 2012: 187)

Quadro 15: Poderes locais na Galiza

PROVINCIA	DEPUTACIÖNS	CONCELLOS	PARROQUIAS	COMARCAS
A Coruña	1	94	939	18
Lugo	1	67	1.273	13
Ourense	1	92	917	12
Pontevedra	1	62	670	10
TOTAL	4	315	3.799	53

Fonte: Domínguez (2004)

Face à necessidade de superar dificuldades e de unir esforços, em Outubro 1991 foi criada a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal sob a tutela da Cooperação Transfronteiriça. Tratou-se de uma experiência de institucionalização e de promoção das relações entre as duas regiões. A institucionalização da Comunidade de Trabalho marca a evolução do processo da cooperação pois implica a atuação dos poderes públicos. A formação desta Comunidade de Trabalho aproximou de forma indubitável a Xunta de Galicia e a Comissão de Coordenação da Região Norte de forma a conseguirem traçar estratégias e programas focados no desenvolvimento regional.

A Comunidade de Trabalho originou ainda três configurações descentralizadas de cooperação transfronteiriça: Comunidade Territorial do Vale do Minho, Comunidade Territorial do Vale do Lima e Comunidade Territorial do Vale do Tâmega. Estas três formações executaram ações de aproximação entre municípios essenciais ao seguimento do processo de cooperação, pois para além da necessidade de cooperar com uma região estrangeira, é necessária a mentalização de um entendimento entre concelhos.

Atentando na cooperação e no entendimento entre municípios, deparamo-nos com a constituição da Associação das Cidades do Eixo Atlântico que envolve um sistema de cidades portuguesas e galegas e que promove o envolvimento e a consequente aproximação de ambas as regiões. O Eixo Atlântico foi lançado no momento em que Porto e Vigo eram portadores de ambições como alcançar financiamento a nível europeu do Pacote Delors II (Juncal Sampredo, 2012: 41). Mais do que uma possível sobreposição com a Comunidade de Trabalho, o Eixo Atlântico preenche o espaço de aproximação entre ambas as regiões que não estava devidamente ocupado e porque a sua ação apresenta uma realização marcadamente regional e local. A composição desta associação tem vindo a alargar-se cada vez mais à entrada de outros municípios.

A experiência entre o Norte de Portugal e a Galiza apela para a cooperação entre regiões periféricas com dificuldades de desenvolvimento em diversas áreas. É neste momento que se torna necessário conhecer o termo “cooperação inter-regional”; importa que seja entendida como um instrumento de convergência e de coesão (num primeiro plano, a nível económico). A intenção do processo era sempre o envolvimento de regiões mais desenvolvidas, com capacidade de permuta e partilha com outros territórios com níveis de desenvolvimento diferentes. No que toca às regiões visadas nesta investigação, ambas possuem um défice de conhecimento no que toca a permutas de saberes dentro da cooperação e no que toca a conhecimento proveniente de outras experiências europeias. Na verdade, e apesar do que acima foi descrito, a origem da estrutura de cooperação entre as regiões assenta em princípios como o capital cultural e a similitude de cultos, ambos ocultos por questões políticas (Dominguez Castro, 2008: 109), assim como assenta na evolução do conceito “transfronteiriço” para “inter-regional”. Comparativamente a outros territórios fronteiriços luso-espanhóis, a densidade demográfica é maior e as diferentes atividades económicas têm mais probabilidade de singrar. Destaca-se ainda a grande diversidade de intervenientes e de representações quanto às diferentes necessidades que apelam à cooperação. Estes fatores antecederam a própria iniciativa do programa INTERREG e estes são os principais sustentáculos da Cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza. Realce-se ainda que a aproximação entre populações e os próprios intervenientes é uma realidade que precedeu as relações institucionais.

A Cooperação não é de todo um assunto que possa ser observado linearmente; se por um lado possuímos uma série de fatores que são indispensáveis para a realização de tais

ações a nível colaborativo, existem ainda fatores que podem complicar minimamente as interações e a relação entre ambas as regiões. A diversidade administrativa e de regimes políticos pode complexificar as interpretações sobre as questões de interação. Desta feita, destaque-se a ausência de autonomia regional em Portugal e a vontade de dar protagonismo à sociedade civil em assuntos de Cooperação. A Comissão de Coordenação Regional do Norte pode ter sido reforçada artificialmente para responder ao processo de Cooperação segundo alguns autores (Dominguez Castro, 2008: 110) assim como a abordagem que é feita à Cooperação, em muitos casos, é meramente administrativa. É certo que estas particularidades ocorrem e podem criar alguma dificuldade ao processo de Cooperação, no entanto, não comprometem o avanço das ações previstas entre as duas regiões. É importante refletir sobre as dificuldades desta experiência; só assim se poderá chegar a conclusões do que se necessita ou não, de uma transformação. Se por um lado temos uma alta compatibilidade de relações culturais e sociais, por outro, temos um olhar demasiado administrativo sobre a cooperação entre nortenhos e galegos. Existe um grande conjunto e muito diversificado de experiências a nível do processo de cooperação e que podem ser relacionados com a disposição territorial do espaço da Euro-região e com os eixos terrestres e geográficos.

Certamente o termo Cooperação é o cerne da investigação em curso e por isso faz algum sentido percebermos quais os tipos de cooperação que existem e que são aplicados nas relações entre estas duas regiões. O procedimento com princípios mais robustos é a Cooperação de Proximidade (Figueiredo, 2008: 111-113) que visa as relações mais básicas como por exemplo as relações laborais, os fluxos de turismo, as atividades histórico-culturais e o aproveitamento dos espaços naturais. Destacamos os territórios do Vale do Minho e do Vale do Ave e a articulação urbana Chaves-Verín. Convém realçar que as relações entre associações empresariais locais e empresas deve ser considerada parte integrante desta tipologia de Cooperação apesar de ser algo que ocorre mais recentemente.

Como é possível perceber ao longo do trabalho, existe uma divisão que necessita ser feita quando se fala em cooperação; a dicotomia interior/litoral. A Cooperação de base litoral assenta nos bons acessos de circulação (IC1-A28 e autoestrada Tui-Vigo). Articula-se com a Cooperação de Proximidade mas é preciso demonstrar que a relação mais promissora neste processo está a cargo de Viana do Castelo e Vigo.

De seguida, ao falarmos no processo de Cooperação Inter-regional, denotamos o envolvimento da Região Urbana Atlântica Norte ao longo do processo pois possui uma aglomeração urbana e industrial considerável, quando analisada a nível europeu. Dos acessos que dão ênfase a este processo de Cooperação, enfatizo a autoestrada A3 Porto - Braga que se prolonga até à autoestrada Litoral Galega.

Existe ainda um tipo de Cooperação que tem como referência o sistema urbano da Euro-Região, remetendo de imediato para o papel da Associação do Eixo Atlântico pela sua ação de constituição de uma rede de municípios. Esta rede envolve as cidades mais preponderantes em ambos lados da fronteira. Representa ainda um tipo de cooperação entre o litoral e o interior, modelando relações de ajuda e solidariedade entre municípios estrategicamente mais fortes e municípios mais débeis. No Norte de Portugal temos uma maior intensidade de urbanização na área do Grande Porto e uma grande debilidade nas cidades da faixa interior. Em termos galegos podemos falar num contraponto; para além de existir um equilíbrio territorial urbano e urbanizado, as cidades do interior são elementos vigorosos no processo de cooperação (Figueiredo, 2008: 110-112).

Reconhece-se no sistema de cooperação nortenho-galaico, um eixo inconcluso: o eixo interior Vila Real-Chaves-Ourense-Lugo. Pode dizer-se que já existe alguma dinâmica transfronteiriça de proximidade e por isso é considerado um sub-eixo de cooperação do Eixo Atlântico (os quatro municípios integram a Associação de municípios). Será necessário articular estes territórios considerados desprovidos de iniciativas e altamente dependentes, para o desenvolvimento deste eixo interior (Figueiredo, 2008: 110-112). Deve evidenciar-se o projeto Eurocidade Chaves-Verín que despontou entre 2007 e 2008 e que tem como principais objetivos organizacionais as atividades termais, as dinâmicas culturais e as atividades económicas logísticas.

A fronteira da Galiza com o Norte do nosso país é a mais habitada comparativamente às demais raias luso-espanholas. Esta característica dota a Euro Região com vantagens a nível de cooperação que outras regiões não podem usufruir. Esta característica associada às demais que já foram explicitadas anteriormente, permitem um entendimento (relacional) nos dois lados da fronteira. Observaremos alguns dos fatores que fomentam ou que impossibilitam as dinâmicas de cooperação.

Como fator inibidor, temos a situação da população envelhecida (tanto no Norte de Portugal como na Galiza). Em 2001 a Galiza apresentava um Índice de envelhecimento

muito elevado (119 idosos por 100 jovens) e a Região Norte possuía um valor de 80 idosos por 100 jovens. Certamente esta situação não é favorável ao desenvolvimento regional; relaciona-se com o aumento da esperança de vida (fator positivo) e com a diminuição do número de nascimentos (fator negativo) (Figueiredo, 2008: 113).

Tendo em conta o Produto Interno Bruto, a Espanha encontra-se num caminho de convergência no que toca à comparação com outros estados europeus; Portugal apresenta uma convergência muito fraca. Tanto a Galiza como a região Norte, possuem valores abaixo da média europeia.

Para percebermos os dinamismos da Cooperação entre as regiões, é obrigatório falarmos em infraestruturas e transportes. Entre Tui e Valença do Minho existe um fluxo de veículos pesados e de passageiros, extremamente elevado. Podemos retirar desta evidência a crescente facilidade de “permutas” na zona de fronteira. Em 2004, o fluxo de passageiros entre Valença e Tui, representava mais de um terço do tráfego total entre Portugal e Espanha. Ainda no mesmo ano, a fronteira Valença/Tui ocupava a 2ª posição no ranking a seguir a Vilar Formoso/ Fuentes de Oñoro, no que toca a veículos de mercadorias (Figueiredo, 2008: 114). A área dos transportes que possui mais necessidade de intervenção é o sector ferroviário; como exemplo temos a ligação Porto-Vigo que possui um grande número de passageiros mas um transporte de mercadorias praticamente insignificante. Desta forma, afirma-se que entre 2003 e 2004, a Galiza como mercado de exportações portuguesas, aumentou cerca de 13%. Pela primeira vez em 2004, existiu um saldo positivo e favorável a nível de trocas comerciais entre a região Norte e a Galiza (representou 6,3 milhões de euros para Portugal). O sector têxtil, a agricultura, a pecuária, a pesca e o papel, representam cerca de 80% dos produtos exportados para a vizinha Galiza (Figueiredo, 2008: 114-115).

A Comunidade de Trabalho foi transformada numa plataforma de conceção de projetos pelas diferentes edições do INTERREG que passou a dominar a visibilidade da Cooperação luso-galaica. Foi durante a execução do INTERREG II que se deu a execução interna de Comissões sectoriais que dinamizaram os projetos diversos. Em 1999, o Interreg II impulsionou fortemente a realização da edição seguinte da própria iniciativa.

Assim sendo, é possível identificar quatro tipos de projetos de cooperação com origem no Interreg III (Figueiredo, 2008: 115):

- Projetos de Comissões Sectoriais ou Territoriais (cujos parceiros são Comissões Sectoriais ou Territoriais)
- Projetos de Comissões Sectoriais cujos parceiros são Comissões Territoriais (e também inversamente).
- Projetos relacionados com a Comunidade de Trabalho como resultado da aproximação de parceiros
- Outros projetos cuja génese se encontra no seio da Comunidade de Trabalho mas que resultam do relacionamento de instituições que não fazem parte da própria comunidade.

A diversidade de projetos e de interesses/necessidades, não impede que se possa dizer que a Comunidade de Trabalho enfrenta dificuldades em atrair instituições e empreendimentos com forte contiguidade ao tecido empresarial. É certo que tem ainda dificuldades em atrair e diversificar a participação da sociedade civil relativamente a este tema. Assim sendo, e tendo em conta as dificuldades de integração territoriais e sectoriais, é certo que se pretende que os espaços transfronteiriços sejam espaços de desenvolvimento. Isso só se tornará possível, se as diversas comissões sectoriais se tornarem num meio de triagem de prioridades para estes territórios. Para a melhoria da constituição e realização dos projetos de cooperação, é importante a criação de Comunidades Transversais e o melhoramento da capacidade institucional das entidades envolvidas. Não deve ser esquecido, que a Cooperação Transfronteiriça nestes territórios (ou noutros em casos semelhantes) necessita da aceitação e da participação da sociedade civil.

Retomando a programação do INTERREG III A, entre 2000-2006, é possível afirmar que existem quatro eixos de atuação podendo traduzir-se em 149 projetos aprovados. Podemos constatar que o principal eixo com um maior número de projetos (50) é o Eixo 2 direccionado para a “valorização, promoção e conservação do ambiente e recursos patrimoniais e naturais” e que representam 41,3% do valor FEDER aprovado. De seguida encontramos o Eixo 1 que remete para “infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço” com aprovação de 25 projetos que equivalem a 29,4% do valor do FEDER. O Eixo 3 que se relaciona com o “desenvolvimento económico e com a promoção da empregabilidade” arrecada 22,4% do fundo de desenvolvimento regional e com um total de 43 projetos aprovados. Existe ainda o Eixo 4 que representa uma humilde posição e que remete para o “fomento da

cooperação e integração social e institucional”. Apesar dos 31 projetos aprovados, equivale apenas 8,7% do fundo de desenvolvimento. Deve salientar-se que os dois primeiros eixos da programação do INTERREG transpõem a dificuldade em materializar as relações transfronteiriças devido ao seu cariz altamente infraestrutural. O Norte de Portugal e a Galiza participam ainda noutros programas do Interreg como o Espaço Atlântico, podendo assim aumentar a capacidade e as oportunidades de uma melhoria no processo de cooperação (Figueiredo, 2008:118-121).

Importa ainda divulgar quais os principais organismos e entidades envolvidas no longo procedimento que é a Cooperação Transfronteiriça. Tendo ainda em conta o INTERREG III que ocorreu em 2000-2006, temos a seguinte lista que nos dá por ordem de importância as participações e responsabilidades das entidades (Figueiredo, 2008:122):

- 1- Municípios e Associações de Municípios
- 2- Organismos de administração (regional e/ou Central)
- 3- Universidades e respetivos centros de investigação
- 4- Centros técnicos Universidades-Empresas
- 5- Associações empresariais
- 6- Organismos da Sociedade Civil
- 7- Associações de Desenvolvimento
- 8- Associações das Cidades (caso do Eixo Atlântico).

Se por lado, as Universidades e os centros técnicos relacionados com o sector empresarial possuem um grande peso na distribuição e influência na realização dos projetos, o associativismo empresarial possui uma participação desalentada e pouco influente. No que toca às associações de desenvolvimento, e apesar da sua formação e constituição neste processo ser importante, a maior percentagem reparte-se entre as Fundações Comarcais Galegas (e que são caracterizadas como instituições públicas e não da sociedade civil).

2.3. Governança: uma nova visão

Não podemos falar em Euro Região sem falarmos em Governança. Como escreveu José António Palmeira em *“Aproximações á governanza na Euro-Região Galiza-Norte de*

Portugal” (2005:31), as relações entre a Galiza e o Norte de Portugal não dependem de Madrid e Lisboa. O autor entende que na base de um bom relacionamento entre regiões está a Sociedade Civil pois a dinâmica é alimentada pelas afinidades culturais e pelas ações a nível económico e é neste sentido que aparece o conceito de Governança. Este conceito é considerado recente e advém diretamente do processo de Globalização e da consequente reformulação do conceito de Estado-Nação. Importa referir que a Governança é um termo que remete para “auto-governo” numa dimensão global. Segundo o referido autor, a governança é “a gestão da sociedade pelo povo” (Palmeira, 2005: 31) e ainda “a aceitação positiva da diversidade pelo Estado”. Neste contexto percebe-se a crescente interdependência dos Estados face à Globalização e o papel fundamental desempenhado pelas alianças regionais.

Mas, como observa Gilles Paquet, citado por António Palmeira (2005:223-257), “se as capacidades de governação já não estão necessariamente tão ligadas a alguns nichos do território nacional como estavam no passado, o Estado territorial ainda desempenha um papel de caixa-de-ressonância através do qual muito tem que ser arbitrado”. A Governança está relacionada com o processo de integração e consequentemente, com uma cidadania europeia consolidada através das interdependências económicas e políticas da União Europeia. É possível identificar três níveis neste processo: a União Europeia no topo, os Estados no meio e as entidades regionais na base servindo de suporte. Verifica-se assim, a importância emergente das regiões no contexto europeu; o próprio movimento de globalização acaba por tornar-se relevante no sentido em que é através desse mesmo movimento que é possível dar importância ao local/regional. É através da globalização que conseguimos preservar as diferentes identidades presentes no seio da União Europeia e que visualizamos um processo de construção europeia que contém em si uma multiplicidade identitária vasta. Entenda-se que todo este processo que visa abranger as regiões num panorama global, possui em si possíveis correções das desigualdades presentes nos territórios europeus.

Existe uma distinção entre a Política e Governança (Rio Fernandes *et al.* 2006:27): a política remete para um decurso de atividades dentro da *polis*; administrar, julgar e deliberar. Analisa-se o ser humano como um “animal social” que não é capaz de viver isolado e por isso tem a necessidade de se relacionar com os demais. É neste sentido que as suas relações sociais irão determinar a sua forma de viver. A Política é o ato de governação destas dicotomias através de objetivos e de coordenação das situações

sociais. A ordem e o equilíbrio social prevalecem com a finalidade do bem comum (Rio Fernandes *et al.* 2006: 28).

Ao longo das décadas tem-se verificado alguns problemas e questões relativamente ao conceito de governação, sendo esta associada à crise da democracia e consequentemente, às dificuldades que as diversas formas de governo atravessam. Todos estes conceitos são contestados devido a uma diminuição de participação civil e a um olhar demasiado técnico sobre a sociedade. A ação de governar acarreta uma inclusão da sociedade civil (instituições, associações, empresas, etc.) em certas decisões e ações que antes seriam apenas definidas pelo poder político (Rio Fernandes *et al.* 2006:27).

A Governança que tal como foi referido, possui mais que um significado. O fato de ser um conceito com uma elasticidade real é possível aplicá-lo a diferentes realidades e em função de diferentes objetivos. A Governança não é um termo usado meramente nas questões do poder político; é usado também em âmbitos empresariais ou institucionais, administrações locais, instâncias internacionais e supranacionais, implicando uma nova forma de gestão pública. Existem essencialmente duas aceções: a tradicional e a moderna segundo Peters (Peters *apud* Rio Fernandes *et al.* 2006: 32). A perspectiva tradicional baseia-se na autoridade e no governo do Estado como algo insubstituível sendo o ato de governação fundamental. A conceção moderna de Governança dá especial enfoque aos recursos existentes no núcleo das sociedades capazes de se autogerir sem a intervenção estatal (ou pelo menos, com pouca intervenção estatal). O autor considera que é possível tomar decisões mais eficazes e justas neste contexto. Por outro lado, existe a crença que a sociedade consegue regular-se sem a atuação do Estado colocando os cidadãos numa posição mais relevante em detrimento da administração. O que é importante reter sobre o conceito de Governança é que é, antes de tudo, um fenómeno social que envolve atores variados dentro das sociedades, com intuito de governar e diminuir a separação de relações entre entidades e sociedade civil.

A Governança está diretamente relacionada com as modificações realizadas pela globalização mas continua a ser preciso ter em conta as diferenças administrativas entre regiões. É ao esforço da Comunidade de Trabalho que se deve a superação de dificuldades sobre a cooperação transfronteiriça (Rio Fernandes *et al.* 2006: 119) transformando-a num processo mais próximo ao conceito de Governança e consequentemente, ao processo de formação da Euro Região. Foi através desta

Comunidade que se criou a gestão e o aproveitamento das similitudes históricas e geográficas, bem como a organização dos elementos políticos e sociais numa rede para proveito de ambas as regiões.

Posto isto, torna-se plausível perceber que o conceito de Euro Região se relaciona com a Globalização e com a Governança. Segundo Luíz Dominguez Castro (Dominguez Castro *apud* Rio Fernandes et al. 2006: 130) uma Euro Região caracteriza-se por ter “um carácter permanente, identidade própria, separada dos seus membros, conta com recursos administrativos, técnicos e financeiros próprios com capacidade interna de tomar decisões”. Linearmente, este não é o caso do Norte de Portugal/Galiza; esta Euro Região possui um carácter permanente mas não possui uma identidade própria e apesar das semelhanças, na prática verificam-se identidades diferentes. É certo que esta Euro Região também não possui recursos financeiros autónomos e próprios. Neste caso, a junção do Norte de Portugal e Galiza passa essencialmente pelo planeamento de estratégias de coesão. Por todas estas questões, torna-se imperativo o auxílio mútuo, tendo como base o passado partilhado e a situação periférica que ambas compartilham dado que são periféricas a nível europeu e nos seus Estados.

2.4. O conceito de Fronteira e a Raia Ibérica

O conceito de fronteira relaciona-se de forma particular e direta com o processo de Cooperação. Este conceito evoluiu aos longos dos tempos baseado em diversas ambiguidades, no entanto, uma fronteira pressupõe um afastamento e uma dissemelhança entre partes (Caldeira, 2011: 12). Entenda-se que a dualidade da fronteira contém em si o ênfase da separação mas também a experiência da vizinhança e da partilha. Com a evolução das sociedades ao longo das épocas, o conceito de fronteira acabou por evoluir também. As fronteiras físicas não foram sempre tal como as conhecemos, não são conceitos estáticos; sofreram alargamentos e minorações (atentando a que falamos em fronteiras criadas pelos seres humanos).

Se por um lado a fronteira implica um limite e uma separação, implica também um espaço de repartição de saberes e necessidades. É nestes espaços raianos que verificamos uma grande aptidão para mesclas culturais, de identidades e de solidariedades que vão além das autoridades nacionais (Cavaco *apud* Lima, 2012: 77).

É possível afirmar que a fronteira possui um carácter dualista que é constantemente aproveitado pelo Homem em função da necessidade do momento. Entenda-se que as fronteiras são limites dos países a nível geográfico e territorial; em muitos casos e ao longo da Europa, as afinidades culturais permanecem além-fronteiras. As gentes da fronteira são muitas vezes obrigadas a conviverem com realidades difíceis que derivam do afastamento dos centros de poder a que estão sujeitas. O conceito que separa e diferencia, acaba também por unir; as gentes raianas têm tendência a ultrapassar os limites políticos e fiscais.

As fronteiras naturais são antes de mais, pioneiras na separação de territórios. Na antiguidade, as populações eram separadas por limites naturais como serras ou rios, que condicionavam a vida dos povos até estas se tornarem transponíveis, pela evolução e necessidade do Homem. Muitas destas fronteiras criadas pela natureza foram aproveitadas pelos povos para delimitar grupos distintos entre regiões, funcionando como fator de enraizamento cultural e identitário entre populações. É neste momento que o conceito de fronteira se associa à separação que se articula com a questão da propriedade (Marchueta *apud* Caldeira, 2011: 14). Com o conceito de propriedade associado à necessidade de limites e separações, o conceito de fronteira foi usado em diversas áreas como na política e no direito para delimitação de territórios.

Segundo Jorge Caldeira (2011:14), na contemporaneidade, a fronteira tornou-se um conceito de interpretações diversificadas: ao longo do século XX e pensando em conflitos como as Grandes Guerras que modificaram a estrutura da Europa. Apesar das diferentes realidades e do facto de uma fronteira impor sempre um limite, podem existir outras noções do termo. Assim, existem duas formas diferenciadas de interpretar o termo “fronteira”: estruturalmente e conjunturalmente. As fronteiras de carácter estrutural relacionam-se com a designação interna de certos grupos ou com as separações naturais (fronteiras naturais). As fronteiras de carácter conjuntural são aquelas que se vão redesenhando e reinventando, tendo em conta o contexto em que se encontram (Marchueta *apud* Caldeira, 2011: 15). Estruturalmente podemos falar de fronteiras culturais e civilizacionais, conjunturalmente falamos em fronteiras políticas, económicas, demográficas e marítimas. A realização da cooperação relaciona-se com o tipo de fronteira conjuntural pois está dependente da situação global e/ou regional.

Atentando na fronteira luso-espanhola, destacamos a sua antiguidade e a sua dimensão. Esta fronteira caracteriza-se pela edificação de cidades fortificadas e por certas

povoações que se encontravam afastadas dos polos de governo e de autoridade. Atualmente, no caso português, as zonas de fronteira possuem maioritariamente população idosa, com fracas acessibilidades e rodeadas de áreas rurais. Registe-se ainda que, qualquer área de fronteira era desprovida de peso político por se encontrar longe das elites políticas e dos centros de decisões (House *apud* Lima, 2012: 78). Na atualidade, o panorama fronteiriço é diferente; apesar das características se manterem iguais em muitos casos, a integração europeia e a política regional mudaram a forma de observar estas áreas, tornando-as estratégicas e fundamentais em situações de desenvolvimento económico e social. No caso luso-galaico, assim que Portugal e Espanha ingressaram na CEE, as duas regiões tornaram-se prioritárias devido ao seu carácter periférico e pouco desenvolvido. Nesta perspetiva, um dos principais objetivos da Cooperação Transfronteiriça passa por desenvolver precisamente as áreas de fronteira de forma a diminuir as dificuldades relacionadas com o isolamento dessas mesmas áreas. No caso de Portugal e Espanha, a periferia relativamente ao resto dos países da Europa, as suas áreas raianas tornaram-se prioritárias para as ações de desenvolvimento e coesão. Consequentemente, a fronteira luso-galaica possui um carácter de área marginal tornando-se imperativa a sua evolução económica e social (Dominguez Castro, 2008: 129).

Se por um lado a fronteira entre ambos os países ibéricos é um território com dificuldades, por outro lado, a tendência é tornarem-se locais estratégicos nas relações com outras realidades supranacionais. São locais onde é imperativo fomentar o emprego e implementar políticas de desenvolvimento; assumem um papel de estímulo para a União Europeia poder colmatar as diferenças existentes nas diversas regiões (Lima, 2012: 78). A fronteira luso espanhola, segundo Filipe Lima (2012: 78), possui uma relação reforçada para a qual contribuíram as ordens religiosas. Já no séc. XIV e XV existiam ligações de cumplicidade e trocas comerciais entre clérigos de Santiago de Compostela e Ponte de Lima (apesar da fronteira no rio Minho ter surgido no século XII quando Portugal se emancipou relativamente à coroa de Castela). Mais recentemente, o estatuto das fronteiras relaciona-se com os regimes políticos a que ambos os países estiveram sujeitos: estados autoritários que acabaram por dificultar as relações políticas e transfronteiriças. Apesar de ser possível falar num isolamento entre Portugal e Espanha, se analisarmos detalhadamente, verifica-se que as relações entre as povoações junto às fronteiras nunca pararam (como pequenas trocas comerciais, solidariedades

políticas e contrabando). Com o fim dos regimes ditatoriais e mais tardiamente com a entrada conjunta de ambos países na CEE, a forma de olhar para a fronteira modificou-se (o Tratado de Schengen, com a livre circulação de pessoas, bens e serviços, foi um dos grandes impulsionadores do aproveitamento das fronteiras).

Considerando a figura 6, é possível verificar quais as NUTS III que fazem parte da raia ibérica. No total, são 17 NUTS fronteiriças (10 respeitantes a Portugal e 7 pertencentes a Espanha). A fronteira luso-espanhola possui 1232 km de extensão e é uma das mais antigas de toda a Europa (Miranda Pires, Pimentel. s.d: 5). A raia ibérica foi definida no tratado de Alcanizes em 1297 sem grandes alterações durante setecentos anos. Devido aos conflitos constantes ocorridos durante a Idade Média, os povos junto à raia fortificaram os territórios de forma a proteger os seus interesses. Um dos melhores períodos da raia foi precisamente este; mais tarde o êxodo rural e a atração pelas grandes cidades assim como as vagas migratórias diminuíram as dinâmicas económicas e populacionais transformando esta fronteira na *fronteira do subdesenvolvimento* (Pintado e Barrenechea *apud* Miranda Pires e Pimentel, s.d: 5). O conjunto da população das NUTS de fronteiras acima retratadas, não correspondia em 2001 a mais que 10,6% dos habitantes da Península Ibérica (Ribeiro e Silva, 2012: 158).

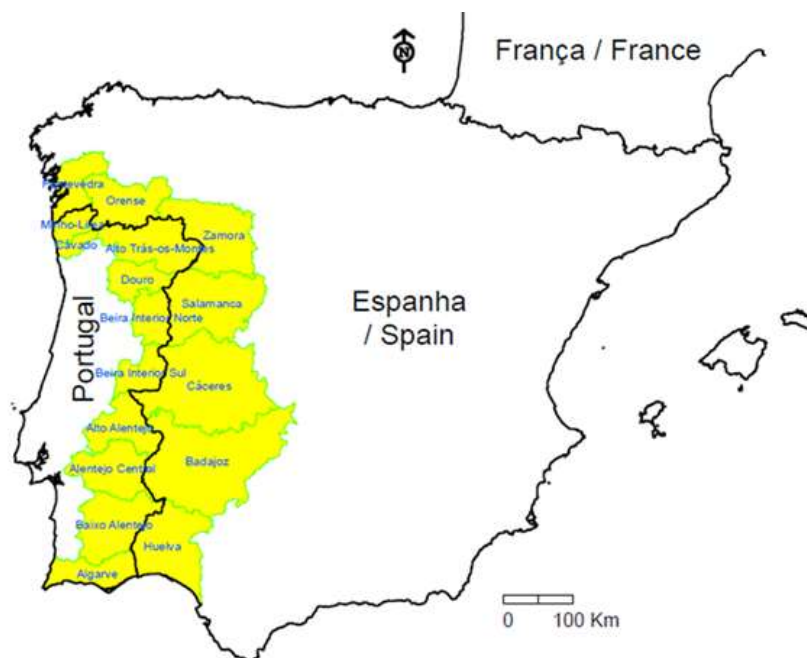


Figura 4: As regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha (NUT III) (Medeiros, 2009: 8)

Em Portugal as regiões fronteiriças demarcam-se pela demora no desenvolvimento económico e social, pelos fracos acessos e pelo êxodo populacional. A principal razão para esta situação real foi a preocupação com a faixa litoral do país que acentuou as diferenças entre territórios. As regiões interiores raianas portuguesas são deficitárias em diferentes níveis: redução de serviços ao longo do tempo, isolamento, indústrias tradicionais e arcaicas com grande ligação à agricultura (Cavaco *apud* Pires e Pimentel, s.d: 6). Não obstante, nos anos 70 e 80 observou-se um crescimento no sector dos serviços públicos que se relacionavam com a educação, saúde e administração local.

Um dos principais problemas dos poderes locais que ainda hoje preocupa as autarquias do interior, é a criação de um espaço citadino que possa atrair as populações e que evite a sua saída para as grandes cidades ou para o exterior. Acontece que a tarefa não é fácil; os municípios e as autoridades competentes possuem poucos recursos para criar ambientes interessantes que promovam o emprego e que consigam fixar jovens casais. Estas dificuldades acabam por atrair outras; se não é fácil a fixação da população jovem, torna-se mais difícil conseguir atrair investimentos sem mão-de-obra qualificada. Desta forma, as economias locais do interior permanecem frágeis e vulneráveis quando comparadas com outras situações. Segundo Pires e Pimentel (s.d:6), esta posição acaba por revelar-se um ciclo vicioso que dificulta a ação de desenvolvimento e a própria reorganização económica destes locais.

Em 2001, a região Norte possuía mais de metade da população fronteiriça (51,5%). A restante população raiana dividia-se da seguinte forma: 39,9% no Algarve e Alentejo e por fim, a Beira interior representava 9,2% (Pires e Pimentel, s.d: 8). Atentado no quadro 3 que possui dados sobre as NUTS III que fazem fronteira com a vizinha Espanha, as regiões fronteiriças possuem 21,4% da população nacional continental. Verificando os dados de 2001, reparamos que o território raiano português sofreu um acréscimo populacional comparativamente a 1991, rondando um aumento de 2,1%. Este aumento deve-se, segundo Pires e Pimentel (s.d: 9) às NUTS do Cávado e do Algarve em que o aumento rondou os 11,3% e os 15,8%, respetivamente. Sem ambas regiões, a raia portuguesa teria perdido 3,6% dos habitantes; é nestas áreas raianas que se encontram os concelhos com mais população. Importa destacar que nas demais NUTS existe ainda um aumento populacional entre 1991 e 2001 nos locais onde estão centros urbanos como Castelo Branco e Guarda, Évora, Vila Real, Chaves, Mirandela e Bragança. Os quatro últimos concelhos citados pertencem à região Norte e apesar de

serem consideradas pequenas cidades comparadas com a escala Europeia, funcionam como um suporte às zonas isoladas oferecendo uma melhoria nas redes de acessos e com a presença de Universidades como a Universidade do Minho, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade da Beira Interior e Universidade do Algarve.

Quadro 5 – Indicadores demográficos das regiões fronteiriças (Pires e Pimentel, s.d:8)

NUTS III	Area (Km2) % Continente	Densidade Populacional 2001	População 1991	População 2001	Variação 1991-01 (%)	% População Continente 2001	Saldo migratório (%) 1991-01	Índice de envelhecimento 2001
Minho Lima	2,5	112,6	250 059	250 275	0,1	2,5	2,1	139,7
Cávado	1,4	318,9	353 267	393 063	11,3	4,0	4,6	64,0
Douro	4,6	53,3	238 695	221 853	-7,1	2,2	-5,5	133,2
Alto Trás-os-Montes	9,2	27,0	235 241	223 333	-5,1	2,3	-1,0	177,5
<i>Total</i>	<i>17,7</i>	<i>69,1</i>	<i>1 077 262</i>	<i>1 088 524</i>	<i>1,0</i>	<i>11</i>	<i>-</i>	<i>108,9</i>
Beira Interior Norte	4,6	28,0	118 513	115 325	-2,7	1,2	2,1	196,5
Beira Interior Sul	4,2	20,5	81 015	78 123	-3,6	0,8	3,3	234,1
<i>Total</i>	<i>8,8</i>	<i>24,8</i>	<i>199 528</i>	<i>193 448</i>	<i>-3,0</i>	<i>2</i>	<i>-</i>	<i>208,3</i>
Alto Alentejo	7,0	19,8	134 607	127 026	-5,6	1,3	0,4	200,1
Alentejo Central	8,1	23,6	173 216	173 646	0,2	1,8	3,6	169,7
Baixo Alentejo	9,6	15,5	143 020	135 105	-5,5	1,4	1,1	177,5
Algarve	5,6	79,8	341 404	395 218	15,8	4,0	16,6	128,2
<i>Total</i>	<i>30,3</i>	<i>30,8</i>	<i>792 247</i>	<i>830 995</i>	<i>4,9</i>	<i>8,4</i>	<i>-</i>	<i>154,1</i>
<i>Regiões de fronteira</i>	<i>56,8</i>	<i>69,9</i>	<i>3 345 827</i>	<i>3 394 939</i>	<i>2,1</i>	<i>21,4</i>	<i>-</i>	<i>162,0</i>
<i>Continente</i>	<i>100</i>	<i>111,8</i>	<i>9 375 926</i>	<i>9 869 343</i>	<i>5,3</i>	<i>100</i>	<i>3,7</i>	<i>107,8</i>

2.5. A Política Regional e a Programação INTERREG

A política regional europeia sempre teve como objetivo minimizar as diferenças entre territórios e locais fronteiriços. Tendo em conta esta situação, a Comunidade Europeia deu principal destaque e especial ênfase à Cooperação Transfronteiriça como instrumento de minimização das diferenças territoriais e regionais desde 1981. O FEDER viria a ser aplicado em função das disparidades e tendo em conta as relações fronteiriças do território. Infelizmente, esta forma de desenvolvimento regional não surtiu o efeito desejado: continuavam a existir regiões que sofriam declínios económicos e sociais. Tornou-se imperativo agir e tendo em conta o regulamento de reforma dos fundos estruturais (Reg. 2052/88), focaram-se as principais áreas de atuação atribuindo-lhes 10% dos fundos que se designaram para iniciativas experimentais; entre estas iniciativas consta o INTERREG (Cavaco *apud* Medeiros, 2009: 26) iniciativa comunitária que tem como génese, as problemáticas que assolam as regiões periféricas (como já foi referido anteriormente). A criação de estratégias a nível

do desenvolvimento e que se aproximem mais das necessidades de cada região fronteiriça, foi um dos principais objetivos da iniciativa.

Quadro 6: INTERREG I (Contribuição dos Fundos Estruturais) (Medeiros, 2009: 26)

Fundo	Milhões de Euros
1 – FEDER	824
2 – FSE	30
5 – Feoga	61
Total	915

Assim sendo, o INTERREG tem como principal objetivo a utilização da Cooperação Transfronteiriça para objetivos de crescimento e coesão nas regiões fronteiriças carenciadas. Outra razão para a criação do programa em questão, reside na extensa dimensão fronteiriça europeia (10.000 km de fronteiras exteriores e interiores até ao ano de 1991). Observando a figura 7 podemos verificar o financiamento que cada fundo europeu disponibilizou para o INTERREG.

Resumidamente, este programa foi criado com dois eixos fundamentais. O primeiro destes eixos tinha como objetivo transformar as regiões de fronteira em função das necessidades crescentes da integração Europeia; o segundo passava pela promoção da cooperação transfronteiriça para fins de desenvolvimento (Medeiros, 2009: 27). Relembrando o capítulo 1.3. desta investigação, a iniciativa INTERREG I-A teve a sua primeira edição de 1990 a 1993, sendo sustentado essencialmente pelo FEDER contando com 35 programas aprovados (Medeiros, 2009: 26). Ao longo desta edição estabeleceram-se desafios que conduziram ao incentivo de relações entre entidades públicas e associações, ao longo das fronteiras e à criação de estruturas transfronteiriças comuns.

Todos as iniciativas adjacentes ao INTERREG passam por planificações de origem e objetivos adaptados às zonas transfronteiriças interiores e elegíveis (Medeiros, 2009: 28). Entre algumas das ações de apoio é possível destacar a importância do comércio transfronteiriço e as ajudas às PME's. Destacam-se ainda os apoios dados ao turismo e ao desenvolvimento rural, à melhoria de infraestruturas e de transportes.

No INTERREG I-A as participações no desenvolvimento desenrolaram-se em função das prioridades e dos diversos setores. Segundo Eduardo Medeiros (2009: 29) a

maior percentagem de fundos visou desenvolver os transportes e as telecomunicações. Em segundo plano, surge a necessidade de apoiar as empresas, o turismo e o meio ambiente. O desenvolvimento do mundo rural, o emprego e as estruturas transfronteiriças, apesar de arrecadarem uma menor percentagem de fundos, são ainda áreas que visam ser desenvolvidas pelo programa.

Entre 1990 e 1993, a iniciativa INTERREG surtiu efeitos bastante positivos nas áreas de atuação. Mesmo assim, tornou-se imperativo o lançamento de uma nova edição da iniciativa comunitária: INTERREG II-A. Esta edição viria decorrer entre os anos 1994 e 1999 tendo como principais locais de ação, as mesmas áreas da primeira edição (NUT III fronteiriças). Desta vez e tendo em conta o alargamento da CE, aprovaram-se 59 programas que repartiram entre si 2,617 milhões de euros (Medeiros, 2009: 30).

Os ideais de ação deste INTERREG não diferem muito da edição anterior; apesar disso, deu-se especial importância à promoção de redes de cooperação transfronteiriças e à ideia de mercado interno adaptando as regiões ao funcionamento do mercado comunitário. Estabeleceram-se ainda prioridades acrescidas no ambiente e na sua proteção e no bem-estar das populações. Outra prioridade desta edição passou pelo aproveitamento das ligações fronteiriças a países terceiros, ou seja, rentabilizar as relações com países que não pertenciam à CE.

Segundo Eduardo Medeiros (2009: 31) esta edição da iniciativa acarretou algumas modificações para uma melhor repartição de fundos nos projetos aprovados. Algumas destas modificações passaram pela cooperação na área da saúde, cultura e educação e pela realização de estudos (tendo como fim uma melhor perceção das necessidades de desenvolvimento e coesão). Toda a ação ficou a cargo das entidades locais e regionais e destacou-se uma diminuição no papel das instituições/entidades privadas.

Apesar dos resultados obtidos e do facto da segunda edição representar a continuação dos projetos do INTERREG I-A, nem sempre a inclusão e a realização dos programas decorreu da forma prevista. Segundo o relatório de avaliação *ex-post* (Medeiros, 2009: 32), apenas nas áreas onde a cooperação já era comum é que se notaram resultados positivos na assimilação dos projetos transfronteiriços. No entanto, notou-se que muitos dos projetos apresentados no âmbito da iniciativa foram definidos a nível nacional e não passando (na prática) de projetos estatais que eram apresentados em conjunto com o país vizinho.

Entre 2000 e 2006, ocorreu mais uma versão do programa e denominou-se por INTERREG III-A. De forma geral os resultados das iniciativas foram bastante positivos e por isso deu-se continuidade à iniciativa que acabou por se tornar fundamental para a Cooperação Transfronteiriça. Porém, e apesar da nova versão seguir a linha condutora das demais, introduziu um encargo obrigatório: o envolvimento entre as localidades de ambos lados da fronteira de forma a evitar consequências colaterais dos dois lados da raia. Contrariamente às demais versões, a terceira edição contou com fundos exclusivamente originários do FEDER significando um investimento de 4.875 milhões de euros (Medeiros, 2009: 33). Importa referir que o número de programas aprovados diminuiu demonstrando um menor fragmentação da iniciativa e uma melhor aplicação/execução dos projetos. O INTERREG III-A acabou por visar as mesmas prioridades que as edições anteriores; podemos destacar a importância do fomento da cooperação a nível administrativo e jurídico aumentando o desempenho institucional.

Apesar dos resultados da Iniciativa INTERREG, importa ressaltar que nas áreas fronteiriças mais desenvolvidas, existiu maior facilidade na articulação dos projetos e no fomento da cooperação já existente. As regiões menos desenvolvidas tiveram grandes dificuldades na implementação dos planos e projetos. De uma forma geral, na Galiza, os resultados foram bastante positivos, a região cresceu a nível económico e socialmente também existiram melhorias. Durante a programação INTERREG foi possível assistir a crescimentos nos fluxos de turismo, de trabalhadores e de mercadorias (Ares; Bande; Fernández, 2008: 148-149). Os fundos estruturais e as políticas de coesão europeia promoveram um crescimento positivo generalizado na região galega. No entanto, se verificarmos os resultados a nível municipal, os objetivos não foram cumpridos na totalidade. Tendo em conta que falamos em municípios raianos, o problema principal continua a ser o êxodo populacional. Apesar de a área fronteiriça da Euro Região ter evoluído, existem ainda problemas estruturais que se fazem sentir; os municípios continuam com défices nas infraestruturas e pouco competitivos. A Galiza possui o mesmo problema do Norte de Portugal: os territórios interiores estão menos desenvolvidos quando comparados com a faixa litoral da região (Ares; Bande; Fernández, 2008: 149).

Atentando na Euro Região e na aplicação do INTERREG III-A, o Norte de Portugal e a Galiza, tinham como principais eixos estratégicos e prioritários os seguintes pontos (Xunta de Galicia e CCDRN, 2007:14):

- Eixo 1: Preparação de infraestruturas, ordenação e desenvolvimento rural do espaço fronteiriço
- Eixo 2: Valorização, promoção e conservação do meio ambiente e do património cultural
- Eixo 3: Desenvolvimento socioeconómico e promoção do emprego
- Eixo 4: Incentivo da cooperação administrativa e da integração
- Eixo 5: Assistência técnica

Quadro 7: Financiamento público no INTERREG III A (Documento Único de Programação do INTERREG III)

Subprogramas	Despesa Pública	%
Norte/Galiza	295.010.055 €	27,4
Norte/Castela-Leão	123.681.023 €	11,5
Centro/Castela-Leão	75.142.014 €	7,0
Centro/Alentejo/Extremadura	243.196.045 €	22,6
Alentejo/Algarve/Andaluzia	141.810.026 €	13,2
NACIONAL	197.044.037 €	18,3
Total	1.075.883.200 €	100

Na totalidade, o INTERREG III-A correspondeu um financiamento total de 1.132.017,200 milhões de euros; a comparticipação FEDER rondou os 806.915,200 euros. A Espanha usufruiu de 515.500,000 euros do fundo FEDER e Portugal 291.415,200 euros (Direção Geral do Desenvolvimento Regional, 2001: 216). O Norte de Portugal e a Galiza arrecadaram em conjunto um total de 295.010,055 (incluindo financiamento FEDER e outros fundos públicos).

Quadro 8: Entidades gestoras, projetos e investimento em Portugal (Medeiros, 2009: 21).

Entidades	Projetos (%)	Investimento (%)
Municípios	33,39	54,35
Instituições Públicas	31,05	26,40
Associações (regionais)	23,04	13,62
Universidades	12,52	5,64

Quadro 9: Entidades gestoras, projetos e investimento em Espanha (Medeiros, 2009: 21).

Entidades	Projetos (%)	Investimento (%)
Municípios	13,36	13,74
Instituições Públicas	60,77	67,32
Associações (regionais)	15,86	12,30
Universidades	10,02	6,64

Destaque-se que em Portugal, as Câmara Municipais possuem grande importância gestão de projetos e na captação de investimentos. Em Espanha, as Instituições Públicas dos governos autónomos são o maior recetáculo de projetos e investimento. Repara-se que as associações regionais ou organismos regionais (assim designados pelo autor) possuem uma maior relevância em Portugal no que toca a gestão de projetos e financiamentos. Uma das razões para esta realidade, pode relacionar-se com o facto de não existirem governos autónomos e para que as instituições centrais não assumam todo o protagonismo, as associações e organismos regionais assumem esta tarefa. É também uma forma que as regiões têm de garantir o seu próprio desenvolvimento através de instituições próximas e sabedoras das suas características e problemas.

Atentando nas regiões e nas suas percentagens de projetos, a leitura foi realizada tendo em conta as NUT III (Medeiros, 2009: 29):

- Pontevedra, Ourense, Minho-Lima, Cávado: 22,89% de projetos e 24,12% de financiamento;
- Zamora, Alto Trás-os-Montes, Douro: 14,70% de projetos e 15,34% de financiamento INTERREG III.

Importa referir que o INTERREG III A foi entregue em função das NUT III e desta maneira o Norte de Portugal e a Galiza usufruíram desta programação separadamente, como podemos verificar no seguinte mapa.

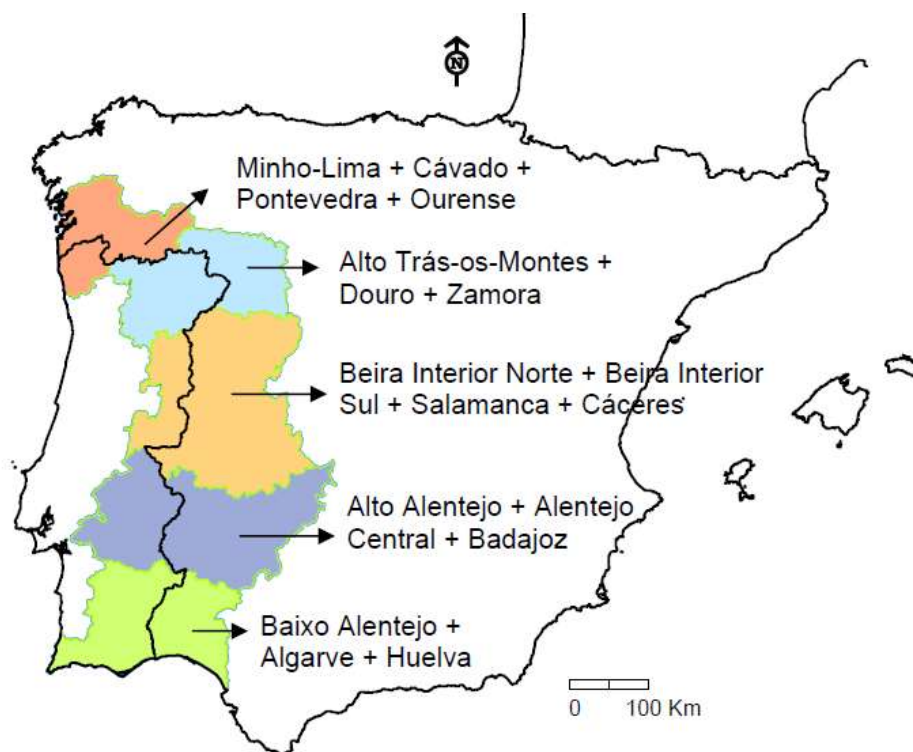


Figura 5: Sub-regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha (Medeiros, 2009: 9)

2.6. A criação dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça (AECT's), o Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha (POCTEP) 2007-2013 e o INTERREG V-A 2014-2020

As prioridades da Cooperação Transfronteiriça entre 2007 e 2013 para a Euro Região passaram por renovar as posições das PME's e pelo desenvolvimento urbano sustentável (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, 2008: 50). De todas as ações que foram previstas desenvolver-se ao longo desta programação, é importante destacar os esforços para criar redes entre instituições estatais e privadas para um melhor entendimento e para uma melhor aplicação de projetos através do associativismo empresarial. Acabaram por se criar meios para que as empresas do Euro Região se internacionalizassem e cooperassem com outras empresas de outros países. Entre 2007 e 2013, para a cooperação entre Portugal e Espanha, criou-se o Programa Operacional Transfronteiriço (POCT) sendo aprovado a 25 de Outubro de 2007¹⁴. Este programa

¹⁴ [Http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=243](http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=243) (consultado a 3-02-2015)

abrangeu as NUTs III tanto da Galiza como da Região Norte; Pontevedra, Ourense, Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes e Douro.

A nível social algumas das prioridades passam pela relevância do desenvolvimento de serviços comuns e a necessidade de integrar a populações fronteiriças a nível cultural. A gestão partilhada de redes e equipamentos continuou a ser das características mais importantes a ter em conta. Atentando no período entre 2007 e 2013, a União Europeia reconhece como primeiro objetivo a Convergência, financiada através do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão. Em segundo lugar, surge o objetivo da Competitividade regional que se direciona para a criação de emprego sendo financiado pelo FEDER e pelo FSE. Em terceiro lugar, surge a cooperação territorial que tem como principal e único financiador, o FEDER (Medeiros, 2009: 36).

O plano financeiro para a época de 2007-2013 visou os totais 81.075.872,48 € (custo elegível) 82.188.338,45 € de comparticipação FEDER para a Euro Região (Lista de Beneficiários do POCTEP 2007-2013). As áreas financiadas foram: meio ambiente e património, ordenamento do território e acessibilidades. Importa referir que os eixos de atuação do programa anterior (INTERREG III A) mantiveram-se inalterados.

Quadro 10: Financiamento e projetos do POCTEP 2007 e 2013 para Portugal e Espanha
(Elaborado através da Lista de Beneficiários do POCTEP 2007-2013)

Regiões	Nº de Projetos	Custo Elegível	%	FEDER	%
Alentejo-Algarve-Andaluzia	37	40.133.710,46 €	13,0	41.514.525,56 €	13,0
Galiza-Norte de Portugal	69	81.075.872,48 €	26,0	82.188.338,45 €	26,0
Norte de Portugal-Castela e Leão	24	26.722.802,66 €	8,0	26.781.235,97 €	9,0
Castela e Leão-Centro de Portugal	22	17.996.103,29 €	6,0	18.681.582,12 €	6,0
Centro-Extremadura-Alentejo	39	77.896.463,47 €	25,0	84.736.486,57 €	28,0
Plurirregional	28	71.440.061,77 €	22,0	57.090.463,00 €	18,0
Total	219	315.265.014,13 €	100,0	310.992.631,67 €	100,0

O Norte de Portugal e a Galiza são as regiões com um maior número de projetos financiados; ambas possuem um total de 69 projetos que representam 26,0% do financiamento total; o custo elegível corresponde a 81.075.872,48 € e a comparticipação do FEDER a 82.188.338,45 €.

A região Centro de Portugal juntamente com a Extremadura espanhola e o Alentejo, reúnem 39 projetos (menos 30 projetos que a Galiza e o Norte de Portugal) mas representam 25,0% do custo elegível e 28,0% do FEDER. Apesar da diferença no número de projetos; a região Centro-Extremadura-Alentejo obteve um financiamento não muito inferior à região Galiza-Norte de Portugal: um custo elegível de 77.896.463,47 € e a comparticipação FEDER de 84.736.486,57 €.

O grupo de Castela e Leão e o centro de Portugal é o menos financiado e também possui o menor número de projetos (apenas 22) que representam 6,0% do financiamento total.

Quadro 11: Financiamento através do POCTEP para a Euro Região Galiza-Norte de Portugal entre 2007 e 2013 (Elaborado através da Lista de Beneficiários do POCTEP 2007-2013)

	Custo Elegível	%	FEDER	%
Galiza	58.289.336,22 €	72,0	59.745.678,71 €	73,0
Norte de Portugal	22.786.536,26 €	28,0	22.442.659,74 €	27,0
Total	81.075.872,48 €	100,0	82.188.338,45 €	100,0

A Galiza e o Norte de Portugal são o objeto de estudo nesta investigação e por isso, torna-se pertinente analisar estas regiões fronteiriças dentro da programação POCTEP entre 2007 e 2013. Tal como foi referido anteriormente, os valores gastos nas duas regiões correspondem a 81.075.872,48 € e a 82.188.338,45 €, custo elegível e FEDER, respetivamente. Para um melhor entendimento sobre os benefícios da programação, importa perceber a forma como foi dividido o financiamento entre o Norte de Portugal e a Galiza. Analisando o quadro 8 verifica-se que a Galiza recebeu a maior parte dos fundos do POCTEP destinado à Euro Região: 72,0% do custo elegível do financiamento e 73,0% do FEDER foram disponibilizados para esta região. O Norte de Portugal reuniu 28,0% do custo elegível e 27,0% do FEDER que corresponde a 22.786.536,26 € e a 22.442.659,74 €, respetivamente.

Outros dos objetivos desta investigação é verificar como são distribuídos os fundos na Euro Região e mais concretamente, quais os atores mais proeminentes na programação do POCTEP.

Quadro 12: Divisão do POCTEP 2007-2013 no Norte de Portugal e na Galiza por entidades (Elaborado através da Lista de Beneficiários do POCTEP 2007-2013)

	Custo Elegível	%	FEDER	%	Nº Projetos
Municípios	13.501.638,87 €	17,0	13.383.508,99 €	16,0	69
Associações de Municípios e Comunidades Intermunicipais¹⁵	4.770.772,06 €	6,0	5.250.646,49 €	6,0	
Associações	7.209.661,85 €	9,0	8.150.792,85 €	10,0	
Universidades	7.732.283,78 €	9,0	7.854.889,12 €	10,0	
Instituições Públicas¹⁶	47.861.515,92 €	59,0	47.548.501,00 €	58,0	
Total	81.075.872,48 €	100,0	82.188.338,45 €	100,0	

Verificamos que no financiamento disponibilizado para a Euro Região Norte de Portugal-Galiza, mais de metade dos fundos são distribuídos por instituições públicas e órgãos estatais (59,0% do custo elegível e 58% do FEDER). Para a investigação realizada, importava detalhar o financiamento segundo Municípios, Associações de Municípios, Associações e Universidades para uma melhor compreensão da divisão dos fundos. Tal como podemos verificar no quadro acima apresentado através da análise da lista de beneficiários do POCTEP, os Municípios assumem um papel preponderante na distribuição do financiamento; representam 17,0% do custo elegível e 16,0% do FEDER (se retirar-mos as instituições públicas referidas na tabela).

¹⁵ O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (associação de municípios) encontra-se nesta categoria.

¹⁶ As instituições públicas incluem órgãos de governo (regionais, estatais) como Comissões de Coordenação, Direções gerais, Institutos, Câmaras de Comércio, Agências de desenvolvimento entre outros.

As Associações de Municípios e as Comunidades Intermunicipais representam 6,0% do financiamento total. Denote-se que através da Lista dos beneficiários do POCTEP, é possível afirmar que o Eixo Atlântico é o maior beneficiário. O financiamento elegível disponibilizado para esta Associação de Municípios rondou os 4.403.400,79 € e o FEDER disponibilizou 4.865.818,13 €. As demais associações de Municípios e Comunidades Intermunicipais apenas recolheram 367.371,27 € do custo elegível e 384.828,36 € do FEDER.

Tanto as Associações como as Universidades possuem um peso percentual semelhante no financiamento destinado para a Euro Região: 9,0% do custo elegível e 10,0% do FEDER.

Se observarmos o quadro de uma outra perspetiva, podemos agrupar as associações de municípios e as comunidades intermunicipais juntamente com os municípios reforçando a posição destes no POCTEP. No entanto, existe outra perspetiva; é possível juntar as associações de municípios às demais associações e assim sendo, a parte associativa seria fortalecida. No entanto, e para uma melhor compreensão da divisão dos fundos, é preferível manter estas distribuições pois facilitam a perceção do investimento dos fundos do POCTEP 2007-2013.

Destaque-se que os eixos do POCTEP remetem para as seguintes temáticas e atuações (Xunta de Galicia, 2007: 57-59):

- Eixo 1: fomento e criação de emprego;
- Eixo 2: valorização, promoção e conservação do meio ambiente e do património cultural;
- Eixo 3: ordenação e desenvolvimento rural do território;
- Eixo 4: integração socioeconómica e institucional;
- Eixo 5: assistência técnica.

Denota-se uma modificação no conteúdo dos eixos relativamente à programação anterior; o primeiro eixo relaciona-se com o emprego e o desenvolvimento do território rural passa para a terceira posição. No entanto, entre 2007 e 2013, o eixo 1 e o eixo 2 foram os mais financiados. No INTERREG III A, o eixo com maior subvenção remetia para a ordenação e desenvolvimento rural do território. Nota-se uma modificação de estratégias e prioridades associada às necessidades do território com o passar dos anos.

Segundo Andrés Faíña Medín, Jesús López e Laura Varela na publicação *La Euroregión y las Prioridades de los Fondos Estructurales Europeos en 2007-2013* (2007: 18), existiu uma redução de fundos em toda a cooperação territorial incluindo na Cooperação Transfronteiriça. Os objetivos de construção europeia mantiveram-se mas o financiamento diminuiu. Isto acaba por não ser a melhor forma de fomentar a integração e superar os problemas; e afeta consideravelmente a Euro Região implicando mais dificuldades no desenvolvimento territorial. No período de 2000 a 2006, que remete para o INTERREG III A, o financiamento para a Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha foi de 1.132.017,200 milhões de euros, sendo que para a Euro Região estiveram destinados 295.010.055 milhões de euros (nestes valores apenas é abrangido o financiamento público) (Direção Geral do Desenvolvimento Regional, 2001: 216-221). A Galiza e o Norte de Portugal necessitam de políticas profundas devido às suas posições periféricas; a periferia implica dificuldades face ao desenvolvimento, à inovação e aos mercados. Assim sendo, e apesar da União Europeia manter o discurso de Coesão, com a redução nos fundos torna-se mais difícil a convergência regional.

A nível do território da Euro Região, as ações que se seguiram neste período de tempo aproximaram-se das prioridades do INTERREG. Mesmo assim, foi necessário chegar à conclusão de que existe falta de um tipo de governação diferente; e assim sendo, em Julho de 2006, o Conselho da Europa definiu e decretou a criação dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) com objetivo de minimizar as dificuldades na Cooperação. Teoricamente, uma Euro Região possui um vínculo insubstituível com a dimensão transfronteiriça; não seria possível formar uma Euro Região sem ponderar a questão transfronteiriça. É por esta razão que podemos dividir as dinâmicas transfronteiriças em três eixos: a parte institucional, a Cooperação e a lógica geográfica (Palmeiro Piñeiro e Pazos Otón, 2008: 216). A lógica institucional agrega todos os participantes como as Comunidades de Trabalho e as Associações de Municípios que acabam por unir esforços nas ligações além-fronteiras. Ao nível da Cooperação, encontramos os projetos e as ações transfronteiriças que podem ser aplicadas em diversos níveis da sociedade, como cultura ou economia. A lógica geográfica relaciona-se diretamente com os fluxos fronteiriços, tendo em conta a mobilidade como indicador da coesão desse mesmo território. As atividades económicas contíguas a estes fluxos

são também indicadores do desenvolvimento e da integração, ambos fundamentais nos processos transfronteiriços.

Os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial assumem uma grande relevância pois são os responsáveis pelos encontros entre regiões e pela promoção da cooperação entre Estados-membros, regiões, municípios, cidadãos e empresas. Estes agrupamentos permitem a execução de projetos integrados e a partilha de experiências¹⁷. É relevante explicar que os Agrupamentos não têm a necessidade de partilhar fronteiras físicas; prezam a repartição de ideias e práticas tendo como objetivo final a coesão e o desenvolvimento. Na lista abaixo indicada é possível observar as vantagens deste tipo ações para os membros que resolvem fazer parte delas:

- ☐ Torna-se mais simples que os Estados-membros possam convergir e defender os seus interesses em conjunto a nível de cooperação territorial;
- ☐ Os parceiros passam a formar uma entidade com carácter jurídico;
- ☐ As partes integrantes podem cooperar em diligências conjuntas sem necessitarem de acordos internacionais (que têm que ser ratificados pelos parlamentos de cada país).

Algumas das funções particulares de um AECT passam essencialmente pela administração dos programas conjuntos transfronteiriços e a sua execução. O direito que se aplica no Agrupamento é da responsabilidade do Estado-Membro onde se encontra a sua sede formal. É possível ainda, delegar essas funções num dos membros participantes. A estrutura dos AECT's é variada; podendo ser formados por autoridades públicas locais e regionais, por Estados-Membros e associações. A base legal dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial encontra-se no Regulamento n.º 1082/2006, fundamentado no artigo 175.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Em Portugal, os AECT's podem ser formados por diversos órgãos e administrações. Um Agrupamento possui na sua génese um carácter associativo (característica que importa realçar ao longo deste trabalho) e de integração. Facilita também, as ações entre organismos e instituições sendo que estas podem ser compostas por instituições de

¹⁷ http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.1.10.html (consultado a 05-01-2015)

Estados-membros da União Europeia. A inovação introduzida nesta nova forma de agrupamento prende-se com a capacidade jurídica que lhe é atribuída.

Considerando o Agrupamento Galiza-Norte de Portugal, percebe-se é uma forma de união e de dinamização da Euro Região. Assume o encargo de instituir laços de convergência e de coesão entre ambas as partes através da manutenção do diálogo e de possíveis investimentos¹⁸. O objetivo principal da CCDR-N e da Xunta de Galícia (partes integrantes do Agrupamento) é fomentar a cooperação entre as regiões e desenvolver colaborações em todos os níveis da sociedade.

Um dos marcos fundamentais que precede esta união remonta a 1991 com a criação da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal. O sustentáculo desta Comunidade foi a política europeia baseada no Convénio do Conselho da Europa do Marco Europeu sobre a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades e Autoridades Territoriais, no ano 1980. Tal como referimos anteriormente, os principais impulsionadores deste projeto, Xunta de Galícia e CCDR-N, utilizaram as características da união entre ambas regiões para aplicarem as políticas regionais¹⁹.

O Agrupamento Galiza – Norte de Portugal oficializou-se a 18 de Fevereiro de 2010 e entrou em funcionamento a 1 de Março do mesmo ano. Recorde-se que no ano 2008 em Santiago de Compostela, a Xunta de Galícia e a CCDR-N assinaram o Convénio para a formação do AECT.

Fechando o círculo de financiamentos de 2013, foram necessárias novas ajudas financeiras para a cooperação; assim surgiu um novo Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha destinado a abranger anos entre 2014 e 2020. Atualmente, a situação da Região Norte e da Galiza, a nível de competitividade, continua a sofrer dificuldades tendo em comparação com os demais territórios europeus. Torna-se importante continuar a realizar esforços na Euro Região; esta continua maioritariamente rural e com pouca especialização nas áreas tecnológicas (União Europeia, 2015: 8). Em Portugal as diversas Comissões de Coordenação Regional assumiram a responsabilidade do novo financiamento, ficando a CCDR-Norte com a função de verificar e validar o financiamento das regiões. Do lado galego, e como já foi referido anteriormente, a Xunta da Galícia assume o papel equiparado à CCDR-N.

¹⁸ [Http://www.gnpaect.eu/pt/gnp-aect-3](http://www.gnpaect.eu/pt/gnp-aect-3) (consultado a 3-3-2015)

¹⁹ [Http://www.gnpaect.eu/pt/gnp-aect-3](http://www.gnpaect.eu/pt/gnp-aect-3) (consultado a 3-3-2015)

A política de coesão possui um valor acrescido na sua própria realização; é o melhor ato de fraternidade que a União Europeia pode ter em relação aos Estados-Membros e aos cidadãos (Baleiras, 2009: 3). A insistência da União Europeia nesta política entre 2014 e 2020 prende-se com o facto de ser importante dar continuidade aos principais motivos da cooperação, persistindo nos objetivos idealizados. Através da implementação das medidas de coesão é possível criar e facultar os meios necessários ao combate nas desigualdades regionais: a coesão é por isso, um método e uma solução. Segundo Rui Nuno Baleiras (2009: 15), os programas de cooperação devem ser direccionados para os objetivos que cada região pretende atingir e fomentando o desenvolvimento estrutural. Seria prudente aproveitar sempre que possível, todos os recursos endógenos. Segundo o autor, estas devem ser as principais linhas a seguir durante este período de tempo. Torna-se ainda importante que, no período entre 2014 e 2020, a Euro Região aproveite ao máximo as hipóteses que os programas lhes oferecem: a população continua envelhecida e a competitividade continua abaixo da média da UE (União Europeia, 2015:8). A crise que se fez sentir recentemente, piorou a situação da falta de emprego e consequentemente, despontaram os problemas.

No período entre 2014 e 2020, o território abrangido pelo programa INTERREG V-A Espanha-Portugal 2014-2020 acabou por ser ampliado. Esta programação abrange 37 NUT III pertencentes a ambos países:

- Espanha: Ourense, Pontevedra, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz, Huelva, A Coruña, Lugo, Ávila, León, Valladolid, Cádiz, Córdoba e Sevilla;
- Portugal: Alto Minho, Cávado, Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Serra de Estrela, Beira Baixa, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Algarve, Ave, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Área Metropolitana do Porto, Viseu Dão-Lafões, Região de Coimbra, Médio Tejo, Região de Aveiro, Região de Leiria, Oeste e Alentejo Litoral.

Quadro 13: Previsão do financiamento no período 2014-2020 para Espanha e Portugal (União Europeia, 2015: 126)

Objetivo Temático	Custo Total	Ajuda FEDER
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	102.564.377	76.923.282
3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	74.018.585	55.513.939
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	26.971.246	20.228.434
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	119.444.089	89.583.067
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	39.187.006	29.390.254
Assistência Técnica	20.398.421	17.338.658
Total	382.583.724	288.977.635

Para a execução deste programa, os parceiros previstos são as seguintes entidades (União Europeia, 2015: 126):

- Administração Central, Regional e Local (*Diputaciones, Ayuntamientos*, Câmaras Municipais);
- Representantes regionais de Universidades, educação, formação e investigação;
- Autoridades públicas e organismos encarregados da melhoria do meio ambiente;
- Organizações empresariais e sindicais;
- Conselhos Económicos e Sociais;
- Comunidades de Trabalho;
- Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial.

O POCTEP 2014-2020 prevê tal como nas versões anteriores, eixos e objetivos prioritários. É possível reparar que com novas edições dos programas, os objetivos vão sendo adaptados em função das necessidades dos territórios e de novas realidades. Os eixos de atuação deste POCTEP possuem diferenças quando comparadas com a programação mais recente (POCTEP 2007-2013 e INTERREG III A 2000-2006).

As principais modificações deste POCTEP relacionam-se com o desenvolvimento tecnológico, a proteção do meio ambiente, a melhoria da competitividade das pequenas e médias empresas e o estímulo ao emprego (União Europeia, 2015: 124-126). Quando comparados com a programação de 2007-2013, notamos uma alteração e um avanço nos

objetivos. Existe uma preocupação de adaptar o programa às necessidades de cada época tendo sempre em conta o desenvolvimento sustentável do território. É imperativo que este programa vise a questão do emprego, que é um dos grandes problemas atuais, e a questão ambiental que marca as gerações futuras.

2.7. Associativismo na Euro Região

Tal como foi clarificado anteriormente, um dos objetivos deste trabalho passa por aprofundar a Cooperação Transfronteiriça no Norte de Portugal e na Galiza. Para além de todos os esforços que as entidades regionais e nacionais têm que fazer, bem como a própria União Europeia, a Cooperação deveria ser mais que uma finalidade económica, a questão identitária e cultural também são importantes. O associativismo promove a prática do civismo e a democracia dentro da sociedade civil. Segundo o Comunicado da Comissão Europeia, as associações e o sector associativo devem promover e conduzir à criação de novas oportunidades nos âmbitos europeu, regional e local. Alguns destes benefícios passam pela melhoria da qualidade de vida das populações, criação de emprego e melhoria das condições económicas. É certo que a criação de novas associações e a reprodução do espírito associativo tornam-se o sustentáculo de novas políticas sociais e da mudança intelectual, política e social. As associações promovem, ainda, a consciencialização da cidadania indo ao encontro das práticas democráticas (Comissão Europeia, 2004: 17).

É importante esclarecer que estes programas de cooperação têm um papel importante no contexto associativo. Nas figuras abaixo representadas, podemos verificar as principais associações e gabinetes transfronteiriços que resultam do processo de cooperação e dos seus programas de acordo com Medeiros (2009:57).

Quadro 14: Associações e Gabinetes Transfronteiriços Minho/Galiza em 2006
(Medeiros,2009: 57)

Associações	Gabinetes Transfronteiriços
Uniminho	Comunidade de Trabalho Galiza - Norte
Comunidade de Cooperação do Vale do Lima-Limia	GIT – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças
Comunidade territorial de cooperação do Vale do Tâmega	Centro Euro-Fronteiriço de Emprego – Valença
Comunidade territorial de cooperação do Vale do Minho	Comité sindical Galiza-Norte de Portugal
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Clube de Negócios Galiza – Norte de Portugal
Confederação Luso-Galaica de pymes	Fórum de formação pesqueira galiza norte de portugal
Feluga – Federação luso galaica de indústrias metalúrgicas	OSPEA – Organização Supranacional de pequenas e médias mepresas do Eixo Atlântico
Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza-Norte de Portugal	
CECOTRAN – Centro Empresarial de Cooperação Transfronteiriça	

Quadro 15: Associações e Gabinetes Transfronteiriços Nordeste
Transmontano/Zamora em 2006 (Medeiros,2009: 57)

Associações	Gabinetes Transfronteiriços
Associação Transfronteiriça de cidades e Vilas Fortificadas	Comunidade de Trabalho Norte – Castela e Leão
Associação Transfronteiriça de Municipios das Cidades de Fronteira	GIT Norte – Castela e Leão
Associação Transfronteiriça de Municipios das Cidades Patrimoniais	Observatório Territorial Transfronteiriço
Associação de Pueblos Vivos (Zamora-Trás-os-Montes)	Comunidade Territorial de Cooperação Bragança - Zamora
Associação Ibérica de Municipios Ribeirinhos do Douro	Comunidade de Trabalho Douro Superior - Salamanca
Fundação Hispano-lusa Rei Afonso Henriques	Pólo Universitário (Léon – Porto – Salamanca-Valladolid)
	Grupo de trabalho hispano-português Zamora-Trás-os-Montes
	Eurocidade Chaves-Verín

Reparando no universo associativo presente no território da Euro Região, é possível notar que a sua abrangência é transversal e setorial; existem associações e gabinetes transfronteiriços nos diversos setores da sociedade e com diferentes objetivos. Medeiros agrupou as associações e gabinetes por zonas da cooperação (existindo uma divisão dentro da Euro Região; cooperação Minho/Galiza e cooperação Nordeste Transmontano/Zamora). Detetou-se uma pequena incoerência na tabela acima indicada;

a Eurocidade Chaves/Verín não pode ser considerada como pertencente ao grupo em questão; trata-se de cooperação entre uma cidade transmontana (não do nordeste) e uma localidade situada na Galiza. Não coincide portanto a designação estabelecida pelo autor. No entanto, o importante a destacar em ambas as tabelas, são os principais Gabinetes e Associações na zona Norte de Portugal e as suas ligações ao país vizinho. De forma geral, o associativismo possui um elevado grau de penetração na Euro Região. Em 2004, o Norte de Portugal possuía 6.600 organizações que correspondiam a 30% das associações do território português (Veiga, 2004: 9). A Galiza possuía na mesma data um número que ultrapassava as 22.500 associações.

Quadro 16: Distribuição das Associações por distrito na Região Norte no ano 2004
(Veiga, 2004: 14)

Distrito	%	Nº
Aveiro	7.8	513
Braga	19.7	1294
Bragança	10.9	712
Porto	40.5	2.653
Viana do Castelo	8.3	545
Vila Real	8.0	527
Viseu	4.1	272
Total	100	6555

Quadro 17: Distribuição das Associações na Galiza no ano 2004 (Veiga, 2004: 14)

Designação	Galiza	Lugo	A Corunha	Ourense	Pontevedra
Nº de associações por 1000 habitantes	8.4	10	6.2	11.3	7
Nº de habitantes	2.695.880	357648	1.096.127	338.446	903.759
Nº de associações	22551	3607	6821	3823	6283

Através dos quadros acima apresentados, podemos verificar as localizações e o número de associações presentes em cada distrito português e em cada província espanhola. Relativamente ao Norte de Portugal podemos verificar que o maior número de associações se encontra no distrito de Braga e do Porto. Comparativamente, a Galiza possui um maior número de associações nas províncias de Pontevedra e Corunha. Por ser uma região geograficamente maior e com maior número de habitantes, a diferença entre o número de associações galegas e do Norte de Portugal, é considerável.

No Quadro 15 podemos verificar o número de associações agrupadas por tipologias. Realço que o autor não conseguiu enquadrar 2% das associações encontradas. Podemos verificar que existe um maior número de associações ligadas à área da Educação e Formação, Sociocomunitárias e Socioculturais. O autor mostra (Veiga, 2004: 10) que muitas destas associações são de pequena envergadura e que o seu número de sócios pode variar; não existe muita informação disponível relativamente a este assunto (não é possível obter esclarecimentos específicos sobre estes temas).

Quadro 18: Tipologias das Associações da Região Norte em 2004 (Veiga, 2004: 10)

Designação/Tipologia	Nº	%
Assistencial e Saúde	251	4
Cultura e Arte	397	6
Desporto e Tempos Livres	616	9
Educação e Formação	1682	26
Laboral, Profissional e Sindical	678	10
Paz e Solidariedade Internacional	521	8
Proteção e Defesa do Meio Ambiente e Animais	100	2
População: idade	226	3
População: género e relações	17	0
Moradores, Consumo, Sociocomunitárias e Socioculturais	1910	29
Outras Organizações	157	2
Total	6555	100

No Quadro 16 temos representada a distribuição de associações na Galiza por divisões administrativa e por tipologia. Verificamos assim que as associações que assumem um maior destaque no ano de 2004 são as ligadas à Educação e Formação, as Sociocomunitárias e Socioculturais. O autor explica que nas associações galegas não conseguiu enquadrar 28,1% nas tipologias acima referidas. Se compararmos ambas regiões, apercebemo-nos que não existem grandes diferenças entre o número de associações e as tipologias.

Quadro 19: Distribuição das Associações na Galiza em 2004 (Veiga, 2004: 16)

Designação	Central	Lugo	Corunha	Ourense	Pontevedra	Total (Tipologia)	%
Assistência e Saúde	143	1	246	69	52	511	2.3
Cultura e Arte	551	638	1449	907	1836	5831	24.3
Desporto e Tempos Livres	70	21	465	454	313	1323	6
Educação e Formação	78	200	588	220	598	1684	7.6
Laboral, Profissional e Sindical	67	0	13	114	52	246	1.1
Paz e Solidariedade Internacional	53	39	8	32	15	147	0.7
Proteção/Defesa do Ambiente e Animais	55	5	72	71	90	293	1.3
População: idade	136	34	658	497	388	1713	7.8
População: género e relações	44	37	40	136	61	318	1.4
Moradores, Consumo, Sociocomunitárias e Socioculturais	125	832	1738	1049	1930	5674	25.7
Outras Organizações	245	1800	1544	274	948	4811	21.8
Total (provincial)	1567	3607	6821	3823	6283	22551	100

É necessário esclarecer que realizar o registo das associações existentes nas duas regiões, de forma a perceber o seu funcionamento interno, o seu número de sócios, etc, é uma tarefa dificultada pelas circunstâncias. A heterogeneidade da massa associativa da

Euro Região Norte – Galiza aliada à falta de dados, dificulta o processo de recolha de informação e a sua organização. De outra perspetiva, os meios disponíveis e a consequente gestão de tempo não permitiram a investigação direta sobre o associativismo em ambas regiões. Os quadros abaixo apresentados indicam as características gerais do movimento associativo na Euro Região de acordo com Souto, Bouzada e Figueiredo (2005).

Quadro 20: Características gerais do movimento associativo na Euro Região (Souto; Bouzada; Figueiredo, 2005: 94-96)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • A existência de uma diversidade de sectores associativos e de associações dentro de cada sector que constituem um importante repertório de experiências e um conhecimento real do território e das necessidades dos cidadãos; • Existência de algumas boas práticas de cooperação e de trabalho em redes interassociativas; • Alguma abertura ao uso das novas tecnologias da comunicação e da informação nos processos de gestão e administração pelos membros das associações; • A existência de uma importante rede de associações com equipamentos, instalações e infraestruturas cívicas geridas pelas associações; • Boa dinâmica de nível médio na captação de recursos e de relacionamentos com a comunidade; • Em alguns municípios, o elevado número de associações existentes; • Associações com uma taxa elevada de programação de atividades; • Alta participação dos associados nas associações em caso de conflitualidade social; • A capacidade dos cidadãos para a criação de novas associações capazes de atenderem às necessidades sociais emergentes; 	<ul style="list-style-type: none"> • O excessivo peso do acesso às ajudas económicas municipais no planeamento das atividades associativas; • A fraca utilização e formação de voluntariado nas atividades associativas, devido à escassez de voluntários para dinamizar o movimento associativo; • Reduzida profissionalização em gestão e administração associativa, muito residual, o que impede que a qualidade dos serviços seja maior, bem como que a gestão económica e financeira seja rigorosa; • A carência de serviços adaptados às necessidades dos cidadãos, por falta de parcerias entre as associações com outros agentes sociais que detêm mais experiência e capacidade para os realizar. • A escassa ou nula participação de coletivos de cidadãos informalmente organizados; • A incapacidade de renovação dos dirigentes associativos e pouca implicação dos associados e dos cidadãos em geral na vida associativa; • A incipiente organização administrativa e técnica de nível superior; • A desadequação de horários de algumas das atividades; • A reduzida e pouco atrativa promoção de atividades e eventos;

<ul style="list-style-type: none"> • A atual melhoria da comunicação entre as associações e os municípios dos concelhos; • A diminuição do clima de tensão e rivalidades entre as associações; • A maior abertura dos municípios no apoio ao associativismo; • Existência de dirigentes com carisma e status social elevado dotados de experiência organizativa acumulada e com conhecimento das necessidades reais da comunidade; • O papel das associações como agentes de fomento e consolidação da democracia real e formal; • A atual abertura de novos espaços de participação disponibilizados pelas administrações municipais; • O facto de muitas associações disporem de uma importante rede de equipamentos, serviços e infraestruturas; • A existência de algumas boas experiências de trabalho em rede. 	<ul style="list-style-type: none"> • A eventual falta e baixa qualidade de espaços físicos para que algumas associações possam desenvolver as suas atividades; • O fraco capital humano de algumas associações e escassez de profissionais e voluntários; • O fraco envolvimento, podendo considerar-se mesmo em decadência em alguns sectores, dos cidadãos na vida e nas atividades associativas; • Fraca capacidade de renovação dos órgãos dos dirigentes associativos, quase sempre são as mesmas pessoas a recandidatarem-se aos órgãos diretivos; • A previsível elevada percentagem de associações que estão inativas ou que estão de facto extintas; • A excessiva dependência dos fundos públicos para o funcionamento e atividades, por vezes obtida por via das relações clientelares; • A falta de sentido de comunidade nas comunidades locais e nos respetivos bairros; • A falta de educação e formação para a cidadania e para a participação cívica.
--	--

Como se verifica no quadro 17, é possível verificar as características gerais do associativismo na Euro Região tendo em conta a sua relação com as populações e com as administrações locais. Uma das características gerais deste movimento, no Norte de Portugal e na Galiza, passa pela grande diversidade de associações. Esta diversidade tenta colmatar as necessidades do território e das populações (destaque-se ainda o número considerável de associações no território da Euro Região anteriormente demonstrado). As taxas de atividades realizadas e de projetos aprovados são satisfatórias tendo em conta os objetivos executados; o associativismo promove as boas práticas democráticas entre os indivíduos associados. Torna-se cada vez mais comum a presença de dirigentes conhecedores das reais necessidades populacionais e do território verificando-se um crescimento na criação de novas associações. Apesar dos pontos fortes do associativismo na Euro Região reforçarem a posição do próprio movimento,

importa verificar e entender as dificuldades e problemas na sua própria implementação. Na maioria dos casos existe pouco interesse das populações na vida associativa e uma escassez de mão-de-obra no interior das associações (repare-se que o voluntariado tem dificuldades em implementar-se a nível associativo). Outro dos grandes entraves ao sucesso das associações prende-se com a sua dependência excessiva face aos financiamentos municipais.

O movimento associativo necessita de uma análise interna de forma a tentar diminuir o efeito das suas dificuldades. No entanto, a análise sobre o movimento associativo também deve ser feito pelas administrações públicas tendo em conta a dependência das associações e a sua estreita relação. Existem questões associativas que poderiam ser atenuadas se os municípios conhecerem profundamente o espectro associativo com pormenor.

Quadro 21: Características das Políticas Municipais face ao Associativismo na Euro Região (Souto; Bouzada; Figueiredo, 2005: 96-97)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • A crescente abertura das administrações municipais ao fomento da participação dos cidadãos e do associativismo; • A apetência pela realização de acordos e protocolos formais com as associações que estabilizam as relações e definem as contrapartidas mútuas entre os municípios e as associações; • A política de cedência de espaços, equipamentos a custos diminutos ou mesmo a custo zero; • A vontade política de regulamentar as relações com o movimento associativo, de forma a estabilizar as relações e a democratizar o acesso aos apoios financeiros e logísticos municipais; • O interesse das administrações municipais em delegarem ou se associarem às associações na realização de eventos e de atividades municipais relevantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento generalizado da situação do movimento associativo ao nível local, por parte de autarcas, dirigentes e técnicos municipais; • Faltam técnicos mediadores às autarquias para as relações com as associações, bem como técnicos em quantidade e com qualificações adequadas para gerirem as relações com o associativismo; • Excessiva atribuição de funções e tarefas a alguns dos departamentos municipais que têm a seu encargo as relações com o associativismo; • Uma parte significativa do movimento associativo tende a estar arredada das preocupações das políticas municipais, muito centradas em redor dos sectores associativos mais representativos e tradicionais; • Ausência ou reduzida participação do movimento associativo no planeamento e na gestão municipal;

<ul style="list-style-type: none"> • O interesse das administrações municipais em delegarem a gestão de alguns equipamentos municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adesão e participação dos cidadãos nas associações e atividades associativas condicionadas pelo reduzido nível de educação para a participação; • Défice de democratização interna das associações com práticas de fechamento ao exterior e, por vezes, hierarquização excessiva; • Excessiva departamentalização dos serviços de fomento do associativismo municipal com alguma falta de recursos humanos e de um projeto baseado num diagnóstico rigoroso do estado do associativismo no Concelho; • Evidente desigualdade entre municípios no que diz respeito à forma como se relacionam com o movimento associativo; • Alguma fragilidade dos mecanismos de informação entre os serviços das autarquias e das organizações associativas.
--	---

Tal como foi mostrado anteriormente, o quadro 18 apresenta uma recolha de características positivas e negativas (dificuldades e disparidades) das políticas municipais no estímulo à prática associativa e ao apoio das associações. Existem, de facto, melhorias nas relações entre municípios e associações; denota-se um maior número de protocolos e acordos entre ambos e uma cooperação e cedência de espaços e equipamentos. Tem-se destacado a vontade política de simplificar o diálogo entre municípios e associações, facilitando o acesso aos apoios financeiros e logísticos. Por outro lado, as políticas municipais possuem aspetos que dificultam a relação com as associações. Existe um défice de comunicação entre os municípios e as associações na gestão municipal devido à fragilidade de informações e comunicação entre instituições e associações. As associações estão imensamente dependentes das administrações governativas e em alguns casos, os municípios não reconhecem os problemas associativos. As políticas municipais acabam por não se adequar ao panorama associativo; as próprias administrações locais têm demasiado trabalho nos departamentos e poucos recursos humanos.

Tendo em conta todos estes fatores, destaco que as associações (as de representação da Sociedade Civil) acabam por ter uma participação diminuída nas decisões dos

municípios relativamente a políticas de gestão. Para que exista um estímulo ao movimento associativo, e para além do desempenho das suas funções, as associações deveriam ocupar um papel mais preponderante junto dos municípios. Se a voz das associações se tornasse mais ativa, acabariam por se estimular a elas mesmas entendendo que são indispensáveis no plano decisório local.

É importante relembrar mais uma vez a diferença entre fronteira física, política e a mental. Apesar das diferenças culturais entre ambos os povos (porque existem), subsistem similitudes e um fio condutor que as aproxima e que as mantém reféns uma da outra. Este fio condutor pode ser a História, a cultura ou o sentimento da parte galega de se sentirem à parte do resto da Espanha e mais próximos de Portugal (sentimento nacionalista). Este fio pode ser o benefício económico que a cooperação gera, ou mais romanticamente, o sentimento luso-galaico e a origem ancestral comum. O Associativismo tem que se transformar num instrumento de criação e manutenção da Cooperação Transfronteiriça. Não podemos desejar que a Cooperação ultrapasse o benefício económico em detrimento da cultura e da identidade, sem esclarecer a sociedade civil sobre o processo. Não poderá existir Cooperação em todos os setores da sociedade, sem que os cidadãos participem e se sintam realmente pertencentes a um “todo”.

2.7.1. O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Dentro da questão do Associativismo entre a Galiza e o Norte, importa referir o exemplo mais notável: o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Apesar de ser uma associação de Municípios, não deixa de não representar a prática do associativismo no contexto transfronteiriço.

O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular constitui uma Associação transfronteiriça de Municípios e sem fins lucrativos que acaba por corresponder ao território da Euro Região²⁰. Os principais objetivos do Eixo Atlântico são:

- Desenvolvimento económico, social, cultural, tecnológico e científico das cidades e das regiões que o constituem.
- Promoção da coesão económica, social e cultural através da estruturação de um território comum. As principais cidades que constituem o Eixo Atlântico são:

²⁰ [Http://www.eixoatlantico.com/](http://www.eixoatlantico.com/) (consultado a 1-03-2015)

Corunha, Lugo, Ferrol, Ourense, Santiago de Compostela, Pontevedra, Vigo, Vilagarcía de Arousa, Monforte de Lemos, Porto, Bragança, Braga, Chaves, Viana do Castelo, Vila Real, Guimarães, Peso da Régua e Vila Nova de Gaia.



Figura 6: Cidades do Eixo Atlântico²¹

Apesar da extrema importância da Comunidade de Trabalho, o Eixo Atlântico surgiu como alternativa e como complemento da mesma; esta união formada por municípios facilita o facto de os dirigentes terem em conta as necessidades locais e das suas populações. Segundo Fernando Gomes, antigo Presidente da Câmara do Porto, “Esta é uma associação que as autoridades espanholas sempre viram com bons olhos, enquanto as portuguesas sempre a viram com receios” (Juncal Sampedro, 2012: 44).

Na figura 9 é possível verificar que o território que faz parte desta associação de municípios integra o espaço da Euro Região. Segundo os estatutos da própria associação²² estas cidades e vilas pretendem explorar ao máximo o desenvolvimento no espaço regional em que se inserem e que se caracteriza por algumas realidades socioeconómicas e culturais idênticas. Esta associação possui duas sedes permanentes: uma no Porto e outra em Vigo. A associação foi fundada em 1992 e qualquer município

²¹ [Http://www.eixoatlantico.com](http://www.eixoatlantico.com) (consultado a 1-03-2015)

²² [Http://www.eixoatlantico.com/sites/default/files/Estatutos.pdf](http://www.eixoatlantico.com/sites/default/files/Estatutos.pdf) (consultado a 1-03-2015)

pode pertencer à mesma desde que o pedido seja aceite pela comissão executiva e que tal pedido seja aprovado na assembleia geral com 2/3 dos votos.

Quadro 22 : Membros do Eixo Atlântico (Ribeiro e Silva, 2012: 207)

Município	País	Localização	Habitantes	Membro EANP	Id. Política Ano - 2010
A Coruña	Espanha	Litoral	250.000	Fundador	Esquerda
Barcelos	Portugal	Litoral	122.096	2007	Esquerda
Braga	Portugal	Litoral	170.000	Fundador	Esquerda
Bragança	Portugal	Interior	35.000	Fundador	Direita
O Carballiño	Espanha	Interior	14.125	2008	Esquerda
Carballo	Espanha	Litoral	30.078	2007	Direita
Chaves	Portugal	Interior	45.000	Fundador	Direita
Ferrol	Espanha	Litoral	80.000	Fundador	Esquerda
Guimarães	Portugal	Litoral	170.000	1997	Esquerda
Lalin	Espanha	Transição	21.231	2007	Direita
Lamego	Portugal	Interior	28.081	2008	Direita
Lugo	Espanha	Interior	90.000	Fundador	Esquerda
Macedo Cavaleiros	Portugal	Interior	7.100	2008	Esquerda
Matosinhos	Portugal	Litoral	169.261	2007	Esquerda
Mirandela	Portugal	Interior	30.000	2007	Direita
Monforte de Lemos	Espanha	Interior	20.000	1995	Direita
O Barco Valdeorras	Espanha	Interior	13.943	2007	Esquerda
Ourense	Espanha	Interior	109.475	Fundador	Esquerda
Penafiel	Portugal	Transição	72.000	2008	Direita
Peso da Régua	Portugal	Interior	20.000	1997	Direita
Pontevedra	Espanha	Litoral	80.000	Fundador	Direita
Porto	Portugal	Litoral	300.000	Fundador	Direita
Riveira	Espanha	Litoral	27.472	2008	Direita
Santiago Compostela	Espanha	Litoral	92.365	Fundador	Esquerda
Sarria	Espanha	Interior	13.582	2008	Esquerda
Verín	Espanha	Interior	13.991	2007	Direita
Viana do Castelo	Portugal	Litoral	89.000	Fundador	Esquerda
Vigo	Espanha	Litoral	300.000	Fundador	Esquerda
Vila do Conde	Portugal	Litoral	29.731	2007	Esquerda
V. N. Famalicão	Portugal	Litoral	127.567	2007	Direita
V. N. Gaia	Portugal	Litoral	300.000	1997	Direita
Vila Real	Portugal	Interior	50.000	Fundador	Direita
Vilagarcía de Arousa	Espanha	Litoral	35.000	1995	Esquerda
Viveiro	Espanha	Litoral	15.706	2007	Esquerda

O Eixo Atlântico reconhece a nível da Euro Região a importância do movimento associativo e a necessidade de políticas municipais capazes de corresponder às exigências da União Europeia. A nível associativo, a Euro Região juntamente com os municípios, deveria ter em conta os seguintes fatores de desenvolvimento que o Eixo propõe (<http://www.eixoatlantico.com/>):

- Necessidade de articulação entre os serviços municipais e as associações e um registo constitucional das relações de ambos;
- Promoção de formação para funcionários e líderes associativos;
- Promoção de formação para administradores municipais na temática de associativismo;
- Estudos sobre a história do associativismo e sobre a situação atual do mesmo (quer a nível local, quer a nível regional);

- Palestras e colóquios que juntem autarquias e populações sobre as associações como agentes geradores de emprego e conhecimento material e imaterial;
- Serviços de apoio à constituição e legalização de associações;
- Promoção da participação das associações nas decisões municipais.

Como se percebe, o Associativismo é um movimento de dinamização na Euro Região. Existem porém, poucos recursos que nos permitam fazer uma análise assertiva sobre a situação atual. Encontra-se ainda uma grande heterogeneidade e dispersão das realidades associativas. Reconhece-se a fragilidade política das autarquias na apreciação e na promoção de associações.

Todavia, segundo estudos realizados pelo Eixo Atlântico, é possível reconhecer parâmetros positivos na situação associativa em ambas as regiões. Destacamos a diversidade do setor associativo que representa uma variedade de experiências e realidades que promovem o conhecimento das situações dos territórios: o grande número de associações em alguns municípios e a capacidade de algumas associações possuírem uma grande taxa de atividades. É de realçar, ainda, a capacidade dos cidadãos em criar novas associações quando as necessidades a isso obrigam e o papel das associações como agentes de implementação da democracia real.

Para além das ações positivas desenvolvidas no seio do associativismo, é necessário analisar as dificuldades que este movimento encontra na sua implementação. Economicamente torna-se complexo a não dependência face aos municípios e a fundos públicos, subsistindo ainda a falta de promoção e utilização do voluntariado no seio associativo (o que leva a um défice de capital humano e a uma escassez de profissionais). A escassa participação de coletivos informalmente organizados também é considerada um obstáculo para a promoção e conceção de novas associações. Socialmente, e não apenas nestas regiões, existe ainda um défice de educação sobre exercício da cidadania na sociedade civil.

Retomando a matéria sobre o Eixo Atlântico como dinamizador da Euro Região, reconhece-se que as cidades do Norte de Portugal tendem a sofrer o impacto da centralização de faculdades e autonomias nas capitais - serviços tradicionais são destruídos e impede-se o aparecimento de novas iniciativas. Na Galiza, as funcionalidades são diferentes; falamos de um sistema financeiro de base regional que

minimiza as questões de centralização. Assim, a região Norte tem a necessidade de reforçar a união e a parceria que tem com a região espanhola.

As cidades do Eixo possuem dificuldades em termos de convergência devido às disparidades entre o progresso económico espanhol e português. Deve dizer-se que as cidades galegas não sofrem tanto como as nacionais; a economia espanhola possui um enquadramento mais positivo comparativamente à portuguesa. Outra dificuldade que o Eixo Atlântico reconhece para o desenvolvimento da Euro Região passa pela emergência de infraestruturas logísticas no território Ibérico. A vantagem que o Eixo possui e, conseqüentemente, ambas as regiões é a influência do porto de Vigo, em matéria logística. Este fator também compensa a ausência de capacidade de execução de uma infraestrutura desta envergadura no Norte de Portugal²³.

Em Outubro de 2002 celebrou-se o Tratado de Valência entre Espanha e Portugal que abriu novas oportunidades nas relações dos dois países a nível jurídico e de cooperação intermunicipal. Com este Tratado, o Eixo Atlântico assume mais uma vez, um protagonismo ativo na representação da governança regional e cooperante.

2.8. Entrevista com o, Coordenador da Unidade para a Cooperação Estratégica (CCDR-N), Dr. Nuno Almeida²⁴

Atendendo ao propósito da investigação, e ao longo das pesquisas realizadas na CCDR-N, tornou-se pertinente conhecer a perspetiva de um profissional que trata com estas questões de perto e que sabe como funciona o processo de Cooperação Transfronteiriça em todos os parâmetros e nesse sentido, entrevistámos o Coordenador da Unidade para a Cooperação Estratégica (CCDR-N), Dr. Nuno Almeida.

A entrevista destinou-se a esclarecer questões relacionadas com os seguintes pontos:

1. Principais passos de aproximação entre o Norte de Portugal e a Galiza.
2. Principais dificuldades no processo de Cooperação (implementação e realização).
3. Papel excessivamente administrativo/institucional da abordagem à Cooperação Transfronteiriça.

²³ [Http://www.eixoatlantico.com/](http://www.eixoatlantico.com/) (consultado a 3-03-2015)

²⁴ Realizada a 5-02-2015

4. Assimetrias entre a faixa litoral e a faixa interior da Euro Região. Ações desenvolvidas para diminuir esta realidade.
5. Papel do Associativismo (representação da sociedade civil) no processo de Cooperação.
6. Perspetiva futura para a Cooperação entre ambas regiões.

Segundo o Dr. Nuno Almeida, a CCDDR-N funciona discretamente como uma unidade para a cooperação estratégica de forma a antecipar toda a ação a nível de medidas a serem tomadas bem como políticas necessárias. A implementação e concretização da Cooperação Transfronteiriça a nível regional depende muito da Presidência da Comissão de Coordenação (as questões políticas influenciam e são fundamentais no andamento dos processos). O Coordenador da Unidade para a Cooperação Estratégica destacou a Lei orgânica do ano 2007 relativamente às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional que teve que ser adaptada tendo em conta os novos objetivos da Europa 2020 de forma a adequar-se às necessidades da cooperação e da globalização. É tarefa da Unidade de Cooperação Estratégica antecipar e preparar a Cooperação Transfronteiriça a nível de avaliações e de políticas que facilitem a implementação do ideal de cooperação.

É necessário recordar que a CCDDR-N tem como principal sustentáculo o Governo Central enquanto a Galiza goza de autonomia por ser uma Região Autónoma e não depende do Governo Central Espanhol em certas decisões administrativas. Tendo em conta este contexto, existem dificuldades administrativas e institucionais devido às diferenças nas formas de governo de ambas as regiões. Assim sendo, segundo o Dr. Nuno Almeida, o equilíbrio institucional é o segredo fundamental da Cooperação Transfronteiriça entre ambas regiões. Conforme as palavras bem vincadas do Coordenador para a Cooperação Estratégica, por muitos ideais que existam, em termos práticos e de cooperação, *“a fronteira existe e faz-se notar”* e as diferenças entre a faixa litoral e interior da região Norte existem e derivam do passado e das diferenças geoestratégicas dos territórios. Apesar disto, realce-se a vantagem competitiva que o Norte de Portugal (faixa litoral) possui no sector têxtil e na sua relação com a Galiza no escoamento dos produtos.

Os diferentes tipos de Cooperação são realizados através de instrumentos Comunitários como o Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) e que tem como principal objetivo regular as entidades do ponto de vista jurídico, de forma a fomentar a

cooperação entre fronteiras. A Cooperação é também realizada através dos AECT's que visam executar os programas de cooperação territorial cofinanciados pela União Europeia. É preciso ter também em conta, segundo o Dr. Nuno Almeida, que os Estados tendem a proteger o que é nacional apesar das inúmeras alusões aos vários tipos de Cooperação e que de facto, existe uma preocupação pela salvaguarda das características estatais e nacionais.

Atentando à necessidade de percebermos que nem tudo na cooperação é simples e frutífero, destacaram-se ao longo desta conversa exemplos reais das dificuldades institucionais/administrativas na Euro Região. O Coordenador deu principal relevo às questões laborais e às acessibilidades. As carteiras Profissionais sem reconhecimento mútuo e o problema quotidiano dos táxis portugueses e galegos não poderem operar no outro lado da fronteira, foram exemplos bastante realçados. Nestes aspetos, a Cooperação não é facilitada nem viável pois existe um longo caminho a percorrer.

As questões institucionais são um referencial incontornável nos vários tipos/níveis de Cooperação e foram o primeiro impulso para qualquer tipo de Cooperação. Posto isto, como grande passo na Cooperação entre ambas as regiões, o Dr. Nuno Almeida realçou o Tratado de Valência pois foi através desta convenção que se originou a Comissão de Trabalho Norte de Portugal – Galiza dando grande preponderância os atores políticos de ambos países.

Ao longo da nossa conversa, foi salientada várias vezes pelo Coordenador a questão da institucionalização da Cooperação como único meio de sobrevivência do próprio processo: é neste movimento que o Eixo Atlântico e a própria Euro Região são braços extensíveis no auxílio da Comunidade de Trabalho. É possível verificar que o sustento das Comunidades de Trabalho são os AECT, explicando o Coordenador que este é o futuro da Cooperação e que o crescimento destes Agrupamentos é incontornável e absolutamente necessário.

No que toca ao Associativismo e à sua relação com a Cooperação Transfronteiriça, o Dr. Nuno Almeida deixou transparecer que esta atividade, que acaba por representar a sociedade civil, é quase inexistente, mesmo que existam ações associativas entre municípios como o caso do Eixo Atlântico. O orador concluiu que as associações apesar das suas ações locais, não representam uma base fundamental para a Cooperação. A

Associação “Ponte... Nas Ondas!”²⁵, teve como propósito candidatar as tradições orais galego-portuguesas para património imaterial da humanidade perante a UNESCO. Tornou-se um objetivo demasiado ambicioso, tendo as autoridades portuguesas e galegas descartando o apoio que teria sido fundamental para atingir o objetivo principal. A própria UNESCO acabou por animar e apoiar os esforços realizados pela Associação mas tornou-se impossível qualquer avanço, pois ambas administrações estatais não nutriram o devido interesse pela candidatura.

Outra ideia que surgiu ao longo do diálogo, prendeu-se com a questão da realização efetiva da Cooperação, ou seja, a Cooperação no processo prático. O Dr. Nuno Almeida destacou que “*o tempo é muito importante no contexto da Cooperação*”; a cooperação não é um processo de realização imediata, é antes um processo contínuo e longo. É necessário, segundo o Coordenador, criar alicerces e estruturas para que o crescimento do ideal de Cooperação se difunda nas diversas secções da sociedade. É preciso ter em conta o fator da “centralidade” política que tanto afeta o caso da Cooperação no lado Português. No caso espanhol a situação é atenuada pela existência de regiões autónomas e pela independência dos governos regionais face ao governo central em certos aspetos. É desta forma que o Dr. Nuno Almeida entende que a sociedade civil é um importante complemento ao processo de cooperação. No entanto, e numa perspetiva realista, a institucionalização tem um peso maior sendo absolutamente necessária ao longo do processo de Cooperação. Não é possível negar que a Cooperação Transfronteiriça se faz sentir essencialmente no setor económico e institucional. A Cooperação Transfronteiriça de cariz económico é sem dúvida o principal tipo de cooperação e a sua existência é imprescindível, precisamente por ir ao encontro das principais necessidades das regiões e das populações. O capital que este tipo de cooperação gera é indispensável para o financiamento das próprias regiões e consequentemente, no financiamento do aparelho político e institucional. Desta forma e para concluir, é possível reter que a cooperação económica é indispensável para a continuação do próprio processo entre ambas regiões. Segundo o parecer do Coordenador, a Galiza possui uma importância geoestratégica e geopolítica que apesar de ser discreta e regular, favorece o Norte de Portugal e a união de ambas regiões é essencial. Unidas pelos laços da Cooperação, conseguem ultrapassar dificuldades que separadamente não conseguiriam e também não teriam voz para se fazer ouvir nas suas necessidades e problemas.

²⁵ <http://pglingua.org/noticias/informante/286-desinteresse-dos-estados-espanhol-e-portugues-decepciona-ponte-nas-ondas> (consultado a 6-02-2015)

TERCEIRA PARTE

3. Dinâmicas e desafios do eixo Chaves-Verín

3.1. A Eurocidade da Água: características e peculiaridades

No processo de Cooperação Transfronteiriça destaca-se a criação de um tipo de núcleo explorador e inovador e consequentemente, de uma equipa de trabalho “*além-fronteiras*” designada por Eurocidade. No caso de Chaves e Verín, o projeto pretende aproximar as entidades locais aglutinando as centralidades históricas e culturais, dentro de um espaço territorial rural e de baixa densidade populacional.

Antes de descrevermos a Eurocidade da Água, convém referir que na União Europeia existem mais Eurocidades com características e objetivos comuns. Como exemplo destacam-se as seguintes²⁶:

- Eurocidade Basca Baiona – San Sebastian (França - Espanha)
- Communauté Urbaine Lille Métropole (França)
- Eurodistrict Strasbourg-Ortenau (França – Alemanha)
- Eurodistrict Regio Pamina (França – Alemanha)
- Eurodistrict Saar-Moselle (França – Alemanha)
- Tornio-Haparanda (Suécia - Finlândia)
- Trinational Eurodistrict Basel (França – Alemanha – Suíça)
- Frankfurt Oder-Slubice (Alemanha e Polónia)
- Eurocidade Valença-Tui (Portugal- Espanha)
- Eurocidade do Guadiana (Portugal- Espanha)
- Eurocidade Elvas-Badajoz (Portugal – Espanha)

Destacar a Eurocidade Chaves – Verín, é destacar a importância dos laços de união entre a Região Norte e a Galiza e as similitudes/aproximações que se fazem sentir neste território. Do lado português deparamo-nos com Chaves, concelho com 41.243 mil habitantes, pertencente à zona do Alto Tâmega (seis concelhos com 100 mil habitantes

²⁶ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/links/eurocidades](http://www.eurocidadechavesverin.eu/links/eurocidades) (consultado em 3-04-2015)

na totalidade). Verín possui 14.467 mil habitantes e pertence à Comarca de Monterrey-Verín (com 30 mil habitantes na totalidade) e à Província de Ourense.

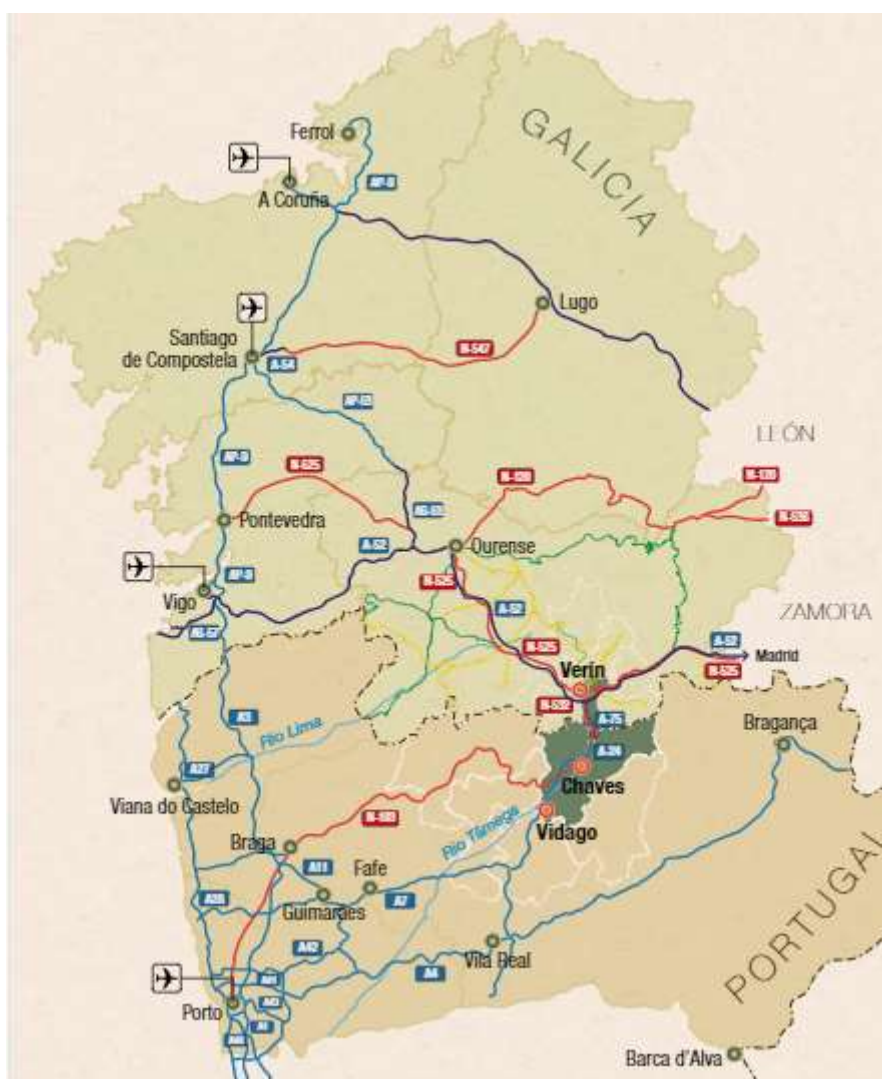


Figura 7: Localização de Chaves e de Verín²⁷

Em outubro de 2015, realizaram-se em Chaves as Jornadas Técnicas das Eurocidades onde estiveram presentes os Presidentes dos Municípios de Chaves e Verín e o Professor Doutor Luis Dominguez Castro. Repare-se que no mesmo mês a Eurocidade Chaves - Verín foi premiada em Bruxelas com o prémio RegioStars 2015 na categoria CityStar. Este prémio foi atribuído no âmbito da boa estratégia de cooperação entre ambos municípios destacando a colaboração institucional e cultural.

²⁷ www.eurocidadechavesverin.eu (consultado a 6-11-2015)

Atentando nas Jornadas realizadas na cidade de Chaves, os autarcas de Chaves e Verín foram unânimes ao afirmar que “os dois municípios crescem em conjunto” e que a Eurocidade tem como lema “um destino, dois países”. Não obstante, é referido pelo autarca flaviense que a relação entre Chaves e Verín “já existia há muitos anos” e que o projeto conjunto veio aprofundar as relações. Seguindo o pensamento, o autarca de Verín refere que as relações surgem frutiferamente “como se não houvesse fronteira”.

Ao longo das jornadas, os autarcas realçaram a importância da Água para ambos municípios denotando que o rio Tâmega não separa as localidades: acaba por unir Chaves e Verín. A criação de uma linha de transporte pendular continua a ser um dos grandes objetivos do projecto e que ainda não foi possível concretizar.

Uma das principais marcas da Eurocidade, tendo em conta as declarações dos autarcas, passa pela zona franca social onde cada cidadão possa escolher o serviço público que melhor o servir, sem que a fronteira e a sua naturalidade, o impeçam. O Arq. António Cabeleira, presidente da Câmara de Chaves, reconhece que esta realidade ainda se encontra longe de ser concretizada, no entanto, garante que os passos adequados estão a ser dados para que esse objetivo se cumpra.

Ambos os municípios possuem interesses coincidentes e comuns. Primeiramente, podemos apontar a proximidade geográfica entre ambas (distam 30 minutos uma da outra) e as ligações históricas e político-institucionais. Tanto Chaves como Verín fazem parte da Associação de Municípios do Eixo Atlântico; isto fomenta a multiplicação de iniciativas e atividades entre ambos municípios. Existem recursos económicos e territoriais que necessitam de preservação - podemos citar as questões logísticas e empresariais ou as questões de gestão urbana. A união entre Chaves e Verín tem, para além de todos os fatores já citados, um suporte que assenta nas Águas Termais que as cidades dividem (daí o projeto se intitular “A Eurocidade da Água”). Para além do rio Tâmega que atravessa Verín e Chaves, existem nove nascentes nos dois municípios. O território da Eurocidade compreende em si uma grande cifra de nascentes termais representando uma das maiores concentrações termais em toda a Europa²⁸. Apesar de se encontrarem relativamente próximas umas das outras e divididas pela raia, as nascentes têm todas a mesma origem: uma falha tectónica que atravessa o Vale de Monterrei e o Alto Tâmega. Apesar da proximidade, todas elas possuem indicações minerais e

²⁸ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/turismo/saude-%26-bem-estar/eurocidade-da-agua](http://www.eurocidadechavesverin.eu/turismo/saude-%26-bem-estar/eurocidade-da-agua) (consultado a 7-11-2015)

terapêuticas diferentes. No lado luso, as principais nascentes são as das Caldas de Chaves, Campilho, Vidago e Vilarelho da Raia. Do lado de Verín, as principais são: Águas de Sousas, Fontenova, Cabreiroà, Caldeliñas e Fonte do Sapo. A água possui uma importância incontornável neste território transfronteiriço, quer a nível económico, e turístico quer a nível de bem-estar e de saúde²⁹. Nas Termas de Chaves a água brota do solo a 73°C ³⁰ (e as suas indicações terapêuticas dizem respeito a patologias músculo-esqueléticas. Em Vidago encontramos um complexo termal cujas águas se adequam a enfermidades do aparelho digestivo³¹. As demais nascentes são exploradas e as suas águas minerais naturais são comercializadas.

Uma das intenções desta iniciativa é conseguir levar a Cooperação Transfronteiriça a um nível mais próximo das suas populações. Pretende-se que a cooperação vá para além das infraestruturas administrativas e que tenha aplicação na vida quotidiana de todos os cidadãos destes territórios. Podemos afirmar que se trata de uma iniciativa experimental que utiliza a cooperação de proximidade na edificação de uma identidade europeia (neste caso, de uma “eurocidadania”). Citando Ana Ladeiras (2008: 82) que vai de encontro à ideia acima descrita, “a concretização da União Europeia exige, pois, um aprofundamento da cooperação já estabelecida, alargando-a ao conceito de euro-cidadania, à partilha de recursos e equipamentos, à difusão da cultura e etnografia, passando, obrigatoriamente, pela eliminação dos constrangimentos legais à convivência de dois povos com os mesmos direitos e obrigações”.

Esta iniciativa teve desde o início a primazia na criação de estruturas institucionais que pudessem vir a fortalecer os vínculos já existentes. Com a programação europeia que se verificou entre 2007-2013, este projeto sofreu o impulso necessário para a sua concretização. Para além deste impulso, é preciso explicar que existiu de ambas as partes uma vontade política nesta concretização. Este projeto representa um novo alento para o eixo interior da Euro Região; podendo ser visto como uma das primeiras tentativas na convergência do Eixo Interior com o Eixo Litoral. Para além de melhorar a qualidade de vida das populações, pretende atrair investimento que possa gerar emprego, utilizando os recursos que ambos os municípios dispõem.

²⁹ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/_cf/133097](http://www.eurocidadechavesverin.eu/_cf/133097) (consultado a 5-04-2015)

³⁰ [Http://www.termasdechaves.com/as-aguas-termas/](http://www.termasdechaves.com/as-aguas-termas/) (consultado a 5-04-2015))

³¹ [Http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermas/termas-de-vidago](http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermas/termas-de-vidago) (consultado a 8-11-2015)

Para os municípios, a união através da Eurocidade “é incontornável e assume-se como uma vantagem competitiva capaz de criar emprego e riqueza e atrair e fixar população permitindo contrariar a tendência de decrescimento das regiões de montanha” (Ladeiras, 2008: 82). A cooperação transforma-se no motor impulsionador do projeto e do desenvolvimento das economias locais e regionais. Assim sendo, a iniciativa e a vontade de abraçar esta ação partiu das instituições e administrações locais, levando as duas cidades a procurarem o caminho da sustentabilidade e do desenvolvimento (nas diversas áreas sociais e económicas). Entende-se ainda que o Eixo Atlântico se tornou fundamental pois foi um dos impulsionadores servindo como centro de decisões e de realização de experiências do projeto (Ladeiras, 2008: 83). Para além da associação de Municípios presente na formação da Eurocidade, destacam-se ainda a Comissão de Desenvolvimento Regional do Norte e a Xunta da Galiza (Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Galiza), a Diputación Provincial de Ourense e, claro está, os Municípios de Chaves e Verín.



Figura 8: Identidade Gráfica da Eurocidade Chaves – Verín³²

No logotipo acima representado, estão descritas características como a união dos dois países através das cores das suas bandeiras nacionais, o ideal de uma Europa Única e o progresso contínuo do projeto através de um círculo³³.

³² [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/eurocidade/identidade-grafica](http://www.eurocidadechavesverin.eu/eurocidade/identidade-grafica) (consultada a 15-04-2015)

³³ <http://www.eurocidadechavesverin.eu/eurocidade/identidade-grafica> (consultada a 15-04-2015)

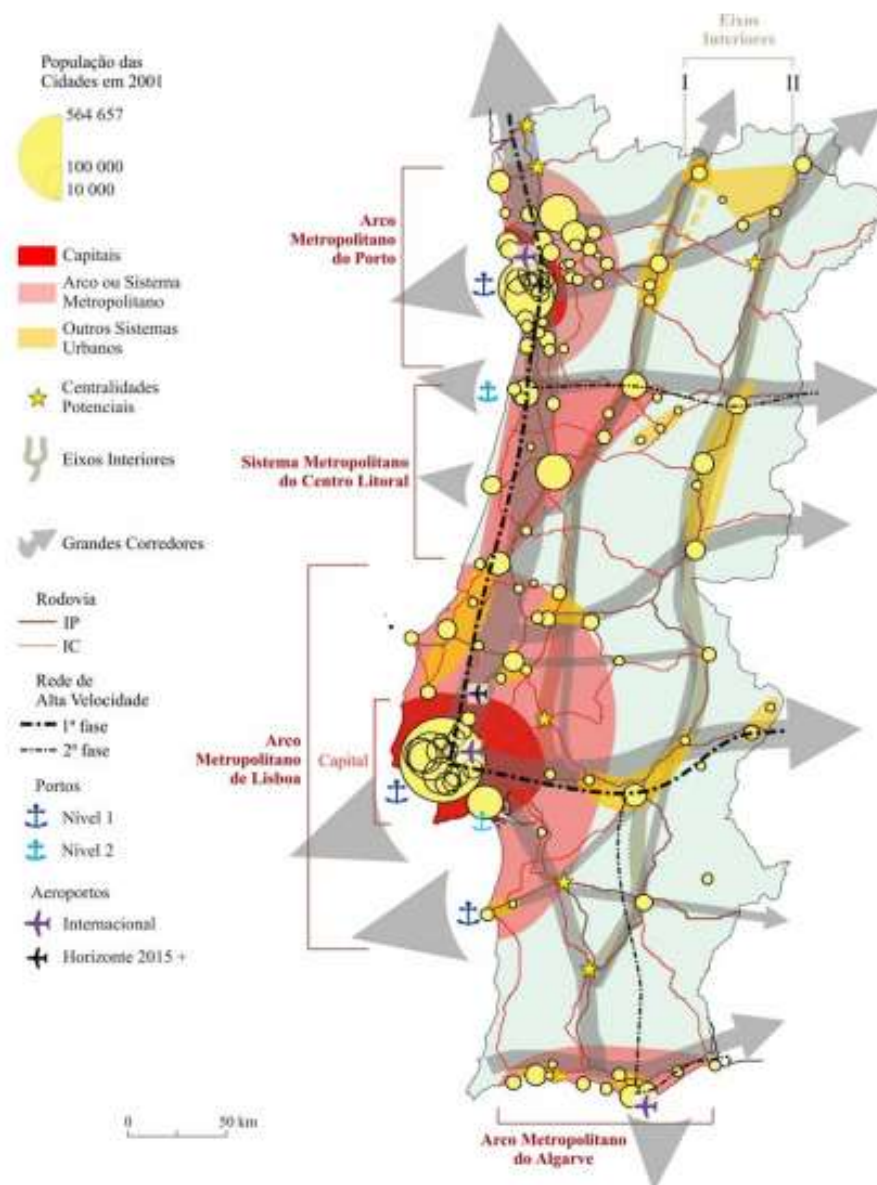


Figura 9: Eixos de Desenvolvimento (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, 2007: 25)

Observando a figura 13 e o território português, Chaves encontra-se num dos corredores de desenvolvimento pertencente aos eixos do interior e com ligação aos fluxos dos arcos metropolitanos e às suas plataformas logísticas.

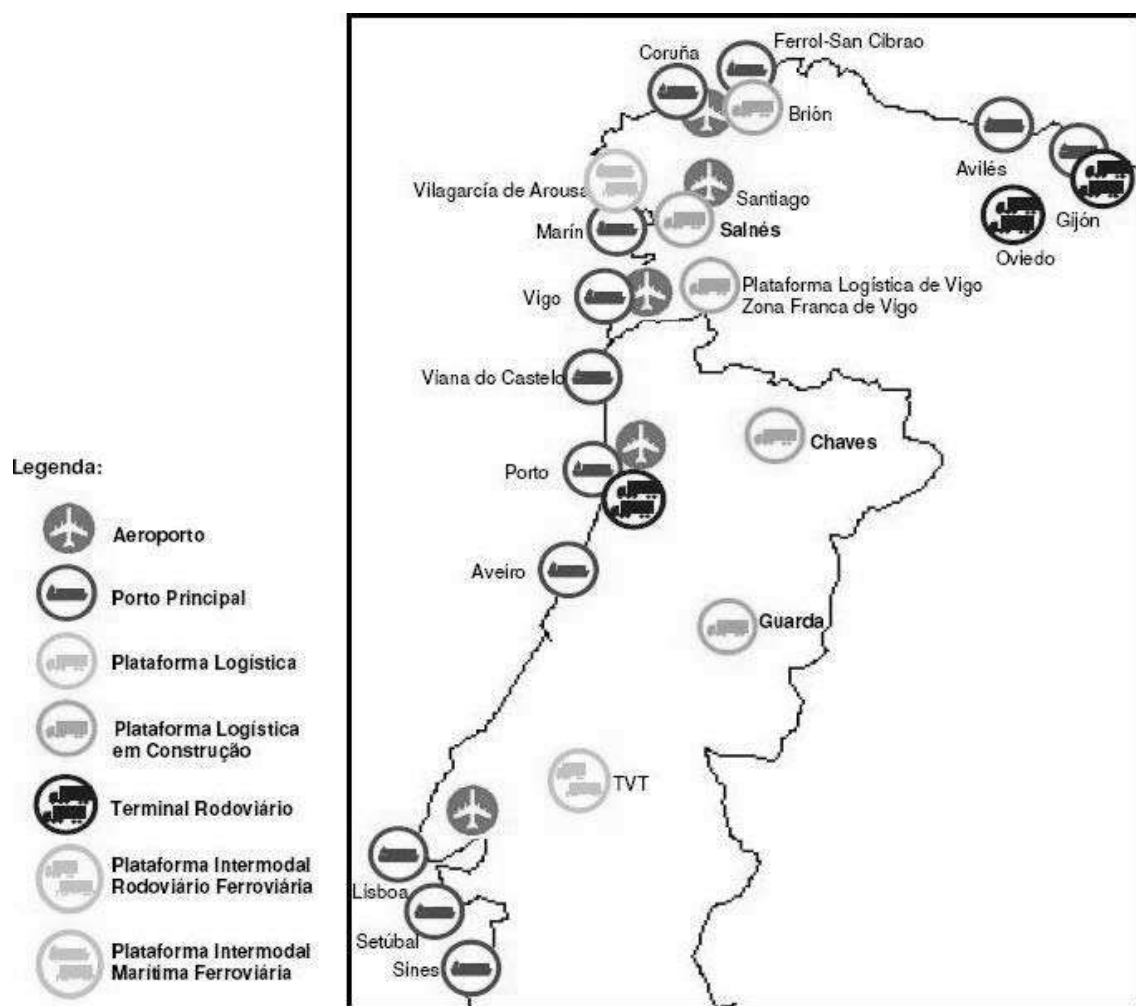


Figura 10: Posicionamento da Plataforma logística de Chaves (Ladeiras, 2008: 88)

É possível verificar na figura acima apresentada o posicionamento de Chaves perante as demais plataformas logísticas, quer portuguesas quer espanholas. É desta forma que Chaves e Verín se podem completar através das suas localizações e das suas características endógenas e geográficas de forma a trabalharem em conjunto para atingirem objetivos comuns.

De acordo com último Censo realizado em 2011, a Eurocidade possuía 55.710 habitantes na totalidade; ao longo do tempo, a população flaviense tem diminuído consideravelmente (existiu uma diminuição no valor populacional de 8% desde 1970)³⁴. Na cidade de Verín, a população sofreu um aumento significativo: aumentou 45% desde a década de setenta.

³⁴ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/aect/o-nosso-territorio](http://www.eurocidadechavesverin.eu/aect/o-nosso-territorio) (consultado a 17-04-2015)

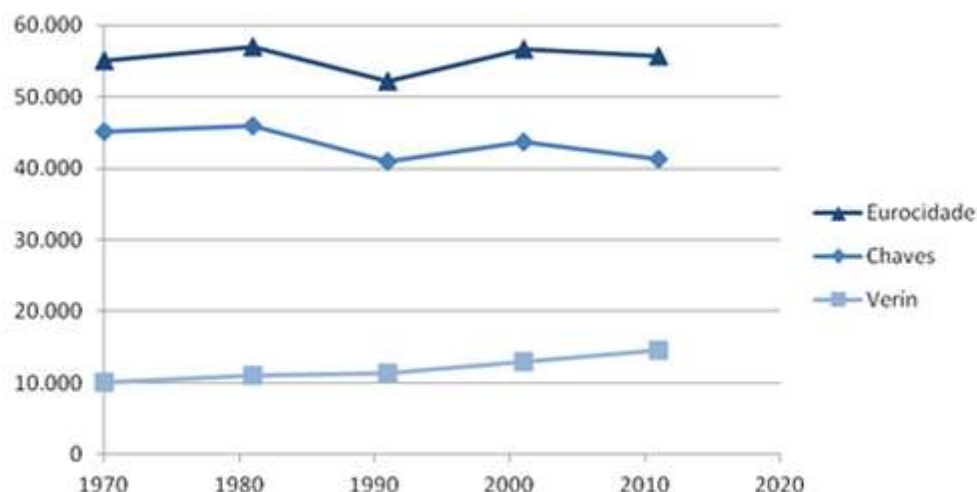


Gráfico 1: Evolução da População na Eurocidade³⁵

Todo o território é marcadamente rural e encontra-se longe dos grandes centros urbanos; sofre as consequências de pertencer à faixa interior como as diminuições de população, a baixa natalidade e o envelhecimento. É inegável a importância que Chaves e Verín possuem como referência territorial e de prestação de serviços; são locais urbanos que servem as populações rurais à sua volta. Na sua totalidade, a Eurocidade possui uma área de 685,3 km² sendo a divisão territorial entre as duas cidades, a seguinte: Verín tem uma superfície de 94,1 km² e Chaves possui 591,2 km² e neste caso, Chaves possui um maior peso geográfico que Verín.

Quadro 23: Território e População da Eurocidade em 2011 ³⁶

	Superfície km ²	População Residente	Densidade Populacional
Eurocidade	685,3	55.710	81.3
Chaves	591,2	41.243	69.8
Verín	94,1	14.467	153.7

De acordo com os últimos censos realizados em 2011, na sua totalidade, a Eurocidade possui uma área de 685,3 km² sendo a divisão territorial entre as duas cidades, a

³⁵ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/aect/o-nosso-territorio](http://www.eurocidadechavesverin.eu/aect/o-nosso-territorio) (consultado a

³⁶ www.eurocidadechavesverin.eu e INE (consultado a 23-11-2015)

seguinte: Verín tem uma superfície de 94,1 km² e Chaves possui 591,2 km² e neste caso, Chaves possui um maior peso geográfico que Verín.

Quadro 24: Grupos Etários na Eurocidade em 2011³⁷

	0-15 anos	16-64 anos	65 + anos
Eurocidade	13,1 %	62,8%	24,0%
Chaves	13,1 %	62,4%	24,5%
Verín	13,2%	64,0%	22,8%

A Eurocidade foi apresentada formalmente em Dezembro de 2007 na cidade de Chaves; importa realçar que Verín apenas entrou para o Eixo Atlântico nesse mesmo ano (no mês de Julho). A cidade de Chaves foi uma das fundadoras do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular no ano de 1992 (Ribeiro e Silva, 2012: 207). Em Janeiro do ano seguinte, assinalaram-se os trabalhos para a elaboração da Agenda Estratégica dando uma relevância notável aos agentes sociais e económicos, locais e regionais.

Tendo em conta toda a evolução europeia no lançamento de novos financiamentos, destacamos a criação dos AECT. A partir de 2010, os dois municípios juntamente com as instituições que sempre acompanharam o projeto, iniciaram a inscrição da Eurocidade nos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial. Depois dos esforços burocráticos e administrativos e de diversas fases, a 10 de Fevereiro de 2014, realiza-se a inscrição da Eurocidade Chaves – Verín como o 46º Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial no Registo Europeu do Comité das Regiões³⁸.

3.2. A Cultura de Fronteira e a Cooperação

Não é possível pensar na proximidade das duas cidades, sem perceber o que torna a sua relação única e peculiar. O que une os territórios acaba por ser o que os separa: a Fronteira. Apesar de este conceito já ter sido tratado no subcapítulo 2.4., a “Raia” constitui uma das características mais marcantes da Região Norte tendo em conta que, geograficamente não existem elementos que separem os dois países. Existe o rio Minho

³⁷ www.eurocidadechavesverin.eu e INE (consultado a 17-04-2015)

³⁸ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/aect/assim-nasceu-a-ideia](http://www.eurocidadechavesverin.eu/aect/assim-nasceu-a-ideia) (consultado a 17-04-2015)

que serve de fronteira natural e de limite para ambos territórios mas as serras e as montanhas não constituem um fator de separação; sempre foram transponíveis. No caso de Chaves e Verín, não há qualquer divisão geográfica entre os municípios. Ocorreu uma divisão do Vale do Tâmega (uma parte portuguesa e outra espanhola) que criou ao longo do tempo, antipatias e fraternidades. Uma das intenções da política comunitária passa pela aniquilação de todos os sentimentos negativos associados ao conceito de Fronteira. Neste território, conseguiu-se reatear atividades económicas, culturais e sociais. Este território foi marcado pela presença de guerras que avivaram o confronto luso-espanhol ao longo dos séculos. No entanto, e se por um lado existiram conflitos entre na Raia, também existiram ações de solidariedade e de ajuda com fugitivos nas alturas de repressão e de perseguição política. Desde a Antiguidade podemos afirmar que as relações entre os povos raianos eram uma realidade distinta; matrimónios mistos, participação em cerimónias religiosas em ambos territórios, apoio médico e intercâmbio de mercadorias. O aspeto comercial sempre foi um assunto de grande relevância nas terras raianas, mesmo quando se tratava de trocas clandestinas como o contrabando. Para estas gentes, esta última atividade marca indissociavelmente as relações inter-fronteiriças. Numa análise mais detalhada, Nuno Ribeiro e Silva afirma que a fronteira “possui um carácter dualista em que, por um lado, aparece como um elemento estruturante da nação, e por outro, como elemento isolador e impenetrável a todo o género de fluxos externos, o que numa época de tendências globalizantes pode dificultar a competitividade e o desenvolvimento das regiões fronteiriças. Contudo, no cenário atual, a fronteira apresenta características muito semelhantes às do passado, mas com diferentes traçados, e a evoluir, progressivamente, para uma maior porosidade, mobilidade, transparência e permeabilidade” (Ribeiro e Silva, 2012: 128). Analisando a situação da Fronteira em território da Eurocidade, esta é um poderoso elemento de comunicação e de passagem. É desta forma que deve ser vista a divisão administrativa existente entre Portugal e Espanha; devemos relacioná-la com a cultura de ambas as partes e perceber quais as influências que alteram o “viver” na raia. Um dos objetivos deste trabalho passa por analisar e observar a nível local as vivências das populações. Entre Chaves e Verín, sempre existiu uma relação; mesmo que isso se traduzisse nos interesses económicos e comerciais comuns.



Figura 11: Castelo de Monterrei, Verín. (Reedificado por Dom Afonso Henriques, passando de seguida para o Reino de Castela e Leão. Edificação estratégica na defesa contra o Reino de Portugal)³⁹.

A Cultura, e muito especificamente nestes casos, não pode ser visualizada como uma espécie de requinte espiritual (Ferreira, 2005: 233) mas sim, como uma referência “à globalidade da existência humana”; as vivências e as atividades humanas convertem-se em realidades que influenciam o Homem até na sua essência. Citando Ortega y Gasset considera-se que a Cultura é como “uma ferramenta imprescindível para toda a vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são o atributo do homem. O homem às vezes não tem mãos, mas não é um homem, é um homem sem mãos. O mesmo se pode dizer que uma vida sem cultura é uma vida manca, fracassada e falsa. O homem que não vive à altura do seu tempo vive por debaixo daquilo que seria uma autêntica vida, ou seja, falsifica ou estafa a sua vida, desvive-a” (Ferreira, 2005: 234). A cultura precisa ser vista à luz da visão global e dos fenómenos de cada época devendo ser permeável e adaptável a novas difusões; poderíamos pensar num recetáculo que mantivesse as suas características intrínsecas mas permitisse abertura a novas agregações. No caso da Raia, a cultura ajuda-nos a compreender as necessidades e a forma como o local onde se vive marca a população. A cultura não deriva só do próprio Homem mas também acaba por relacionar-se com os seus usos e costumes (caracter duplo do conceito de Cultura). As fronteiras são elementos permeáveis e devemos

³⁹ <http://www.grupoethais.com/galiciavivela/Patrimonio/Castillos/Ourense/Monterrei.htm> (consultado a 5-05-2015)

reconhecer que existe uma cultura fronteiriça. Todas as regiões fronteiriças possuem uma conexão estreita com a identidade, com as próprias subjetividades e com qualquer tipo de manifestação cultural e social (Ortega y Gasset *apud* Ferreira, 2005: 236). O esforço de criação de um projeto como a Eurocidade parte precisamente da existência de um ponto de vista etnológico e cultural das ações humanas nestes locais. As raízes e o aproveitamento das mesmas são fundamentais e indispensáveis no aprofundamento das relações além-fronteiras na continuidade da própria entidade regional.



Figura 12: Castelo de Monforte de Rio Livre, em Chaves. (Situado na Serra do Brunheiro e com vistas para a vizinha Galiza, de forma a proteger o Reino (na Idade Média contra a entrada de inimigos)⁴⁰

As imagens dos Castelos acima reproduzidas pretendem realçar uma ideia importante ao longo do trabalho: a necessidade de defesa e a desconfiança existente face ao exterior e à diferença. Os castelos foram escolhidos como exemplos, precisamente pela sua posição geográfica: pontos altos e estratégicos e onde é possível avistar o país vizinho.

Nesta investigação e sendo a Cooperação Transfronteiriça o ponto fulcral entre o Norte de Portugal e a Galiza, a cultura associada ao modo de estar e de viver, torna-se um elemento importante na análise local das relações entre Chaves e Verín (onde a fronteira

⁴⁰ [Http://aguasfrias.blogs.sapo.pt/45161.html](http://aguasfrias.blogs.sapo.pt/45161.html) (consultado a 6-05-2015)

sempre teve um peso absolutamente inegável). O conhecimento tem necessidade de se aliar à cultura, tendo como pano de fundo a antiga tradição ibérica que não torna possível negar a herança cultural deixada às populações raianas através de hábitos e ideias. O pensamento local precisa ser tido em conta e não deve ser abolido; pode achar-se que com a globalização existe um risco de destruição do que é local em benefício de outras características com maior visibilidade. A Globalização tem por finalidade não destruir a cultura raiana mas sim, oferecer-lhe o suporte administrativo e político para sua própria preservação. É importante que esta cultura de fronteira que necessita de ser preservada, não seja observada como algo ultrapassado ou como um problema no crescimento dos ideais de modernização dos Estados. Ao criarmos um sistema globalizante, não há interesse em destruir o que é local; existe no entanto, a importância do despertar das consciências no discernimento e na perceção de diferentes formas de vida. Não se pode reconhecer qualquer benefício no aniquilamento das culturas locais; têm que ser preservadas a favor das populações. A Cooperação Transfronteiriça pode oferecer os meios para que isso aconteça de forma a manter todas as identidades: as nacionais e as regionais/locais.

Não é possível pensar a Cultura de Raia e as relações entre os países ibéricos sem perceber a existência de muitas circunstâncias (históricas, políticas) que separaram os territórios. De forma a contrariar estas tendências, surgiram ao longo dos tempos filosofias e ideias que criam uma harmonia entre culturas e as formas de vida. Apesar de nunca ter surtido o efeito pretendido, o Iberismo aproveitou todas as similitudes e pontos em comum (como a cultura de fronteira) para fazer valer os seus desígnios. Não se pretende fazer uma viagem ao passado e retomar o assunto do Iberismo, mas importa destacar a cultura local e a necessidade que a União Europeia tem de criar instrumentos de preservação e de harmonização (o Iberismo surge como um sistema cultural) (Ferreira, 2005: 233 – 250). A História acabou por alimentar o nacionalismo e essa mesma História criou a ideia da impossibilidade de se ser português sem a existência de Espanhóis e vice-versa. Na verdade, navegando pelo passado de ambas nações, percebemos que houve algumas possibilidades de entendimento; as circunstâncias políticas não o permitiram. É ainda de analisar que a Península Ibérica e antes de “existirem” Portugal e Espanha tal como os conhecemos, foi habitada por distintos povos que deixaram diversos legados e culturas. Desta fusão que ocorreu entre eles, resultaram os portugueses e os espanhóis. O iberismo é como exemplo mais simples,

um processo para chegar a uma união entre os dois países; teve os seus momentos áureos no século XIX (existem autores que reconhecem nascimento deste pensamento algum tempo antes). O iberismo assume-se como um conflito de posições, muitas de cariz cultural e económico, que defendiam a integração portuguesa numa extensão política ibérica e a harmonia entre relações e culturas (sem aniquilamento de nenhuma delas). O importante na preservação das culturas locais e regionais passa por não transformá-las num objeto puramente popular e com intenção comercial; necessita-se uma aproximação e uma ação conjunta da cultura popular e da cultura erudita (Jácomo Ferreira, 2005: 240). É importante estudar as regiões periféricas fronteiriças precisamente por este motivo; são um desafio à compreensão do conceito de identidade cultural.

É necessário saber “fazer cultura” de forma a aproveitar as características locais de forma a aproximar as populações. Em termos práticos, é necessário explicar à população de Chaves, a cultura carnavalesca de Verín e o significado do Cigarrón (traje com máscara tradicional de madeira onde são representados animais pintados). Do lado de Verín, importaria explicar a famosa tradição do Pastel de Chaves e do Artesanato do concelho de Chaves. Apesar da existência dos laços culturais e económicos que sempre nos uniram à Galiza, existe o risco de ambas as partes não se conhecerem culturalmente. É importante que antes de mostrar o que é de ambos os municípios ao mundo exterior, tenhamos confiança e lucidez de mostrar que existem elementos culturais e sociais diferentes. Antes de tudo, a cultura é galega e transmontana e só depois é que é raiana e fronteiriça. Para um projeto de cooperação obter bons resultados, é preciso que exista uma adequação dos objetivos à realidade existente, é necessário um autoconhecimento aliado ao desejo de conhecer o “outro”. A Cooperação Transfronteiriça, tal como é apresentada neste trabalho, tem no seu centro as relações políticas, institucionais e económicas que suportam a harmonia entre populações e o bem-estar social. Regionalmente ou localmente, a cooperação só poderá ser totalmente positiva, com a ajuda da cultura; não só da troca de bens culturais mas com o aproveitamento dos laços comuns e da estimulação da permeabilidade da Raia. Como necessidade imprescindível ao Homem, a cultura deve funcionar não só como um objetivo a atingir dentro dos projetos europeus, mas sim como um instrumento de os alcançar. Parafraseando mais uma vez Ortega y Gasset ao utilizar o seu argumento de que a vida sem cultura é uma “vida manca”, também a Cooperação nas suas diferentes manifestações, é incompleta

sem a cultura. É preciso referir que as dificuldades são reais e difíceis de ultrapassar e todos os esforços são feitos para que a Cooperação possa singrar. Muitos esforços têm sido feitos e muitas foram as barreiras ultrapassadas, no entanto, a cultura e o Homem precisam de tempo. Consequentemente a Cooperação também. O aperfeiçoamento só pode ser feito ao longo dos tempos e de gerações; não é algo imediato, necessita trabalho, empenho e esforço. É um caminho que necessita ser trilhado a partir do “agora” para que não seja um ideal utópico; não é fácil diminuir os antagonismos e as culturas políticas diferentes. O Norte e a Galiza possuem uma panóplia de características que os aproximam e necessidades comuns; mesmo assim e tendo estas duas regiões consideração uma pela outra, uns são portugueses e outros espanhóis: somos diferentes. A aceitação dessa diferença seria benéfica; é este tipo de abolição de incompatibilidades que a Cooperação pretende. Torna-se importante defender a especificidade cultural local e valorizá-la assim como é relevante ter a capacidade de abrir as mentalidades face ao “outro” e assumir que a cultura não é um estanque nem uma realidade ortodoxa e imutável. Não é possível ignorar a influência da geografia na cultura tendo em conta que o território foi modificado e não é o espaço natural de outros tempos; é marcado pelos conflitos, pelas ações e pelas influências de diversas gerações populacionais (Cabero Diéguez *apud* Ferreira, 2005: 244).

A resolução e a manutenção da questão cultural fronteiriça reside em dois pontos fundamentais: o distanciamento e a apropriação (Ferreira, 2005: 245). O distanciamento enaltece a localização face à globalização; a construção cultural e narrativa é concreta e definida promovendo as culturas locais. Por outro lado, a apropriação relaciona-se com a capacidade de ligar mais que uma realidade: o sujeito e o objeto, ambos ligados ao mundo e às vivências experienciadas. A cultura raiana encontraria a harmonia através do aproveitamento dos dois fatores; as características locais e globais poderiam interagir e coexistir sem discórdias, sem aniquilamento de culturas ou identidades.

De certa forma, as Eurocidades têm como objetivo aproximar as populações e as culturas aproveitando os recursos existentes. Num plano utópico onde as relações ibéricas tivessem uma importância acrescida, o Iberismo de índole cultural e que se baseia em relações históricas, poderia ser um instrumento de aproximação e de associação entre diferentes ideais e pensamentos. Não é possível para a União Europeia atingir um sentimento europeísta nas populações e nos cidadãos, sem ter em conta as diferenças culturais e a melhor forma de as minimizar. No caso da Península Ibérica, e

especificamente nas ligações entre Portugal e Espanha, todos os laços de união (por muito poucos que possam ser), deveriam ser aproveitados. Citando José Saramago e concordando com o seu pensamento: “agrada-me que as relações económicas entre Portugal e Espanha estejam no bom caminho, mas preferia que melhorassem as relações culturais... O mosaico ibérico necessita de uma relação constante e circular entre as culturas que o compõe” (Ferreira, 2005: 249). Apesar de a citação remeter para um iberismo cultural sem relações jurídicas mas com uma “união de pensamento”, as relações fronteiriças possuiriam um papel fulcral nesta idealização. Apesar de este não ser o tema da investigação, o iberismo aporta uma mais-valia na tentativa de criar uma cidadania além-fronteiras.

O que importa realçar é que apesar de todos os grandes esforços administrativos e institucionais que são realizados a nível local e regional, é essencial uma componente cultural que permita o uso pleno de todas as potencialidades dos territórios e das fronteiras. É importante a consciência da existência de diversidade cultural e social juntamente com a manutenção dessas mesmas diversidades; importa ainda perceber que se pretendemos que a Cooperação e os seus projetos funcionem como um impulso para estas sociedades, a cultura deveria estar na linha da frente. Não conseguimos mudar mentalidades nem as rotinas da população momentaneamente; é necessário ir criando entendimentos sobre as realidades e esperar que o tempo realize o resto. Se isto for o início de algo novo, estamos no bom caminho. Resta fazer o melhor e esperar pelos frutos que as árvores darão no futuro.

3.3. Projetos da Eurocidade

Para que o projeto da Eurocidade se concretizasse, era necessário realizar uma candidatura e uma ficha de projeto, justificando a ação e apresentando objetivos. A primeira candidatura denominou-se por “Eurocidade I” e mais tarde foi necessário reafirmar os objetivos e as ações do projeto através de uma segunda candidatura (Eurocidade II).

O projeto inicial tinha como principal objetivo transformar, através da Cooperação Transfronteiriça, a Eurocidade num instrumento de desenvolvimento regional. Esta estratégia traduziu-se em três premissas:

- Dotar a Eurocidade de uma estrutura sólida e garantindo um funcionamento eficaz;
- Criar o sentimento de eurocidadania através do envolvimento dos cidadãos no projeto;
- Criar uma economia sustentável e fomentar o desenvolvimento do território.

Os princípios acima referidos acabaram por traduzir-se ao longo do tempo na totalidade de cinco candidaturas de projetos. No quadro abaixo indicado, é possível verificar de forma sucinta, as características gerais e os financiamentos captados para cada plano estratégico da Eurocidade.

Quadro 25: Projetos referentes à Eurocidade

Candidatura/Projeto	Características	Custo Total Elegível (€)	Custo FEDER	Data de Execução
Eurocidade I	Eurocidade Chaves-Verín	1.333.578,20	1.000.183,65	2008-2013
Eurocidade II	Eurocidade Chaves-Verín	922.759,69	692.069,77	2011-2015
Valtãmega	Valorização do Corredor Ambiental do rio Tãmega	450.000,00	337.500,00	2013-2015
RIET	Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças	1.027.837,27	770.877,95	2009-2015
Euro Região Termal	Centro de Formação Turístico-Termal e de Investigação da Água	1.786.923,22	1.340.192,41	2011- 2012

A primeira parte do projeto Eurocidade Chaves – Verín (Eurocidade I) recebeu os primeiros financiamentos no período de Janeiro de 2008 até 31 de Março de 2013, tendo em conta a informação que consta no Formulário de Candidatura.

Quadro 26: Descrição financeira do projeto Eurocidade I (Formulário de Candidatura).

Participante	Instituição	NUT III	Custo Total Elegível	FEDER
Chefe de Fila	Município de Verín	Ourense	333.320 €	249.990 €
Beneficiário 1	Município de Chaves	Alto Trás-os-Montes	308.452,88 €	231.339,66€
Beneficiário 2	Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Espanha	Pontevedra	125.139,32 €	93.854,49 €
Beneficiário 3	Direção Geral de Juventude e Solidariedade (Xunta da Galiza)	A Corunha	60.000 €	45.000 €
Beneficiário 4	Instituto Português da Juventude – IPJ	Grande Porto	100.000 €	75.000 €
Beneficiário 5	Deputação de Ourense	Ourense	406.666 €	101.666,5 €

Destaque-se que na totalidade, a Eurocidade Chaves-Verín teve um financiamento total elegível de 1.333.578,20 euros. A taxa comparticipação do financiamento rondou os 75% e o FEDER contribui para o projeto com 1.000.183,65 euros.

O segundo Formulário de Candidatura da Eurocidade (Eurocidade II) compreendia a ajuda financeira entre Janeiro de 2011 e Outubro de 2015. Não existem grandes modificações quanto aos beneficiários do projeto: apenas foram incluídos os Municípios de Verín e de Chaves, a Direção Geral da Juventude e Voluntariado e o Instituto Português da Juventude. A taxa de comparticipação continuou a rondar os 75% e o

custo total elegível rondou os 922.759,69€ tendo em conta que a participação FEDER foi de 692.069,77€.

Os dois projetos (I e II) acima descritos foram sem dúvida os grandes impulsionadores da Eurocidade Chaves-Verín. A primeira versão do projeto teve como principais objetivos os seguintes pontos⁴¹:

1. Estruturação da Eurocidade

- 1.1. Criar uma sede para a Eurocidade e conceber uma equipa técnica de trabalho;
- 1.2. Plataforma de comunicação,
- 1.3. Estudos estratégicos para conhecimento das necessidades das populações e dos territórios,

2. Eurocidadania

- 2.1. Cartão do Eurocidadão,
- 2.2. Oficina da juventude,
- 2.3. Agenda Cultural,
- 2.4. Transporte público comum,
- 2.5. Fomentar a Eurocidadania,

3. Dinamização económica

- 3.1. Turismo (desenvolvimento de produtos turísticos e tecnologias aplicadas a este sector),
- 3.2. Fronteira comercial comum,
- 3.3. Empreendedorismo (fórum económico e atividades empresariais).

4. Território Sustentável

- 4.1. Estudo sobre o património cultural, natural e histórico,
- 4.2. Ordenação conjunta do território.

O projeto Eurocidade II, designado como sendo a continuação da primeira parte, possui outras ações inovadoras.

1. Eurocidade Chaves-Verín: AECT

- 1.1. Institucionalização.

2. Eurocidadania e Serviços

- 2.1. Organização de serviços transfronteiriços,

⁴¹ Formulários de Candidatura dos projetos: Eurocidade I e Eurocidade II

- 2.2. Forjar a Eurocidadania (eventos conjuntos),
- 2.3. Espaço Transfronteiriço da Juventude.
- 3. **Eventos culturais e desportivos**
 - 3.1. Feiras, Festivais, Certames,
 - 3.2. Maratonas, torneios, provas Todo Terreno,
 - 3.3. Atividades criativas (encontros musicais, premiação, etc).
- 4. **Dinamização económica**
 - 4.1. Desenvolvimento turístico,
 - 4.2. Rotas turísticas,
 - 4.3. Fronteira comercial aberta (Feira do Lázaro, Feira dos Santos, Certame “Sabores de Chaves”).
- 5. **Gestão e coordenação**
- 6. **Comunicação**
 - 6.1. Promoção do projeto,
 - 6.1.1. Fórum anual da Eurocidade.

O projeto “Valtâmega” é da exclusiva criação dos municípios da Eurocidade. Este projeto visa melhorar a gestão dos recursos hídricos do corredor ambiental do rio Tâmega. Outro objetivo desta ação prende-se com a proteção dos ecossistemas e das zonas ribeirinhas e a sensibilização das populações dos municípios para um espaço comum. Podemos dividir este programa nas seguintes ações⁴²:

- 1. **Gestão dos recursos hídricos do rio Tâmega**
 - 1.1. Manutenção do corredor ambiental do rio Tâmega,
 - 1.2. Monitorização da qualidade da água,
 - 1.3. Plano de emergência transfronteiriço para inundações.
- 2. **Rotas do Tâmega**
 - 2.1. Rota do Tâmega (rota de caminhadas),
 - 2.2. Rota de observação e interpretação da avifauna,
 - 2.3. Comercialização e promoção das rotas.
- 3. **Espaços verdes e espaços culturais**
 - 3.1. Melhoria dos espaços de lazer,
 - 3.1. Reabilitação do património cultural,

⁴² Formulário de Candidatura do projeto Valtâmega

- 3.2. Atividades na Natureza (hipismo, BTT, etc).
- 4. **Monitorização e interpretação ambiental**
 - 4.1. Centro de Monitorização e de Interpretação Ambiental do Rio Tâmega,
 - 4.2. Ações de sensibilização e educação ambiental,
 - 4.3. Campanhas de limpeza no corredor fluvial do Tâmega.
- 5. **Gestão e coordenação**
 - 5.1. Reuniões de acompanhamento do projeto,
 - 5.2. Comitês técnicos.
- 6. **Comunicação** (publicidade e promoção)

Os demais projetos onde a Eurocidade está inserida não são da sua autoria mas beneficiam os territórios aproveitando os recursos endógenos. O projeto Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET) é plurirregional pois inclui as seguintes NUT III: Cáceres, Zamora, Pontevedra, Salamanca e Alto Trás-os-Montes. O RIET relacionou-se diretamente com os objetivos do POCTEP: melhorar as redes de cooperação transfronteiriça.



Figura 13: RIET⁴³

A entidade que teve iniciativa nesta ação foi o Triângulo Urbano Ibérico Raiano formado por Castelo Branco, Portalegre, Plasências e Cáceres. Neste projeto apenas o Município de Chaves é participante mas a visibilidade da sua participação atrai

⁴³ [Http://observatorioriet.eu/](http://observatorioriet.eu/) (consultado a 10-12-2015)

benefícios para a Eurocidade. As atividades que decorreram na execução do programa tinham os principais objetivos⁴⁴:

1. Consolidação da Rede
2. Criação de um Centro de Documentação
3. Serviço de Estudos de Fronteira
4. Observatório de Fronteira
5. Gestão e Coordenação
6. Comunicação e promoção

Esta rede promove a troca de conhecimentos e de boas práticas transfronteiriças ao mesmo tempo que dá visibilidade à cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha. Destaque-se que o Centro de Documentação da RIET se situa na cidade de Chaves.

O último projeto em que a Eurocidade se encontra incluída é o Centro de Formação Turístico-Termal e de Investigação da Água. Este projeto partiu da ação da Deputação de Ourense e tanto o município de Chaves como o Verín são beneficiários. A Euro Região Termal visa aproveitar, proteger e renovar os recursos hídricos da região. Os principais objetivos são⁴⁵:

1. **Centro de Formação Turístico-Termal e de Investigação da Água**
 - 1.1. Escola de Hotelaria Termal em Verín,
 - 1.2. Balneário - Escola em Chaves,
 - 1.3. *Cluster* de saúde e bem-estar termal da Euro Região Galiza – Norte de Portugal.
2. **Documentos operativos**
 - 2.1. Elaboração de Currículos de formação,
 - 2.2. Serviços e protocolos,
 - 2.3. Estudo da legislação termal.
3. **Investigações termais**
 - 3.1. Inovação no uso das águas termais e nos seus produtos,
 - 3.2. Investigação médica dos recursos hídricos.
4. **Rota turístico-termal da Água Chaves-Verín**
 - 4.1. Criação da Rota Termal,

⁴⁴ Formulário de Candidatura do projeto RIET

⁴⁵ Formulário de Candidatura do projeto Euro Região Termal

4.2. Acondicionamento e sinalização da Rota Termal,

4.3. Promoção e comercialização da Rota.

5. Gestão e coordenação

6. Comunicação e promoção

3.4. Agenda Estratégica: eixos e objectivos

Para a formação e a concretização de um projeto como uma Eurocidade, é necessário delinear estratégias que possam ir ao encontro das características e das necessidades da população e do território. Desta forma foram traçados três Eixos Estratégicos para a Eurocidade da Água (Agenda Estratégica, 2008: 41):

- Eixo 1: Construção da Eurocidadania
- Eixo 2: Território Sustentável
- Eixo 3: Dinamização económica

Cada eixo acima referido possui medidas para a concretização dos mesmos (algumas já foram implementadas). Relativamente ao Eixo 1 as principais medidas passam pela promoção de uma zona franca social, pela criação de uma Cidade Criativa e pela conceção da Cidade da Saúde. Atentando no Eixo 2 e no seu principal objetivo, destacamos as principais medidas: um Planeamento Territorial Cooperativo, uma Cidade Ecológica em torno do rio Tâmega, e a pertença de Chaves e Verín a uma mesma cidade. O terceiro Eixo remete para a criação de um destino termal de excelência, para a dinamização dos recursos endógenos, tendo em conta o aproveitamento geográfico e recuperação do comércio tradicional.

3.4.1. Eixo 1: Construção da Eurocidadania

Em qualquer intervenção europeia, os sentimentos de pertença são imprescindíveis; o sentimento europeu e nacional/local. No caso concreto de Chaves e Verín e nas suas relações antigas e persistentes, continua a ser necessária a criação de uma identidade comum que vá para além das identidades nacionais. Tendo em conta que, um dos principais problemas da Euro Região é o facto de grande parte do seu território se localizar na faixa interior, a globalização pode ser uma das formas de minimizar as perdas demográficas e competitivas aproveitando os recursos endógenos. Um dos

problemas na formação da Eurocidade prendeu-se com uma questão: a aceitação da população de Chaves foi diferente da aceitação da população de Verín. Em Chaves, não se detetaram vozes contra o projeto e em Verín a sociedade civil teve dificuldades na aceitação da criação da Eurocidade. A reação vivida em Verín esteve diretamente relacionada com a instabilidade política vivida no momento; demasiados compromissos não executados que geraram um grande sentimento de dúvida. Se do lado português as vozes não se fizeram ouvir contra o projeto, também não se ergueram para aplaudir a iniciativa; do lado partidário e político, os esforços foram inúmeros para que o projeto visse a luz do dia (Agenda Estratégica, 2008: 45). A impossibilidade da sociedade civil flaviense face à importância destas oportunidades mostraram a falta de interesse no projeto. Tendo em conta que a sociedade civil é parte fundamental em qualquer ação política, a dificuldade no estímulo da mesma foi enorme.

Uma das principais medidas que o Eixo 1 apresenta, relaciona-se com a criação de uma zona franca social (espaço adjacente socialmente articulado) que permita criar uma esfera social conjunta, tendo em conta todos os serviços públicos das duas cidades (Agenda Estratégica, 2008: 46). É na esfera pública que reside a solução para a coesão social; só desse modo será possível criar uma identidade comum utilizando o espólio cultural/histórico que ambos locais partilham. No entanto, as dificuldades fazem-se sentir devido às diferenças administrativas de ambos países tornando a gestão conjunta de serviços bastante custosa e complicada.

Apesar de culturalmente as similitudes pesarem a favor do processo da Eurocidade, as diferenças estatais e institucionais acabam por dificultar a implementação das medidas descritas. As ligações históricas que são realçadas ao longo deste trabalho são no caso de Chaves e Verín, memórias do passado e de práticas antigas. Depois da institucionalização da Eurocidade e segundo a Agenda Estratégica (2008: 47) a grande receptividade no que toca à realização de atividades conjuntas provém dos flavienses (habitantes de Chaves). Para que este projeto venha efetivamente demonstrar resultados positivos, é preciso que os habitantes de ambas as partes estejam abertos às diferentes dinâmicas sociais e culturais.

Na prática, era de extrema relevância consolidar a cultura dos municípios e valor dos seus recursos. Uma das ações que foi aplicada para gerar algum consenso entre partes mostrando a realização efetiva da “Zona Franca Social”, foi a criação de um Cartão de Identidade da Eurocidade e que visa um acesso comum a serviços públicos.



Figura 14: Cartão de Identidade da Eurocidade ⁴⁶

As vantagens da utilização deste cartão para os habitantes dos Municípios de Chaves e de Verín, têm as seguintes características:

- Entrada gratuita nos museus municipais;
- Descontos na prática do Termalismo;
- Descontos em eventos culturais e desportivos;
- Acesso a ações de formação difundidos pela Eurocidade;
- Descontos no comércio e nos serviços;

Este cartão, para além das suas vantagens, tem como principal objetivo oficializar os direitos dos cidadãos de ambos municípios; foi considerada uma ação com prioridade elevada. Atualmente encontra-se em vigência mas não possui carácter obrigatório; os cidadãos devem ter a iniciativa de o requisitar.

A criação de uma Plataforma que permitisse abranger as instituições de ambas cidades para esclarecer e simplificar a integração da sociedade civil, também foi realizada depois de ter sido considerada uma ação com grande prioridade (Agenda Estratégica, 2008: 48).

Importa referir que a nível cultural e social, ambos municípios possuem uma Agenda Cultural Conjunta para que ambas populações partilhem as mesmas oportunidades de lazer. Foram criados roteiros para preservação de património e aproveitamento dos recursos endógenos. Entre os roteiros é possível destacar o Caminho de Santiago, a Rota

⁴⁶ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/cartao/descricao](http://www.eurocidadechavesverin.eu/cartao/descricao) (consultado a 7-05-2015)

das Águas Termais e os Caminhos do Contrabando entre Chaves e Verín. Para financiamento destas ações recorreu-se aos fundos estruturais a que as Câmaras Municipais têm acesso entre os quais constam o FEDER e o POCTEP. Importa também explicar, que os Municípios recorrem a fundos próprios, a entidades privadas e a patrocínios para obtenção de financiamento.

Outra abordagem a que integra o Eixo 1 relaciona-se com a criação da Cidade da Saúde. Tendo em conta a situação geográfica de ambas cidades, mas em particular a de Chaves (cada vez mais perde serviços na área da saúde) necessita de utilizar todos os meios disponíveis para melhorar a qualidade de vida da população. Uma das principais ações conjuntas que se pretende realizar passa pela criação de um protocolo que vise a troca de pessoal técnico e de meios médicos. Esta medida surge a intenção de permitir que todos os cidadãos (de ambos municípios) tenham assistência em qualquer estabelecimento de saúde da Eurocidade. Tendo em conta que existe uma complementaridade nos serviços, ambos municípios sairiam beneficiados. A pretensão de reativar um grupo de trabalho cujos antecedentes remontam aos anos 90, solicita a continuidade da cooperação e da complementaridade entre serviços e hospitais. Seguindo a prioridade dos serviços sanitários, tornou-se imprescindível a criação de meios de formação superior e profissional na área de Enfermagem (Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado) e na área do Termalismo. Aconteceram reuniões e negociações para dar a possibilidade aos utentes de usufruir de serviços nos dois hospitais. Um dos principais entraves a esta medida tem relaciona-se com as diferenças administrativas de ambos países; enquanto a Xunta da Galiza possui autonomia suficiente para deliberar sobre o assunto, em Portugal as negociações têm que ser realizadas com base nas autoridades de Saúde (ARS Norte) que posteriormente necessita do parecer do Governo Central. A Saúde é das situações mais preocupantes deste território; tendo em conta a perda de serviços que o Hospital de Chaves sofreu (Maternidade, Urologia) o Hospital de Verín seria capaz de complementar e dar apoio nestes serviços (especialmente na Maternidade). Em contrapartida, o Hospital de Chaves poderia oferecer o Sistema ALERT que simplifica o sistema burocrático dentro dos hospitais e diminui o tempo de espera em situações como: triagens, exames e observação médica⁴⁷.

⁴⁷ [Http://www.alert-online.com/pt/why-alert](http://www.alert-online.com/pt/why-alert) (consultado a 10-05-2015)

O problema na implementação deste protocolo relaciona-se com as questões institucionais e governativas; o Governo português acaba por ter menos gastos se, a Maternidade que foi abolida em Chaves, se encontre em Vila Real (capital de distrito). Fica mais custoso ao Estado português que as utentes flavienses utilizem a Maternidade de Verín (mesmo isso implicando uma distância geográfica mais reduzida). No entanto, e apesar da dificuldade na concretização desta ação, outro problema é que se relaciona com os demais, é a incapacidade de lidar com o assunto nas instâncias estatais. Pela enorme dependência das autoridades portuguesas face ao Governo Central torna-se impeditivo o estabelecimento de protocolos como este. A burocracia e os diversos patamares de administração que se aliam à falta de interesse, acaba por impedir que se aniquilem os problemas do interior do país.

Aproveitar os recursos endógenos é uma condição absolutamente pertinente no alcance dos objetivos. Tendo em conta o objetivo da Cidade Criativa presente neste eixo de desenvolvimento, e segundo a Agenda Estratégia (2008: 61) é possível destacar as seguintes particularidades:

- Aproveitar as diferentes formas de criatividade e de inovação;
- Promover a identidade local de forma a desenvolver-se potenciando o ideal de cooperação transfronteiriça;
- Valorizar a criatividade local.

A Cidade Criativa é necessária e inseparável da Eurocidade; não seria possível ambicionar uma ação como esta, sem a criatividade e os recursos endógenos de ambos locais. Neste ponto, a Cultura volta a assumir um papel preponderante; sensibilizar as populações através de atos culturais e criativos. Como principais ações desenvolvidas, é possível identificar um programa cultural realizado em conjunto onde constam exposições literárias por parte da comunidade escolar. Importa referir que este último ponto possui uma estreita ligação com o ensino e com a aprendizagem representando o estímulo à criatividade.

3.4.2. Eixo 2: Território sustentável

Tendo em conta o mundo atual e as suas constantes exigências e inovações, não é possível idealizar a União Europeia e os seus membros a não refletirem sobre as

questões de sustentabilidade e do meio ambiente. Por isso, o segundo Eixo da Agenda Estratégica compreende objetivos e estratégias direcionadas para o bem-estar das populações e para a conservação do território. Apostando na sustentabilidade será possível atingir objetivos de desenvolvimento em ambos municípios.

Tendo em conta que Chaves e Verín estão interligadas pelo rio Tâmega, uma das principais ideias relacionada com a questão ambiental passa pela criação da “Cidade Ecológica do Tâmega”. Importa utilizar o rio Tâmega como um elo de ligação entre as duas cidades: o futuro das gerações vindouras está incontornavelmente ligado às questões ambientais. Assim sendo, é imprescindível que Chaves e Verín melhorem as condições de vida das populações e as áreas naturais; torna-se necessário criar um equilíbrio entre qualidade de vida e o meio ambiente.

Sendo a Eurocidade Chaves-Verín conhecida como a Eurocidade da Água, este elemento é a característica natural que mais importância tem para o território. Melhorar a qualidade da água, apostar num ecossistema verde e viável em torno do Tâmega e revalorizar o mundo rural tradicional, são algumas das características da Cidade Ecológica. Para além do Tâmega que atravessa Verín e Chaves, existem nove nascentes na totalidade dos dois municípios (como já foi referido ao longo desta investigação) e uma cultura termal muito enraizada. A água é a o ex-líbris deste território e por isso é fundamental que a preservação ambiental seja uma das primeiras ações a desenvolver. Para além da sua importância termal, a água é uma das chaves do desenvolvimento da região que abrange a Eurocidade. O tratamento e a posterior eliminação dos resíduos que desaguam no Tâmega foram as medidas com mais importância que foram realizadas. Outra medida obrigatória para a conservação dos recursos hídricos, passou pela realização de um inventário de todos os caudais, rios e nascentes, tanto no concelho de Chaves como na Comarca de Verín. (Agenda Estratégica, 2008: 74). Todas estas medidas relacionadas com os cursos de água, ultrapassam os municípios; a responsabilidade é das instituições nacionais de cada país, o que mais uma vez, vem dificultar os procedimentos. Os fundos europeus como o FEDER foram e continuam a ser importantes no financiamento das iniciativas nacionais relacionadas com o ambiente. Tendo em conta o carácter nacional destas questões ambientais, os financiamentos na realização destas tarefas advêm de financiamentos públicos. Existe também, um interesse das entidades privadas na participação destas medidas: são os agentes privados que possuem a concessão do abastecimento de água e da sua

manutenção. Várias zonas ribeirinhas em Chaves e em Verín já foram trecapacitadas e transformadas em espaços verdes e de lazer.

Relativamente às questões ambientais, a Agenda 21 é o marco mais importante para qualquer Governo nacional sobre as medidas ambientais. Para as administrações locais representa também a melhor forma de desenvolver a sustentabilidade local (Cupeto, 2007: 5). É com base nesta realidade que Chaves e Verín promoveram uma linha de ação conjunta para seguirem as estratégias da Agenda 21.

A cidade de Chaves iniciou a Agenda 21 em Julho de 2003⁴⁸ e é importante destacar que o Eixo Atlântico teve um papel fundamental na promoção destas medidas ambientais e da própria Agenda. O destaque dos ideais ambientais e energéticos junto das cidades que fazem parte da associação de Municípios foi incontestavelmente uma ação necessária. Localmente, o que mais dificulta o processo são as decisões políticas e burocráticas; apesar disso, Chaves e Verín são no presente, cidades mais ecológicas do que eram no ano de 2008 (formação da Eurocidade).

O meio rural é uma característica fundamental da Eurocidade; falamos de um território do interior, onde a paisagem natural entre cidades é semelhante: é preciso a conservação deste meio. A maioria das aldeias de Chaves e de Verín são muito ligadas à natureza, à agricultura e aos benefícios que essas atividades lhes proporcionam. É imperativo criar harmonia entre o mundo rural e o mundo urbano através de medidas como: restauração de edifícios com valor arquitetónico e histórico, estímulo do comércio tradicional com base nas atividades agrícolas (Agenda Estratégica, 2008: 83). Os núcleos rurais devem estar em consonância com a sustentabilidade do território e com a reabilitação urbana. A nível de educação ambiental, a Galiza possui o “Proxecto Terra” que visa sensibilizar as gerações mais novas para a importância da conservação natural (esta região está mais evoluída no aspeto ambiental que a Região Norte).

Outro ponto visado no segundo eixo, relaciona-se com o Planeamento Territorial Cooperativo que pretende suportar uma planificação urbana eficiente. Também neste assunto as diferenças entre Portugal e Espanha se fazem sentir; do lado da Galiza temos um planeamento urbano estritamente municipal enquanto, no lado Português existe um Planeamento Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (Agenda

⁴⁸ [Http://www.chaves.pt/Default.aspx?ID=33&Action=1&NewsId=1186¤tPage=391&PID=79](http://www.chaves.pt/Default.aspx?ID=33&Action=1&NewsId=1186¤tPage=391&PID=79)
(consultado a 15-05-2015)

Estratégica, 2008: 85). Em Portugal, esse planeamento regional foi estabelecido a partir de 2007 e as atividades urbanísticas antes realizadas também não possuíam qualquer coordenação ou de legislação a nível supranacional. Tornou-se difícil assimilar todos os planos municipais antes desta harmonização, não tendo existido um entre municípios vizinhos. Tendo em conta estas assimetrias dentro do mesmo território nacional, a nível internacional (Portugal e Espanha) a situação é ainda mais complicada; o urbanismo não é responsabilidade das autoridades locais.

Apesar da proximidade que une as duas cidades, existe um crescimento urbano separado e sem características comuns. Restringindo-nos ao plano urbano, existe um défice de estratégias comuns dentro do mercado imobiliário e na conservação de edifícios históricos. Tanto em Chaves como em Verín, conclui-se que é necessário um esforço conjunto de forma a colmatar as falhas existentes. Uma das linhas de ação relaciona-se com o aproveitamento dos Sistemas de Informação Geográfica de ambas cidades bem como a criação de equipas para serviços partilhados. Estas medidas exigem um grande financiamento que são responsabilidade das autoridades públicas e locais (apesar dos fundos estruturais serem importantes).

O último objetivo do segundo eixo relaciona-se com a proximidade entre Chaves e Verín: criar dois bairros pertencentes a uma mesma cidade (Agenda Estratégica, 2008: 95). Esta tarefa prende-se com a necessidade de unir as duas zonas urbanas através de um sistema de transportes que permita às populações o usufruto de serviços e bens em ambos os lados da fronteira. Na atualidade, não existem transportes públicos que façam a ligação entre municípios. Ocorreu uma melhoria visível a nível de acessibilidades como por exemplo a existência de autoestradas; a A24 tem ligação direta à autoestrada das Rias Baixas A52. A criação de um transporte público que servisse ambas localidades é imprescindível mas continua a ser uma árdua tarefa a realizar; em 2013 e segundo a imprensa local (Diário Actual em 23 de Abril de 2013), o Alcaide de Verín Juan Manuel Jiménez Morán, pretendia que a situação dos transportes fosse resolvida e por isso apelou ao Governo Espanhol. Apesar das dificuldades administrativas, o autarca decidiu colocar a questão junto da Ministra do Fomento Ana Pastor, de forma a acelerar o processo. Do lado português, o Presidente da Câmara de Chaves, João Batista, declarou que seria muito difícil estabelecer protocolos devido à quantidade reduzida de utentes que o serviço teria; iria comprometer-se a realização e o financiamento do serviço de transportes. Da parte do Governo Português, não houve

qualquer tentativa em assumir este risco. Como não foi alcançado nenhum avanço, nem por parte do Governo Espanhol nem por parte do Português, a Eurocidade teve que esperar pelo quadro comunitário 2014-2020 para voltar ao tema. Atualmente, todos os esforços estão a ser feitos com negociações a decorrer.

Outra das questões que marca a Eurocidade, relaciona-se com as comunicações telefónicas e os seus custos. Em junho do presente ano, a Eurocidade em conjunto com o Eixo Atlântico, uniu-se à campanha “Zero Roaming” que propõe a abolição dos custos telefónicos adicionais⁴⁹.

3.4.3. Eixo 3: Dinamização económica

A cooperação além-fronteiras está altamente dependente do fator económico. A componente económica de muitas das estratégias da Eurocidade abrangem serviços que vão para além da atuação dos municípios, alargando-se à Euro Região. As ações de cariz económico são importantíssimas para o desenvolvimento do território e das suas populações. Dentro do terceiro eixo, a criação de um destino turístico termal é dos principais objetivos a atingir (Agenda Estratégica, 2008: 104). Se por um lado, a cidade de Verín possui explorações comerciais e de exportação de águas engarrafadas, Chaves tem uma grande oferta nos serviços de termalismo tendo sido realizados grandes investimento.

Atualmente, em Chaves a atividade termal está direcionada para as questões da saúde mas também, para o turismo e para o lazer. Esta cidade sempre teve uma tradição termal bem denotada; o termalismo tem origem milenar no Império Romano. Não existe na Península Ibérica nenhum outro local onde a água brote do solo a 73 °C. Nenhuma outras águas termais possuem a mesma composição química (<http://www.termasdechaves.com/as-aguas-termais/>). Depois de um grande investimento, as Termas renovaram os seus equipamentos e as suas instalações; atualmente são denominadas *Spa do Imperador* (tendo em conta a tradição romana). Seguindo linha dos recursos termais e hídricos, as duas cidades possuem dinâmicas que se complementam. Existe no entanto, um défice na sensibilização na cooperação

⁴⁹ <http://www.eurocidadechavesverin.eu/noticias/ver-noticia/55700c411b0d0/eurocidade-associa-se-ao-%27zero-roaming%3A-campanha-cidada-contra-a-ultima-fronteira-da-europa%27> (consultado a 2-06-2015)

empresarial como forma de unir esforços. As Termas de Chaves precisavam de uma evolução para responder a um novo tipo de turismo de lazer que se associa ao requinte e ao ócio, deixando cair o conceito tradicional de termalismo.

Uma das pretensões relaciona-se com as nove nascentes enumeradas anteriormente; cada nascente com uma função (uma nascente para o lazer, outra para a saúde e antistress). Para este objetivo ser concretizado, a especialização das empresas seria fulcral. A questão hoteleira não pode ser dissociada do termalismo; também esta atividade necessitaria de melhorias para acompanhar a evolução da atividade termal. Apesar de muitos dos locais associados ao termalismo terem sido melhorados, existe ainda um longo caminho a percorrer para uma uniformização de ofertas. Para estas ações o financiamento provém dos fundos europeus e de investimentos privados realizados por empresas que decidam abraçar este projeto. Outra necessidade que ocorre com a emergência do Termalismo moderno prende-se com a existência de formação para a criação de profissionais nessa área. Em Chaves existem ofertas de formação e existe ainda, um projeto a decorrer e que se iniciou no ano de 2011, intitulando-se “Centro de Formação Turístico-Termal e de Investigação da Água” cujos principais beneficiários e atores são os seguintes⁵⁰:

- Câmara municipal de Verín
- Câmara Municipal de Chaves
- Turismo do Porto e Norte de Portugal
- Secretaria-geral para o Turismo da Xunta da Galiza
- Associação de Termas de Portugal
- Deputação provincial de Ourense (coordenador)
- Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica

Um dos principais resultados que se pretende obter, passa pela transformação da Euro Região num dos principais destinos termais do sul da Europa. Associar as características históricas, patrimoniais e locais do interesse coletivo ao termalismo, é outra ação que se tem vindo a realizar na Eurocidade.

Apesar da importância que o termalismo possui no desenvolvimento e na sustentabilidade económica da região, existem outros planos de ação que fomentam a

⁵⁰http://www.euroregiontermal.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=54&lang=pt (consultado a 12-06-2015)

economia local. Os fluxos económicos existentes em torno da raia, não são novidade e têm sido citadas nesta investigação. Importa olhar para esta questão dos fluxos, de forma inovadora mas mantendo a perspetiva tradicional: as Feiras e a Restauração das duas cidades (Agenda Estratégica, 2008: 111). É nestas atividades tradicionais e comuns que se foi gerando o escoamento dos produtos agrícolas e locais; a Eurocidade pretende manter estas trocas para que se associem à imagem de consolidação entre as duas cidades. Como exemplo desses certames, existe a Feira do Lázaro em Verín e a Feira dos Santos em Chaves. São ambas de grande tradição e promovem ao longo dos tempos trocas comerciais e culturais. Na atualidade, continuam a ser as duas atividades com maior importância na economia da região e das populações. Dentro da Cooperação Transfronteiriça, nem todas as ações são igualmente positivas; apesar dos grandes avanços, continua a existir um baixo nível de consciencialização no que toca à Eurocidade. Apesar desta realidade, as duas sociedades estão cientes da importância comercial que ocorre nos dois lados da fronteira: os certames são uma marca fulcral na transposição da fronteira. Têm vindo a ser realizadas melhorias nas zonas comerciais através da execução de atividades culturais, aproveitando os recursos endógenos. O desenvolvimento destas práticas comerciais e a sua manutenção, continuam a ser grandes prioridades e uma fonte de progresso para a Eurocidade. No entanto, precisa-se uma renovação e especialização nas atividades comerciais e de restauração. Neste ponto, as empresas privadas e as associações empresariais possuem uma grande relevância no sucesso da revitalização económica.

Outro objetivo visado no eixo 3 remete para o aperfeiçoamento e melhoria da posição geográfica da Eurocidade. A nível de acessibilidades, Chaves e Verín conseguiram melhorar consideravelmente os seus acessos. No presente, a Eurocidade possui boas ligações às principais metrópoles; em Chaves passa a A24, que para além da ligação ao sul do país, possuiu com ligação à A7 (em pouco tempo nos permite estar na área Metropolitana do Porto e em todos os pontos de interesse como o porto de Leixões ou o Aeroporto Francisco Sá Carneiro). Verín está ligada a Ourense, Vigo ou Santiago de Compostela através da autoestrada A52 e consequentemente, a todos os seus serviços, aeroportos e portos marítimos. A autoestrada das Rias Baixas que aproxima Verín de outras cidades, também encurta a distância entre a cidade galega e Madrid (apenas quatro horas) (Agenda Estratégica, 2008: 120).

Para além das autoestradas, a Eurocidade tem infraestruturas logísticas que poderão vir a dar mais visibilidade ao território, podendo atrair novas oportunidades de desenvolvimento económico e empresarial. No lado português, as inovações foram substanciais; destaque-se o Mercado Abastecedor da Região de Chaves, a Plataforma Logística Transfronteiriça e por fim, o Parque de Atividades.



Figura 15: Parque Empresarial de Chaves⁵¹

No lado de Verín importa enaltecer o Polígono Industrial de Pazos e que segundo o jornal “La voz de Galicia”⁵² verá acrescentadas mais doze parcelas para as empresas usufruírem de mais espaço (este projeto foi assegurado pela Xunta de Galicia). Apesar do investimento, o mesmo artigo que data de 29 de março do presente ano, refere que este esforço está a ser feito para evitar que as empresas procurem melhores infraestruturas no Parque Empresarial Flaviense e no resto da Região Norte.

⁵¹ <http://www.chaves.pt/Default.aspx?ID=70> (consultado a 12-06-2015)

⁵² <http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/ourense/verin/2015/03/29/> (consultado a 15-06-2015)

Compreendendo que Verín muito tempo sem plataformas para atividades industriais e percebendo a importância de melhorias, acaba por tornar-se compreensível a questão de tentar evitar que, as empresas espanholas procurem melhores condições no lado português. A questão da Cooperação Transfronteiriça depara-se com problemas como o este; melhores condições acabam por atrair melhores investidores. Entre a parceria Chaves – Verín, o objetivo é que nenhuma parte seja prejudicada; esta é uma questão que nos obriga a refletir sobre a Cooperação e na igualdade e solidariedade que lhe está subjacente. Perante a necessidade de um projeto como a Cidade Logística, importa que esta seja um objetivo principal. Como foi referenciado, a fraca competitividade do local pode comprometer o sustento das plataformas industriais. É neste sentido que todos os esforços deveriam ter objetivos e ações comuns. Na realidade, e tendo em conta as diferenças entre Chaves e Verín, denota-se uma desconfiança tendo em conta as diferenças nas posições estratégicas das duas cidades. Antes da cooperação empresarial, precisa-se de um entendimento político e igualitário por parte dos governos regionais e nacionais, tendo em conta os dois municípios.

O último ponto do terceiro eixo remete para a valorização dos recursos endógenos tendo em conta o perímetro do Eixo Atlântico e da Euro Região. Esta inovação pretende diminuir as diferenças que o território da Eurocidade possui face à faixa litoral da Euro região. Para além da economia gerada através de recursos como a Água, importa reformular e apoiar os demais recursos endógenos (Agenda Estratégica, 2008: 128). É fundamental valorizar e inovar nos produtos locais em ambos os lados da raia: a agricultura biológica, a extração granítica, o vinho e as florestas, relacionando estas atividades com o Turismo. Importa sensibilizar o meio académico para esta realidade e para que sejam possíveis novas ideias relativamente aos recursos tradicionais e naturais. As Universidades possuem um papel muito relevante neste processo. Para além de estas ações, importa criar consultores para a formação e para o apoio das Pequenas e Médias Empresas (PME). Do lado galego, o financiamento para a inovação tem origem em programas como o IGAPE enquanto no lado português, o financiamento é proposto pelo PO Regional Norte.

3.5. Ações e dinâmicas futuras: reflexão sobre o projeto Eurocidade

Apesar do pontos anteriores revelarem projetos que já se realizam e que ainda se estão desenvolver, importa referir as principais medidas e ações para o período de 2014-2015. Tendo em conta que, alguns dos objetivos que foram estabelecidos na Agenda Estratégica em 2008 ainda não foram executados, torna-se perceber a questão temporal no desenvolvimento local. As dificuldades presentes como as diferenças administrativas são barreiras à implementação destas medidas e estratégias.

No ano 2014 e no decorrer de 2015, é possível destacar as principais estratégias e objetivos⁵³:

- Preparação de uma ação conjunta na área da saúde de forma a minimizar as dificuldades e as consequentes perdas de estruturas e serviços na região,
- A execução congregada de uma Escola de Artes e Letras,
- A continuação da manutenção das margens do Rio Tâmega de forma a expandir o corredor verde junto ao curso de água,
- Conceção de um Centro de Formação Turístico-Termal e de Investigação da Água de forma a preparar profissionais na área para uma melhoria contínua nos serviços
- Bolsa de Emprego pertencente à Eurocidade,
- Implementação de uma linha de transporte público de autocarros entre Chaves e Verín e vice-versa.

A realização de obras públicas e melhoramento dos serviços continua a ser imperativo para a Eurocidade. Decerto, ambos os municípios unirão esforços para que as suas populações vivam o melhor possível. No entanto, o que se retira desta pequena análise é a certeza de que ambas as cidades conseguem realizações e feitos, porque estão unidas e lutam como um todo. Separadas não teriam capacidade de atrair investimentos nem de realizar certas ações. A Eurocidade da Água necessita de continuar a ser orientada segundo estes objetivos. Esta vontade de consagrar uma nova forma de organização territorial e política, acaba por se transformar numa aprendizagem conjunta para Portugal e Espanha. Apesar das diferenças, têm trabalhado juntos para alcançarem alguma prosperidade junto das populações do interior. O esforço que estas atividades

⁵³ [Http://www.eurocidadechavesverin.eu/eurocidade/que-fazemos](http://www.eurocidadechavesverin.eu/eurocidade/que-fazemos) (consultado a 5-11-2015)

exigem é enorme e por isso, a melhor forma de percebermos a Cooperação Transfronteiriça, é através do tempo, a Cooperação é um processo gradual.

Dos cinco projetos dos quais a Eurocidade esteve inserida, podemos dizer que os dois programas que se relacionam com a génese do projeto (Eurocidade I e II) acabaram por ser frutíferos. Através deles captou-se financiamento para o arranque da Eurocidade e para ações como: cartão de cidadão, agenda cultural conjunta, promoção do projeto e partilha de equipamentos e serviços.

O Valtâmega permitiu requalificar a envolvente do rio Tâmega que une Chaves e Verín. Foi uma aposta aplaudida a diversos níveis: ambientalmente e culturalmente. A água encontra-se no cerne do projeto da Eurocidade e a sua preservação e valorização era imperativa.

O RIET, apesar de não ter abrangido Verín, tornou-se relevante para o contexto da Eurocidade. A cidade de Chaves alberga o Centro de Documentação do RIET e faz parte desta rede que colmata a cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha.

A Euro Região da Água não teve resultados tão visíveis: foram criadas rotas da água e foram turisticamente promovidas. A cidade de Chaves possui as termas requalificadas que agora se denominam por “Spa do Imperador” mas Verín não possui nenhum investimento nesta área. É certo que em Verín existe exploração industrial e comercial das nascentes; mas a escola termal pretendida ainda não foi construída. No entanto, existe formação na cidade de Chaves sobre Termalismo a cargo da Escola Profissional de Chaves.

É uma realidade que a população de ambos lados da fronteira se questiona relativamente à atuação da Eurocidade: é um projeto quase unicamente institucional. Contrapondo esta visão generalista, o autarca do município de Chaves refere que “a Eurocidade é uma zona de exercício pleno da cidadania europeia”. O facto de as populações viverem “a norte ou a sul da fronteira” não as impede de partilharem equipamentos e serviços. Segundo os dois autarcas, os principais objetivos e ações que se pretendem para o futuro são a partilha dos serviços de saúde e um transporte público comum. São medidas e ações que englobam muitas instituições nacionais e não dependem exclusivamente de Chaves e de Verín. Muito do poder de decisão está, segundo o Presidente do Município de Chaves, nos governos de Portugal e de Espanha e na sua vontade de cooperar.

Para o Prof. Luis Dominguez Castro⁵⁴, “a cooperação transfronteiriça só dá fruto nas fronteiras urbanas”. Não obstante, as cidades mais pequenas como Chaves e Verín também conseguem inserir-se no mundo da cooperação. O que importa realçar é a necessidade de adaptação às escalas mais pequenas e às realidades de cada situação. Durante algum tempo, o Prof. Dominguez Castro viveu e lecionou em Verín o que lhe proporcionou conhecer o território e as realidades de Verín e de Chaves.

Para o professor universitário, a cooperação transfronteiriça tem que cobrir as necessidades reais das populações e tentar atenuar o sentimento de isolamento. E nesta premissa, as pessoas são fundamentais: precisamos de cativar a sociedade civil. E para que isto aconteça são necessárias “pessoas visionárias” que acreditem que a cooperação transfronteiriça funciona. A tendência geral da sociedade civil é ver problemas e dificuldades; neste contexto estes problemas prendem-se com as identidades nacionais e a pertença. No entanto, estes problemas ocorrem em todos os locais onde se tenta implementar projetos transfronteiriços.

Luis Dominguez Castro declara que por muito esforço e dedicação que as autoridades locais tenham, não podem avançar em pleno sem os estados. Se os estados nacionais não se implicam o resultado da cooperação transfronteiriça acaba por tornar-se insuficiente e escasso.

Também é certo que o passado e a cultura comum é importante; não obstante existem culturas diferentes que convivem naturalmente bem (citou a Eurocidade Lille – Métropole). Os programas e projetos de cooperação têm que visar uma gestão “top – down”, ou seja, é importante compreender os subsistemas para que as entidades decisórias se aproximem das realidades populacionais e territoriais.

3.6. O Associativismo e a Eurocidade

Não seria possível escrever sobre a Cooperação Transfronteiriça, e mais especificamente sobre a Eurocidade Chaves – Verin, sem se tentar perceber qual o papel das associações neste projeto. Seguindo a perspetiva cultural, as associações são de facto, fundamentais na análise das sociedades e na sua organização. É através destes organismos e das suas ações, que muitos progressos podem ser feitos. Para além de ter

⁵⁴ Palestra nas Jornadas Técnicas da Eurocidade

sido explicitado que as associações funcionam como um laboratório de democracia e civismo, importa perceber qual o seu papel no projeto da Eurocidade.

Tendo em conta este processo, para além das instituições governamentais, dos municípios, das entidades reguladoras e de personagens de relevo, é necessário contar com a representação da sociedade civil através das associações.

Para um melhor esclarecimento sobre o espectro associativo local, realizou-se uma pesquisa nos dois municípios. No concelho de Chaves e no Concelho de Verín, até ao fim da investigação, estavam registadas 119 e 115 associações, respetivamente (ver listas das associações nos ANEXOS). É possível verificar nos quadros apresentados em baixo, o número total de associações existentes por tipologia.

Quadro 27: Tipologia das associações no Município de Chaves

Tipo de Associação	Nº total ⁵⁵	%
Culturais	30	25
Culturais e Desportivas	19	15.8
Desportivas	25	20.8
Cooperativas	3	2.5
Laborais, Profissionais e Sindicais	12	10
Assistenciais, Saúde e Solidariedade Social	18	15
Educação e Formação	4	3.3
Ambientais	3	2.5
Desenvolvimento local e/ou regional	3	2.5
Associações Municipais	1	0.8
Empresariais e Comerciais	1	0.8
Confrarias	1	0.8
Total	120	100

Atentando no quadro 23 podemos perceber a realidade associativa presente no concelho flaviense. Verifica-se que o maior número de associações se encontra na categoria da cultura e do desporto. No município de Chaves, existem 30 (25%) associações de cariz cultural e 25 da área desportiva (20,8 %). Denote-se que as associações foram agrupadas segundo a sua designação; desta forma é possível encontrar três categorias distintas na tabela (culturais, desportivas e culturais e desportivas). Na totalidade, as associações que ocupam estas categorias são 73 e correspondem a 61,6%. Podemos

⁵⁵ O total das associações apresentadas no quadro 19 não correspondem ao total real: o total apresentado no quadro corresponde a 120 associações. Esta diferença deve-se ao facto de uma das associações se inserir em duas categorias distintas.

afirmar que as associações ligadas à cultura e ao desporto correspondem a mais de metade do número total de associações. As associações relacionadas com a área da saúde, assistência e com a solidariedade social também possuem um número considerável; representam 15% da massa associativa local. A tipologia das associações laborais, profissionais e sindicais corresponde a 10% das associações do município. Contrariamente às associações acima referidas e que possuem um número considerável presente no território, importa mostrar as associações que existem em menor número. No concelho de Chaves, as associações de desenvolvimento local e regional correspondem a 2,5% das associações locais. Numa situação semelhante, encontramos as associações ambientais e as cooperativas (cada tipologia corresponde a 2,5% da amostra associativa). Destaco que apenas existe uma associação direcionada para mundo empresarial e comercial (ACISAT) e uma confraria. Existe ainda uma associação municipal com sede em Chaves e que diz respeito aos municípios do Alto Tâmega e Barroso (AMAT).

Quadro 28: Tipologia das associações na Comarca de Verín

Tipo de Associações	Nº total ⁵⁶	%
Culturais	31	26.5
Desportivas	9	7.7
Laborais, Profissionais e Sindicais	10	8.5
Ambientais	4	3.4
Desenvolvimento local e/ou regional	9	7.7
Assistenciais, Saúde e Solidariedade Social	4	3.4
Empresariais e Comerciais	6	5.1
Fundações e Corporações	3	2.6
Educação	1	0.9
Populacionais: género e relações	22	18.8
Moradores e Sociocomunitárias	9	7.7
Populacionais: idade	9	7.7
Total	117	100

No quadro 24 podemos verificar os tipos de associações que existem na comarca de Verín. Tal como acontece no município de Chaves, as associações com maior número são as de cariz cultural; existem 31 que representam 26,5% do mundo associativo local.

⁵⁶ O total das associações apresentadas no quadro 20 não correspondem ao total real: o total apresentado no quadro corresponde a 117 associações. Esta diferença deve-se ao facto de algumas das associações se inserirem em categorias distintas.

As associações direcionadas para questões de género e relações interpessoais representam 18,8% da amostra associativa da comarca.

Em menor número, mas em posição intermédia, destacamos as 10 associações laborais, profissionais e sindicais (8,5%) e as 9 associações desportivas (7,7 %). As associações destinadas ao desenvolvimento local e regional também representam 7,7% do associativismo local. Relativamente às associações juvenis (Populacionais: idade) e às associações de moradores pode afirmar-se que ambas categorias representam 7,7% (existem 9 associações de cada categoria). Na comarca de Verín, o número de associações empresariais e comerciais é de 6 na totalidade (5,1%).

O associativismo direcionado para as temáticas do ambiente e para a assistência, saúde e segurança social representam 3,4% (com 4 associações em cada tipologia).

Em menor número destacamos as fundações e corporações (2,6%) e as associações ligadas à área da educação: existe apenas uma (0,9%).

As seguintes listas mostram as associações que participaram na criação da Eurocidade, de forma a representar diferentes setores da sociedade civil dos dois municípios. Na lista abaixo descrita podemos verificar, segundo a Agenda Estratégica (2008: 16-18), quais as associações portuguesas ligadas ao início do projeto da Eurocidade⁵⁷:

- Associação Florestal e Ambiental do concelho de Chaves (Sector Ambiental)
- ADRAT (Associação de Desenvolvimento do Alto Tâmega) (Sector: Desenvolvimento local e/ou regional)
- ACISAT (Associação Empresarial do Alto Tâmega) (Sector Empresarial e Comercial)
- Cooperativa Agrícola do Norte Transmontano (Sector: Cooperativa Agrícola)
- Grupo Cultural Aquae Flaviae (Sector: Cultural)
- Clube de Ténis de Mesa (Sector: Desportivo)

Do lado da Galiza, as associações do município de Verín, são as seguintes:

- Federação de Associações Empresariais de Verín-Monterrei (Sector: Empresarial e Comercial)
- Associação de Empresários de Verín (Sector: Empresarial e Comercial)

⁵⁷ Não foi encontrada informação que justificasse a escolha destas associações.

- Denominação de Origem Monterrei (Sector: Corporação)
- Fundação para o Desenvolvimento da Comarca de Verín (Montval) (Sector: Desenvolvimento local e/ou regional)
- Associação Valarte (Sector: Cultural)
- Associação “Centro de Desenvolvimento Rural Portas Abertas” (Sector: Desenvolvimento local e/ou regional)

Num conjunto de 119 associações no concelho de Chaves e 115 na comarca de Verín, foram apenas seleccionadas seis em representação de cada lado da fronteira. Não existem quaisquer indicações sobre os motivos de escolha das associações em questão, em detrimento das demais.

Denota-se a preocupação em cada setor da sociedade para que exista uma representação do mesmo: setor empresarial, sector agrícola/florestal e sector cultural. Destaca-se ainda, a escolha das associações de desenvolvimento local/regional na aprovação do projeto da Eurocidade.

Tendo em conta o tecido associativo presente na constituição da Eurocidade, percebemos que o associativismo é importante e que é reconhecido pelos órgãos administrativos. Uma das questões que se coloca é se o associativismo no contexto de Cooperação Transfronteiriça é utilizado como instrumento de aproximação e de realização pois o associativismo na Eurocidade e as suas ações são praticamente inexistentes. As associações que existem nos dois municípios atuam em grande parte no seu território nacional; não existe um alargamento nem uma ação conjunta além-fronteiras. Para uma melhor explicação e comprovação desta realidade foram realizadas entrevistas a dirigentes associativos locais. As associações inquiridas foram contactadas pela sua relevância e desempenho a nível regional (como poderemos verificar nos próximos subcapítulos). Importa esclarecer que o trabalho de campo realizado junto das associações revelou-se uma tarefa árdua; as realidades associativas dos dois países são muito distintas. As distinções serão explicadas ao longo do subcapítulo; tornou-se difícil contactar as associações de Verín pois muitas encontram-se inativas e sem local de administração ou gestão. Foram contactadas as entidades locais (Ayuntamiento e Casa da Xuventude) de forma a agilizar os contactos com as associações. A realidade constatada denotou uma falta de conhecimento dessas instituições relativamente ao tecido associativo; apesar dos registos existentes, muitas das associações encontram-se

inativas e as administrações locais não conseguem estabelecer contacto com os dirigentes. Uma das explicações cedida pelo Ayuntamiento de Verín prende-se com o facto de muitas das associações serem formadas no momento em que existe uma necessidade manifesta e urgente. Depois da resolução dos problemas ou das necessidades para as quais foram criadas, as associações acabam por se dissolver informalmente. Em Chaves a realidade é diferente; na maioria dos casos as associações possuem um local de gestão (mesmo que estejam inativas). Importa referir que parte das associações que estiveram presentes no início Eurocidade encontram-se inativas ou sem possibilidade de contato. Parte das associações contactadas foram seleccionadas pelos critérios geográfico e temporais; pela possibilidade de entrevista e pela questão temporal da investigação.

As entrevistas realizadas aos dirigentes associativos para averiguação das realidades acima descritas basearam-se nos seguintes tópicos:

- Apresentação da associação: trabalhos realizados e principais funções;
- Perspetiva sobre o associativismo local e/ou regional;
- Relação da associação com o projeto Eurocidade Chaves – Verín;
- Principais parceiros (nacionais e/ou internacionais) e associados;
- Projetos e financiamentos;
- Principais dificuldades da associação no contexto local/regional;
- Perspetiva sobre a Cooperação Transfronteiriça e sobre a Eurocidade apresentando possíveis soluções para uma melhoria das relações.

A lista das associações inquiridas não corresponde à lista apresentada na Agenda Estratégica da Eurocidade Chaves - Verín. Apesar das associações acima citadas representarem o movimento associativo no projeto da Eurocidade, algumas delas apenas participaram na ação de forma momentânea (apenas como representação do mundo associativo e sem ações ligadas à Eurocidade).

Assim sendo, a seleção das associações obedeceu a critérios diferentes. Não foi possível estabelecer parâmetros específicos sobre a escolha realizada, devido à diversidade de fatores que influenciaram a investigação. Apesar disto, podemos destacar alguns factores importantes na escolha das associações:

- Associações que possuem ligações a projetos e parcerias internacionais e a fundos europeus⁵⁸;
- Associações que promovem as identidades locais realizando parcerias ou colaborações, pontuais ou não, com a Eurocidade⁵⁹;
- Associações que promovem as identidades locais mas que não possuem ligação com a Eurocidade⁶⁰;

As entrevistas realizadas às associações sem ligações à Eurocidade pretendem esclarecer as razões que levam as associações a não serem inseridas neste círculo e perceber o motivo pelo qual não existe relação formal com a Eurocidade. O objetivo, para além de perceber qual a realidade associativa e a sua relação com a Eurocidade, é contrapor as diferentes realidades de forma a perceber as características positivas e negativas na sua relação com a Cooperação Transfronteiriça.

Quadro 29: Síntese das características das Associações contactadas.

Nome	Local	Tipologia	Número de Associados	Início do Projeto Eurocidade	Financiamentos Europeus
ADRAT	Chaves	Desenvolvimento local	40	Sim	Sim
ACISAT	Chaves	Empresarial e comercial	900	Sim	Não
Chaves Viva	Chaves	Cultural	80	Não	Não
AEVER	Verín	Empresarial e comercial	130	Sim	Não
D.O. Monterrei	Verín	Corporação	24 adegas 442 viticultores	Sim	Não
Monterrei, Cultura e Território	Verín	Cultural	60	Não	Não
Montval (Contato impossível)	Verín	Desenvolvimento local	67	Sim	Sim

⁵⁸ ADRAT, Associação Montval e apesar de não estar relacionada directamente, como será explicado nos próximos subcapítulos, a D.O. Monterrei.

⁵⁹ ACISAT e Chaves Viva.

⁶⁰ AEVER e Associação Monterrei, Cultura e Território.

Em Chaves foram contactadas as seguintes associações: Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT), Associação Empresarial do Alto Tâmega (ACISAT) e Chaves Viva (associação cultural). Em Verín o contacto foi estabelecido com a Associação de Empresários de Verín (AEVER), Denominação de Origem Monterrei, Fundação para o Desenvolvimento da Comarca de Verín e a Associação Cultural “Monterrei, Cultura e Território”. Denote-se que a associação Chaves Viva e a Associação Cultural “Monterrei, Cultura e Território”, não se enquadram nos critérios acima descritos (de forma a contrapor realidades).

3.6.1. Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT)

A ADRAT é uma associação criada nos anos 80 com intuito de promover o desenvolvimento sustentável na região em diferentes sectores da sociedade. As atuações desta associação abrangem o território do Alto Tâmega que é formada pelos municípios de Chaves, Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Valpaços e Montalegre.



Figura 16: Território do Alto Tâmega e Barroso (território de atuação da ADRAT)⁶¹

Segundo o Engenheiro Marco Fachada⁶², responsável pela Gestão de Projetos e pelas relações de Cooperação Transfronteiriça, esta associação agrega municípios,

⁶¹ www.adrat.pt (consultado a 6-01-2016)

associações e pessoas coletivas e a sua principal função é promover o desenvolvimento na região de forma a atenuar a ruralidade do território (utilizando os recursos endógenos e identitários)⁶³. Esta associação possui 40 associados e 11 parceiros permanentes (existem ainda parcerias pontuais).

Quadro 30: Número de Associados da ADRAT por Municípios (www.adrat.pt)

Município	Nº de Associados
Boticas	4
Chaves	11
Montalegre	5
Ribeira de Pena	6
Valpaços	8
Vila Pouca de Aguiar	6

Verifica-se que o município com maior número de associados na ADRAT é o de Chaves. Serão apenas apresentados os associados do concelho de Chaves tendo em conta que é um dos concelhos alvos de investigação⁶⁴:

- AFACC – Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves
- AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega
- Associação Promotora de Ensino Profissional para o Alto Tâmega
- Bons e Valentes – Associação Criadores de Gado
- Câmara Municipal de Chaves
- Cooperativa Agrícola de Chaves
- Cooperativa Agrícola do Norte Transmontano
- MONTIMEL – Cooperativa de Apicultores do Alto Tâmega
- Santa Casa da Misericórdia de Chaves
- TAMAGANI – Associação de Artistas Plásticos do Alto Tâmega e Vale de Monterrei
- TEF – Teatro Experimental Flaviense

⁶² Entrevista realizada a 26-10-2015.

⁶³ Segundo o Enquadramento Institucional da ADRAT do Plano de Atividades e Orçamento de 2015.

⁶⁴ http://www.adrat.pt/?page_id=1563#undefined2 (consultado a 28-10-2015)

Na lista acima representada, importa destacar a presença da Câmara Municipal de Chaves e da ligação da ADRAT a outras associações. Invocando as palavras do Eng.º Marco Fachada “a ADRAT apoia associações e pessoas coletivas através de programas como o Leader”. Segundo este gestor de projetos da ADRAT, existe uma articulação nos campos de atuação entre a associação e a Eurocidade. A articulação é feita através da Câmara Municipal de Chaves, ou seja, todas as questões tratadas em prol da Eurocidade são desenvolvidas com os órgãos administrativos da cidade de Chaves. Na prática, a relação que existe é com a Câmara de Chaves que acaba por transpor as iniciativas para a Eurocidade. Existe de facto um apoio da ADRAT à Eurocidade, no entanto, esse apoio é nominal. A verdadeira relação administrativa e de parceria é com a Câmara Municipal.

Segundo o Eng.º Marco Fachada, a parceria da ADRAT com o Município de Chaves tem uma área de atuação mais abrangente e com maior quantidade de necessidades que necessitam de ser colmatadas. A Eurocidade pela sua própria estrutura institucional e pelo seu pouco tempo de vida, não pode dar resposta a questões como por exemplo: as práticas e o controlo da sanidade animal. A ação da ADRAT está essencialmente ligada ao Município de Chaves e não à Eurocidade em si (que engloba Chaves e Verín). Destas afirmações é possível retirar que a relação desta associação com o Município de Verín é realizado através do Município de Chaves e não por iniciativa própria.

Como foi referido anteriormente, para além dos associados, a ADRAT possui parcerias com outras instituições (locais, regionais, nacionais e internacionais). Atualmente⁶⁵ a lista de parceiros oficiais é formada pelas seguintes instituições:

- ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte - CCDRN
- Alto Comissariado para as Migrações, IP
- Associação Empresarial de Portugal
- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
- Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega
- CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional do Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães
- Instituto de Emprego e Formação Profissional

⁶⁵ Referente ao período do ano 2015.

- Instituto De Financiamento Da Agricultura E Pescas – IFAP I.P.
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Universidade de Vigo

Na lista acima representada, constata-se a relação da ADRAT com instituições como a CCDRN, associações nacionais, Institutos e com Universidades (destacando a parceria internacional com a Universidade de Vigo). Tendo em conta o contexto da investigação sobre Cooperação Transfronteiriça e para além destes parceiros, segundo o gestor de projetos existem parcerias pontuais com instituições galegas como a Xunta da Galiza, Comarcas e Concelhos. Um dos exemplos de parcerias pontuais destacado ao longo da entrevista remete para a Rede de Turismo Cultural Galaico – Portuguesa. Esta rede tem como objetivo promover o Turismo Cultural com raízes na antiguidade e nas ligações entre o Norte de Portugal e a Galiza. Na participação desta rede e para além da ADRAT, destaca-se a parceria da Mancomunidade do Salnés (em Cambados, Pontevedra), a Fundação Comarcal do Salnés, o Concelho de Arbo (Pontevedra), Concelho de Riós (Ourense), a Mancomunidade de Municípios da Comarca de Verín e a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho (Valença). Esta rede conta com informação catalogada onde consta o património cultural dos municípios envolvidos assim como os museus que podem ser visitados nestes territórios. Toda a informação encontra-se dividida em áreas como História, Mundo Rural, Mares e Rios, Personalidades Importantes e Indústria.

A ADRAT, tal como foi acima explicado, é uma associação de desenvolvimento que apoia instituições, associações e pessoas coletivas nos mais variados projetos e finalidades: agricultura, florestas, cultura, turismo, energia, indústria, etc. Para além das parcerias que estabelece, esta associação relaciona-se com um conjunto variado de redes nacionais e internacionais.

Quadro 31: Redes internacionais e nacionais em que a ADRAT está envolvida até 2015⁶⁶

Redes e Associações	Objetivo Principal
INTERNACIONAIS	
ERIAFF – Rede Europeia Para a Inovação na Agricultura, Alimentação e Floresta	Facilitar a inovação e a pesquisa no sector agrícola.
ERRIN – Rede Europeia de Pesquisa e Inovação	Fortalecer a investigação regional e o apoio a projetos de desenvolvimento.
ENRD – Rede Europeia de Desenvolvimento Rural	Cooperação, aprendizagem e troca de experiências sobre a execução de projetos em meio rural.
EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza	Associação de Solidariedade Social
EUROMONTANA – Associação Europeia de Áreas de Montanha	Melhoria das condições de vida das populações nas áreas de montanha
NACIONAIS	
Natural.pt	Marca nacional que engloba questões de biodiversidade, património, ambiente e cultura e que visa promover o território e os seus produtos endógenos.
MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local	Desenvolve competências de implementação de programas de alcance local, regional, nacional e transnacional e prestando assessoria técnica em projetos de desenvolvimento rural.
ELARD – Associação Europeia LEADER para o Desenvolvimento Rural	Visa melhorar a qualidade de vida nos territórios rurais.
ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	Tem como objetivo desvanecer as assimetrias do território nacional através do desenvolvimento local, associativismo e economia social.
RRN – Rede Rural Nacional	Ações de cooperação, partilha e de fomento que melhorem a aplicação de programas de desenvolvimento rural.

⁶⁶ [Http://www.adrat.pt/?page_id=1563](http://www.adrat.pt/?page_id=1563) (consultado a 29-10-2015)

É possível verificar que a ADRAT pertence a redes de associações com uma característica muito vincada e muito direccionada para o desenvolvimento rural. Como se tem referido, o território alvo de estudo é rural e com défices de desenvolvimento. A ADRAT é mais que uma associação de desenvolvimento; é um marco importante nos concelhos do Alto Tâmega. Como foi referido anteriormente, esta associação é direccionada para a execução de projetos e administração de fundos. Exerce tarefas de coordenação e de dinamização de ações e planeamento proporcionando os meios necessários à concretização e ao acompanhamento dos mesmos.

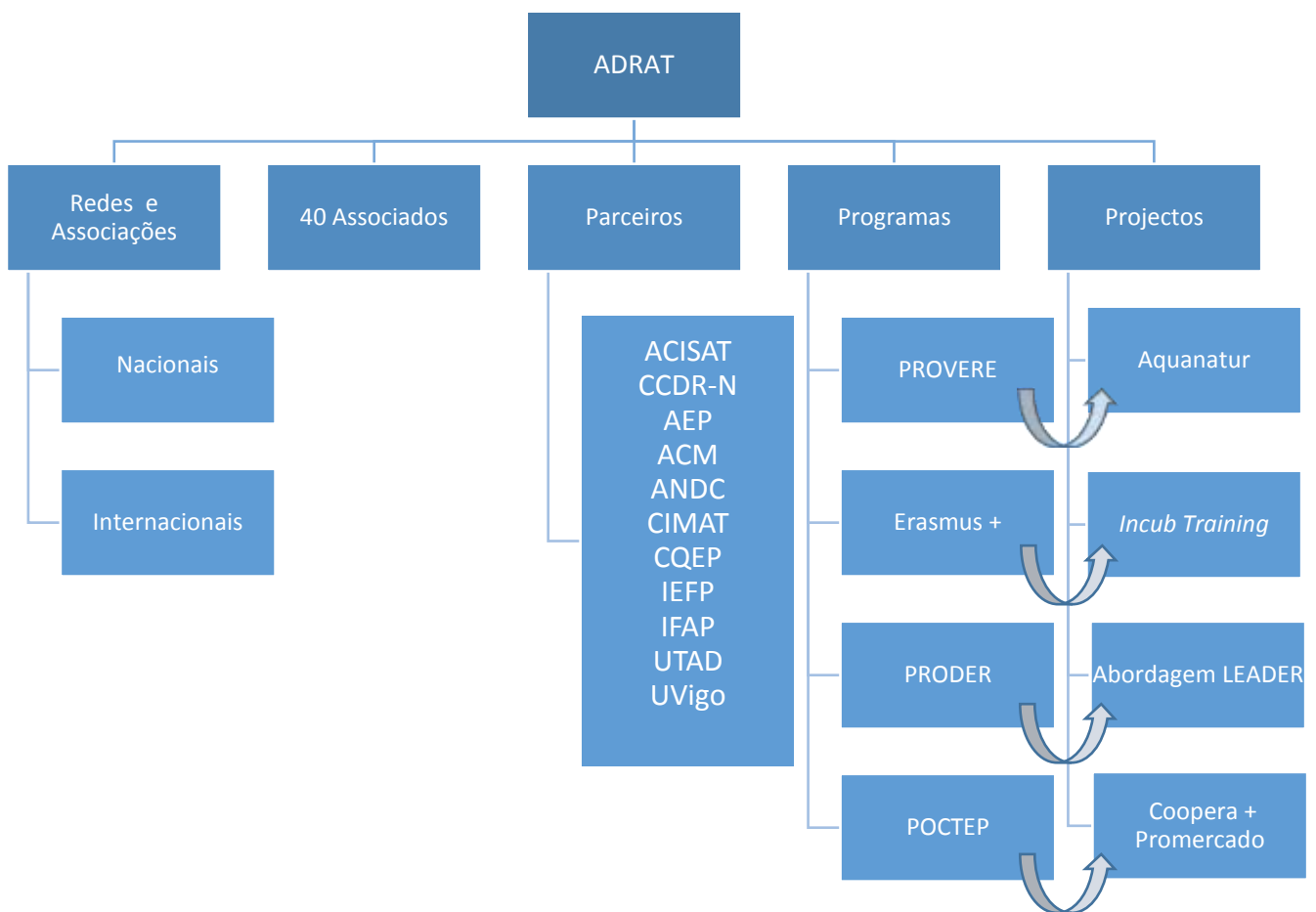


Figura 17: Esquema síntese sobre a atuação da ADRAT

A figura 21 representa um esquema sobre o universo da ADRAT. É possível constatar as relações e as áreas de atuação da associação bem como os programas que financiam os projetos.

Durante o ano 2015, a ADRAT estava envolvida nos seguintes projetos:

- Aqunatur (financiado pelo programa PROVERE)
- *Incub Training* – Empreendedorismo (financiado pelo programa Erasmus +)
- *Incub Training* – Empreendedorismo (financiado pelo programa Erasmus +)
Leader (financiado pelo PRODER)
- Coopera + e Promercado (Financiados pelo POCTEP)

O PROVERE é um projeto no âmbito da Valorização dos Produtos Endógenos que pretende estimular a competitividade regional utilizando as características identitárias como as tradições, o património histórico e os recursos naturais. A estratégia do PROVERE designa-se por um conjunto de iniciativas traduzidas em Programas de Ação que se dividem da seguinte forma: projetos âncora e projetos complementares. No Aqunatur – Complexo Termal do Alto Tâmega, os projetos âncora são os projetos principais (neste caso são os que se relacionam diretamente com o desenvolvimento e manutenção da tradição termal) e os projetos complementares relacionam-se com a área envolvente e outras infraestruturas (museus, parques, turismo, etc). Este programa é financiado pelo PRODER, pelos programas operacionais do QREN e pelo PROMAR⁶⁷.

Na região do Alto Tâmega e Barroso, o projeto Aqunatur visa preservar os recursos hídricos e termais de forma a criar o Complexo Termal do Alto Tâmega formado pelas termas de Vidago, Pedras Salgadas, Chaves e Carvalhelhos. Importa destacar que a ADRAT é a líder deste projeto que envolve o Município de Chaves, o Município de Boticas, Município de Ribeira de Pena e o Município de Vila Pouca de Aguiar.

⁶⁷ <http://www.novonorte.qren.pt> (consultado a 29-10-2015)

Quadro 32: Financiamento dos Projetos⁶⁸ âncora do PROVERE disponibilizado à ADRAT e à CMC⁶⁹

Designação do Projeto	Promotor	Investimento Total	Investimento Elegível
Requalificação Envolvente Aquanatur	Município de Chaves	1.985.500 €	1.985.500 €
Gestão e Acompanhamento do Plano Acção	ADRAT	213.865 €	213.865 €
Vidagus Termas	Município de Chaves	241.500 €	241.500 €
Promoção e Dinamização Zona de Intervenção	ADRAT	200.000 €	200.000 €
Museu das Termas Romanas	Município de Chaves	2.911.597 €	2.911.597 €

Na tabela acima indicada é possível verificar o financiamento que a ADRAT e o Município de Chaves conseguiram recolher para realização do Complexo Termal do Alto Tâmega. Importa realçar que o Aquanatur, apesar de ser liderado pela ADRAT e pelo Município de Chaves, é de extremo interesse para a Eurocidade. Como temos referido ao longo do trabalho, a identidade da Eurocidade está ligada intrinsecamente à tradição termal e à valorização dos recursos hídricos. A publicidade que é realizada sobre o termalismo e sobre o Aquanatur acaba por recair sobre a Eurocidade e patrocinando Chaves e Verín (apesar de Verín não beneficiar destes projetos diretamente⁷⁰). O efeito menos positivo de toda esta questão prende-se com o facto de Verín, apesar de ser promovido nominalmente, não arrecadar qualquer benefício. Não é utilizado como ponto turístico e por consequência, não vê qualquer tipo de investimento nos seus balneários e nascentes termais.

O *Incub Training* é outro projecto à qual a ADRAT está associada. Esta iniciativa tem como principal objetivo estimular jovens licenciados bem como gestores de empresas locais através da conceção de uma plataforma e-learning fomentando o desenvolvimento e a colaboração entre eles. Realce-se que este programa surge através do ERASMUS+ e que a ADRAT também é líder da ação. Neste contexto, a associação

⁶⁸ Neste quadro apenas consta o financiamento referente ao território do Município de Chaves que é parte do objeto de estudo. O financiamento dos demais municípios não é apresentado pois não é relevante para o tema da investigação.

⁶⁹ Documento sobre o Financiamento do Aquanatur.

⁷⁰ Não foi possível encontrar informação sobre projetos termais direccionados a Verín.

acaba por relacionar-se e ter como parceiros a ENTER – *European Network for Transfer and Exploitation of European Project Results* (Áustria); BDA – *Bulgarian Development Agency* (Bulgária); MAETH – *Meath Community Rural and Social Development Partnership Limited* (Irlanda); UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal); Câmara de Comércio de Oviedo (Espanha)⁷¹.

Dentro da “abordagem” Leader surge o programa PRODER, financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento (FEADER). Esta iniciativa, da qual a ADRAT beneficia e consequentemente o território onde atua, tem como objetivo desenvolver as economias rurais promovendo a sua sustentabilidade destes espaços. O PRODER surge do Plano Estratégico Nacional e possui 4 subprogramas⁷² ():

- Subprograma 1 – Promoção da Competitividade
- Subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural
- Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais
- Subprograma 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências

O subprograma 3 (ou Eixo 3) é a parte do programa da qual a ADRAT beneficia. O Eixo 3 do PRODER difunde o desenvolvimento local através de atores e agentes que captem os seus fundos, despertando a cooperação entre eles. No caso do Alto Tâmega e Barroso, a ADRAT promove, gera e incentiva ações e projetos no âmbito Leader. Depois de apresentados os programas verificaremos o financiamento que a ADRAT consegue captar em todos os projetos. Segundo o Relatório de Contas do ano de 2014 da ADRAT (o último disponível), a execução do PRODER na região do Alto Tâmega foi a seguinte:

⁷¹ <http://www.adrat.pt/?portfolio=incub-training> (consultado a 6-01-2016)

⁷² <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=329&eid=263> (consultado a 29-10-2015)

Quadro 33: Financiamento no âmbito PRODER em 2014 ⁷³ (Relatório de Contas 2014 da ADRAT)

Tipo de Projeto	Nº Projetos	Despesa Elegível	Despesa Pública
Atividades de Exploração Agrícola	4	86.657,19 €	42.550,84 €
Criação e Desenvolvimento de Microempresas	18	1.064.960,77€	618.348,80 €
Atividades Turísticas e de Lazer	7	562.366,33 €	329.818,98 €
Conservação e Valorização do Património Rural	52	1.706.739,93 €	998.827,87 €
Serviços Básicos para a população Rural	5	104.825,75 €	78.619,31 €
TOTAL	86	3.525.549,97 €	2.068.165,80 €

Como podemos verificar na tabela acima apresentada, a ADRAT obteve financiamento através do PRODER para 86 projetos que se dividiram em 5 áreas de atuação no mundo rural.

Por fim, segue-se a iniciativa Coopera + cujo objetivo principal passa por criar ações diretamente direcionadas para o fomento de emprego e desenvolvimento das empresas cooperativas. Destaque-se que este programa é financiado pelo Programa de Cooperação Territorial ESPANHA – PORTUGAL 2007 -2013 (POCTEP) e foi criado tendo em conta a realidade da Euro Região Norte de Portugal – Galiza⁷⁴. Este programa atenta no facto de 2% da população ativa da Euro Região estar empregada em Cooperativas (existem cerca de 2.000). O diagrama abaixo apresentado, a ADRAT possui parceria com a Xunta da Galiza, com a Câmara de Comércio de Vigo, a Associação Empresarial de Viana do Castelo e com a Universidade Católica Portuguesa. Quero realçar que é um grande prestígio e uma prova de capacidades para a ADRAT poder participar em iniciativas desta envergadura.

⁷³ Foi possível ter acesso ao Relatório de Contas de 2014 da ADRAT onde constavam os pormenores sobre o financiamento PRODER. Relativamente a 2015, a informação disponível não nos permite verificar o nº de projetos nem a sua tipologia.

⁷⁴ [Http://www.cooperamais.org/index.php/pt/menu-portugues/descripcion-del-proyecto-pt](http://www.cooperamais.org/index.php/pt/menu-portugues/descripcion-del-proyecto-pt) (Consultado a 16-12-2015)



Figura 18: Diagrama de parceiros do Projeto Coopera + ⁷⁵

A preocupação na gestão e no apoio às Cooperativas na Euro Região relaciona-se com o défice de capacitação e adequação aos mercados. O fracasso deste empreendedorismo chega a rondar os 50% ⁷⁶ (por falta de apoios e aconselhamento nesta área. É neste sentido que a ADRAT, através deste programa pretende apoiar as Cooperativas locais.

Na tabela abaixo apresentada podemos verificar o financiamento que a ADRAT conseguiu captar no ano 2015. É possível verificar o investimento aprovado em cada programa: repara-se que os projetos que arrecadam mais financiamento encontram-se na abordagem Leader – PRODER seguidos da iniciativa PROVERE. O único projeto direcionado para a Cooperação Transfronteiriça abrange o Promercado e o Coopera +. Pode verificar-se que a vertente de Cooperação Transfronteiriça não é a que possui um maior relevo para o desenvolvimento da região. Verificando a Lista de Beneficiários do POCTEP 2007-2013, a ADRAT é a única associação contactada no município de Chaves, que usufruiu diretamente desta programação (as outras associações não constam na lista).

⁷⁵ <http://www.cooperamais.org/index.php/pt/menu-portugues/parceiros> (Consultado a 16-12-2015)

⁷⁶ [Http://www.cooperamais.org/index.php/pt/menu-portugues/descripcion-del-proyecto-pt](http://www.cooperamais.org/index.php/pt/menu-portugues/descripcion-del-proyecto-pt) (consultado a 16-12-2015)

Quadro 34: Financiamento de Programas e Projetos captado pela ADRAT no ano de 2015 (Plano de Atividades e Orçamento 2015)

Projectos	Invº Aprovado	2015			
		Previsto		Comp ADRAT	
		Invº	Comp.	%	Valor
Eixo III - PRODER - LEADER					
Abordagem Leader	1 097 922,65 €	126 768,35 €	126 768,35 €	0%	0,00 €
PACA	731 948,43 €	101 213,35 €	101 213,35 €	0%	0,00 €
Sub-total	1 829 871,08 €	227 981,70 €	227 981,70 €		0,00 €
POCTEP					
Promercado	60 000,00 €	2 536,38 €	1 902,29 €	25%	634,09 €
Coopera +	70 000,00 €	18 458,39 €	13 843,79 €	25%	4 614,60 €
Sub-total	130 000,00 €	20 994,77 €	15 746,08 €		5 248,69 €
ERASMUS +					
Incub Training	44 955,00 €	22 477,50 €	20 697,28 €	92%	1 780,22 €
Sub-total	44 955,00 €	22 477,50 €	20 697,28 €		0,00 €
PROVERE	213 865,18 €	42 685,43 €	36 282,62 €	15%	6 402,81 €
Sub-total	213 865,18 €	42 685,43 €	36 282,62 €		8 183,03 €
Totais	2 218 691,26 €	314 139,40 €	300 707,68 €		13 431,73 €

Para o responsável pela Gestão dos Projetos, a ADRAT é uma associação “à parte” das demais. É, sem dúvida, uma coletividade com um leque de ações muito abrangentes que atua num vasto território. As suas ações são uma tentativa de desenvolver o território, a cultura e a economia. Quando questionado sobre a importância do associativismo no conceito da região e da Eurocidade, o Eng.º Fachada referiu que a ADRAT é um complemento a todas as ações dos Municípios. Como se pode verificar ao longo da investigação sobre a ADRAT, esta associação complementa a ação dos municípios e da Eurocidade, no entanto torna-se pertinente realçar que apenas atua em território nacional. Apesar das suas parcerias e projetos pontuais com instituições espanholas, o seu campo de atuação é estritamente local e regional. O Gestor de Projetos da ADRAT admitiu que é importante para uma associação deste tipo manter-se em contacto com a vizinha Galiza (devido ao passado e aos laços comuns). Por isso existem as cooperações pontuais.

Atentando no associativismo local, a ADRAT é um apoio e uma impulsionadora de outras associações. Atentando no território, o Eng.º Marco Fachada declarou que existe uma cultura associativa fraca; justificou esta convicção através da sua experiência

laboral e do conhecimento de várias associações. A educação cívica para a prática do associativismo está pouco enraizada nas populações. A questão da confiança é fundamental nesta área de atuação; existe ainda uma grande ligação e expectativa a quem gere a associação e da forma como a gere. Segundo o Gestor de Projetos da ADRAT, existe uma falta de preparação para a gestão e para a liderança associativa; as questões financeiras acabam por ser fundamentais na prossecução da atividade dentro do movimento associativo. Muitas das associações do concelho de Chaves, acabam por ficar inativas e, algumas delas devido à sua forte ligação aos dirigentes que as lideram. O que acontece em muitos casos é que quando um dirigente cessa as suas funções, acaba por não aparecer alguém capaz de continuar as mesmas tarefas com o mesmo tipo de gestão. Noutras situações, existe uma má gestão e pouco espírito de liderança; o que acaba por mergulhar a associação numa situação de desconfiança e de dúvida. Concluindo o pensamento do Gestor de Projetos da ADRAT, repare-se que existe ainda uma falta de preparação cívica e cultural na prática do associativismo local. O financiamento das associações é sempre uma questão delicada; a ADRAT facilita o acesso a fundos e a programas sem fins lucrativos. A falta de marketing⁷⁷ associativo ou a pouca exploração do mesmo é outro problema das associações locais. Mesmo com o apoio que pode ser prestado, a longa vida da associação estará sempre intrinsecamente ligada aos líderes e dirigentes.

Atentando na relação das associações com a Eurocidade, não há nada a realçar; existem as relações institucionais com os respetivos municípios. É certo que as associações mais capazes e institucionalmente mais fortes têm mais capacidades de estabelecer ações com associações galegas e espanholas. Para o Gestor de Projetos, o associativismo é fundamental para a Cooperação Transfronteiriça; fomenta as boas práticas e a partilha de conhecimentos acabando por unir esforços no cumprimento objetivos comuns. O que acontece na maioria dos casos é que estas relações acabam por ser pontuais, não existindo relações de carácter permanente e continuado.

A ADRAT é das associações mais importantes no concelho de Chaves e da Região do Alto Tâmega e Barroso, não só pela sua capacidade captação de fundos e distribuição dos mesmos, mas também pela marca associativa que tentam deixar na região. Trabalham arduamente para desenvolver o território e para captarem fundos para

⁷⁷ Expressão utilizada pelo entrevistado para se referir à forma como as associações deveriam publicitar de forma mais eficaz as suas ações e iniciativas.

projetos. São um apoio fundamental para as demais associações e para as administrações locais. O percurso da ADRAT ao longo destas décadas é incomparável e os seus esforços são notáveis para melhorar a região.

3.6.2. ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega

A ACISAT, associação que também deu aval positivo ao projeto da Eurocidade, é uma associação empresarial e comercial cuja área de atuação é a Região do Alto Tâmega e Barroso. Esta associação tem uma cronologia bastante extensa; a sua origem remonta ao ano de 1888. Segundo a Secretária-Geral da ACISAT⁷⁸, Dra. Ana Coelho, a associação empresarial começou por chamar-se Grémio do Comércio de Chaves. O Grémio acabou por evoluir ao longo dos tempos e atualmente a ACISAT conta com 128 anos de vida. O nome da associação sofreu alterações ao longo do tempo e apenas em 1993 é denominada por ACISAT.

Esta associação tem a sua sede na cidade de Chaves mas conta com uma área de atuação (tal como a ADRAT) noutros municípios: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. A ACISAT tem como objetivo principal o desenvolvimento e a defesa do comércio e das empresas locais contando com 900 associados⁷⁹ (entre comerciantes, empresas e indústrias).

Segundo os estatutos da Associação, as missões deste organismo passam por ações como:

- Promover contactos com mercados exteriores;
- Defender os interesses dos associados;
- Promover o desenvolvimento económico e equilibrado do comércio e da indústria local;
- Fomentar o associativismo de forma a fortalecer a cooperação entre a ACISAT, as empresas e o comércio local;
- Colaborar e cooperar com associações idênticas à ACISAT;
- Cooperar com as instituições públicas em questões económicas, sociais, de investimento e crédito, comércio e desenvolvimento regional.

⁷⁸ Entrevista realizada a 23-11-2015.

⁷⁹ Informação retirada da Memória Explicativa e Currículo da ACISAT.

A ACISAT, para além das suas responsabilidades junto do comércio e das empresas, possui serviços especializados e de consultoria. Tal como podemos verificar no quadro seguinte, os serviços dos quais a ACISAT dispõe, são os seguintes:

Quadro 35: Funções e Objetivos dos Departamentos da ACISAT (Memória Explicativa e Currículo da ACISAT)

Departamentos e Serviços	Função e Objetivos
GAE - Gabinete de Apoio ao Empresário	Informação e Orientação sobre financiamentos e Assessoria
GFP - Gabinete de Formação Profissional	Proporcionar formação e qualificação aos empresários
GAJ - Gabinete de Apoio Jurídico	Apoio jurídico no sector empresarial
Gabinete de Higiene e Segurança Alimentar (HSA)	Orientação e implementação de medidas de higienização nas empresas e no comércio
F&E - Feiras e Exposições	Organização de Feiras e Certames
Serviço “EURES”	Ponto de informação sobre mobilidade laboral nas regiões transfronteiriças
DCF - Departamento de Contabilidade e Fiscalidade	Informação e apoio sobre Fiscalidade e Contabilidade
SGA - Serviços Gerais Administrativos	Informação e apoio em questões de legislação, publicações, etc.

Segundo a Dra. Ana Coelho, a ACISAT tenta, acima de todas as dificuldades dinamizar o tecido empresarial regional. Existem, porém, inúmeras dificuldades para a ACISAT cumprir os seus objetivos: falta de recursos, as quotas dos sócios são baixas e a dificuldade de acesso a financiamentos é cada vez maior. Atente-se que as contribuições mensais correspondem a 5€ por mês para empresas com cinco ou menos trabalhadores e a 6,5€ para empresas com mais de cinco trabalhadores.

Apesar desta realidade, a ACISAT encontrou-se envolvida em projetos e programas⁸⁰. Os principais são os seguintes⁸¹:

⁸⁰ <http://acisat.pt/index.asp?p=d2> (consultado em 26-11-2015)

- Rede Gestus:

- Corresponde a uma união de associações: ACISAT, ACISB (Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança) e ACDV (Associação Comercial do Distrito de Viseu)⁸²;
- Implementação de novas estratégias comuns tendo em conta problemas comuns nas três áreas geográficas;
- O projeto contou com o envolvimento de 1200 empresas, criou 3 plataformas eletrónicas e 2 cartões de fidelização.
- Este projeto teve início em 2008.

- MODCOM C – Projetos de Promoção dos Centros Urbanos:

- Projeto iniciado em 2007 cujo principal objetivo era desenvolver os centros urbanos através de animação e divulgação;
- Visou os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;
- Estimulou a cooperação entre os municípios.

- UAC – Unidade de Acompanhamento e Coordenação

- Parceria da ACISAT e do Município de Chaves que remonta ao ano de 2006;
- Criação da Procentro – Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves;
- A Procentro tem como principal função a orientação do planeamento e gestão do Centro Urbano de Chaves.

- URBCOM – Urbanismo Comercial e Investimentos Promocionais

- Através desta iniciativa, a ACISAT conseguiu apoiar e promover os seus sócios através deste programa;
- O URBCOM foi aplicado nos seis concelhos do Alto Tâmega;
- O financiamento global disponível para esta iniciativa rondou os 16 839 014,03 € e a sua execução correspondeu a 181 projetos concluídos⁸³.

- IBER PME – Pequenas empresas- Mercados alargados

⁸¹ Foram selecionados os projetos/programas que se dirigem diretamente ao território do Alto Tâmega e Barroso bem como as parcerias ibéricas.

⁸² Não pertencem ao território do Alto Tâmega e Barroso.

⁸³ Só foi fornecida informação sobre financiamento e projetos concluídos neste programa.

- Parceiros nacionais e espanhóis;
- Programa procedente do INTERREG III-A;
- Tinha como objetivo principal fortalecer as relações institucionais entre parceiros;
- Intercâmbio de *know-how* para expandir os negócios.

Importa referir que segundo a Secretária-Geral da ACISAT, não existem projetos financiados há cerca de dois anos (as dificuldades de acesso a financiamentos são cada vez maiores). Apesar do trabalho que a associação desempenha, as dificuldades que possui são enormes. As relações com os seus sócios não são consensuais e nas avaliações nacionais a ACISAT tem dificuldade em impor-se. Tendo em conta o parco tecido empresarial, a associação é penalizada na avaliação do seu desempenho. Apesar do grande número de associados e das suas ações, a associação não pode competir com outras associações da mesma natureza e que se localizem em outros locais onde o peso empresarial e industrial é maior.

Atentando na Cooperação Transfronteiriça e na Eurocidade, elementos centrais deste trabalho, a ACISAT possui relações pontuais e irregulares com o projeto. Tendo em conta a explicação da Dra. Ana Coelho, as relações da associação com a vizinha Galiza podem ser consideradas bastante positivas. Não obstante, não existem relações permanentes com outras associações ou administrações galegas: a cooperação é periódica e apenas quando necessária; acaba por traduzir-se numa relação de cordialidade. Mesmo que os alicerces de uma boa relação sejam o principal fator para o sucesso, não existe cooperação transfronteiriça efetiva. Para além disso, a Dra. Ana Coelho referiu que não existe financiamento para realizar projetos conjuntos.

Se por um lado a relação entre a ACISAT e a vizinha Galiza é positiva globalmente, localmente e na Eurocidade, a relação existe mas não é consensual. Tendo em conta que o âmbito de trabalho da ACISAT é junto do comércio e das empresas, as relações entre Chaves e Verín nesta área são um pouco instáveis. Para percebermos esta relação é necessário perceber o contexto que marca esta região; é necessário ter em conta que as populações dos dois Municípios sempre realizaram trocas comerciais atravessando a fronteira. Os flavienses sempre tiveram a tradição de realizar compras de certos produtos em Verín e vice-versa. Ambas populações procuraram ao longo dos anos os melhores produtos e os melhores preços. Denote-se que tal como foi referido ao longo do trabalho, o contrabando estimulou e solidificou as trocas comerciais entre os dois municípios. As

realidades do comércio das duas cidades são distintas. Segundo a dirigente da ACISAT, não foi possível chegar a um consenso entre as associações que representam os comerciantes e as empresas de ambos locais. Cada local da Eurocidade segue a sua trajetória separadamente a nível comercial; não existe uma estratégia comum.

A Eurocidade foi impulsionadora para que existisse negociação e delineação de necessidades e objetivos comuns. Tendo em conta o carácter institucional do projeto, não existiu uma solução nem um entendimento para ambas partes. Apesar de a ACISAT estar presente na concretização da Eurocidade, esta última não foi suficiente para criar harmonia entre partes. As associações que representam os comerciantes e os empresários possuíam a chave para um entendimento e para a criação de um cartão que proporcionasse benefícios a todos os interessados. Esta ação não se concretizou: a principal medida a ser tomada passava pelo cartão da Eurocidade. A Associação de Empresários de Verín (AEVER) propôs que o Cartão da Eurocidade tivesse a funcionalidade de armazenar descontos eletronicamente. Esta solução não foi possível e ambas associações caminham nos seus próprios trilhos⁸⁴. Esta questão do comércio e das incompatibilidades será aprofundado quando for apresentada a AEVER e a sua posição relativamente à Eurocidade.

Foi referido pela Secretária-Geral da ACISAT que mesmo não havendo entendimento com os comerciantes de Verín, existe uma boa relação com a Deputação de Ourense e com a Confederação de Empresários de Ourense. Existem intercâmbios empresariais a nível de troca de informação e de saberes. As instituições de Ourense encaram a relação com a ACISAT como uma oportunidade de aprendizagem mútua: referiu-se que as instituições em causa possuem uma grande abertura em colaborar (mesmo que seja pontualmente e teoricamente).

Como é possível perceber, a relação entre Chaves e Verín é bastante conturbada a nível comercial e empresarial, chegando a impedir consensos. Isto provoca uma ausência de relações entre partes. Segundo a perspetiva da ACISAT, a concorrência entre os dois municípios é vista como uma ameaça para os comerciantes. Não existe diálogo; encontram-se em direções opostas e cada um segue o seu caminho separadamente. A Eurocidade não conseguiu facilitar um entendimento entre partes; continuam a trabalhar isoladamente.

⁸⁴ Não existe atualmente qualquer tipo de acordo comercial entre Chaves e Verín; o comércio acontece livremente e sem estratégias comuns.

Para além da relação das associações com a Eurocidade, um dos objetivos das entrevistas e das investigações realizadas localmente é perceber as características do associativismo no contexto local e regional. Estas informações importam para que seja possível retirar explicações sobre a importância das associações e da sua relação com a Cooperação Transfronteiriça.

Tendo em conta a experiência da ACISAT que é extensa e exemplar⁸⁵, a prática associativa no seu contexto de trabalho é árdua e complexa. Como foi referido anteriormente, a ACISAT sofre do problema de falta de recursos económicos e da falta de projetos financiados. Esta associação possui sede própria onde alberga 4 colaboradores; estas 4 pessoas são responsáveis por todos os gabinetes e serviços de que a ACISAT dispõe. A relação da associação com os próprios sócios também não é simples: o maior problema reside no comércio local. Existe uma grande falta de interesse dos comerciantes em evoluir e em desenvolver-se. Nos últimos anos têm surgido empresários e comerciantes com uma perspetiva diferente: existem lojas esteticamente muito bem exploradas e a forma de trabalho é adaptada à atualidade (flexibilidade de horários, etc). Esta realidade gera conflitos entre comerciantes e consequentemente com a ACISAT.

A Dra. Ana Coelho referiu que para além das dificuldades que a ACISAT encontra no desempenho do seu trabalho, “o associativismo nesta região (e provavelmente no país inteiro) é ingrato”. As políticas têm retirado apoio e funções às associações mais especializadas travando a possibilidade de estas evoluírem nas suas tarefas. A Secretária-Geral da ACISAT exemplificou que a associação possuía mais colaboradores: com o fim dos projetos, ocorreram despedimentos.

De uma forma geral, a experiência da dirigente associativa remete para a necessidade que as “associações têm de se renovar e descobrirem um novo papel para elas próprias”. Como últimas palavras, a Dra. Ana Coelho elogiou o associativismo espanhol e galego: existe uma união entre os habitantes e as próprias associações; existe a consciência de que juntos chegam mais longe e que são mais fortes. Entretanto pode dizer-se que a Eurocidade não conseguiu criar um entendimento neste sector da sociedade (não por falta de esforços). O associativismo local não está preparado para se agregar além-fronteiras; existem desníveis de desenvolvimento e interesses diferentes.

⁸⁵ Tendo em conta a Memória Explicativa e o Currículo da ACISAT.

3.6.3. Chaves Viva – Associação Promotora para o Ensino e Divulgação das Artes e Ofícios da Região Flaviense

A criação da associação cultural Chaves Viva remonta ao ano de 2004. Esta associação com sede em Chaves foi criada para colmatar e substituir a área cultural da Câmara Municipal de Chaves; esta associação era o braço extensível da Câmara na Cultura local acabando por ser gerida por esta administração. Segundo a técnica administrativa Dra. Alexandra Grilo⁸⁶, por questões legais e administrativas, decretou-se que as Câmaras Municipais não podem ser sócios em associações desta índole (exige-se separação para que não haja dúvidas sobre a transparência dos envolvidos). No dia 23 de Dezembro de 2014, o Município de Chaves pediu uma revisão de estatutos e consequentemente, a renúncia de sócio efetivo⁸⁷.

A Dra. Alexandra Grilo referiu que esta associação possui associados individuais e coletivos (Bandas Filarmónicas, Associações). Na totalidade e até aos dias de hoje, a Chaves Viva possui 80 associados (entre efetivos e honorários)⁸⁸. Segundo os Estatutos da Chaves Viva os sócios efetivos são os seguintes:

- Freguesia de Santa Maria Maior
- Teatro Experimental Flaviense
- Grupo Cultural Aquae Flaviae
- Grupo Etnográfico de Bustelo
- Associação de Bandas do Concelho de Chaves
- Banda Flaviense “Os Pardais”
- Escola de Música Wagner
- Grupo de Danças e Cantares Regionais de Santo Estevão
- Casa da Cultura Popular de Outeiro Seco
- Grupo de Folclore da Vila Medieval de Santo Estevão
- Coral de Chaves
- Centro Social, Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia
- Associação de Desenvolvimento de Vilar de Nantes
- Banda Musical de Rebordondo

⁸⁶ Entrevista realizada a 9-12-2015.

⁸⁷ Segundo os Estatutos da Chaves Viva.

⁸⁸ Segundo o Plano de Atividades de 2015.

Destaque-se que para além de associados efetivos, as associações acima representadas são parceiras nas atividades organizadas pela Chaves Viva.

O principal objetivo da Chaves Viva passa por promover as atividades culturais no concelho de Chaves através da valorização da cultura local em áreas como: teatro, música, artesanato, eventos e exposições (Estatutos da Chaves Viva). Além destas ações, a Chaves Viva promove e facilita cursos de formação cooperativa em diferentes áreas. Como exemplo, a técnica administrativa da associação citou o curso de Olaria “Barro Preto de Vilar de Nantes”. Mas a atividade neste domínio tem sofrido contratempos, o curso de olaria acabou por ser suspenso devido aos escassos recursos financeiros.

Atualmente, a principal fonte de financiamento desta Associação é a prestação de serviços como a cobertura de eventos, tecnologia de som e luzes, organização de eventos entre outras atividades. Segundo a Dra. Alexandra Grilo, a Chaves Viva não conseguiu financiamento através do Programa Operacional Portugal 2020. Este programa foi denominado de “complicado e pouco direcionado para as questões culturais”. A informação sobre os financiamentos foi negada; seria necessário uma auditoria para verificar a informação.

Atentando na questão da Cooperação Transfronteiriça e da Eurocidade, pontos fundamentais da investigação, a Chaves Viva possui boas relações com a vizinha Galiza e mais concretamente com Verín. Apesar da Chaves Viva não ter sido relacionada com a criação da Eurocidade, ocorrem trocas de artistas, exposições e outras parcerias. É bastante recorrente a Eurocidade requisitar os serviços da Chaves Viva (tendo em conta o leque de serviços que presta).

O evento “OuTonalidades”⁸⁹ corresponde a um circuito de música ao vivo organizada pela associação D’Orfeu (com sede em Águeda) e que promove esta iniciativa em vários sítios do país. A cidade de Chaves acolheu o evento através da associação Chaves Viva e destaca-se que ambas associações conseguiram estender o evento à vizinha Galiza; criaram um convénio com a AGADIC - Agência Galega das Industrias Culturais. Este convénio facultou a participação de grupos e artistas galegos nas diferentes edições dos eventos: atuaram em Portugal de norte a sul. Na lista abaixo indicada podemos verificar os protocolos de cooperação que unem a Chaves Viva a outras instituições (2015:19):

⁸⁹ Plano de Atividades (2015:9)

- Associação D'Orfeu – Águeda: “OuTonalidades”
- Hotel Vidago Palace e Hotel Casino: Exposições de Artes Plásticas
- Associação Norte Portugal: Concertos com a Orquestra do Norte
- Bandas Filarmónicas do Concelho de Chaves
- Ranchos Folclóricos do Concelho de Chaves
- Academia de Artes de Chaves: Apoio logístico a Concertos de Carnaval, Páscoa, Natal, Musical e outros
- Teatro Experimental Flaviense
- Ayuntamiento de Verín e Projeto Eurocidade Chaves-Verin: Exposições de Artes Plásticas
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Instituto de Emprego e Formação Profissional e Escolas Secundárias: Estágios curriculares nas áreas adjacentes à Chaves Viva.

Retomando novamente a questão da Eurocidade e da relação da Chaves Viva com Verín, a Dra. Alexandra Grilo referiu que a Agenda Cultural da Eurocidade é realizada pela Chaves Viva presta serviço de edição e marketing. A informação cultural é recolhida pelos Municípios de Chaves e de Verín que partilham posteriormente as agendas culturais com a Chaves Viva. Apesar da Eurocidade Chaves – Verín ter facultado as relações culturais entre municípios, a cooperação e o entendimento entre partes já existia. O carácter essencialmente institucional da Eurocidade acaba por não ser de grande utilidade para o fomento da cultura “comum” e da partilha de saberes.

“As mentalidades ainda são muito fechadas” relativamente ao que é diferente dos seus hábitos (cultura, grupos musicais nacionais e internacionais), afirmou a técnica administrativa da Chaves Viva. É incontornável a ação da Eurocidade no estímulo dos laços culturais entre Chaves e Verín. No entanto, é referido que os laços e as trocas culturais são anteriores ao projeto Eurocidade. Apesar dos esforços feitos, quer pelas associações quer pelos municípios, “existe um longo caminho a percorrer”. Entenda-se que os contactos culturais da Chaves Viva em Verín são essencialmente feitos com o Município e não com associações locais (com alguma exceção).

De uma forma geral, a Dra. Alexandra Grilo refere que a maior dificuldade que o associativismo local atravessa passa pelo excesso de individualismo. Esta premissa aplica-se essencialmente à relação que a Chaves Viva tem com outras associações locais

e com a população do concelho. Acaba por tornar-se infrutífera a organização dos eventos culturais; as mentalidades são consideravelmente fechadas. A afluência aos espetáculos nem sempre é em grande; não se consegue que o público adira aos eventos culturais criados pela associação. Existe ainda a desconfiança latente da população face às associações e pela questão da gestão de fundos.

3.6.4. AEVER – Associação de Empresários de Verín

A Associação de Empresários de Verín tem funções semelhantes à ACISAT; é a principal responsável pela área comercial e empresarial no Município de Verín. A AEVER dinamiza e desenvolve o comércio local através de diversas iniciativas e possui 130 associados.

Indo ao encontro das associações de Verín, a realidade associativa constatada é muito diferente. Passando a fronteira, deparamo-nos com um associativismo com outras características e com uma perspetiva diferente do significado da Eurocidade. Tentarei explicar de forma objetiva as diferenças e a realidade que se vive em Verín corroborada pelas diferenças administrativas e nacionais.

A AEVER, sendo uma associação mais pequena quando comparada à ACISAT e sem um território de atuação tão grande, possui os seus próprios mecanismos de sobrevivência. A existência de um vínculo forte entre os associados e a própria associação é notável e sólida.

Com a Xunta da Galicia na retaguarda, a AEVER consegue realizar ações e eventos de forma a dinamizar a economia local. Se em Chaves existem atritos entre a ACISAT e os comerciantes, em Verín o pensamento de que a “a união faz a força” é absolutamente real. Segundo o Presidente da AEVER⁹⁰ (Santos Alvarez Dieguez) e o Gerente (Xosé Angel Portela), a AEVER é benéfica e imprescindível para combater os problemas locais económicos. É necessário proteger os comerciantes e as suas atividades e prepará-los para as mudanças que vão ocorrendo ao longo dos anos.

As ações da associação⁹¹ prendem-se com as seguintes tarefas:

⁹⁰ Entrevista realizada a 10-12-2015.

⁹¹ Tendo em conta a Memória Justificativa da AEVER.

- Estabelecer relações institucionais: município, entidades colaboradoras, entidades associativas e empresariais (tanto a nível local como provincial);
- Gestão financeira e administrativa de atividades a realizar;
- Informação aos associados, captação de novos associados, distribuição de material corporativo, captação de subvencções e negociação com provedores;
- Difusão e criação de campanhas comerciais.

Segundo os dirigentes da AEVER, a associação presta serviços de todo o tipo aos seus associados, como está indicado na tabela seguinte:

Quadro 36: Áreas de Trabalho de Ações da AEVER (Memória descritiva da AEVER)

Área de Trabalho	Ações
Assessoria Laboral	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de contratos • Apresentação de Altas e Baixas dos sócios • Elaboração de Seguros Sociais • Cálculo de Impostos • Tramitação de acidentes de trabalho e incapacidades laborais
Campanha de Natal	<ul style="list-style-type: none"> • Iluminação de Natal (parceria com o Município) • Sorteios • Animação Infantil • Difusão e divulgação das ações nas Rádios locais e na Imprensa • Pista de gelo
Sistema de Promoção de Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamentos de 3 promoções conjuntas com 24 produtos cada uma. Promoções abrangem toda a Comarca.
Publicidade Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Feira de São Lázaro: montagem e ocupação de um stand para promoção do comércio local através da AEVER. • Atualização da informação publicitária
Campanha de Verão	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de elementos de animação comercial (insufláveis, torneios infantis, ludoteca, etc) de forma gratuita para a população. • Realização de um desfile de Moda que abrange a ação de 40 empresas locais.
Cartão de Fidelização	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas de manutenção do sistema eletrónico (a situação relativa ao cartão será apresentada neste trabalho)
Redes de Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização e manutenção da página web da associação • Ampliação da informação da App do Comércio

Repara-se que o financiamento da AEVER tem origem nas subvenções dos sócios, convénios e serviços: o seu orçamento anual ronda os 60 mil euros⁹². Têm uma despesa fixa anual de 18 mil euros referentes a despesas de gerência e manutenção de serviços. Referiram ainda que conseguem financiamento junto da Xunta da Galiza: a pista de gelo prevista na campanha de Natal tinha um custo total de 25 mil euros: a Xunta comparticipou 70% do valor. Apesar das burocracias, os dirigentes associativos referem que a Xunta da Galiza auxilia de forma significativa as associações.

Tendo em conta a questão assinalada na tabela (e mencionada também na informação sobre a ACISAT) referente ao Cartão de Fidelização, deparamo-nos com o âmago da discordância entre a AEVER, ACISAT e a Eurocidade. O município de Verín beneficia através do esforço da AEVER, de um cartão de fidelização para o comércio local e tradicional que assegura descontos eletrónicos. No momento de criação do Cartão da Eurocidade, as entidades espanholas e portuguesas reuniram para delinear estratégias e posições relativamente à utilidade do cartão de Eurocidadão. O objetivo deste encontro seria estabelecer uma estratégia comum que beneficiasse todas os envolvidos. Segundo os dirigentes da AEVER, a associação de Verín apresentou o cartão que já existia na sua comarca apresentando as suas funcionalidades. A intenção seria que as demais instituições (Municípios e ACISAT) tomassem conhecimento do bom funcionamento do cartão e da sua serventia para as populações. Seria bastante produtivo que o Cartão da Eurocidade tivesse aplicações semelhantes.

O entendimento não foi possível: um cartão com as características semelhantes ao do comércio de Verín acarretaria mais despesas (banda eletrónica, sistema informático nas lojas, etc). Tendo em conta as palavras de Santos Dieguez e de Xosé Portela, as aplicações do cartão da Eurocidade não são suficientes para criar benefícios na vida das populações de ambos municípios.

A intenção de tornar o cartão da Eurocidade semelhante ao cartão do comércio de Verín foi um dos principais objetivos da AEVER: através de um registo eletrónico, os clientes poderiam beneficiar de imediato dos descontos praticados nas lojas do comércio tradicional. Os descontos entrariam em vigor de imediato; importa esclarecer que cada desconto só poderia ser deduzido no seu município (para evitar fugas de capital de um local para outro). Isto seria o mais seguro, segundo os dirigentes da AEVER, porque

⁹² Não foi facilitada informação sobre o financiamento. A informação fornecida sobre este assunto realizou-se durante a entrevista.

entendem que haveria uma evasão de espanhóis para Chaves. Se economicamente o panorama se alterasse, os portugueses acabariam por comprar em Verín. Esta seria uma forma de proteger o comércio tradicional de cada localidade.

Relacionando esta situação do Cartão do Eurocidade com a AEVER, a posição relativa à Cooperação Transfronteiriça também não é consensual. Santos Dieguez e Xosé Portela são unânimes ao referir que não existe qualquer tipo de relação com outras associações portuguesas e consequentemente, não existe qualquer relação com a ACISAT. Apesar dos esforços e das reuniões no âmbito da Eurocidade, no plano atual, não existe qualquer tipo de relação entre a AEVER e a ACISAT.

A situação da AEVER com a Eurocidade é tensa: “não existe um plano estratégico geral para Chaves e Verín”. Como dirigentes associativos, mas também como habitantes de Verín, Santos Dieguez e Xosé Portela, entendem que não existe um objetivo específico para o comércio. Ambos os locais possuem problemas nesta área e a Eurocidade poderia fomentar a objetivos conjuntos e estratégias. Para a população de Verín, garantem os dirigentes da AEVER, Chaves é a cidade que mais beneficia com o projeto da Eurocidade. Entendem que apesar de Verín também ser financiado, a cidade que se encontra à frente na representação do projeto, é Chaves. Mesmo não pertencendo à área do comércio nem ao panorama associativo, Santos e Xosé acabaram por referir exemplos que representam a desconfiança da população de Verín.

A sociedade entende que Chaves e Verín não se encontram no mesmo ponto de partida. A nível termal, Chaves possui equipamentos e serviços neste âmbito; toda a publicidade que é realizada sobre a Eurocidade da Água acaba por beneficiar a cidade de Chaves. Este é o entendimento dos dirigentes associativos: Verín possui exploração e comercialização de água mas a nível turístico não tem qualquer balneário em funcionamento. Também não existe investimento interessado em alterar esta situação. Relativamente à saúde das populações, consideram uma ideia positiva que os habitantes de Chaves possam beneficiar do Hospital de Verín. No entanto, existem pormenores importantes: para os flavienses poderem beneficiar de certos serviços em Verín em detrimento do Hospital de Vila Real, o Hospital de Verín precisaria de mais meios e de outras condições para receber mais população do que aquela que está preparado para receber. Mencionaram ainda outra situação que consideram bastante positiva a nível ambiental: a requalificação do passeio Fluvial do Tâmega.

Xosé Dieguez e Xosé Portela declararam que apesar das boas intenções do projeto, a Eurocidade ainda é precoce. Neste momento não é possível admitir que foram realizadas grandes alterações na vida das populações. É certo que a iniciativa se encontra bem visível e os esforços também; mas não é suficiente. Referiram o carácter essencialmente institucional da Eurocidade e da pouca atenção que existe face às diferenças entre Chaves e Verín. Esperam que o tempo possa implementar a Eurocidade de forma mais enraizada e eficaz. Apontando para o comércio, os dirigentes da AEVER concluíram explicitando que “sempre existiu comércio na raia e que as alterações não se modificaram” (excetuando pelo estado das economias nacionais e internacionais que modificam os fluxos temporalmente). Para que as populações acreditem que a Eurocidade é importante para todos, é necessário “criar estratégias comuns e ações palpáveis”.

3.6.5. Denominação de Origem Monterrei

A Corporação “Denominação de Origem Monterrei”, situada em Verín, tem como principal objetivo desenvolver, controlar e garantir a qualidade dos vinhos tendo em conta as normas das Denominações de Origem.

Luis López Núñez, director técnico da D.O. Monterrei⁹³ esclareceu esta denominação de origem abrange os seguintes territórios: Verín, Oímbra, Monterrei, Vilardevós, Riós e Castrelo do Val.

A D.O. Monterrei engloba em si a “Ruta do Viño de Monterrei” resultante da iniciativa comunitária “Rutas do Viño da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal” e financiado pelo Programa Operativo da Cooperação Transfronteiriça Portugal- Espanha. A rota do vinho de Monterrei inclui 24 adegas e 442 viticultores na totalidade de 532 hectares, afirmou o diretor técnico da D.O.⁹⁴.

⁹³ Entrevista realizada a 10-12-2015.

⁹⁴ Informação fornecida pelo entrevistado. Esta informação não foi fornecida através de nenhum documento.



Figura 19: Território da D.O. Monterrei⁹⁵

A rota do vinho de Monterrei traduz-se numa rota turística vinícola e cultural: agrega adegas, restaurantes e hotéis rurais. Para além do desenvolvimento do sector vinícola e dos seus produtos, esta rota tem como objetivo promover o património cultural e histórico do território, afirmou Luis López Núñez.

Como foi acima referido, esta rota local engloba-se numa rota transfronteiriça: Rota do Vinho da Euro Região Galiza – Norte de Portugal. Este projeto teve como principal financiamento o FEDER através do POCTEP que ocorreu entre 2007 e 2013. Este roto euro regional foi financiada entre o dia 9 de Março de 2009 até 31 de Março de 2011⁹⁶. Conforme explicado pelo diretor técnico da D.O. Monterrei⁹⁷, esta iniciativa transfronteiriça teve como objetivo fomentar a cooperação através do crescimento do sector vitivinícola e do enoturismo. Apesar de a D.O. Monterrei estar inserida nesta ação, verificamos que não se encontra como beneficiário principal do financiamento.

O projeto da Rota do Vinho da Euro Região Galiza – Norte de Portugal foi criada através dos seguintes beneficiários:

⁹⁵ [Http://www.domonterrei.com/territorio.php](http://www.domonterrei.com/territorio.php) (consultado a 14-12-2015)

⁹⁶ [Http://www.poctep.eu/es/2007-2013/rutas-del-vino-de-la-eurorregi%C3%B3n-galicia-norte-portugal-rotas-do-vinho-da-euro-regi%C3%A3o](http://www.poctep.eu/es/2007-2013/rutas-del-vino-de-la-eurorregi%C3%B3n-galicia-norte-portugal-rotas-do-vinho-da-euro-regi%C3%A3o)

⁹⁷ Não foi facultada informação por parte do entrevistado sobre a D.O. Monterrei.

Quadro 37: Beneficiários do projeto, regiões e financiamento⁹⁸

Beneficiário	Instituição	Região	FEDER (total)
Principal	Agência Galega de Desenvolvimento Rural (AGADER) – Xunta da Galiza	A Corunha	439 000.00 €
Nº 1	Sociedade de Imagem e Promoção Turística da Galiza (TURGALICIA)	A Corunha	349 500.00 €
Nº 2	Município de Ribadavia	Ourense	180 000.00 €
Nº 3	Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV)	Grande Porto	114 000.00 €

As atividades deste projeto dividiram-se da seguinte forma⁹⁹:

- Desenho do produto e da marca “rutas do viño”, a realização de um estudo de mercado sobre enoturismo e a elaboração do manual “Rutas do Viño”.
- Consolidação de estruturas de cooperação público-privadas: constituiu-se um gestor em cada rota e uma comissão de coordenação das rotas vinícolas.
- Capacitação e desenvolvimento do produto: cursos de formação para o pessoal técnico e realização de seminários em cada D.O. dirigidos às adegas
- Promoção e internalização: promoção de marca, página web, catividades de publicidade, participação conjunta nas feiras nacionais e internacionais.

As rotas do vinho criadas com este financiamento são seis: Rias Baixas, Ribeiro, Ribeira Sacra, Valdeorras, Monterrei e Vinhos Verdes. Destaque-se que ainda se contrataram quatro técnicos para a gestão e implementação do projeto¹⁰⁰.

Apesar de este projeto não ter ligação com a Eurocidade Chaves – Verín, é importante ser mencionado pois remete para a Cooperação Transfronteiriça entre o Norte de Portugal e a Galiza. Segundo o responsável da D.O., a rota do vinho de Monterrei “encontra-se parada”. A Rota existe de facto, mas as ações relacionadas com formações, seminários, e publicidade encontra-se estagnada. Entende-se que o projeto decorreu apenas entre as datas acima citadas. A promoção local dos vinhos de Monterrei continua e é realizada pela D.O. É efetuada publicidade nas Rádios e na imprensa local sobre os

⁹⁸ [Http://www.poctep.eu/es/print/2007-2013/rutas-del-vino-de-la-eurorregi%C3%B3n-galicia-norte-portugal-rotas-do-vinho-da-euro-regi%C3%A3o](http://www.poctep.eu/es/print/2007-2013/rutas-del-vino-de-la-eurorregi%C3%B3n-galicia-norte-portugal-rotas-do-vinho-da-euro-regi%C3%A3o) (consultada a 14.12-2015)

⁹⁹ [Http://agader.xunta.es/](http://agader.xunta.es/) (Consultada a 14-12-2015)

¹⁰⁰ [Http://agader.xunta.es/](http://agader.xunta.es/) (consultado a 14-12-2015)

vinhos da comarca. A D.O. Monterrei é também responsável pela assistência e formação ao pessoal das adegas. Apesar de esta corporação não ser beneficiária direta do projeto, é possível encontrar a Rota do Vinho da Euro Região na lista de beneficiários do POCTEP.

Atentando no projeto da Eurocidade e na sua relação com a sociedade civil e consequentemente com as coletividades, foi referido pelo diretor técnico da D.O. que não existem vínculos à Eurocidade. O único ponto de convergência entre ambas passa pelos certames e feiras, ou seja, para além destas atividades, a D.O. e a Eurocidade não possuem qualquer relação entre ambas. Repare-se que na Feira dos Santos de 2015 existiu o Pavilhão do Vinho onde se promoviam os vinhos locais; a Eurocidade convidou a D.O. a participar e a apresentar algumas adegas. Salvo uma ou outra exceção, a D.O. Monterrei não possui ligações além-fronteiras. Para esta Corporação, a Eurocidade acaba por não ser vital na sua atividade e no seu desenvolvimento. O financiamento da corporação depende das quotas dos sócios inscritos e das entidades que estão agregadas à D.O.

3.6.6. “Monterrei, Cultura e Território” - Associação Cultural

Esta associação contactada é muito recente; foi criada em Abril de 2015¹⁰¹. A “Monterrei, Cultura e Território” tem como principal objetivo promover o património cultural da Comarca de Monterrei à qual Verín pertence.

Apesar da sua recente existência, o diálogo estabelecido com Andrés Diz Domínguez¹⁰², vogal da associação cultural, serviu para colmatar conclusões sobre o associativismo local e sobre a Eurocidade.

É possível afirmar que a “Monterrei, Cultura e Território” foi criada por necessidade. Previamente, a associação era uma plataforma cidadã com um objetivo comum: proteger o Castelo de Monterrei. Em Espanha existe uma rede nacional de *Paradores* (hotéis históricos em locais turisticamente importantes). Junto ao castelo de Monterrei foi criado um hotel desta natureza que com o passar do tempo se revelou pouco frutífero. Segundo o dirigente da associação cultural, este é o *Parador* com mais

¹⁰¹ Segundo os Estatutos da “Monterrei, Cultura e Território” – Associação Cultural

¹⁰² Entrevista realizada a 23-01-2016.

problemas financeiros de todo o país. Tendo em conta este facto, a Xunta da Galiza e a rede de *Paradores* decidiram construir no Castelo um hotel em detrimento da hospedaria já existente.

Esta situação indignou os habitantes da Comarca de Monterrei e foi criada a plataforma eletrónica que possuía 5 mil apoiantes. Para a realização de ações de protesto e angariação de ajudas para futuras campanhas, necessitavam de uma identidade jurídica e legal.

A busca de associações culturais em Verín foi uma tarefa árdua; o dirigente desta associação referiu que atualmente o trabalho das associações culturais neste território é praticamente nulo (as que existem estão inativas e não organizam atividades).

Apesar da tenra idade desta associação cultural, as questões dirigidas tiveram que ser repensadas e adaptadas à situação. A situação da Eurocidade e da Cooperação Transfronteiriça acaba por tornar-se plausível na mesma, embora de outra perspetiva. Segundo Andrés Diz Dominguez, a Eurocidade “não é visível” nem para as associações nem para a população; é excessivamente administrativa e institucional. Contrariamente a outros pareceres, afirmou que Verín precisa da Eurocidade e tem necessidade de se aliar a Chaves. Verín é turisticamente parco em recursos; Chaves possui museus, termas e redes turísticas. Para o vogal desta associação, Verín só pode beneficiar da parceria com Chaves. A cidade flaviense está absolutamente formada e estruturada; Verín ainda tem um longo caminho a percorrer.

O principal problema do projeto da Eurocidade prende-se com o marketing: é excessivamente externo, ou seja, as entidades promovem as ações a nível externo e não dentro da Eurocidade. Seria de repensar este aspeto pois é necessário sensibilizar as populações locais e não pensar somente em publicitar a iniciativa nacionalmente e internacionalmente. Desta maneira, seria possível que a ação e o esforço da Eurocidade se tornassem efetivos na vida das pessoas nos dois lados da raia. Este pensamento também se aplica ao mundo associativo. Segundo Andrés Diz Dominguez, um transporte público entre Chaves e Verín é algo imperativo, ligar Chaves e Verín através de autocarros diários iria criar a consciência de pertença coletiva.

Atentando que uma das áreas de atuação se prende com a cultura local, questionei o representante da associação sobre a questão da cultura raiana. Tendo em conta que o inquirido é natural de uma localidade raiana que se situa a 200 metros de uma aldeia

portuguesa, a resposta foi incontornável; de facto existem laços que nos unem. No entanto, no passado a união era mais visível e mais efetiva que na atualidade. Uma das características que mais uniu transmontanos e galegos foi o Contrabando; as aldeias raianas de Chaves e de Verín sustentavam as suas economias nesta atividade. Algumas destas aldeias eram denominadas por “povos promíscuos” pelo facto das populações viverem economicamente na “promiscuidade” (as nacionalidades não representavam qualquer dilema). Destaque-se que, segundo o representante associativo, ainda é visível nos idosos a mistura da língua portuguesa com a língua galega e vice-versa. Quanto mais idosa a pessoa for, mais palavras e expressões usa da língua que não é a sua. A situação das fronteiras abertas, contrariamente ao que as instituições admitem, não agilizou a união de povos. “As fronteiras sem controlo separaram galegos e portugueses” afirma veemente André Diz Dominguez.

Reparando na questão da Cooperação Transfronteiriça relacionada com o associativismo, existe um défice de informação entre Chaves e Verín. Este facto acaba por dificultar futuras parcerias e eventos; não existe conhecimento mútuo do tecido associativo e dos seus objetivos, deixando evadir oportunidades de conhecimento.

A “Monterrei, Cultura e Território” – Associação Cultural já teve participações em Portugal: através do município de Boticas, estiveram presentes na apresentação das estátuas de pedra dos Guerreiros Castrejos oriundos da região do Barroso. No entanto, e apesar da proximidade com o município flaviense, não existem ligações a Chaves (entretanto, poderão vir a existir).

Esta associação tem como parceiros a Universidade de Vigo e a Universidade do Minho e possui 60 sócios até ao momento. O seu financiamento tem origem nas quotas dos membros e tem no seu quadro diretivo uma Arqueóloga e um Professor de História.

3.6.7. Fundação para o Desenvolvimento da Comarca de Verín (ou Associação Montval)

A Fundação para o Desenvolvimento da Comarca de Verín (ou Associação Montval), por motivos alheios à investigação e às próprias administrações locais, abandonou as suas instalações deixando de atuar em Verín. A justificação encontrada prende-se com motivos internos e administrativos: possuíam apenas um responsável e não se

justificava a sua situação de trabalho. Tendo em conta a única informação obtida oficialmente¹⁰³, os dados disponíveis sobre financiamento são referentes ao período 2000-2006 tendo em conta que a associação pertencia ao Leader +.

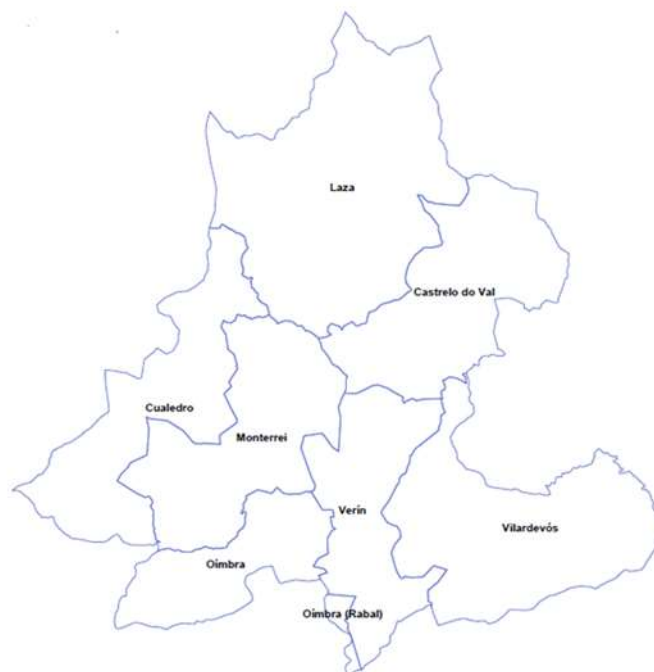


Figura 20: Municípios da Comarca de Monterrei e áreas de atuação da Associação Monteval (Ministério Espanhol da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente)

Segundo o Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente¹⁰⁴ a associação possuía como objetivo principal o desenvolvimento da Comarca de Monterrei que engloba os municípios de Castelo do Val, Cualedro, Laza, Monterrei, Oímbra, Riós, Verín, Vilardevós, A Gudiña e A Mezquita, representados na figura 24.

Esta associação tem filiados 67 associados que se dividem entre entidades locais, associações e empresas privadas. Pode destacar-se que os seus objetivos passam pelas seguintes realizações:

¹⁰³ [Http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/programas-ue/periodo-de-programacion-2000-2006/programas-de-desarrollo-rural-2000-2006/programas-leader-y-proder-2/leader-/detalles_grupo_Ficha.asp?identi=2293](http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/programas-ue/periodo-de-programacion-2000-2006/programas-de-desarrollo-rural-2000-2006/programas-leader-y-proder-2/leader-/detalles_grupo_Ficha.asp?identi=2293) (consultado em 15-12-2015)

¹⁰⁴ [Http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/programas-ue/periodo-de-programacion-2000-2006/programas-de-desarrollo-rural-2000-2006/programas-leader-y-proder-2/leader-/detalles_grupo_Ficha.asp?identi=2293](http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/programas-ue/periodo-de-programacion-2000-2006/programas-de-desarrollo-rural-2000-2006/programas-leader-y-proder-2/leader-/detalles_grupo_Ficha.asp?identi=2293) (consultado em 15-12-2015)

- Reorganizar a estrutura produtiva de forma a conseguir fixar a população no território;
- Diversificar a economia local;
- Valorizar a cultura e o património local e regional;
- Proteção do Meio ambiente.

Estas informações foram retiradas da página oficial do Ministério da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente¹⁰⁵ e verificou-se que para esta fase de financiamento, as ações da associação foram exclusivamente locais (não houve ações transnacionais nem inter-regionais).

Não foi possível estender a investigação sobre esta associação (que tem uma estrutura e realização de ações muito semelhantes à ADRAT). A justificação encontrada pode relacionar-se com a falta de ações e financiamentos a desenvolver no território. Oficialmente, não se obteve qualquer esclarecimento.

3.6.8. Comentários e Reflexões

A escolha das associações para entrevista e consequente análise esteve dependente de questões como: disponibilidade das associações, disposição geográfica, situação temporal e relevância das ações associativas. Se por um lado em Chaves era possível contactar as associações ao primeiro impulso, em Verín a busca foi mais complexa. A ausência de sede das associações dificultou a procura; mesmo contactando as entidades responsáveis o resultado revelou-se praticamente infrutífero (tal como foi referido anteriormente).

Um dos objetivos da investigação realizada junto dos dirigentes associativos era perceber a relação que o projeto da Eurocidade tem com o associativismo local. Parte das associações escolhidas para participarem com ideias e propostas no início do projeto foram inquiridas; a intenção era perceber se a participação na Eurocidade teve consequências nas suas ações e se isso se constatasse, quais as benesses. Para existir um contraste de realidades, era necessário inquirir associações que não foram chamadas a representar o associativismo local no início do projeto da Eurocidade.

¹⁰⁵ <http://www.magrama.gob.es/> (consultado em 16-12-2015)

Além da relação do associativismo local com a Eurocidade, queria-se perceber a importância do associativismo em Chaves e em Verín. Apesar da amostra de associações estudadas não ser demasiado extensa (por questões temporais e geográficas), foi possível perceber junto dos seus dirigentes as principais características, dificuldades e condições de trabalho. Existiu uma intenção latente de demonstrar o trabalho realizado pela massa associativa de Chaves e Verín.

Para além das associações inquiridas e dos aspetos anteriormente explicados, foi realizada uma análise sobre o movimento associativo em Chaves e Verín. Antes de percebermos a relação do movimento associativo local com a Eurocidade, é importante analisar o espectro associativo de cada local. Reparamos que apesar da diferença populacional (41.243 habitantes em Chaves e 14.467 habitantes em Verín), a massa associativa não é muito diferente: existem 119 associações em Chaves e 115 em Verín (diferença apenas de 4 associações).

Analisando pormenorizadamente o panorama associativo dos dois municípios, reparamos que as categorias de classificação são distintas devido ao facto de se tratar de países diferentes; daí a justificação da diversidade nas classificações associativas.

A nível cultural a massa associativa de ambos locais é semelhante; as associações culturais ocupam uma maior percentagem quando comparadas com as demais tipologias; 25% em Chaves e 26.5% em Verín. Em Chaves e para além das associações estritamente culturais, ainda existem as culturais e desportivas (15.8%) e apenas as desportivas (20.8%). Em Verín as associações desportivas não possuem tanta importância; representam apenas 7.7% da totalidade associativa.

Outra grande diferença que se encontra nesta amostra associativa relaciona-se com as associações cuja categoria se prende com Assistência, Saúde e Solidariedade Social. Estas associações possuem um relevo muito maior no território flaviense (15%) do que no território de Verín (3.4%). Importa referir que este pequeno número de associações em Verín pode ser colmatada com outras associações que podem desempenhar funções semelhantes. Falamos das associações ligadas à população (género, relações e idade) que representam 26.5% e das associações de moradores e sociocomunitárias que revelam 7.7% da massa associativa total.

Do ponto de vista empresarial e comercial, o concelho de Chaves possui apenas uma associação dirigida a este sector (0.8%). Em Verín existem 6 associações que

representam 5.1% do número total de associações; tendo em conta a população dos dois municípios, verificamos que a nível empresarial e comercial, em Verín existe um maior interesse e união neste sector.

Reparando no associativismo direccionado para o desenvolvimento local e/ou regional, reparamos que em Chaves existem 3 associações que correspondem a 2.5% do número total; em Verín existem 9 associações com essa designação que correspondem a 7.7%. Não foi possível perceber o papel destas associações (tanto em Chaves como em Verín) junto das populações, ou seja, em Chaves apenas denotamos o papel ativo da ADRAT especialmente em assuntos relacionados com a Cooperação Transfronteiriça.

Relativamente às associações inquiridas, tanto em Chaves como em Verín, estas pertencem a áreas associativas diferentes: desenvolvimento regional e local, culturais, corporações, empresariais e comerciais. Era necessário criar um contraste entre áreas para um melhor entendimento do associativismo local. Destaque-se que a Associação Montval, apesar de não ter sido realizada entrevista devido a questões que já foram explicadas, tinha importância para esta investigação. Os dados e a informação utilizada não são tão recentes como das demais associações pois não foi possível estabelecer qualquer tipo de contacto com nenhum responsável.

Retomando um dos assuntos principais desta investigação (a Eurocidade, a Cooperação Transfronteiriça e as associações) podem-se referir várias reflexões. É certo que no início da Eurocidade se pretendeu que as associações se englobassem no projeto e participassem dando o seu parecer sobre vários temas da sociedade civil. De uma forma geral, a Eurocidade e as associações cooperam entre si pontualmente. Destaco a ação da ADRAT que sem querer menosprezar as ações e os objetivos das demais associações, realiza um trabalho exemplar no desenvolvimento da região. Apesar das parcerias serem concretizadas através do Município de Chaves, as suas ações são benéficas para o projeto Eurocidade. A ADRAT não possui uma relação de cooperação direta com Verín, mas possui outras redes de cooperação transfronteiriça com a Galiza. Sendo também a Montval uma associação de desenvolvimento local, não foram encontradas informações ou afirmações de nenhum dirigente das demais associações sobre parcerias ou cooperações com a mesma. A ADRAT é a única associação que beneficiou do financiamento através do POCTEP entre 2007 e 2013. Podemos constatar isso através da informação disponibilizada pela própria associação mas também através da Lista de Beneficiários do POCTEP (Coopera + e Promercado). Repare-se que verificando as

fontes de informação antes referidas, a ADRAT foi a única associação de Chaves a beneficiar diretamente do POCTEP.

A ACISAT e a AEVER são casos peculiares. Pode refletir-se que são associações absolutamente importantes no contexto local: comércio e das empresas. A ACISAT possui uma relação estável com o Município de Chaves mas as suas ligações à Eurocidade são esporádicas e unicamente concretizadas através da Câmara flaviense. No entanto, ainda que pontualmente, existem ligações à Galiza e com outras associações nacionais e internacionais.

A AEVER não possui qualquer tipo de ligação à Eurocidade: existe um ceticismo face a todo o processo. Têm efetuado um trabalho absolutamente incontornável e visível em Verín. A situação da apresentação do Cartão da Eurocidade não foi consensual; acabou por criar atritos entre as instituições e associações envolvidas. Esta associação não tem ligações internacionais e enquanto a Eurocidade não se tornar em algo mais próximo das populações, continuará a desempenhar as suas funções sem ligações ao exterior.

A corporação “Denominação de Origem Monterrei” que contém em si a Rota do Vinho de Monterrei, é um caso à parte dos demais. Apesar de participar, ainda que indiretamente com ações transfronteiriças, as suas ligações estão na região do Minho. Se tivermos em conta a área de trabalho (vitivinícola) percebemos a ligação a esta região (vinhos verdes). Em Trás-os-Montes também existe produção de vinhos e denominações de origem mas a D.O. Monterrei nunca trabalhou com áreas portuguesas mais próximas; nunca houve esforços para que isso acontecesse. Possui ligações esporádicas à Eurocidade que se traduzem em certames e feiras onde é feita a promoção dos Vinhos de Monterrei. Realce-se que esta corporação, apesar de não ser beneficiária direta do POCTEP 2007-2013, também possui relação com o projeto de cooperação transfronteiriça Rotas do Vinho da Euro Região (sendo também possível comprovar este projeto na Lista de beneficiários do POCTEP).

A associação cultural Chaves Viva não constou no início do projecto da Eurocidade. Talvez esta situação se relacione com o facto de na data de criação da Eurocidade, esta estar associada à Câmara de Chaves. No entanto, importa destacar que os serviços que esta associação presta acaba por aproximá-la à Eurocidade: não só ao Município de Chaves mas também ao Município de Verín. Comprova-se que existe uma ligação efetiva desta associação à Eurocidade.

A associação cultural “Monterrei, Cultura e Território” não existia no momento da criação da Eurocidade. Este fato obrigou-me a reformular as questões em função da realidade da associação. Apesar de não podermos aliar este movimento associativo recente à Eurocidade, podemos perceber o que precisa de ser feito para estimular essa aproximação. É ainda um exemplo da necessidade das associações; um objetivo comum partilhado por várias pessoas está na origem da associação.

Como última reflexão, é possível contrapor a visão do associativismo em Chaves e em Verín. Não é possível afirmar que falamos em associativismo português e galego, visto que a amostra é apenas local; não nos permite corroborar se os fatos locais se verificam ao longo do território. Mas localmente é possível fazer uma análise: o sentimento associativo é muito diferente. Por um lado, em Chaves encontramos associações do ponto de vista estrutural (sede, gestão, etc) com características bem definidas. Todas as associações contactadas em Chaves possuem sede própria contrariamente a Verín. Por outro lado, em Verín encontramos uma realidade desigual: as burocracias e as estruturas não são fulcrais no funcionamento das associações. Estas funcionam sem necessidade de um espaço físico ou de uma estrutura bem definida; a associação “Monterrei, Cultura e Território” não possuía sede até ao momento da entrevista.

As associações contactadas no Município de Chaves reiteraram as dificuldades em trabalhar no meio associativo; a desconfiança e a alienação da população tornam complexas as ações e a compreensão da importância do papel associativo na sociedade. Em Verín, a perspectiva das associações é oposta: a sociedade tem a perceção que as associações são importantes nas mais diversas áreas. O que se verificou em Verín é que no fim de um conjunto de objetivos cumpridos, as associações acabam por se dissolver. Destaco que a desconfiança não é sentimento que acompanhe os movimentos associativos no lado galego da raia; unidos são mais fortes e a mobilização social é muito mais robusta quando isso se torna oportuno.

Tal como referimos ao longo da investigação, as associações são a representação da sociedade civil e das suas necessidades. Verín é do ponto de vista de desenvolvimento, um local que necessita de mais evolução. Chaves encontra-se numa posição estável. A Eurocidade revela-se um projeto institucional (e que se encontra ainda em evolução) mas a sua posição junto das associações ainda não pode ser considerada bem definida e estável. Existe um défice de cultura de cooperação entre Chaves e Verín dentro do aparelho associativo.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, foi essencial a demonstração da necessidade que a União Europeia, os Estados e as regiões, têm em olhar para as suas realidades, de forma a traçarem estratégias que combatam os seus problemas. A realização deste estágio proporcionou-me a proximidade adequada para a perceção destes factos. A Cooperação Transfronteiriça acaba por se apresentar como uma necessidade e um instrumento de combate às dissemelhanças territoriais. Na Euro Região e na Eurocidade Chaves-Verín, percebemos que as regiões visadas sofrem de várias dificuldades; quer seja pelo peso do carácter rural, quer seja pelo baixo desenvolvimento. É possível perceber que existe uma diferença entre a Faixa Litoral da Euro Região (mais desenvolvida, com mais serviços e plataformas) e a Faixa Interior (mais rural, com menos acessos e com problemas de êxodo rural). A Cooperação Transfronteiriça pode representar a chave para o desenvolvimento destas populações e dos seus territórios muito pobres em recursos. Todos os esforços que a União Europeia faz para que a cooperação seja uma solução para as dificuldades e um instrumento de coesão, podem ser dificultados pelas diferenças estatais e administrativas. A abertura que as próprias instituições governativas têm sobre a Cooperação e os seus projetos marcam a visão e a realidade atribuída às áreas geográficas interiores.

No mundo globalizado em que vivemos, é necessário olhar para o meio envolvente de forma a identificar potencialidades e possíveis falhas. Quando não analisamos com clareza os meios onde as populações se desenvolvem e não temos em conta as suas dinâmicas, arriscamo-nos a não ser conhecedores do país onde vivemos nem das suas características regionais e locais. Uma das razões que me leva a concluir que, conhecer o território e as diferentes realidades de um país, é absolutamente fundamental para uma correta gestão de políticas e estratégias. Sendo raiana e habitante num dos municípios presentes neste estudo, destaco que é importante reconhecer os problemas do interior e reconhecer a necessidade de ver no país vizinho, uma força aliada (isto porque, presencio e vivencio as diferenças e as dificuldades destes territórios).

Atentando na primeira parte do trabalho, é possível reconhecer a visibilidade do interesse que as instituições europeias nutrem face aos assuntos regionais e às diferenças territoriais. A filosofia da Europa una e íntegra acaba por prevalecer; as tentativas para que tal aconteça são inúmeras. A consciencialização da União Europeia tendo em conta

os problemas regionais foram crescendo: as políticas de coesão e de integração surgem para diminuir as disparidades e as diferenças no território europeu. Os instrumentos financeiros facultados e as estratégias de coesão traçadas ao longo dos anos são prova dessa preocupação no fomento do desenvolvimento regional. Pode-se afirmar que a Cooperação Transfronteiriça ocupa um lugar de destaque nas medidas regionais que apelam e suscitam a solidariedade nos compromissos entre estados, regiões e cidades.

Uma das questões que se destacou e se relacionou com a Cooperação Transfronteiriça ao longo da investigação foi a dinâmica cultural associada às questões identitárias. Se na segunda parte da investigação percebemos que existem interesses comuns e problemas que precisam de ser combatidos, também temos que atenuar a importância do plano económico e realçar a cultura. Atentando na Cultura, será possível perceber se a Cooperação Transfronteiriça é apenas dinamizadora das economias de fronteira ou se fomenta ligações culturais e identitárias. Como se percebeu ao longo do trabalho, o Norte de Portugal e a Galiza possuem ligações históricas e culturais que não se podem atenuar: a questão linguística, a romanização, as ligações políticas na Idade Média e as Rotas do Contrabando. Além das semelhanças e das trocas de bens e serviços que ocorreram ao longo dos tempos, as duas regiões pertencem a países diferentes e têm administrações diferentes. Apesar das origens e das experiências semelhantes que marcaram a História até aos dias de hoje, as identidades moldam-se em função da diferença. As fronteiras são responsáveis pela demarcação de territórios, das culturas e das populações; o caso da Galiza e de Portugal, não é diferente. A fronteira existe e não é possível revogar os seus efeitos, no entanto, a Galiza possuiu ao longo dos tempos, uma relação conturbada com o Governo Central Espanhol. A autonomia administrativa que a regionalização espanhola promoveu, torna as regiões autónomas em muitos assuntos políticos e económicos. A Galiza não se sente completamente à vontade com a soberania de Madrid (nacionalismo) e isto origina a necessidade do aproveitamento dos recursos endógenos e linguísticos, de forma a criar uma identidade repartida: são espanhóis mas primeiramente assumem-se como galegos; falam galego e a História é do povo galego. Da perspectiva cultural a situação pode ser vista assim; de uma perspectiva política, a Galiza depende, como as demais regiões, do Governo Central. Posto isto, é possível refletir na autonomia da Galiza e na relação do Governo de Madrid e da própria Xunta da Galiza. A Xunta é absolutamente capaz em muitas ações decisórias locais e

regionais; consegue aproveitar os recursos que lhes são facultados e que derivam do processo de regionalização. Esta realidade é visível a nível identitário.

Em Portugal, a situação é diferente: nada pode ser realizado sem aprovação do Governo Central. Os problemas do Norte de Portugal são muitas vezes resolvidos depois de algum tempo de análise e de aprovação por parte do Governo Central. Se por um lado ocorreram melhorias significativas nesta região, por outro, continua com problemas graves no desenvolvimento, em especial a faixa interior. As dificuldades para implementação de medidas e políticas são grandes; os municípios estão diretamente dependentes do Governo Central.

Apesar dos laços de união, a região do Norte de Portugal e a Galiza são bastante distintas. Foi possível comprovar ao longo da investigação e consequentemente do estágio, vários fatores de distinção. A nível populacional verificamos que o Norte de Portugal tem mais população que a Galiza (3.689.682 e 2.772.928, respetivamente), e que ambas as regiões têm problemas com o envelhecimento das suas gentes.

O Norte possui uma vertente litoral privilegiada (portos de Leixões e Viana do Castelo, aeroporto Sá Carneiro), no entanto, a faixa interior tem problemas de desenvolvimento graves. A indústria é menos especializada e em menor escala quando comparada com a faixa litoral. Os únicos recursos disponíveis neste território (Trás – os-Montes e Alto Douro) prendem-se com o aproveitamento dos recursos endógenos e continentais.

Também na Galiza estas diferenças entre o interior e o litoral se fazem sentir; as províncias mais desenvolvidas estão ligadas à costa atlântica e às indústrias aí presentes. A faixa interior detém grandes culturas agrícolas e pecuárias, mas o desenvolvimento face ao litoral é desigual.

Podemos concluir que a situação entre o Norte de Portugal e a Galiza é comum, ainda que com características territoriais distintas (territórios diferentes e administrações diferentes).

Posto isto, a Euro-região Norte de Portugal-Galiza, não foi um desejo incoerente; foi antes uma necessidade para as duas regiões; traduziu-se numa força única com vontades e dificuldades parecidas. Falar no Norte de Portugal é, até certo ponto, falar em subdesenvolvimento e no afastamento dos polos de governação. Pensar sobre a Galiza é verificar a existência de problemas estruturais de desenvolvimento quando comparada

com outras regiões espanholas. Utilizando as uniões mentais e culturais existentes, não se tornou difícil estabelecer uma ligação administrativa e económica de forma a fazer frente aos problemas que pareciam não se resolver. Tenta pôr-se em prática a filosofia da Governança tentando apelar à não dependência em relação aos polos centrais. Importa denotar a importância da criação, em 1991, da Comunidade de Trabalho entre as duas regiões. Esta comunidade, formada pela Xunta da Galiza e pela CCDR-N, viria a traduzir-se no impulso necessário para a união de esforços e para a implementação de políticas e programas sobre cooperação transfronteiriça.

Destaque-se ainda, o aproveitamento da Globalização para realçar as características regionais e locais. A Governança possui a necessidade do envolvimento da Sociedade Civil; é a governança que poderá vir a proporcionar bem-estar entre povos incitando dinâmicas como as económicas e políticas. Mesmo com a União Europeia a implementar estes ideais de Integração e de Coesão, e concordando que a Sociedade Civil é imprescindível para qualquer processo de cariz europeu, na prática as ações não decorrem como planeado.

Mesmo com a Governança a relacionar-se com processo de Globalização, nem sempre a Sociedade Civil é envolvida nas decisões: a autonomia da governança é limitada (Lisboa e Madrid têm sempre uma palavra a dizer). Apesar de algumas das decisões não estarem tão dependentes dos governos e conceção de Estado ser diferente do passado (o processo decisório não se prende na totalidade com o território nacional), a nível regional as situações não são tão lineares assim. A UE tenta aplicar nas regiões medidas de integração e de coesão de forma a formar uma Europa una e igualitária, mas a preocupação de minimizar as diferenças entre regiões, deveria partir dos próprios Estados. Apesar de ser irrevogável a atuação da UE nestes casos, os Estados deveriam ser os principais facilitadores de ações de desenvolvimento. Fazer ouvir a voz do Norte de Portugal (assim como das demais regiões portuguesas) não é tarefa fácil; estamos presos a uma centralização nas decisões e nas deliberações. Para além das dificuldades dentro dos Estados, também existem problemas entre eles: administrações diferentes entre Portugal e Espanha. De certa forma e mesmo com todas estas dificuldades, o processo de Cooperação Transfronteiriça (mesmo que a nível económico) tem vindo a ser instaurado e aceite.

Reparando nos Programas de Cooperação Transfronteiriça e na segunda parte da investigação, é obrigatório perceber as dinâmicas das diferentes edições do INTERREG.

Será dada especial relevância à última edição do INTERREG, ao POCTEP 2007-2013 e à programação 2014-2020, tendo em conta as questões temporais (são os programas mais recentes).

O INTERREG III, que ocorreu entre 2000 e 2006, teve um total de 149 projetos aprovados (Figueiredo, 2008:118-121) com um financiamento de 1.132.017,200 milhões de euros; a comparticipação FEDER rondou os 806.915,200 milhões de euros. Deste financiamento, a Galiza e o Norte de Portugal foram financiados com os 295.010.055 milhões de euros e que correspondem a 27,4% do financiamento total. (Direção Geral do Desenvolvimento Regional, 2001: 216). Verifica-se que as duas regiões são as mais financiadas no território ibérico ao abrigo desta edição do INTERREG.

Olhando para o POCTEP 2007-2013, o financiamento elegível para Portugal e Espanha, rondou os 315.265.014,13 € e o financiamento FEDER atingiu 310.992.631,67 €. A Galiza e o Norte de Portugal receberam um financiamento de 81.075.872,48 € (custo elegível) e 82.188.338,45 € (comparticipação FEDER). Podemos afirmar que existiu uma diminuição de fundos na programação. Apesar do discurso sobre a importância das políticas de cooperação, a nível de financiamento existiu uma diminuição considerável. Entre 2007 e 2013, existiram 219 programas aprovados entre Portugal e Espanha. A Galiza e o Norte de Portugal foram as regiões com mais projetos realizados; 69 no total e que correspondem a 26.0% do financiamento total. A Euro Região Norte de Portugal – Galiza, é o território com mais financiamento nesta programação (tal como no INTERREG III).

Reparando na programação entre 2014 e 2020, ou INTERREG V-A, os valores rondam os 382.583.724 € de financiamento elegível e 288.977.635 € de comparticipação FEDER para Espanha e para Portugal. Podemos reparar que existiu um incremento nesta última programação. Não existem ainda dados e documentos que nos permitam a análise mais detalhada desta última edição; o programa ainda está em desenvolvimento.

O INTERREG V-A continua a ser importante para contrariar as realidades territoriais: áreas rurais e com pouco desenvolvimento tecnológico. Assim sendo, o programa evoluiu face às demais edições e dirige-se para questões contemporâneas e cada vez mais pertinentes: proteção do meio ambiente, estímulo ao emprego e apoio às pequenas e médias empresas.

Apesar das similitudes que unem as duas regiões (e em alguns casos os dois países) a questão da Raia é pertinente: a fronteira existe e isso é inegável. Apesar de a fronteira ser uma separação e um limite, realço a solidariedade que sempre existiu ao longo dos tempos; este elemento marcou irremediavelmente a vivência das populações e das sociedades. A solução para alguns problemas do Norte de Portugal estão direcionados para a fronteira e para o relacionamento com a Galiza e não direcionados para Lisboa. Este facto continua a comprovar-se até aos dias de hoje.

Tal como foi explicado ao longo da investigação, o Associativismo tem uma posição de destaque; pretendia perceber-se a relação deste movimento com a cooperação transfronteiriça. O panorama global associativo entre o Norte de Portugal e a Galiza é muito diferente. Existiam 6.555 associações na região Norte em 2004 enquanto na vizinha Galiza existiam 22.551. Não podemos relacionar esta diferença com a população; visto que a região Norte tem mais população e menos associações. A grande percentagem de associações no Norte corresponde às tipologias “Moradores, Consumo, Sociocomunitárias e Socioculturais” (29%) e Educação e Formação (26%). Na Galiza também as associações do tipo “Moradores, Consumo, Sociocomunitárias e Socioculturais” correspondem a 25.7% das associações totais. Contrariamente ao Norte de Portugal, as associações ligadas à Cultura e à Arte representam 24.3% do movimento associativo galego. Existem diferenças consideráveis no que toca às tipologias associativas mas precisamos compreender que falamos de dois países distintos, com administrações e necessidades populacionais diferentes (questões organizacionais diferentes).

Relacionando o associativismo com a cooperação transfronteiriça, na Euro Região foram criadas associações e gabinetes transfronteiriços através das ações e dos financiamentos implementados. De acordo com Medeiros (2009:57) e seguindo a sua divisão territorial (Minho-Galiza, Nordeste Transmontano-Zamora) verificamos que se criaram 15 associações e outros tantos gabinetes transfronteiriços. Mas tendo em conta a divisão estabelecida, verifica-se que as 30 associações/gabinetes criados se dividem pela Galiza, pelo Norte de Portugal e pela comunidade de Castela e Leão (tendo em conta que o Norte de Portugal também faz fronteira com ela região espanhola).

Ainda sobre o ponto de vista associativo e transfronteiriço, deve destacar-se o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. É um marco importantíssimo na Euro Região tendo em conta ser uma associação de municípios além-fronteiras. De uma outra perspetiva, e

sem retirar a importância à Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Galiza, considera-se que o Eixo Atlântico é uma alternativa e uma força de trabalho conjunta para a resolução dos problemas da Euro Região.

Denotou-se alguma dificuldade na aglomeração de informação sobre o associativismo na Euro Região. Tem-se comprovado ao longo do tempo, o esforço em aproximar os municípios e as associações de forma a facilitar o diálogo e os apoios. No entanto, existem dificuldades na manutenção desse mesmo diálogo tendo em conta que as associações estão muito dependentes das administrações locais e das suas ajudas. Conclui-se que na Euro Região e de forma geral que as políticas municipais não se adequam às necessidades associativas. As associações que representam o movimento organizado da sociedade civil, não têm grande participação mas decisões municipais. Dentro do tema da Cooperação Transfronteiriça, pode afirmar-se que o associativismo deveria ser fulcral ou estimulado nas decisões e nos processos. As associações, apesar de alguns estímulos, não são fundamentais na captação de projetos e de fundos europeus.

Atentando na terceira parte do trabalho, Chaves e Verín precisam uma da outra e complementam-se nas necessidades e nos serviços existentes. Não é fácil viver no interior e tão longe do centro de decisões; não existe por parte dos Governos uma compreensão e assimilação das diferentes realidades, das suas peculiaridades e das suas necessidades. A cooperação transfronteiriça é necessária mesmo que na sua maioria o seu carácter seja económico e institucional. Reitero que a Cultura deva andar de mão dada com este processo; na realidade nem sempre é assim.

Nesta última parte do trabalho, o estágio tornou-se fundamental. Através do acompanhamento feito pelo Município de Chaves, foi-me possível adentrar-me nos caminhos da Eurocidade e das realidades locais. Apesar da minha naturalidade, sem o estágio e o trabalho realizado no local, não me seria possível perceber as dinâmicas deste projeto. Através do facilitamento de informação e de contactos, a investigação conseguiu aprofundar-se de forma positiva. Os contactos estabelecidos com a CCDDR-N para a consequente recolha de informação, foram realizados através do Município de Chaves; as entrevistas realizadas às associações em Verín também se basearam no apoio do Município. A análise dos projetos inseridos na Eurocidade foi realizada ao longo do estágio bem como as entrevistas (CCDDR-N e associações locais).

Olhando para a Eurocidade Chaves-Verín (criada em 2008), observamos dois locais com objetivos e dificuldades semelhantes. O território é rural e com problemas de desenvolvimento; Chaves e Verín pertencem à faixa interior da Euro Região. A população envelhecida e a pouca indústria são problemas que marcam o território. Chaves e Verín são os únicos centros urbanos que podem fazer a diferença para as populações dos dois lados da raia. No entanto, é inegável que Chaves possui um peso geográfico muito maior que Verín.

Com a criação dos AECT, foi possível elevar a Eurocidade a outro patamar e transformar este projecto no 46º Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial presente no Registo Europeu do Comité das Regiões.

Relativamente aos projetos da Eurocidade Chaves-Verín, é possível afirmar que entre 2008 e 2015, foram 5 os projetos que tornaram a Eurocidade e sua concretização conjunta possível.

Diretamente foram dois os projetos que financiaram a Eurocidade: a edição Eurocidade I e a Eurocidade II. Estes financiamentos arrecadaram 1.333.578,20 € de custo total e 1.000.183,65 € de comparticipação FEDER na primeira edição. Na segunda edição falamos de 922.759,69 € de custo total e 692.069,77 € de comparticipação FEDER.

Estas candidaturas foram o impulso necessário para o início da Eurocidade e mais tarde com a segunda edição, para a manutenção da mesma. Os dois projetos visaram a estruturação da Eurocidade, a criação de pontos culturais comuns, a dinamização económica através do turismo e a tentativa de criação de um território sustentável. A segunda edição do financiamento acrescentou novas ideias: a criação do AECT e o fomento da Eurocidadania (eventos conjuntos e criação de rota turísticas comuns). Destaque-se que nos dois projetos, o Município de Verín encabeçou o financiamento como chefe de fila, o que significa que recebeu mais financiamento que o Município de Chaves. Certamente este facto prende-se com um menor desenvolvimento em certas áreas e com um menor peso geográfico.

Os demais projetos que auxiliaram a Eurocidade e o seu desenvolvimento relacionam-se com o aproveitamento dos recursos endógenos (neste caso com a água termal). O Valtâmega reestruturou o corredor ambiental do rio Tâmega que atravessa Chaves e Verín. O projeto da Euro Região Termal também financiou a criação e o melhoramento das condições termais da Eurocidade. O município de Chaves alberga ainda o centro de

Documentação do RIET (Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças). Realço que todos estes projetos foram financiados ao abrigo do POCTEP 2007-2013 e é possível confirmar na Lista de Beneficiários do mesmo.

A Eurocidade Chaves-Verín assentou os seus alicerces em três grandes eixos: construção da Eurocidadania, criação de um território sustentável e na dinamização económica. De um ponto de vista institucional, a Eurocidade funciona em pleno; as estruturas e os mecanismos foram criados para que tal acontecesse. Depois de uma longa reflexão após a realização do estágio e da investigação, chega-se à conclusão que a Cooperação Transfronteiriça é um processo temporal; não é imediato. Do ponto de vista civil, a Eurocidade não é palpável, ou seja, não é significativa na vida das populações. No entanto, estão a ser feitos esforços para a diminuição deste sentimento junto das populações. Como foi referido, a Cooperação Transfronteiriça é um processo gradual e a Eurocidade consequentemente, também é. Tal como referiu o Prof. Luis Dominguez Castro nas Jornadas Técnicas das Eurocidades “a cooperação transfronteiriça só dá fruto nas fronteiras urbanas”. O que importa realçar é a necessidade de adaptação às escalas mais pequenas e às realidades de cada situação e posto isto, Chaves e Verín podem inserir-se neste universo da Cooperação com sucesso.

A Sociedade Civil deve ser outra componente do processo de cooperação; nem sempre é possível. Se atentarmos no Associativismo (que representa a Sociedade Civil) verificamos que não assume um papel de grande destaque na Cooperação Transfronteiriça; a nível da Euro Região ainda podemos reconhecer algumas dinâmicas e a sua importância destacando as ações do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. A nível local e da Eurocidade, apesar das associações serem imprescindíveis para o início do projeto, não se verificam grandes ações entre Chaves e Verín.

Tendo em conta o espectro associativo local, verificamos que a realidade entre o mundo associativo de Chaves e Verín é diferente (tal como entre o Norte de Portugal e a Galiza). Chaves tem mais população que Verín, mas o número de associações é muito semelhante (119 em Chaves e 115 em Verín); logo não é possível utilizar o fator populacional para justificar esta realidade. Verificamos um traço comum: as associações culturais existem em maior número nos dois locais. Verificou-se uma vontade dos dois municípios que as associações se implicassem na Eurocidade; foram chamadas a intervir e a pronunciar-se sobre ideias no início do projeto.

Mais uma vez, o estágio revelou-se fundamental para a recolha de dados e para a percepção da relação das associações com a Eurocidade. A ADRAT é única associação flaviense que se encontra entre os beneficiários do POCTEP e consequentemente, com relação estreita com o processo de cooperação. No entanto, não tem relações diretas com a Eurocidade; tem laços robustos com o Município de Chaves mas não tem relação com o Município de Verín. Toda a possível interação e apoio que a associação que possa prestar à Eurocidade é realizada através da Câmara de Chaves. Verificou-se que a ADRAT, é até à data, a única associação contactada, com ligação direta a programas de cooperação transfronteiriça (através do POCTEP 2007-2013).

O contacto com as demais associações permitiu, para além de perceber como funciona o associativismo local, compreender a relação do associativismo com a Eurocidade e também com a cooperação transfronteiriça. A ACISAT tem uma boa relação com a Câmara de Chaves como parte integrante da Eurocidade, mas não tem qualquer tipo de relação com Verín. O mesmo podemos afirmar sobre a AEVER: não tem qualquer tipo de relação com Chaves. Através do trabalho de campo realizado, percebemos que a situação entre estas duas associações não é consensual. A ACISAT já teve de pontos de convergência e ações ainda que pontuais, com a vizinha Galiza e com associações internacionais (mas não com Verín). A AEVER demonstrou ser de todas as associações contactadas, a mais cética relativamente à Eurocidade; não é visível uma estratégia comum e que possa beneficiar ambas partes (Chaves e Verín) de igual modo.

A corporação D.O. Monterrei, apesar da sua ligação à Rota do Vinho da Euro Região Galiza – Norte de Portugal (Financiada pelo POCTEP 2007-2013). Ainda que não seja o beneficiário principal, envolveu-se nesta ação para o desenvolvimento da sua própria: rota do vinho de Monterrei. Esta corporação acaba por ter mais ligação com a região do Minho (pelas questões vitivinícolas) do que com a vizinha cidade de Chaves. As únicas ações promovidas pela Eurocidade e que aproximam esta corporação da fronteira realizam-se através de certames e exposições (quando esta é contactada para expor os seus produtos). Retirando estas ações, a D.O. não tem outro envolvimento com a Eurocidade.

A associação cultural “Monterrei, Cultura e Território” foi criada posteriormente à criação da Eurocidade; foi criada em 2015. Podemos afirmar que esta jovem associação não tem ligações à Eurocidade; talvez pelo seu pouco tempo de vida. A verdade, é que foi possível retirar muitas conclusões na entrevista realizada ao dirigente desta

associação. Segundo a sua experiência, afirmou que a Eurocidade não é visível para as associações nem para as populações. Pelo tempo de vida da Eurocidade, este é um projeto demasiado institucionalizado e administrativo. Repare-se que a Eurocidade Chaves – Verín é conhecida exteriormente; o projeto é explicado nacionalmente e internacionalmente, mas localmente isso não acontece (as populações locais não conhecem corretamente o projeto e os benefícios que pode criar). Esta associação tem como parceiros a Universidade de Vigo e a Universidade do Minho, realizou parcerias com o Município de Boticas (devido aos elos de ligação da cultura castreja) mas não tem laços com Chaves nem com a Eurocidade.

A Fundação para o Desenvolvimento da Comarca de Verín, ou associação Montval, teria sido de grande importância para a investigação caso tivesse sido possível estabelecer contacto. Sabemos pela pouca informação encontrada ao longo da investigação, que as suas funções seriam semelhantes às da ADRAT. A inatividade da associação pode prender-se com a falta de ações e de financiamentos. De qualquer das formas, não nos é possível avançar com previsões sobre a situação. Não se obteve qualquer esclarecimento oficial.

Ao longo do estágio e do trabalho desenvolvido, não me foi possível criar um fio condutor sobre o mundo associativo local e a Eurocidade. Não querendo forçar o uso da expressão coloquial “cada caso é um caso”, acaba por ser esta a realidade encontrada. No entanto, pode revelar-se que a Eurocidade precisa de mais aproximações e de mais movimentos juntos das associações. O principal problema prende-se com a falta de informação interna e no seio das populações locais. O facto de a Eurocidade ser (ainda) um projeto demasiado institucional é algo que deverá contrariar-se com o tempo.

Chaves e Verín têm muito a ganhar com a união de esforços; mas as opiniões acabam por se dividir. Existe o sentimento de desconfiança face à Eurocidade; Chaves é a que beneficia de grande parte das ações. Por exemplo, a nível termal nada foi feito em Verín; Chaves já possuía termas e aproveitou todos os recursos endógenos para melhorar e promover os mesmos. Por outro lado, Verín precisa de Chaves e o facto de estar aliado a este projeto, traz inúmeros benefícios. Tendo em conta que Chaves tem outro tipo de estruturas turísticas, Verín precisa desta aliança para promover os seus produtos endógenos e os seus recursos. Apesar das diversas opiniões, destaco que a Eurocidade Chaves – Verín foi premiada pela Comissão Europeia como melhor Projeto Europeu em Outubro de 2015ⁱ.

É preciso compreender que a Cooperação não é um processo imediato; precisa de tempo e de adaptação. Tal como a Eurocidade. Aliado ou não à questão cultural, a Cooperação não se implementa em pouco tempo. Também não é possível estimular a Sociedade Civil para este tema, de um momento para o outro. No campo da cooperação regional ou local tudo é gradual.

A Cultura que aqui evoco é aquela que remete para um sistema de vivências, experiências e tradições. Sem a sua ligação à fronteira e aos seus usos e costumes, a Cooperação Transfronteiriça sofreria mais dificuldades, mesmo que possamos considerar que atravessa inúmeras complexidades. Nesta investigação percebe-se que não é possível dissociar a cooperação e a cultura de fronteira; a primeira precisa da segunda para se ir implementando ao longo do tempo. É necessário continuar a fomentar o pensamento cultural entre partes distintas, criando aproximações cada vez mais fortes e aproveitando as experiências comuns e os recursos endógenos de cada população. É preciso respeitar as diferenças que os longos séculos de História nos impuseram, mas também é necessário aproveitar as raízes comuns de forma a ser possível alcançar uma melhoria na vida das populações.

Pode-se enumerar diversas falhas à Cooperação Transfronteiriça: em muitos casos é meramente económica, não surte os efeitos devidos, não é próxima da sociedade civil e possui grandes dificuldades administrativas. No entanto, afirmo que é absolutamente necessário que ela exista e que os esforços continuem. Neste objeto de estudo entre a Galiza e o Norte de Portugal, são inegáveis as vantagens que a Cooperação nos acarreta: a criação de projetos comuns, as plataformas logísticas melhoradas, as trocas comerciais e as exportações, o estímulo na atividade turística, o acesso a financiamento europeu, etc. No caso do Norte de Portugal, é imprescindível que permaneça virado para a fronteira; entre pequenos contratempos que possam ocorrer, a Galiza é um aliado de peso. Chaves e Verín e a sua Eurocidade são a prova do que se consegue construir com esforço e dedicação. O tempo mostrará o futuro do projeto: muitas ações foram realizadas, muitas estão perto de se realizar e outras ainda terão um longo caminho até à sua concretização.

Sem querer destacar em demasia a questão das ligações entre Portugal e Espanha, a verdade é que ambos pertencem ao mesmo espaço geográfico e é necessário aproveitar os elos em comum que os unem: a História, a ancestralidade, as línguas, as economias de fronteira, as culturas raianas, o território e a cada vez mais necessidade de apoio

mutuo. Convém perceber que entre portugueses e espanhóis, ou neste caso, nortenhos e galegos, que as populações são mais favorecidas se as questões nacionalistas forem atenuadas. O que torna a questão de Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha, entre o Norte e a Galiza, entre Chaves e Verín, tão especial é precisamente o fio condutor que os liga ao longo do tempo. Necessitamos de uma harmonia de pensamento, de uma consciência das nossas diferenças e de uma perceção das necessidades que ambos países e ambas regiões sofrem. Citando Miguel Torga que escreveu no seu Diário XIV (1999: 184) sobre os laços ibéricos: “Sou um português hispânico. Nasci numa aldeia transmontana, mas respiro todo o ar peninsular. Cioso da minha pátria cívica, da sua independência, da sua História, da sua singularidade cultural, gosto, contudo, de me sentir galego, castelhano, andaluz, catalão, asturiano ou vasconço nas horas complementares do instinto e da mente. E, como à dura condição de existir junto a de escrever, muito papel tenho lavrado a contar as emoções desse convívio físico e espiritual sem fronteiras”.

Este é o sentimento que acompanhou a realização do presente trabalho. De olhos postos na Europa e com a consciência das semelhanças e das diferenças entre Portugal e Espanha e da vizinhança e do companheirismo que o Norte de Portugal e a Galiza nutrem entre si, escrevo as últimas palavras. Poderá ser uma utopia o que descrevo mas acredito que a Cooperação Transfronteiriça ao longo do tempo irá aproximar os povos e as culturas; respeitando as suas características e peculiaridades e obliterando as hegemonias que aniquilam o sentimento de harmonia entre populações. Até que esse objetivo seja cumprido, a Cooperação Transfronteiriça ocorre institucionalmente e economicamente e baseada no trabalho árduo. É necessário continuar a trabalhar afincadamente nos ideais e nas ações da Cooperação mas acima de tudo, deixar que o tempo faça a sua parte.

BIBLIOGRAFIA

Ares, Juan; Bande; Fernández. 2008. “Evaluación de la Cooperación Transfronteriza en Galicia”. *A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha*, pp. 125- 150. Biblioteca dos Estudos Estratégicos. Eixo Atlântico.

Associação Chaves Viva. 2015. *Alteração de Estatutos*. Chaves.

Associação Chaves Viva. 2015. *Plano de Actividades*. Chaves.

Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega. 2014. *Plano de Actividades e Orçamento 2015*. Chaves.

Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega. 2014. *Relatório de Actividades e de Contas*. Chaves.

Associação dos Empresários de Verín. 2015. *Memória Explicativa*. Verín.

Associação Empresarial do Alto Tâmega. *Memória Explicativa e Currículo da ACISAT*. Chaves.

Baleiras, Rui Nuno. 2007. *O Quadro de Referência Estratégico Nacional*. In: Revista da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal nº 12, pp. 31-37. Eixo Atlântico.

Baleiras, Rui Nuno. 2009. *Caminhos para a Política de Coesão 2014/2020*. In: Revista da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal nº 16, pp. 17-49. Eixo Atlântico.

Cabero Diéguez, Valentín. 2004. *Iberismo e Cooperação: Passado e Futuro da Península Ibérica*. Versão Portuguesa: António José Dias de Almeida. Campo das Letras Editores S.A. Porto.

Caldeira, Jorge. 2011. *Cooperação Transfronteiriça e Coesão Territorial: o caso ibérico*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Cárdenas Ropero; Leite Ramos; Varela Álvarez. 2008. *Desenvolvimento Sustentável do Eixo Atlântico 2013*. Biblioteca dos Estudos Estratégicos. Eixo Atlântico.

Comissão de Coordenação da Região do Norte. 1994. *Economias regionais do norte de Portugal e da Galiza: convergência ou divergência de modelos de evolução.* In: Seminário Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal, 2º Volume. Porto.

Comissão de Coordenação da Região Norte. 1994. *O desenvolvimento local no Norte de Portugal e na Galiza.* In: Seminário Desenvolvimento Local no Norte de Portugal e na Galiza. Viana do Castelo.

Comissão de Coordenação da Região Norte. 2010. *Novos Referenciais para a Gestão Partilhada em zonas transfronteiriças.* Porto.

Comissão Europeia. 2008. *Ao Serviço das Regiões: A política regional da UE para 2007-2013.* Direcção-Geral da Política Regional.

Comissão Europeia. 2011. *European Territorial Cooperation: Building bridges between People.* Direcção-Geral da Política Regional.

Comissão Europeia. 2004. *A promoção do papel das Associações e das fundações na Europa.* Bruxelas.

Comissão Europeia. 2004. *A promoção do papel das Associações e das fundações na Europa.* Bruxelas.

Comunidade de Trabalho Galícia-Norte de Portugal. 1993. *Dossier de trabajo: Reunión entre el Presidente de la Xunta de Galicia y el Presidente de la Comisión de Coordinación de la Región Norte de Portugal.* Santiago de Compostela.

Comunidade de Trabalho Galícia-Norte de Portugal. 1999. *Programa de ação conjunta Norte de Portugal – Galiza 2000-2006.* Santiago de Compostela.

Comunidade de Trabalho Galícia-Norte de Portugal. 2000. *Relatório da Presidência [Texto policopiado]: 1998-2000.* Comissão de Coordenação da Região do Norte. Porto.

Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal. 2007. *Plan Estratégico de Cooperación Galicia-Norte de Portugal.*

Cupeto, Carlos (coord.). 2007. *Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos.* Agência Portuguesa do Ambiente.

Direção Geral do Desenvolvimento Regional. 2001. *Documento Único de Programação do INTERREG III.*

Dominguez Castro, Luis. 2006. “Para além das fronteiras: Europa e Cooperação”. *Europa e a Cooperação Transfronteiriça*, pp. 1-6. Eixo Atlântico.

Dominguez Castro, Luis. 2006. “Para além das fronteiras: Europa e Cooperação”. *Europa e a Cooperação Transfronteiriça*, pp. 151- 182.

Dominguez Castro, Luis. 2008. “La Cooperación Transfronteriza entre Portugal y España”. A *Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha*, pp. 13-45. Biblioteca dos Estudos Estratégicos. Eixo Atlântico.

Dominguez Castro, Luis.2004. “Europa e a fronteira luso-galaica: história e reencontro”. *As Euro-Regiões e o Futuro da Europa: O Modelo da Euro-Região Galiza-Norte de Portugal*, pp 3-51.

Duarte, António Paulo. 2003. *O Equilíbrio Ibérico*. Lisboa: Edições Cosmos Instituto da Defesa Nacional

Eixo Atlântico. 2000. *A eurorrexión, ante os retos do 2006*. In: ECO Revista del Eje Atlántico. Nº110.

Eixo Atlântico. 2005.*Aproximacións à Gobernanza na Eurorrexión*: Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 8.

Eixo Atlântico. 2006. *Desenvolvimento Sustentable e Territorio na Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal*: Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 10.

Eixo Atlântico. 2006. *Governos e administrações locais na Euro Região*: Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 9.

Eixo Atlântico. 2007. *A programación Comunitária 2007-2013*: Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 12.

Eixo Atlântico. 2008. *Aproximacións à Cooperacion entre España e Portugal*: Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 13.

Faiña Medín; Lopez; Varela. 2007. “La Euroregión y las Prioridades de los Fondos Estructurales Europeos en 2007-2013”. *Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 12*, pp. 9-72. Eixo Atlântico.

Fernandes, Gonçalo. 2004. *Territórios e Culturas Ibéricas*. Capitulo II. Centro de Estudos Ibéricos.

- Ferraz, António.** 2000. *Relações económicas e sociais entre a Galiza e o Norte de Portugal*. In: Cadernos de Economia nº 53.
- Ferreira, António.** 2005. “Cultura de fronteira: um desafio à Integração”. *Territórios e Culturas Ibéricas*, pp. 233- 250. Campo das Letras - Editores S.A. Porto.
- Ferreira, Maria Júlia.** 1998. “As regiões fronteiriças Portuguesas”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 11, Lisboa, Edições Colibri, pp. 337-353.
- Figueiredo, António.** 2008. A região Norte no Contexto da Cooperação Luso-espanhola. *A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha*, pp. 103- 123. Biblioteca dos Estudos Estratégicos. Eixo Atlântico.
- Formulário do Projecto Euro Região Termal e da Água.* 2010.
- Formulário do Projecto Eurocidade I.* 2007.
- Formulário do Projecto Eurocidade II.* 2015.
- Formulário do Projecto Valtãmega.* 2013.
- Formulário do Projeto RIET.* 2015.
- Freixeiro Mato, Xosé Ramón.**1998. *Língua Galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento
- Grimson, Alejandro.** 2000. “Pensar fronteras desde las fronteras”. *Nueva Sociedad* nº 170. Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires.
- Hübner, Danuta.** 2008. “Prefácio”. *Ao Serviço das Regiões. A política regional da UE para 2007-2013*, pp. 1.
- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.** 2008. *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2007-2013*. Lisboa.
- Iribarne, Manuel Fraga.**1997. “A Europa das Regiões: Uma reflexão a partir da Galiza”. *Colóquio "O Desafio Europeu: passado, presente e futuro"*, pp.199-209.
- Isidro, Alexandra.** 2013. *Políticas de cooperação territorial: O Centro de Estudos Ibéricos e a cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.

Jacinto, Rui; Bento, Virgílio (coord.). 2005. *Territórios e Culturas Ibéricas*. Campo das Letras - Editores S.A. Porto.

Juncal Sampedro, Lois Manuel. 2012. *Para compreender a Euro-Região Galiza/Norte de Portugal*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ladeiras, Ana; Pardo López, Maria. “Eurocidade Chaves-Verín, um instrumento de desenvolvimento económico e social”. *Revista da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal* nº 13, pp. 81-100. Vigo.

Lirón, Lago, Juan. 1995. “La Cooperacion Interregional: Galicia – Norte de Portugal”. *La Cooperación de Castilla y León com Portugal*, pp. 105-144.

Lista de Projectos Âncora do Projecto Aquanatur. (s.d.)

Martins da Silva, António. 2010. *História da Unificação Europeia: A Integração Comunitária 1945-2010*. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Matos, Sérgio Campos. 1998. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*. Colibri, Lisboa.

Medeiros, Eduardo. 2007. *16 Anos de Cooperação Transfronteiriça- INTERREG-A, III*. Congresso de Estudos Rurais. Universidade do Algarve. Faro.

Medeiros, Eduardo. 2009. *A Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica: uma síntese Geográfica dos impactes territoriais do INTERREG-A*, Centro de Estudos Geográficos, NEST, Lisboa.

Medeiros, Eduardo. 2009. *Os casos de estudo do INTERREG-A nas regiões de fronteira: Portugal - Espanha e Suécia – Noruega*. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.

Medeiros, Eduardo. 2011. “Redefinir o conceito de Euroregião”, *Asociación Española de Ciência Regional, Congreso Internacional Cooperación transfronteriza Andalucía-Algarve-Alentejo*, Huelva, pp. 484 – 501

Medeiros, Eduardo. 2009. *Cross-Border Cooperation in Regional Policy. A fair deal?*

Melo, Daniel. 2006. “AQUÉM DO MARÃO: O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 50, 2006, pp. 67-87

Ministério de Economía y Hacienda – Espanha. 2007. *Un puente para la cooperación territorial: el programa interreg III-A de España y Portugal 2000-2006*. Centro de Publicaciones.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. 2007. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: PNPOT*. Lisboa.

Ministério do Planeamento – Portugal. 2000. *Documento Único de Programação do Interreg III*. Direção Geral do Desenvolvimento Regional. Lisboa.

Moreno, Luis. 2013. *Governança nas Políticas de Desenvolvimento Local e Inovação Institucional*. Animar / ISA / INIAV / Rota do Guadiana. Lisboa.

Nogueira, Fernando; Cordovil, Francisca. 2011. *Programa de Iniciativa Comunitária Interreg III 200-2006 3º Volume – Interreg III-B Transnacional*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. Lisboa.

Nogueira, Fernando; Cordovil, Francisca. 2011. *Programa de Iniciativa Comunitária Interreg III 200-2006 4º Volume – Interreg III-B Programa de Cooperação Transnacional Mediterrâneo Ocidental*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. Lisboa.

Nogueira, Fernando; Cordovil, Francisca. 2011. *Programa de Iniciativa Comunitária Interreg III 200-2006 4º Volume – Interreg III-C Interregional Programa ESPON 2006*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. Lisboa.

Palmeira, António José. 2008. “Governança na Euro Região”. *Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 8*, pp.31- 39. Eixo Atlântico.

Palmeiro Piñeiro; Pazos Otón. 2008. “La Euroregión Galicia-norte de Portugal: una aproximación a la movilidad en el contexto ibérico”. *Estudios Geográficos*, LXIX, 264, Enero-Junio, pp. 215-245

Pires de Carvalho, Paulo Manuel. 1997. Tese de Mestrado *Miguel Torga e Espanha*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

Pires, Iva; Pimentel Dulce. S.d. *Revisitando a Região Transfronteiriça Ibérica: Potencialidades e Estrangulamentos do Novo Contexto De Integração Ibérica*. FCSH, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

Pueyo Losa, Jorge. 2005. “A aplicação da Convenção Luso-Espanhola sobre cooperação Transfronteiriça de 2002: A prática da Comunidade Autónoma da Galiza”. *A Adaptação dos Organismos de Cooperação Transfronteiriça pelas Comunidades Autónomas*, pp. 95-124.

Puime Guillén, Félix, Mónica Lopes Pérez e Emília Saleiro. Sem data. *GALIZA/NORTE DE PORTUGAL: Retrato de uma Euro Região*. Universidade de Santiago de Compostela

Quatenaire Portugal. 1993. *Observatório das Dinâmicas transfronteiriças Galiza e Região Norte de Portugal*. Porto.

Ribeiro e Silva, Nuno. 2012. *A participação dos Municípios nas Associações Transfronteiriças: O caso do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*. Universidade Santiago de Compostela. Santiago de Compostela

Rodriguez de la Flor, Fernando. 2005. “Iberismo hoy: Posiberismo”. *Territórios e Culturas Ibéricas*, pp. 251- 261. Campo das Letras - Editores S.A. Porto.

Rojó Salgado, Argimiro. 2009. “La cooperación Transfronteriza y sus consecuencias: hacia la reestructuración territorial en Europa”. *Investigaciones Regionales* nº18, pp. 141-152.

Souto González, Xosé. 1999. *A história no Eixo Atlântico*. Eixo Atlântico. Vigo.

Souto; Bouzada; Figueiredo. 2005. *Relatório Síntese II Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico*. Eixo Atlântico.

Torga, Miguel. 1999. *Diário - Vols. XIII a XVI*. Publicações D. Quixote. Lisboa.

Torga, Miguel. 1999. *Diário vol. V a VIII*. Publicações D. Quixote. Lisboa

União Europeia. 2002. *As Políticas estruturais e os Territórios da Europa: Cooperação sem Fronteiras*. Comissão Europeia. Luxemburgo.

União Europeia. 2015. *INTERREG V-A ESPANHA-PORTUGAL (POCTEP) (Versão final)*.

Unidade de Coordenação da Gestão Operacional (coord.). 2011. *Manual de Procedimentos Cooperação Territorial Europeia*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. Lisboa.

Varela Álvarez, Enrique. 2006. *O Desenvolvimento Sostible nos Concellos do Eixo:* Revista da Euro Região Norte de Portugal – Galiza nº 10, pp. 3-6.

Varela Álvarez; Rojo Salgado; Río Fernandes; Sá Marques. 2006. *A Gobernanza Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal.* Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Veiga, Carlos Veloso. 2004. *O Associativismo na Euro-Região Galiza/Norte de Portugal.* Universidade do Minho.

Vicente, António Pedro. 2003. *Espanha e Portugal: Um olhar sobre as relações peninsulares no séc. XX.* Lisboa: Tribuna da História

Xunta de Galicia, 2008. *Nós mesmos: Asociacionismo galego na emigración.*

Xunta de Galicia, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. 2014. *Anuário da Euro Região 2013.* TRASLUZ LUKUS. Lugo.

Xunta de Galicia, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. 2015. *Anuário da Euro Região 2014.* Ecom Comunicación. A Coruña.

Xunta de Galicia. 2007. *Plan Estratéxico De Cooperación Galicia-Norte De Portugal* 2007-2013.

Sítios na internet:

ACISAT: <http://www.acisat.pt/>

ADRAT: <http://www.adrat.pt/>

Associação Europeia das Regiões Fronteiriças (ARFE):
<http://www.aebr.eu/en/index.php>

Blogue da Freguesia de Águas Frias (Informação sobre o castelo de Monforte):
<http://aguasfrias.blogs.sapo.pt/>

Centro de Desenvolvimento Rural Portas Abertas: <http://www.cdrportasabertas.org/>

Comissão de Coordenação Regional do Norte: <http://www.ccdr-n.pt/>

Comité das Regiões: <http://cor.europa.eu/pt/Pages/home.aspx>

Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Galiza: <http://galicia-nortept.xunta.es/>

D.O. Monterrei: <http://www.domonterrei.com/>

Agência Galega de Desenvolvimento Rural: <http://agader.xunta.es/>

Diário Atual (Notícia referente à Rede Comum de Autocarros na Eurocidade):
<http://diarioatual.com/?p=96440>

Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular: <http://www.eixoatlantico.com/index.php/pt/>

Euro Região Termal e da Água: <http://www.euroregiontermal.eu>

Eurocid: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8349

Eurocidade Chaves Verín: <http://www.eurocidadechavesverin.eu/>

Grupo Cultural Aquae Flaviae: <http://www.grupoculturalaquaeflaviae.pt/>

Informação sobre o Castelo de Monterrey:
<http://www.grupothais.com/galiciavivela/Patrimonio/Castillos/Ourense/Monterrei.htm>

Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (informação referente ao POCTEP): <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=243>

La Voz de Galicia (Informação sobre Associação Valarte):
<http://www.lavozdeg Galicia.es/hemeroteca/2005/11/21/4274029.shtml>

La Voz de Galicia (Notícia sobre a reestruturação da Plataforma Logística de Verín):
http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/ourense/verin/2015/03/29/xunta-amplia-parque-empresarial-pazos-crear-doce-nuevas-parcelas/0003_201503O29C11994.htm

Lista de beneficiários do POCTEP 2007-2013: <http://www.poctep.eu/pt-pt/2007-2013/lista-de-benefici%C3%A1rios-poctep>

Ministério Espanhol da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente:
<Http://www.magrama.gob.es/>

Município de Chaves: <http://www.chaves.pt/>

Município de Verín: <http://www.verin.es/>

Observatório Transfronteiriço Norte de Portugal – Galiza:
http://www.ige.eu/web/mostrar_seccion_gnp.jsp?codigo=0502

POCTEP: http://www.poctep.eu/index.php?modulo=presentacion&id_area=11

Programa de Cooperação Territorial: <http://www.interreg-sudoe.eu/PRT>

RIET: <Http://observatorioriet.eu/>

Software ALERT: <http://www.alert-online.com/pt/why-alert>

Termas de Vidago: <http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermais/termas-de-vidago>

ANEXOS

Tabela 1: Associações do Município de Chaves

Associações em Chaves (Concelho)	Tipologia	Local
“Montimel” Cooperativa de Apicultores do Alto do Tâmega	Cooperativa Agrícola	Chaves
A Voz da Juventude - Associação Juvenil de Desenvolvimento Social	Solidariedade Social	Chaves
ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega*	Empresarial e Comercial	Chaves
ACR da Torre de Ervededo	Cultural	Torre de Ervededo
ADRAT - Associação de Desenvolvimento do Alto Tâmega*	Desenvolvimento o local e regional	Chaves
Aero Clube de Chaves	Desportivo	Chaves
AFACC-Associação Florestal Ambiental Concelho Chaves*	Ambiental	Chaves
AJAP - Associação de Jovens Agricultores de Portugal	Laboral e Profissional	Chaves
AMAT: Associação de Municípios do Alto Tâmega	Associação. de Municípios	Chaves
APD - Associação Portuguesa De Deficientes	Assistencial e Saúde, Solidariedade Social	Chaves
ARAT - Associação de Radioamadores do Alto Tâmega	Laboral e Profissional	Chaves
ASPL - Associação Sindical de Professores Licenciados	Sindical Laboral e profissional	Chaves
Associação "À Volta do Pote"	Cultural	Seara Velha
Associação Bons e Valentes Criadores Gado	Laboral e Profissional	Chaves
Associação Chaves Social	Solidariedade Social	Chaves
Associação CHAVES VIVA	Cultural	Chaves
Associação Cultural e Desp. de Solidariedade Social e Melhoramento Bairro Traslar	Cultural Solidariedade Social	Vilar de Nantes
Associação Cultural e Desportiva de Calvão	Cultural e Desportiva	Calvão
Associação Cultural e Desportiva de Santo Estevão	Cultural e Desportiva	Santo Estevão
Associação Cultural e Recreativa de Agrela de Ervededo	Cultural	Agrela de Ervededo
Associação Cultural e Recreativa de Bóbeda	Cultural	Bóbeda

Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz	Cultural	Santa Cruz
Associação Cultural Rec. e Desp. da Juventude Nantes	Cultural e Desportiva	Nantes (Vilar de Nantes)
Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Roriz	Cultural e Desportiva	Roriz
Associação de Artesãos do Alto Tâmega e Barroso	Cultural	Chaves
Associação de Comandos – Delegação de Chaves	Laboral e Profissional Assistencial	Chaves
Associação de Dadores Benévolos de Sangue do Alto - Tâmega	Assistência e Saúde Solidarietà Social	Chaves
Associação de Paraquedistas do Alto Tâmega	Laboral	Chaves
Associação Desenvolvimento de Vilar de Nantes	Desenvolvimento local	Vilar de Nantes
Associação Desp. Cult. Amigos de Vilas Boas	Cultural e Desportiva	Vilas Boas
Associação Desportiva de Santo Estevão	Desportiva	Santo Estevão
Associação Desportiva e Cultural de Vila Nova de Veiga	Cultural e Desportiva	Vila Nova de Veiga
Associação Desportiva Flaviense	Desportiva	Chaves
Associação dos Amigos dos Animais de Chaves	Defesa dos Animais (Ambiental)	Chaves
Associação dos Antigos Alunos do Liceu Fernão Magalhães	Educação e Formação, Cultural	Chaves
Associação Flaviense Caminheiros	Desportiva	Chaves
Associação Flor do Tâmega	Assistencial e Saúde	Chaves
Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Ambiental	Chaves
Associação Montes e Vales	Cultural e Desportiva	Chaves
Associação OUSADIAS	Cultural	Chaves
Associação Portuguesa Deficientes do Alto Tâmega	Assistencial e Saúde	Chaves
Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra	Laboral e profissional	Chaves
Associação Produtores de Leite e Agricultores do Alto Tâmega	Laboral e Profissional	Vila Verde da Raia
Associação Promotora Ensino Profissional no Alto Tâmega	Educação e Formação	Chaves
Associação Recreativa e Cultural de Anelhe	Cultural	Anelhe
Associação Recreativa e Cultural de Curalha	Cultural	Curalha
Associação Recreativa e Cultural de Vilela Seca	Cultural	Vilela Seca
Associação Recreativa e Desportiva de Samaiões	Cultural	Samaiões
Associação Regional de Ténis de Vila Real	Desportiva	Chaves

Associação Veteranos do Grupo Desp. Chaves	Desportiva	Chaves
Associação Veteranos Trás-os-Montes e Alto Douro	Laboral	Chaves
Atletismo Clube de Chaves	Desportiva	Chaves
Banda Musical da Torre de Ervededo	Cultural	Torre de Ervededo
Banda Musical de Loivos	Cultural	Loivos
Banda Musical de Outeiro Seco	Cultural	Outeiro Seco
Banda Musical de Rebordondo	Cultural	Rebordondo
Banda Musical Flaviense "Os Pardais"	Cultural	Chaves
BTT Clube de Chaves	Desportiva	Chaves
Casa da Cultura Popular de Outeiro Seco	Cultural	Outeiro Seco
Casa de Cultura de Vidago	Cultural	Vidago
Casa de Santa Marta	Assistencial e Saúde	Chaves
Centro Cultural e Desp. de Soutelinho da Raia	Cultural e Desportiva	Soutelinho da Raia
Centro Cultural e Desportivo de Castelões	Cultural e Desportiva	Castelões
Centro Cultural e Desportivo de Vilarelho da Raia	Cultural e Desportiva	Vilarelho da Raia
Centro Cultural Recreativo e Desportivo. Travancas	Cultural e Desportiva	Travancas
Centro de Bem-Estar Social de Santo Estevão	Assistencial e Saúde	Santo Estevão
Centro de Convívio de Adães	Cultural	Adães
Centro de Dia Santo António	Assistencial e Saúde	Santo António de Monforte
Centro Desportivo e Cultural de Faiões	Cultural e Desportiva	Faiões
Centro Social e Paroquial de Chaves	Solidariedade Social	Chaves
Clube Cultural e Recreativo de Avelas	Cultural e Desportiva	Avelas
Clube Cultural e Recreativo de Vilela do Tâmega	Cultural e Desportiva	Vilela do Tâmega
Clube de Campismo e Caravanismo Chaves	Desportiva	Chaves
Clube de Golfe de Vidago	Desportiva	Vidago
Clube de Ténis de Mesa de Chaves*	Desportiva	Chaves
Clube Flaviense Caça e Pesca Desportiva	Desportiva	Valdanta
Clube Horizontes Aventura do Alto Tâmega	Desportiva	Chaves
Clube Motard de Chaves	Desportiva	Chaves
Confraria de Chaves	Confraria	Chaves
Cooperativa Agrícola de Chaves	Cooperativa Agrícola	Chaves
Cooperativa Agrícola do Norte Transmontano*	Cooperativa Agrícola	Chaves

Coral de Chaves	Cultural	Chaves
Escola Futebol Chambila	Desportiva	Chaves
Escola Prof. Nuno Rodrigues	Educação e Formação Solidariedade Social	Chaves
FILIMOR - Clube Escola de Ténis de Chaves	Desportiva	Chaves
Fórum Galaico-Transmontano	Cultural	Chaves
Fundação Abrigo Berta Montalvão	Solidariedade Social	Loivos
Grupo Cultural Aquae Flaviae*	Cultural	Chaves
Grupo Cultural da Serra do Brunheiro	Cultural	Ribeira do Pinheiro
Grupo Cultural e Recreativo de Cela	Cultural	Cela
Grupo Danças e Cantares Regionais de Santo Estevão	Cultural	Santo Estevão
Grupo de Cavaquinhos de Couto de Ervededo	Cultural	Couto de Ervededo
Grupo de Folclore Vila Medieval de Santo Estevão	Cultural	Santo Estevão
Grupo Desportivo de Chaves	Desportiva	Chaves
Grupo Desportivo e Cultural de Outeiro Jusão	Cultural e Desportiva	Outeiro Jusão
Grupo Desportivo e Recreativo da Madalena	Cultural e Desportiva	Madalena
Grupo Desportivo Ribeira D'Oura	Desportiva	Vidago
Hóquei Clube Flaviense	Desportiva	Chaves
Karaté Clube do Alto Tâmega	Desportiva	Chaves
Lar de Santa Isabel	Assistencial e Saúde	Vilar de Nantes
Lar Nossa Senhora da Conceição	Assistencial e Saúde	Vidago
Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves	Solidariedade Social	Chaves
Liga dos Combatentes – Núcleo de Chaves	Laboral e Profissional Assistencial e Saúde	Chaves
Montesino Clube TT	Desportiva	Chaves
Moto Clube de France	Desportiva	France
Natação Clube de Chaves	Desportiva	Chaves
Patronato São José	Solidariedade Social	Vilar de Nantes
Procentro – Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	Desenvolvimento Local	Chaves
Rancho Folclórico da Ass. Desp. e Cultural Amigos de Vilas Boas	Cultural e Desportiva	Vilas Boas
ROTARY Clube de Chaves	Educação e Formação	Chaves
Santa Casa da Misericórdia Chaves e Boticas	Solidariedade Social	Chaves

São Lourenço Desporto e Cultura	Cultural e Desportiva	São Lourenço
Sindicato dos Bancários do Norte	Sindical Laboral e profissional	Chaves
Sindicato dos Professores do Norte	Sindical Laboral e profissional	Chaves
Sociedade Columbófila de Chaves	Desportiva	Chaves
Sociedade Flaviense	Cultural	Chaves
TEF - Teatro Experimental Flaviense	Cultural	Chaves
Ténis Clube de Chaves	Desportiva	Chaves
Vidago Futebol Clube	Desportiva	Vidago

*Associações relacionadas com o início do projeto Eurocidade Chaves-Verín

Tabela 2: Associações do Município de Verín

Associações em Verín (Comarca)	Tipologia	Local
Agrupamento Desportivo Estrelina	Desportiva	Verín
Associação Centro de Desenvolvimento Rural “Portas Abertas”*	Desenvolvimento local e/ou regional	Vilardevós
Associação Construtores Val Monterrei	Laboral e Profissional	Verín
Associação Cultural "O Cigarrón" de Verín	Cultural	Verín
Associação Cultural “A Mirfadeira”	Cultural	Verín
Associação Cultural “As Pisadiñas”	Cultural	Laza
Associação Cultural “Irmandiños do Támega”	Cultural	Verín
Associação Cultural “Sons do Mestremiro”	Cultural	Verín
Associação Cultural Aires Nossos	Cultural	Verín
Associação Cultural Alto Támega	Cultural	Laza
Associação Cultural Baroncelli	Cultural	Verín
Associação Cultural Birimba	Cultural	Verín
Associação Cultural de Vizinhos de Tamagos	Cultural	Verín
Associação Cultural García Barbón	Cultural	Verín
Associação Cultural Monterrei	Cultural	Verín
Associação Cultural Nossa Senhora Dos Remédios	Cultural	Verín
Associação Cultural O Cruceiro de Fontefría	Cultural	Castrelo do Val
Associação Cultural O Noso Currunchos	Cultural	Cualedro
Associação Cultural Os Queimas	Cultural	Vilardevós

Associação Cultural Os Tamaganos	Cultural	Laza
Associação Cultural Portodocarro	Cultural	Castrelo do Val
Associação Cultural Pozo do Demo	Cultural	Verín
Associação Cultural San Roque	Cultural	Oímbra
Associação Cultural Santa Cruz	Cultural	Oímbra
Associação Cultural Soutullo	Cultural	Oímbra
Associação Cultural Verín Musical	Cultural	Verín
Associação da Rota do Viño Monterrei (D.O. Monterrei)*	Corporação	Verín
Associação de Agentes Florestais Verín-Viana	Cultural	Verín
Associação de Alunos do Colegio M^a Imaculada	Educação e Formação	Verín
Associação de Artistas do Alto Tâmega – Grupo VALARTE*	Cultural	Verín
Associação de Caçadores de Castrelo do Val	Desportiva	Castrelo do Val
Associação de Caminhadas “Viria”	Desportiva	Verín
Associação de Caminhadas Rota das Águas	Desportiva	Verín
Associação de Ciganos de Verín “Los Lachos”	População: género e relações	Verín
Associação de Comerciantes Casco Viejo de Verín	Comercial	Verín
Associação de Empresários de Laza	Profissional	Laza
Associação de Empresários de Turismo e Hoteleira Puertas de Galicia	Empresarial e Comercial Laboral e Profissional	Verín
Associação de Empresários de Verín (AEVER)*	Empresarial e comercial	Verín
Associação de Empresários do Polígono Industrial de Pazos	Empresarial e comercial	Verín
Associação de Familiares e Pessoas com Doenças Mentais (MOREA)	Assistencial e Saúde	Verín
Associação de Hotelaria da Comarca de Monterrei (AEHCOM)	Empresarial e comercial	Verín
Associação de Jovens Agricultores da Galiza (ASAJA)	Laboral e Profissional	Verín
Associação de Mulheres Ciganas “Chavorrí”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais “A Lama”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais “Adiante”	População: género e	Cualedro

	relações	
Associação de Mulheres Rurais “Arraianas”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais “As Candelas”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais “As Chas”	População: género e relações	Oímbra
Associação de Mulheres Rurais “Fonte do Sapo”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais “San Pedro”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais “San Salvador da Roza”	População: género e relações	Monterrei
Associação de Mulheres Rurais “Santa María”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais de Monterrei	População: género e relações	Monterrei
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “25 de Xullo”	População: género e relações	Monterrei
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “A Peneirada”	População: género e relações	Oímbra
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “Airiños da Terra”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “Entre Nós”	População: género e relações	Vilardevós
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “O Cruceiro”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “O Recuncho”	População: género e relações	Verín
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “Três de Maio”	População: género e relações	Laza
Associação de Mulheres Rurais e de Consumo “Velouxé”	População: género e relações	Monterrei

Associação de Veteranos de Verín	Desportiva	Verín
Associação de Vizinhos “O Xungal” da Parroquia de Tintores	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação de Vizinhos “Os Coutos”	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação de Vizinhos da Paroquia de Mandín	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação de Vizinhos de Feces da Cima	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação de vizinhos de Pobo de Vilela (ASVEPOVI)	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação de Vizinhos de Tamaguelos	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação de Vizinhos do Bairro de S. Roque e Avda. De Sousas	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação de Vizinhos Santa María da Rasela	Moradores e sociocomunitárias	Verín
Associação Fotográfica Trespés	Laboral e Profissional	Verín
Associação Juvenil "As de Folk"	População: idade	Verín
Associação Juvenil "Mocidade Galega"	População: idade	Verín
Associação Juvenil Brigada Ecológica	Ambiente	Verín
Associação Juvenil Juver	População: idade	Verín
Associação Juvenil Nova Herdanza	População: idade	Verín
Associação Juvenil Ó Leirán	População: idade	Laza
Associação Juvenil Sanamaro	População: idade	Riós
Associação Juvenil Támega Rock	População: idade	Verín
Associação Juvenil Xente Xove	População: idade	Verín
Associação Mulheres Rurais “A Ribeira”	População: género e relações	Monterrei
Associação para a Cultura e Ócio “La Caja de Pandora”	Cultural	Verín

Associação para a Defesa Ecológica de Verín	Ambiente	Verín
Associação para a Proteção de Descapacitados Psíquicos da Comarca Verín	Assistência e Saúde	Verín
Associação para o Desenvolvimento e Fomento Cinegético	Desportiva	Castrelo do Val
Associação para o Desenvolvimento Local “Albariza”	Desenvolviment o local e rural	Vilardevós
Associação para o Desenvolvimento Rural “Andruqui”	Desenvolviment o local e rural	Vilardevós
Associação para o Desenvolvimento Rural “Os Arandos”	Desenvolviment o local e rural	Laza
Associação para o Desenvolvimento Rural “Parapeto”	Desenvolviment o local e rural	Castrelo do Val
Associação para o Desenvolvimento Rural O Sobrañal	Desenvolviment o local e rural	Verín
Associação para o Desenvolvimento Rural Sustentável “O Grelo Verde”	Desenvolviment o local e rural	Verín
Associação para o Fomento e Desenvolvimento Rural “Novos Ventos”	Desenvolviment o local e rural	Verín
Associação Pro Animales Verín	Ambiental	Verín
Associação Protetora Meio Ambiente E a Cultura e o Consumo dos Ribeireños Do Bubal e o Támega	Ambiente Cultural	Monterrei
Associação Verinense “Amigos da Música”	População: idade	Verín
Associações de Vizinhos “O Cruceiro” de Feces de Abaixo	Moradores e sociocomunitá rias	Verín
Cáritas	Assistencial e Saúde, Solidariedade Social	Verín
Club BTT de Verín	Desportiva	Verín
Comissões Obreiras (CC OO) de Verín	Laboral e Profissional Sindical	Verín
Confederação Intersindical Galega de Verín	Laboral e Profissional Sindical	Verín
Cruz Vermella Verín	Assistência e Saúde Solidariedade Social	Verín
Escudería Verín	Desportiva	Verín
Federação de Associações Empresariais de Verín-Monterrei*	Empresarial e comercial	Verín
Federação Provincial de Mulheres Rurais de Ourense (FEMURO)	População: género e relações	Laza

Fundação Modesto García y Amaro Refojo	Fundação	Verín
Fundação para o Desenvolvimento da Comarca de Monterrey-Verín*	Desenvolviment o local e regional	Verín
Fundação Verín	Fundação	Verín
Moto Club Viela Picada	Desportiva	Laza
O Casteliño de Castrelo do Val	Cultural	Castrelo do Val
Santa Maria de Medeiros	Cultural	Monterrei
Sindicato Labrego Galego De Verín	Sindical	Verín
Sociedade Cultural do Camiño Real	Cultural	Verín
Tamaganía	Cultural	Verín
União General de Trabalhadores (UGT) de Verín	Laboral e Profissional Sindical	Verín
Unões Agrarias de Verín	Laboral e Profissional	Verín

*Associações relacionadas com o início do projeto Eurocidade Chaves-Verín

ⁱ [Http://pt.eurocidadechavesverin.eu/noticias/ver-noticia/562f594edc17a/comissao-europeia-atribui-premio-de-melhor-projeto-europeu-a-eurocidade](http://pt.eurocidadechavesverin.eu/noticias/ver-noticia/562f594edc17a/comissao-europeia-atribui-premio-de-melhor-projeto-europeu-a-eurocidade) (consultado a 2-11-2015)